

WALMIR BARBOSA

**INDÚSTRIA, AGRICULTURA E PADRÃO DE ACUMULAÇÃO
(1956 À 1976)**

**GOIÂNIA
1997**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
PROGRAMA DE MESTRADO EM HISTÓRIA DAS SOCIEDADES AGRÁRIAS

INDÚSTRIA, AGRICULTURA E PADRÃO DE ACUMULAÇÃO
(1956 À 1976)

WALMIR BARBOSA

ORIENTADOR
Prof. Dr. Barsanulfo Gomides Borges

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em
História das Sociedades Agrárias como requisito
parcial para obtenção do Grau de Mestre. Área de
Concentração: Relação Campo / Cidade.

GOIÂNIA

1997

INDÚSTRIA, AGRICULTURA E PADRÃO DE ACUMULAÇÃO (1956 À 1976)

WALMIR BARBOSA

Dissertação defendida e aprovada em 12 de novembro de 1997, pela Banca Examinadora
constituída pelos professores:

Barsanufo Gomides Borges (Orientador)

Francisco Itami Campos

Wenceslau Gonçalves Neto

Dedico este trabalho a todos aqueles que buscam interpretar a realidade e nela intervir a partir da perspectiva do mundo do trabalho.

“ Se reduzirmos estas banalidades ao seu conteúdo real, elas significam muito mais do que imaginam aqueles que as apregoam. A saber, que qualquer forma de produção engendra as suas próprias relações jurídicas, a sua própria forma de governo, etc. É falta de sutileza e de perspicácia estabelecer relações contingentes entre as coisas que formam um todo orgânico, estabelecer entre elas um simples laço de reflexão. Assim, os economistas burgueses têm o vago sentimento de que a produção é mais fácil com a moderna polícia do que, por exemplo, na época do ‘direito do mais forte’. Simplesmente esquecem que o ‘direito do mais forte’ é igualmente um direito, e que, sob outra forma, sobrevive no seu ‘Estado jurídico’”.

Karl Marx

AGRADECIMENTOS

Aos professores do Mestrado em História das Sociedades Agrárias/UFG, em especial ao professor Dr. Barsanufo Gomides Borges, pela orientação do trabalho e pela confiança depositada.

Aos amigos e companheiros David Maciel, Maria Amélia Alencar, Paulo Augusto de Faria e Sérgio Paulo Moreyra pela leitura e pelas considerações críticas emitidas na dissertação.

Aos amigos Martha Batista e Ricardo Orsini pelo empenho na diagramação de textos e tabelas ao longo das atividades do Mestrado.

Ao amigo Antônio Luiz de Medeiros que realizou a revisão desta dissertação.

Aos colegas do Mestrado, com quem compartilhei idéias, dificuldades e alegrias.

SUMÁRIO

RESUMO

ABSTRACT

PARTE I: O PROBLEMA E SUAS INTERPRETAÇÕES

1-INTRODUÇÃO	12
1.1-O Problema	16
1.2-Hipóteses	17
1.3-Procedimentos	26
2-METODOLOGIA E REFERENCIAL TEÓRICO	28
2.1-Padrão de Acumulação e Financiamento	29
2.2-Crise e Capitalismo	34
2.3-Estado e Economia Contemporânea	48
2.4-Inter-relação e Dependência.	59
3-ESQUEMAS INTERPRETATIVOS DA ECONOMIA POLÍTICA BRASILEIRA DE 1950 A 1975	65
3.1-O Pensamento Cepalino	68
3.2-O Pensamento Econômico Marxista Brasileiro	78
3.3-Os Dependentistas	94

PARTE II: DO CAPITALISMO EM BASES NACIONAIS AO CAPITALISMO INTERNACIONALIZADO: PADRÕES DE ACUMULAÇÃO E CRISES

1-ESTADO, INDÚSTRIA E AGRICULTURA DE 1930 A 1954	103
1.1-O Caráter da Revolução de 30	115
1.2-A Conformação do Estado Intervencionista	125
1.3-Industrialização e Padrão de Acumulação Capitalista Nacional	145
1.3.1-Padrão de Acumulação sob Industrialização “Restringida”	153
1.3.2-Crise e Imobilidade Institucional no Padrão de Acumulação e Financiamento Capitalista Nacional	157
2-O PADRÃO DE ACUMULAÇÃO E FINANCIAMENTO CAPITALISTA INTERNACIONALIZADO.....	160
2.1-A Nova Fase de Expansão	169
2.2-Contradições e Desequilíbrios do Novo Padrão de Acumulação e Financiamento	

Capitalista	175
2.3-A Crise de 1962 a 1967	180
3-O ESGOTAMENTO DO PROJETO DE DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA NACIONAL	196
3.1-Regime Populista, Economia Internacionalizada e Golpe Militar	210
4-O CICLO ECONÔMICO DO “MILAGRE BRASILEIRO” E O II PND	228
4.1-Governos Militares e Planos Econômicos	237
4.2-O Ciclo Econômico do “Milagre Econômico Brasileiro”	245
4.2.1-As Condições da Expansão do Ciclo Econômico do “Milagre Brasileiro”	246
4.2.2-As Características do Ciclo Econômico	250
4.2.3-Contradições e Crise	256
4.3-O II Plano Nacional de Desenvolvimento	261
4.3.1-O II PND: o Prolongamento da Acumulação Precedente e a Antecipação da agonia	261
4.3.2-O II PND e as Contradições Interburguesas	266
4.3.3-Contradições e Crise do II PND	269
PARTE III: A CAPTURA DA TERRA PELO CAPITAL: O PAPEL DA AGROPECUÁRIA	
1-O PAPEL DO SETOR AGROPECUÁRIO ENTRE 1956 E 1976	274
1.1-A Relação Estabelecida entre Indústria e Agricultura no Brasil	276
1.1.1-A Relação Estabelecida entre Indústria e Agricultura no Brasil de 1930 a 1967 .	276
1.1.2-A Relação Estabelecida entre Indústria e Agricultura no Brasil de 1965 a 1976 .	282
1.2-Concentração da Terra e Acumulação Primitiva	286
1.2.1-Expansão Capitalista na Amazônia	290
1.2.2-Agricultura e Acumulação Primitiva no Brasil	294
1.3-A Dinâmica da Agricultura Brasileira	298
1.3.1-A Crise da Produção de Alimentos	302
1.4-Modernização e Estrutura Agropecuária	305
1.4.1-Obstáculos da Modernização	310
1.4.2-Modernização no Campo e Dinâmica Produtivista	312
1.4.3-A Modernização no Campo e suas Conseqüências	314
1.4.5-Composição da Mão-de-Obra e Distribuição da Produção nos Estabelecimentos Rurais.	318
1.5.1-Distribuição e Participação na Produção Agropecuária	322
1.6-A Dinâmica e a Propriedade da Terra	339

2-A ARTICULAÇÃO DO MODELO ECONÔMICO	345
CONCLUSÃO	357
ANEXOS	
Tabelas	378
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	411
BIBLIOGRAFIA	417

RESUMO

O presente estudo buscou interpretar as relações estabelecidas entre a indústria e a agricultura no contexto do padrão de acumulação monopolista, dependente e internacionalizado, no período compreendido entre 1956 e 1976.

Priorizou-se uma análise na qual a referida relação foi interpretada enquanto fruto da luta social e da dinâmica de reprodução mundializada do capital. A configuração do padrão de acumulação reinante e, por consequência, das relações estabelecidas entre a indústria e a agricultura, foi concebida como fruto de um projeto social que, neste contexto, se impôs sobre outros.

As relações de classes, o papel social desempenhado pelo Estado, o padrão de endividamento externo, a multinacionalização econômica, a homogeneização monopolística do mercado nacional, entre outros processos, determinaram a referida relação. Expressaram, enfim, uma modalidade de desenvolvimento capitalista fruto da dinâmica particular que as lutas sociais e a homogeneização oligopolística do mercado mundial assumiram no Brasil.

ABSTRACT

The current thesis reports on the analysis concerning the relations established between industry and agriculture as to the pattern of monopolistic accumulation, dependant and internationalized ones, during the 1956-1976 period.

The analysis stresses the point that these relations were the outcome of the social struggle and the dynamic force of the word capital reproduction. The pattern of accumulation prevailing in the period and the pattern of such relations established between industry and agriculture were both conveceid as a result of a social project which was imposed on others in the context.

The social classes relations, the social role performed by the state, the level of external debts , the process of the economy multinationalization, the national market monopolistic homogenization, to mention some of the reasons, were the factors responsible for the above mentioned relations. Finally they expressed a kind of capitalism development brought about by the social struggles and word market monopolistic homogenization in Brazil.

Barbosa, Walmir.

Indústria, Agricultura e Padrão de Acumulação (1956 à 1976) / Walmir
Barbosa; Orientador Barsanulfo Gomides Borges. - Goiânia, 1997.

Tese (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, 1997.

1. História das Sociedades Agrárias. 2. Relação Campo / Cidade. I. Título.

PARTE I

O PROBLEMA E SUAS INTERPRETAÇÕES

1-INTRODUÇÃO

As ciências humanas produziram uma abundante reflexão acerca da sociedade brasileira, em especial no tocante ao caráter e natureza do seu processo de reprodução material. Estudos, como por exemplo, sobre a industrialização brasileira, sobre a relação Estado/planejamento econômico, sobre a interdependência dos diversos departamentos econômicos, sobre a formação e desenvolvimento do padrão de acumulação monopolista, sobre a relação entre o desenvolvimento capitalista e a conservação de formas de produção arcaicas no campo, entre tantos outros, proporcionaram múltiplas leituras e interpretações das estruturas econômico-sociais da sociedade brasileira¹.

Compreender a sociedade brasileira enquanto uma totalidade contraditória norteou diversos destes estudos. Daí a preocupação dos mesmos em localizar e qualificar as relações estabelecidas entre a base de reprodução material da sociedade e as superestruturas sociais.

O engajamento social e o sentido de partido assumido frente à sociedade estudada e vivida, por parte daqueles que se orientaram por uma abordagem dialética da realidade, enriqueceram as percepções críticas das estruturas do país. Perseguiram a intencionalidade e o sentido das transformações, como também buscaram localizar os vencedores e perdedores do processo. Em nossa perspectiva, de forma explícita ou não, interpretaram as transformações da sociedade brasileira como o desenrolar do processo da revolução burguesa no Brasil².

¹ - Alguns autores buscaram abordagens globalizadoras acerca do processo de reprodução material da sociedade brasileira. Podemos citar nesta direção Singer (1985), Ianni (1986), Mantega e Moraes (1980), Martins (1975 e 1980), Oliveira (1984 e 1987), Dowbor (1982), Furtado (1961 e 1970), Goldenstein (1994), Mendonça (1988), Mello (1991), Prado (1966), Sodré (1964), Santos (1991), Tavares (1972), entre outros.

² - O desenvolvimento da história concebido por Marx e Engels fundou-se na idéia de sucessão de épocas históricas apoiadas em estruturas econômicas e sociais denominadas modo de produção. Estas estruturas seriam percorridas por uma contradição básica, qual seja, o crescente antagonismo entre as velhas instituições (relações de produção) tendentes à conservação e as forças produtivas tendentes à permanente transformação (Marx, 1977, v. III, p. 300-303).

Esta contradição básica assumiria a forma dos conflitos entre as classes dominantes e dominadas dentro da velha ordem e entre a antiga classe dominante e a nova classe emergente e voltada para desafiá-la. Em conseqüência, ocorreriam as revoluções sociais enquanto processos que sepultariam as velhas instituições (relações de produção) e classes, viabilizando a livre expansão das forças produtivas e a consolidação das posições sociais da classe emergente. O conceito revolução apresentava originalmente, portanto, um sentido de salto histórico explosivo, ou seja, a manifestação agitada das classes culminando numa ruptura das relações sociais.

A revolução burguesa, por sua vez, seria a expressão mais completa do fenômeno da revolução até então criada pela trajetória histórica da sociedade humana. Isto na medida em que se desenvolveria numa sociedade em que as forças produtivas (não apenas em termos de fatores e condições imediatas de produção, mas principalmente consciência social acumulada) mais haviam se desenvolvido.

Algumas considerações quanto às características das estruturas de reprodução da sociedade brasileira - para nos determos em apenas um dos aspectos da relação - foram possíveis com base na literatura produzida sobre este tema:

1- O desenvolvimento das forças produtivas e o surgimento de novas relações sociais ao longo do século XX tomaram como base a articulação mais geral que orientou a sua relação no contexto da reprodução ampliada do capital. Os próprios elementos que comandaram essa relação conservaram o caráter geral que

O conceito revolução foi utilizado de maneira flexível por Marx e Engels, sendo também movimentado para a compreensão de processos históricos em cujas transformações não assumiriam uma dimensão de salto histórico explosivo. Marx (1984, V. I, p. 291), referindo-se a lenta, porém, definitiva desestruturação das aldeias indianas e a criação de uma economia de mercado e uma sociedade de classes clássica em decorrência do domínio britânico na Índia, a considerou uma revolução social. Identificava-se a transformação das relações sociais em direção de uma sociedade capitalista e burguesa na forma de um processo de longa duração e fora do contexto de um salto histórico explosivo.

Gramsci (1974, p. 140-149) recuperou esta concepção das transformações revolucionárias de longa duração. Ao interpretar as transformações sociais e políticas do século XIX, que determinaram a consolidação do capitalismo em bases industriais na Itália e a ascensão da burguesia como classe hegemônica, Gramsci distinguiu a revolução "ativa", a exemplo dos levantes comandados por Mazzini, da revolução "passiva", cujo expoente era Cavour. Enquanto na primeira forma de revolução as forças sociais confrontavam-se diretamente, na segunda forma ocorria um processo de preparação consciente, provocando mudanças lentas e moleculares na consciência dos homens e alterando a composição das forças sociais.

No Brasil, a concepção da revolução burguesa enquanto processo secular de transformação das relações sociais e políticas orientou várias abordagens da história do país, em especial da sua fase republicana. Holanda (1956, p. 250-251) chamou a atenção para o fato de que a grande revolução brasileira (revolução esta identificada com o sistema capitalista e a sociedade burguesa) não teria sido um fato que se registrasse num instante preciso. Ela era antes um processo demorado e que completava três quartos de século nos anos 50. A abolição da escravatura estaria na sua origem na medida que teria eliminado alguns freios tradicionais para o desenvolvimento da grande revolução, ou seja, a edificação de um novo sistema cujo centro de gravidade seria o espaço urbano.

Prado Jr (1969, p. 214-215) reconheceu na abolição da escravatura, na imigração europeia e na proclamação da República uma ruptura histórica de grande significado para o país, visto que teriam permitido superar o hiato que separava certos aspectos de uma superestrutura ideológica anacrônica e o nível das forças produtivas em plena expansão. Tal ruptura teria desencadeado um longo processo de organização de um novo aparelho estatal, do desenvolvimento de relações capitalistas de produção e da consolidação de um espírito empreendedor e maximizador.

Sodré (1967, p. 245-247) reconheceu nas transformações ocorridas no final do século XIX e início do século XX os primórdios da revolução burguesa e da burguesia nacional (por ele identificada como tendo interesses vinculados a uma industrialização independente e, em consequência, conflituosos com relação ao imperialismo e às frações burguesas a ele associadas). Embora reconhecendo na revolução de 30 uma revolução burguesa no sentido clássico, é evidente neste autor uma concepção da revolução burguesa enquanto processo de transformações de longo prazo e que se definia através da ruptura com o imperialismo, da industrialização do país e da eliminação da estrutura agrária tradicional (e semi-feudal).

Fernandes (1968, p. 190-191) reconheceu na revolução burguesa brasileira um processo lento e descontínuo, centrado no espaço urbano-industrial e áreas rurais a ele integradas. A revolução de 1930, a revolução constitucionalista de 1932, entre outros processos, responderiam à necessidade de implantar novas formas de organização do poder, capazes de expandir e de acelerar as transformações requeridas pela revolução burguesa.

Ianni (1985, p. 7-112) proporcionou um painel secular da revolução burguesa no Brasil. Coerentemente com os estudos precedentes buscou compreendê-la no contexto das relações estabelecidas entre a sociedade e o Estado. Nesta direção, processos, movimentos sociais, partidos políticos, eleições, revoltas, golpes, quarteladas, entre outros fatos e processos são recuperados para fazê-la compreensiva na sua dinâmica e história.

Adotaremos o conceito revolução na sua dimensão mais ampla, qual seja, enquanto transformações de longa duração. Transformações estas que não se prendem tão-somente à dimensão superestrutural, mas que se estendem para o conjunto das relações sociais.

Transformações lentas e descontínuas e que se expressam na revolução burguesa devem ser apreendidas como revolução secular na qual as relações sociais são reestruturadas gradualmente à imagem e semelhança da classe burguesa. Reestruturação esta que não prescindiu das agitações políticas de superfície (a exemplo de movimentos sociais como o tenentista dos anos 20, de levantes políticos como a Revolução de 30, ou de processos contra-revolucionários em reação a movimentos de cunho popular-democráticos como o golpe militar de 1964) ou da edificação de uma classe dirigente que expressasse os limites de consciência possível da classe burguesa (sob os limites de uma consciência corporativa e imediatista).

acompanhou a formação da sociedade brasileira, qual seja o seu papel dependente e subalterno no contexto da divisão internacional do trabalho;

2- A intermediação comercial e financeira externa, a dependência técnico-científica, a exploração irracional e extensiva dos recursos naturais e da força de trabalho, entre outros elementos, impossibilitaram uma plena acumulação de capital internamente. O Brasil, como Estado subalterno e dependente no contexto internacional, transformou-se num país vulnerável à ação do capital internacional;

3- O desenvolvimento das forças produtivas não adquiriu no Brasil um sentido radical e desestruturador das antigas formas de produção. Foi um processo gradual e de preservação transitória de determinadas formas não-capitalistas de produção e/ou modernização conservadora. Essa dinâmica presidiu contrastes como a existência de grandes conglomerados industriais e o tradicionalismo agrário em vastas regiões, ou a modernização estrutural e a marginalização social de amplas camadas da população;

Uma reflexão no presente acerca do caráter e natureza do processo de reprodução material da sociedade brasileira deve, necessariamente, apoiar-se nestes marcos gerais como referências primeiras para a abordagem do objeto proposto. E deve reconhecer as transformações ocorridas como integradas ao processo da construção da revolução burguesa no Brasil.

As transformações ocorridas no processo de reprodução material da sociedade brasileira foram apresentadas buscando o encadeamento 'possível' entre os padrões de acumulação e os ciclos econômicos. Esta busca, por localizar as continuidades e inter-relações, não podem suprimir as descontinuidades, ou seja, impondo uma interpretação evolutiva, lógica e necessária da estrutura de reprodução material. Ainda que a nossa estrutura de exposição possa ter dado margem a esta interpretação, reafirmamos que são as decisões dos homens individuais e coletivos que definem o curso da história.

O presente estudo não se fundamentou, prioritariamente, em pesquisa de campo ou mesmo na investigação de fontes primárias de dados. Estudos e vários artigos - citados ao longo do texto - percorrem todo o texto. Tal atitude metodológica, cuja essência é a busca por interpretações de conjunto e a integração de observações e idéias extraídas de inúmeros estudos, encontra-se profundamente em desacordo com a noção de que a natureza científica de um trabalho é determinado por sua “base empírica”. Conforme Antônio Barros de Castro,

“(...) o fracasso do método indutivo remonta, aliás, aos primórdios da ciência moderna. Os primeiros grandes passos do pensamento científico moderno exigiram, em muitos casos, a negação da totalidade das observações até então registradas”.

E prossegue,

“(...) o beco sem saídas do indutivismo tem levado, aliás, à completa esterilização de pensadores e escolas em várias ciências. Os que pretendem ressuscitá-lo nas ciências sociais caminham em sentido oposto ao das ciências de cujo prestígio pretendem valer-se” (Castro, 1969, p. 15-16).

Não negamos a importância dos dados e conhecimentos extraídos de tabelas, de informações, entrevistas etc, mesmo porque expressão a realidade e podem sempre ser reinterpretados à luz dos novos conhecimentos. Negamos, apenas, que o conhecimento científico somente possa ser conquistado através do manuseio das fontes ou que o manuseio das mesmas assegura o caráter científico de um trabalho. Fontes primárias e secundárias, conhecimentos sistematizados, referenciais teóricos etc, concorrem, cada um a sua forma e circunstância, para o conhecimento da realidade.

Nessa direção, com base nos dados primários e secundários levantados e no maior distanciamento dos processos históricos abordados, buscamos estabelecer um diálogo crítico com a literatura sobre o tema. Propomo-nos a realizar uma reflexão acerca das estruturas de reprodução material da sociedade brasileira que se constituísse, ao mesmo tempo, num diálogo crítico com a referida literatura.

1.1-O Problema

A problemática desta dissertação é aquilar a relação estabelecida entre a indústria e a agricultura no processo de reprodução material da sociedade brasileira. O papel dominante que o setor urbano-industrial passou exercer com relação ao setor agropecuário, no período posterior a 1930, foi determinante para a nossa opção, por abordar a referida relação a partir, prioritariamente, da dinâmica da transformação do setor urbano-industrial.

A dinâmica do desenvolvimento, das contradições e das crises materializadas na relação estabelecida entre a indústria e a agricultura foi a essência da referida relação. Nessa direção, buscamos apreender os elementos internos e externos, estruturais e conjunturais, sócio-econômicos e políticos que concorreram de forma decisiva para a determinação do desenvolvimento, das contradições e das crises da estrutura de reprodução material da sociedade brasileira e que permearam, portanto, essa relação.

O período delimitado para o desenvolvimento da dissertação compreenderá os anos de 1956 a 1976. Contudo, sentimos a necessidade de abordar o período de 1930 a 1954 de forma a que o mesmo se constituisse em suporte para a reflexão posteriormente desenvolvida. Nele buscamos apreender as relações de classes, a conformação do Estado industrializador-intervencionista e o padrão de acumulação implementados após a Revolução de 1930. A apreensão destes processos identificará as continuidades e descontinuidades ocorridas no período posterior, bem como a sua melhor caracterização.

O período que se estendeu de 1956 a 1976 será o objeto central da dissertação. O mesmo será dividido em três subperíodos, definidos a partir dos ciclos econômicos³ que se

³ - A teoria dos ciclos econômicos, na qual nos referenciamos, deriva da teoria da crise de Marx. Neste sentido, os ciclos econômicos compõem o padrão de acumulação capitalista permitindo, ao mesmo tempo, caracterizar as fases e momentos da acumulação (retomada, expansão, pico, desaceleração, depressão e crise) e as políticas econômicas periodicamente adotadas (Sweezy, 1976, p. 164-176; Bottomore (Coord.), 1983, p. 85-89; Coggiola (Coord.), 1996, p. 303-315).

Não compreendemos os ciclos econômicos, portanto, na perspectiva das teorias para o capital, segundo as quais as mudanças ocorriam puramente no plano conjuntural (técnicas, produto etc), permanecendo o essencial (a forma de produzir, a forma de relacionamento econômico inter-setorial etc). Na referida perspectiva, os ciclos econômicos comporiam fases de uma dinâmica do desenvolvimento capitalista linear-evolutiva.

seguiram à internacionalização da economia para melhor localizar as especificidades e contradições de cada ciclo, bem como permitir uma exposição didaticamente superior.

Ao ciclo econômico, compreendido pelo Programa de Metas, será incorporado a fase recessiva subsequente. Estender-se-á de 1956 a 1967. O ciclo econômico compreendido pelo “Milagre Econômico Brasileiro”, estender-se-á de 1968 a 1973. O ciclo econômico compreendido pelo II Plano Nacional de Desenvolvimento estender-se-á de 1974 a 1976 (embora, do ponto de vista formal, tenha vigorado até 1978).

1.2-Hipóteses

Buscaremos abordar as hipóteses formuladas sob uma perspectiva de totalidade⁴. Tal perspectiva será articulada através do conceito de relações de produção⁵ movimentado segundo a tradição marxiana, qual seja, das relações de classes em torno da produção e distribuição dos excedentes.

A nossa primeira hipótese é que os crescentes desequilíbrios e contradições econômicas do período de 1956 e 1976 encontravam-se determinados pelo processo de internacionalização da economia brasileira.

Desequilíbrios e contradições na dinâmica de expansão econômica, em especial numa economia capitalista dependente, são facilmente identificáveis. Várias abordagens do processo da industrialização brasileira localizavam a inadequação estrutural e mesmo inexistência de determinados ramos produtivos e setores econômicos, deficiência na estrutura de

⁴ - Pelo conceito de totalidade compreendemos o movimento do todo social, composto pela superestrutura - que compreende as instituições jurídicas, as instituições políticas, as formas do Estado e as diversas manifestações de consciência social - e pela infra-estrutura - que compreende as forças produtivas (fontes de energia, matérias primas, conhecimentos científicos e técnicos e os trabalhadores) e as relações de produção (as relações que os homens contraem, a fim de produzirem e dividirem entre si bens e serviços).

⁵ - Pelo conceito de relações de produção compreendemos as relações sociais que os homens estabelecem entre si, a fim de produzirem e de dividirem os bens e serviços. Nas sociedades capitalistas, as relações de produção compreendem a propriedade dos capitalistas, viabilizando-lhes a tomada de decisões, a escolha dos investimentos e a divisão dos lucros; o funcionamento das empresas, com a hierarquia de pessoal, a disciplina de fábrica, a ordenação das normas e horários, e a situação dos trabalhadores, variando segundo o sistema de salários, as formas de estabelecimento e ruptura de contrato, a importância dos sindicatos etc.

investimentos, carência de emprego e de demanda etc, como expressão destes desequilíbrios e contradições.

O desenvolvimento/instalação do setor metal-mecânico e dos setores da indústria automobilística, eletrodomésticos e eletroeletrônicos, identificados por muitos, respectivamente, como capazes de assegurar um desenvolvimento auto-sustentável e de proporcionar a diferenciação/dinamização da economia industrial em geral, agregado aos investimentos infra-estruturais (indústria de base, transporte e comunicação), era diagnosticado como o conjunto de iniciativas que assegurariam o desenvolvimento equilibrado e harmonioso do país (Furtado, 1981, p. 30-32). Mediante a “impossibilidade”, atribuída por muitos, do desenvolvimento/instalação dos referidos setores, a partir do próprio capital nativo, recorreu-se à grande presença do capital internacional (Furtado, 1981, p. 35-36).

Na forma das multinacionais e do endividamento externo, a dependência do país deslocou-se do plano das relações de troca e inseriu-se profundamente na estrutura produtiva. A aplicação de capital internacional - à procura de autovalorização imediata e/ou mediatamente superior àquela obtida em seus países de origem - determinou o retorno dos lucros e rendimentos gerados para os países centrais. Estímulos produtivos, portanto, transferidos para fora e capazes de privar o país de excedentes impulsionadores de novas atividades econômicas, empregos e rendas.

A carência de investimentos reais (não puramente reiterativo) em grande proporção (tomando-se como referência a estrutura produtiva do país), determinado pela desnacionalização dos excedentes internamente produzidos, provocou o aguçamento da defasagem tecnológica da estrutura produtiva e mesmo o sucateamento de amplos setores. A mediocridade da economia brasileira, que no período anterior expressava-se através da insuficiência/inexistência de setores econômicos, lenta acumulação de capital, mercado restrito etc, assumia agora a forma de uma

dinâmica econômica coatada e em defasagem crescente do ponto de vista técnico-científico, investimento etc.

O padrão tecnológico das indústrias multinacionais instaladas no país encontrava-se adaptado a um padrão de relações interindustriais taylorista/fordista. O referido padrão, predatório dos recursos naturais e humanos, impediu a inserção em grandes proporções das mercadorias internamente geradas no mercado internacional. À medida que os países centrais dão início à superação do padrão tecnológico taylorista/fordista ao final dos anos 60 (e que se intensificou a partir da crise do petróleo), a defasagem de custo e de qualidade das mercadorias industriais nacionais produzidas tenderam a aumentar criando crescentes obstáculos para a inserção no mercado internacional.

Este quadro está na base, além é claro de uma industrialização verticalizada para o mercado interno, dos crescentes desequilíbrios na balança comercial - com importação de insumos e tecnologia não raramente excedendo as exportações - e no balanço de pagamento - visto que as divisas externas obtidas, dependentes das atividades agroexportadoras e fundamentalmente voltadas para a remessa de capitais e importação de tecnologia e insumos industriais, eram insuficientes. O desequilíbrio das balanças comercial e o balanço de pagamento concorreu para o crescimento da dívida externa - à medida que juros não podiam ser pagos e novos empréstimos eram exigidos para pagá-los - e da dívida interna - recorrida para refinanciar o déficit público, assegurar meios de pagamento para custeio e investimento público e recursos para viabilizar compromissos financeiros internacionais.

A realização da autovalorização do capital, agora monopolista, concorreu para agravar os desequilíbrios e contradições. Fundamentalmente voltado para assegurar a realização econômica de produtos de alta composição de valor, as novas relações produtivas (integradas também pelas políticas salariais encaminhadas por governos) estimularam a distribuição crescentemente regressiva de rendas, precondição para a demanda de eletrodomésticos,

automóveis etc. Como consequência econômica, restringiu-se o mercado para os setores produtivos, visto que aqueles que produziam bens de consumo não-duráveis viram-se comprimidos pelas restritas rendas dos trabalhadores, bem como aqueles que produziam bens tecnológicos de produção encontravam-se condicionados pela expansão restrita daqueles. Como consequência social, ocorreu a política de hiper contenção dos meios de reprodução das massas trabalhadoras (emblematicamente expresso na âncora salarial representado pelo salário mínimo), as enormes taxas de subempregados etc.

Finalmente, a internacionalização da economia entre 1956 e 1976 concorreu para a intensificação dos conflitos e contradições sociais em consequência do quadro sócio-econômico formado. A expressão completa e complexa deste quadro foi, sem dúvida, a ação política organizada dos trabalhadores, materializada na denúncia do pacto populista, através da unidade campo/cidade, de um lado, e a ditadura militar, contra-revolução voltada para concluir a conformação da economia monopolista, dependente e internacionalizada no país, de outro.

A nossa segunda hipótese é que, a partir da internacionalização da economia, o crescimento da economia brasileira passa a depender diretamente do fluxos externos de capitais e do comportamento das taxas de juros internacionais.

No padrão econômico precedente ao padrão de acumulação e financiamento capitalista internacionalizado, o domínio imperialista materializava-se, fundamentalmente, no plano das relações de trocas internacionais. A margem restrita de autonomia e independência econômica do país, o papel de agente econômico regulador e produtivo assumido pelo Estado, os abalos políticos e econômicos internacionais, entre outros processos, concorreram para o crescimento econômico fundamentalmente amparado nos capitais nativos. Portanto, embora exposta à variação das conjunturas econômicas do mercado internacional, capazes de interferir decisivamente nos preços de insumos industriais, máquinas, equipamentos e produtos primários, a expansão econômica nacional ocorreu de forma permanente.

A partir da internacionalização da economia brasileira, com a instalação das multinacionais nos novos setores dinâmicos da economia brasileira e estrategicamente localizados nas relações intersetoriais (indústria automobilística, eletroeletrônica, eletrodomésticos, químico-farmacêutica etc) e com o endividamento externo, ocorreu, concomitantemente, o controle externo do núcleo estratégico da estrutura produtiva brasileira e a intermediação financeira externa da referida estrutura.

A transferência de recursos e/ou “adiamento” para o futuro (através das amortizações da dívida externa e novos investimentos produtivos intensificando a dependência dos capitais externos) determinaram uma acumulação do capital nativo (público ou privado) extremamente restrita. Por consequência, a fração do Produto Interno Bruto para o investimento contele-se, fundamentalmente, a um caráter reiterativo em termos econômicos globais.

O crescimento econômico brasileiro passou a depender dos investimentos dos oligopólios internacionais e países centrais. Estes tornaram-se capazes de ampliar diretamente a estrutura produtiva, de liberar empréstimos viabilizadores de investimentos na infra-estrutura (estradas, telecomunicações, indústria de base etc) e/ou amortizações de juros e serviços da dívida externa (controlando o comportamento das taxas de juros internacionais) e de atuar diretamente sobre o balanço de pagamentos e do orçamento público.

Os períodos representados pelos ciclos econômicos do Programa de Metas, do “Milagre Econômico Brasileiro” e do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), confirmam esta realidade. O Programa de Metas e o “Milagre Econômico Brasileiro” beneficiaram-se da vinda das multinacionais, da elevada liquidez internacional e de juros internacionais baixos. Contudo, quando conformou-se a ameaça institucional à realização do processo de acumulação na forma da denúncia do pacto populista, interrompeu-se a vinda de novas empresas multinacionais e fechou para o país o acesso à liquidez internacional

“disponível”. A dinâmica de crescimento foi interrompida, sendo seguido por dinâmicas recessivas.

No II PND, por sua vez, a dinâmica de crescimento frustrou-se melancolicamente, após pouco mais de dois anos de desenvolvimento. Não recebendo significativos grupos multinacionais, alimentado através da liberação moderada de recursos externos sob elevadas taxas de juros internacionais e sujeito ao encarecimento dos custos tecnológicos, em que pese condições internas favoráveis como a aceleração da expansão da fronteira agrícola em direção à Amazônia, a entrada em plena atividade dos setores econômicos instalados (ou que completaram instalação) no período do “Milagre Econômico Brasileiro” (como exemplificam os pólos petroquímicos, celulose etc), o II PND teve a sua dinâmica de crescimento interrompida, antecipando a chamada “década perdida”.

Enfim, com a internacionalização, a economia brasileira, em especial a sua dinâmica de expansão (crescimento econômico real), passou a depender dos planos de expansão das multinacionais para o país e do estado de liquidez e taxas de juros internacionais, definidos no âmbito dos oligopólios e instituições financeiras internacionais e dos Estados cênicos.

A nossa terceira hipótese é que, nos momentos de crise e/ou de transição de um padrão de acumulação para outro, a ação das classes dominantes direciona-se no sentido de repor a forma de dominação sobre a sociedade.

O objetivo estratégico das classes dominantes, qual seja, a reprodução das relações capitalistas de produção passa, necessariamente, pela subordinação econômica, política e ideológica do trabalho ao capital. O referido objetivo estratégico impõe dois objetivos táticos, quais sejam, romper as resistências políticas daqueles que compõem o mundo do trabalho e operar as readequações institucionais necessárias para nova fase de acumulação. Isto porque, na etapa do capitalismo monopolista maduro, as lutas de resistência econômica tendem a converter-se em luta política, toda luta contra as bases do capitalismo nacional tende transformar-se em luta

contra o capital internacional e toda resistência a um projeto burguês tende a reverter-se em resistência contra a burguesia em geral.

A crise econômica, que pode expressar-se através de condições conjunturais adversas para a acumulação de capital ou de um esgotamento de ciclo ou mesmo de padrão econômico, não determina a criação de novas condições para uma nova etapa de acumulação. A crise apenas inaugura um novo nível de desequilíbrios e contradições que somente podem ser “resolvidos”, do ponto de vista da nova etapa de acumulação, ao nível das superestruturas sociais. Daí o fato da luta de classes concentrar-se em torno da reestruturação das estruturas jurídicas e políticas, visto que, a partir delas, se proporcionar-se-ão novas condições econômicas e sociais para uma nova etapa de subordinação dos trabalhadores ao capital.

Essa é a razão que presidiu, na sociedade brasileira, a luta das classes dominantes contra todo e qualquer projeto de resistência dos trabalhadores ou alternativo às relações sociais do capitalismo e da sociedade burguesa. Os referidos projetos representavam obstáculos para a permanente reiteração das mencionadas relações, para a criação de novos padrões de acumulação e, no limite, para a sobrevivência do próprio capitalismo.

A nossa quarta hipótese é que a industrialização do campo e a urbanização do rural no Brasil podem fazer parte da lógica intrínseca do padrão de acumulação e financiamento sob economia internacionalizada e dependente. A modernização do setor agropecuário, por sua vez, é a forma assumida pela referida industrialização e urbanização.

Muller (1989, p. 32) compreendeu a modernização no setor agropecuário, a partir da segunda metade dos anos 60, como estando determinado pelas necessidades de víveres e matérias-primas do meio urbano-industrial. Necessidades estas que não poderiam ser satisfeitas pela expansão agropecuária tradicional.

Castro (1969, p. 95-193), por sua vez, compreendeu a modernização do setor agropecuário como decorrente, basicamente, da dinâmica natural de expansão das relações

capitalistas de produção sobre os espaços de economia natural e mercantil. Expansão motivada pela busca do capital em reproduzir-se em novos espaços e pela motivação da demanda social formada.

Em nossa perspectiva, a modernização do setor agropecuário ocorreu como parte de um movimento social e econômico estrutural. O aumento da necessidade de novos mercados para a realização das mercadorias dos Departamentos I, II e III⁶ da economia implicou na modernização deste setor. O setor agropecuário (e as populações dele dependentes diretamente) passava a compor a nova demanda de bens de consumo duráveis e não-duráveis e bens tecnológicos.

O processo de homogeneização monopolística do mercado nacional e as novas condições de concorrência econômica em nível nacional impôs a diversificação das atividades dos grandes grupos econômicos. Indústrias oligopolistas e monopolistas inserem-se no setor agropecuário, no sentido de buscar manter, através do conjunto das suas atividades, uma elevada acumulação de capital. Bancos, prioritariamente voltada para a prestação de serviços e para o financiamento do consumo, por sua vez, também buscaram diversificar a sua intervenção econômica, através do setor agropecuário.

A partir da implementação do ciclo econômico do “Milagre Econômico Brasileiro”, intensificou-se a necessidade de diversificar as exportações para conter o crescente desequilíbrio da balanço de pagamento. A remessa de lucros das multinacionais e encargos financeiros internacionais e a importação de tecnologia e insumos industriais exigiam um volume maior de divisas internacionais. Como as multinacionais aqui instaladas encontravam-se superadas do ponto de vista tecnológico e, em consequência, não inseriam significativamente suas

⁶ - O conceito departamento econômico foi primeiramente formulado por Marx (1973, vol. II, 3 seção). Para compreender a reprodução ampliada do capital em escala nacional, Marx operou uma separação da economia em Departamento I, produtor de bens de produção e Departamento II, produtor de bens de consumo. Kalecki (1983, p. 35-55) propôs um novo esquema, desmembrando o segundo departamento econômico (originalmente trabalhado por Marx) em Departamento II, produtor de bens de consumo corrente e Departamento III, produtor de bens de consumo duráveis. Adotaremos o esquema desenvolvido por Kalecki.

mercadorias no mercado internacional, coube ao setor agropecuário gerar grande parte destas divisas necessárias.

A mecanização e a quimificação agrícolas acentuaram a redistribuição da população entre o espaço rural e urbano a partir da segunda metade dos anos 60. A menor exigência quantitativa de mão-de-obra nas atividades sob empresariamento capitalista e o agigantamento do mercado de víveres e matérias primas urbanas também concorreram para as transformações estruturais em curso.

A industrialização do campo e a urbanização do rural no Brasil, em nosso entendimento, portanto, não podem ser apreendidas fora do movimento social e econômico estrutural. Este movimento, por sua vez, encontrava-se determinado pelo padrão de acumulação e financiamento sob economia internacionalizada e dependente, especialmente a partir do ciclo econômico do “milagre econômico”.

A nossa quinta hipótese é que a modernização do setor agropecuário requeria a sua transformação em espaço também privilegiado da acumulação de capital. O referido setor deixava de cumprir, tão-somente, o tradicional papel de viabilizador da acumulação de capital, que se realizava plenamente no setor urbano-industrial.

Os custos da mecanização e quimificação da agricultura, os encargos econômicos do financiamento da produção, o desenvolvimento das agroindústrias, a diversificação das atividades econômicas do capital monopolista e oligopolista na forma de investimentos diretos no campo, os estímulos que o poder público dispensou às atividades agropecuárias, entre outros processos, determinaram a consolidação das relações de produção capitalistas no campo. Parte considerável da renda da terra convertia-se em capital e, como tal, com um impulso desmedido à autovalorização.

O capital, enfim, teve que realizar-se “plenamente” no próprio setor agropecuário. Somente após esta plena realização poderia circular por outros setores de atividade econômica.

1.3-Procedimentos

A reconstrução do objeto da reflexão ocorreu na forma de um painel histórico-descritivo. Através deste painel a caracterização dos padrões de acumulação e financiamento capitalista com as suas dinâmicas, suas contradições e suas crises foram realizadas.

A integração do período compreendido entre 1930 e 1954 no painel histórico cumpriu o papel de “revelador” das continuidades e descontinuidades que a transição para o novo padrão acarretou, tendo em vista identificar o novo bloco hegemônico no país, localizar velhas e novas atribuições assumidas pelo Estado e pela agricultura, caracterizar a configuração da nova divisão internacional do trabalho, entre outros objetivos. Sem localizarmos estas continuidades e descontinuidades, a análise do período compreendido entre 1956 e 1976 seria parcial.

A literatura referente à temática trabalhada foi caracterizada em termos de vertentes interpretativas. Nessa direção, dois objetivos foram buscados ao longo da dissertação: expor as mais importantes vertentes de interpretação das estruturas de reprodução material da sociedade brasileira e conduzir uma reflexão de caráter teórico-metodológico tendo como referência inicial as próprias vertentes interpretativas.

O levantamento das fontes foi realizado através da consulta de arquivos e de publicações de institutos de estudos econômicos e sociais, bem como através da própria literatura consultada. As fontes permitiram o acesso a diversos dados e possibilitaram conclusões capazes de proporcionar a caracterização de processos e a legitimação das hipóteses.

O “confronto” entre as vertentes interpretativas e os dados recolhidos foi uma constante e cumpriu um duplo papel: aferir o grau de abrangência proporcionada pelas vertentes interpretativas na análise do seu objeto e apreender os elementos que concorreram de forma decisiva para a determinação das contradições e crises da estrutura de reprodução material da sociedade brasileira.

2-METODOLOGIA E REFERENCIAL TEÓRICO

Adotamos o método dialético de Marx (1977, p. 199-231). Não o método enquanto um sistema explicativo de mundo, nem tampouco enquanto modelo teórico, mas enquanto um instrumento de análise apoiado em conceitos e categorias historicamente determinadas, redefinidas ao longo do desenvolvimento das relações sociais, da ciência e do conhecimento.

A adoção deste método justificou-se pelo instrumento científico que representa no desvendamento das relações sociais. Especialmente importante foi a abordagem estrutural, a leitura do fato social, através da interação entre base e superestrutura, e o reconhecimento do caráter contraditório e conflituoso assumido pelas diversas formas de organização da sociedade, proporcionado pelo referido método.

A interpretação das articulações estabelecidas entre as estruturas econômico-sociais e o Estado e uma percepção dos conflitos de interesses que permeiam estas articulações poderiam ser facilitadas através da abordagem do processo de reprodução do capital. Para tanto, a reflexão apoia-se no esquema da reprodução ampliada do capital proposto por Marx (1973, vol. II, 3º seção), onde a reprodução foi estudada a partir das relações entre dois departamentos da economia: o Departamento produtor de bens de capital ou produção, Departamento I, e o Departamento produtor de bens de consumo, Departamento II.

O modelo da reprodução ampliada proposto por Marx sofreu um limitativo para a reflexão do capitalismo na sua fase monopolista, visto que o autor o concebeu para um sistema capitalista na sua fase concorrencial, no qual o desenvolvimento das forças produtivas não haviam amadurecido a ponto de conformar um setor produtor de bens de consumo duráveis com as características e a profundidade que a economia mundial proporcionou a partir do século XX. Mesmo quando um autor, do nível de reflexão de Singer (1989, p. 15-21), preserva a abordagem do esquema da reprodução ampliada apoiado nos dois departamentos desenvolvidos por Marx,

ampliando o Departamento II, para incluir os bens de consumo duráveis, compromete o pleno desvendamento das articulações estabelecidas entre as várias frações do capital, como, por exemplo, a distribuição entre os capitais privado nacional e internacional e o capital estatal na estrutura produtiva do país, ou, ainda, as contradições e constantes reacomodações destes capitais, através das políticas econômicas de Estado, em função da correlação de forças socialmente estabelecidas.

Adotamos o modelo teórico utilizado no cerne dos trabalhos de Kalecki (1983, p. 35-55), que - efetuando uma subdivisão no Departamento de bens de consumo, assimilando/desenvolvendo o referido modelo - permitiu uma percepção crítica das dinâmicas e características do capitalismo monopolista contemporâneo. Os departamentos assumiram a seguinte divisão: Departamento I, produtor de bens de capital ou de produção, incluindo os bens intermediários que também formam capital constante; Departamento II, produtor de bens de consumo não-duráveis ou de consumo imediato; e Departamento III, produtor de bens de consumo duráveis.

A reflexão apoiada neste modelo proporcionou uma abordagem inter-relacionada dos diversos departamentos econômicos, uma correta caracterização das transformações ocorridas na base produtiva da sociedade e uma análise crítica do grau e da qualidade do imbricamento da estrutura econômica nacional no contexto do capitalismo mundial.

2.1-Padrões de Acumulação e Financiamento

O conceito de padrão de acumulação e financiamento capitalista⁷ cumpriu um papel fundamental para os propósitos desta dissertação. Ele proporcionou condições para uma

⁷ - O marxismo clássico, em especial através da obra *O Capital* (Marx, 1973, v. II, 3 seção), realizou uma reflexão acerca do processo da acumulação capitalista em geral, buscando apreender a sua dinâmica de reprodução. O padrão de acumulação e financiamento capitalista, por sua vez, direciona-se para a apreensão das formas historicamente determinadas do referido processo de acumulação, ou seja, como os diversos fatores e processos da acumulação se compõe numa formação social em um determinado período histórico.

Mello (1991, p. 110) foi quem primeiramente elaborou no Brasil, no início dos anos 70, o conceito “padrão de acumulação”. Este conceito emergiu do processo de elaboração de uma periodização para se compreender a especificidade do

abordagem estrutural das articulações econômicas, das transformações a que estão sujeitas ao longo do tempo, e a localização e caracterização do esgotamento de um padrão ou ciclo econômico.

Por padrão de acumulação e financiamento capitalista compreendemos a forma de articulação interdepartamental que uma dada estrutura econômica apresenta e a forma como são mobilizados os recursos para o seu financiamento. O todo, representado pela estrutura interdepartamental e pela estrutura de financiamento, emerge de múltiplas formas. Por um lado, nas formas assumidas pelo padrão tecnológico adotado, pela organização da empresa capitalista, pelas relações de trabalho e pela interação estabelecida entre a indústria e a agricultura. Por outro, expressa-se nas formas assumidas pela estrutura de poupança pública e privada, pelo sistema tributário, pelo sistema de crédito, pelo sistema financeiro e pela mobilização e estrutura dos gastos públicos.

Historicamente, os padrões de acumulação e financiamento projetaram metas, horizontes a serem atingidos. Eles orientaram os programas econômicos, em especial os setores produtivos a serem expandidos ou internalizados no país, como também a estrutura das inversões projetadas. No Brasil, no período compreendido entre os anos 30 e meados dos anos 70, este conteúdo foi acompanhado ainda por um discurso ideológico salvacionista e de caráter mais ou menos nacionalista, segundo a correlação de forças socialmente estabelecida e condensada no Estado, como evidencia os programas econômicos governamentais e os pronunciamentos de autoridades públicas.

Um padrão de acumulação e financiamento capitalista não é o resultado de estágios precedentes do desenvolvimento capitalista aos quais sucederia *naturalmente*. Nem tampouco é

capitalismo brasileiro caracterizado como sendo uma variante de capitalismo “tardio”. Segundo o autor, a economia brasileira teria passado pelos períodos da economia colonial, economia mercantil escravista nacional e economia exportadora capitalista retardatária.

O período da economia exportadora capitalista retardatária se estenderia de mais ou menos 1890 aos dias atuais. Este período compreenderia várias fases. A fase do “nascimento e consolidação da grande indústria”, que se estenderia de mais ou menos 1890 a 1933, a fase da “industrialização restringida” que se estenderia de 1933 a 1955, sendo, finalmente, seguida pela fase da “industrialização pesada” estabelecida a partir da vigência do Programa de Metas (1956 e 1961), e que se estenderia até o final da década de 70.

resultado de elaborações técnicas macroeconômicas, por mais articuladas que possam apresentar-se. Embora estes elementos sejam importantes em si mesmos, um padrão de acumulação e financiamento está determinado em última instância pelas relações de poder que as diversas classes e grupos sociais estabelecem entre si, pelo grau de desenvolvimento das forças produtivas acumuladas no país e pela estruturas de relações econômica e política e conjuntura internacional. Estes elementos determinam o caráter do Estado, o tipo de vínculo estabelecido entre o público e o privado, o conteúdo da interação criada entre o sistema capitalista nacional e o capitalismo internacional, as formas assumidas entre os vários capitais privados nacionais e destes para com o capital privado internacional e o estatal, e as relações estabelecidas entre o capital em geral e a classe trabalhadora.

Compreendemos que a contradição capital *versus* trabalho - não apenas a que indispõe a classe dominante e a classe trabalhadora, mas também internamente às referidas classes - expressa no conjunto das relações sociais geradas, encontra-se na base da definição e redefinição de um padrão de acumulação e financiamento. Em outras palavras, as relações de poder que emanam das contradições sociais fundamentais exercem um papel *ontológico* no âmbito dos elementos que concorrem para a manutenção ou transformação de um padrão de acumulação e financiamento.

As crises e rupturas de padrões de acumulação e financiamento no Brasil acarretaram, historicamente, importantes conflitos políticos e sociais. O reordenamento da estrutura de relação entre os diversos capitais e destes para com o Estado, as classes trabalhadoras e o capital internacional foram acompanhados de intensos conflitos políticos, com articulações de interesses emergentes não raramente tutelados militarmente. Expressaram, enfim, algumas das formas cruentes que as lutas de classes assumiram no Brasil.

Mello (1991, p. 7-177) buscou, através do conceito de “padrão de acumulação”, caracterizar qualitativamente os diversos períodos e fases da economia do capitalismo tardio

brasileiro. A sua concepção de mudança de padrão de acumulação a partir da “industrialização restringida” - para nos atermos apenas ao período pós-1930 - incorreu numa subestimação das rupturas políticas acarretados pelos conflitos de classes e interclasses no sentido da redefinição dos padrões de acumulação acima referidos. E, não menos importante, o realce excessivo, por parte do autor, à fase da “industrialização pesada” que, segundo ele, teria permitido internalizar todas as fases e processos de produção e credenciar o país para uma acumulação ampliada e autônoma de capital, foi acompanhada de uma abordagem superficial da transformação das formas de financiamento da acumulação, em especial do novo papel reservado ao capital internacional⁸. Dois equívocos de método: de um lado, não buscar a interação dialética entre a dinâmica econômica e política; de outro, eclipsar a “dinâmica externa” a que está sujeita à acumulação de capital na sociedade brasileira em decorrência de uma superestimação da “dinâmica interna” da acumulação.

A referida abordagem incorreu nos equívocos acima referidos, em função do conceito de “padrão de acumulação” elaborado pelo autor. Na tentativa de não incorrer naquilo que a nosso ver seriam equívocos, buscamos assimilar/superar o conceito formulado por João Manuel Cardoso de Mello. Por “padrão de acumulação e financiamento capitalista”, compreendemos uma determinada estrutura econômica, fruto da correlação de forças socialmente estabelecidas e da forma de interação entre os interesses dominantes no país frente ao capital internacional. Não compreendemos os “padrões de acumulação e financiamento” como estágios de evolução econômica como o autor.

Finalmente, entendemos haver um profundo imbricamento entre a estrutura de reprodução do capital no plano nacional e o movimento de reprodução do capital em escala global. Reconhecer este imbricamento, ou seja, o imperialismo, deve compor o conceito. Uma

⁸ - A obra *O Capitalismo Tardio* de João Manuel Cardoso De Mello circulou primeiramente em meados dos anos 70 na forma de dissertação mimeografada. Em que pese o fato das edições revisadas e publicadas posteriormente não trazerem qualquer nova abordagem da referida periodização ou ajuizamento crítico sobre a mesma, conservaremos o entendimento de que a última fase do último período se estendia até o final da década de 70.

perspectiva linear e centrada unicamente nas dinâmicas que a reprodução do capital assumiu no Brasil revela-se insuficiente para a caracterização da definição e redefinição, de caráter e natureza, das referidas dinâmicas, bem como para a determinação das condições políticas a que estão sujeitas.

Os estudiosos das transformações econômico-sociais da sociedade brasileira reconheceram, na Revolução de 1930, um marco fundamental no âmbito das referidas transformações. Furtado (1970, p. 195-203), Mello (1991, p. 96-122), Oliveira (1977, p. 37-44) e Mendonça (1988, p. 22-34) destacaram que uma economia de realização externa do valor teria dado lugar a uma economia de realização interna.

Partilhamos do entendimento de que o país conviveu, a partir da mudança do eixo econômico proporcionado pela Revolução de 1930, com basicamente dois grandes padrões de acumulação e financiamento capitalista. O primeiro, que vigorou de 1933 a 1955, caracterizou-se, basicamente, por uma estrutura interdepartamental, que teve como eixo o Departamento II, plenamente instalado, e o Departamento I, cuja precária instalação restringiu-se à produção de uma parcela relativamente restrita de insumos industriais. Os bens de capital e uma parcela significativa dos insumos industriais permaneceu nos países centrais, como também a quase totalidade do Departamento III. As fontes de financiamento eram mobilizadas internamente, tanto através de recursos “confiscados” junto ao setor agropecuário quanto através da superexploração da força de trabalho.

O capital internacional não assumiu um papel fundamental neste padrão de acumulação e financiamento capitalista como capital de risco presente na estrutura produtiva. Concentrou-se, prioritariamente, no circuito da intermediação comercial e financeira externa. Os empréstimos concedidos limitaram-se quase que exclusivamente às negociações bilaterais de governo a governo. O capital internacional atuou, enfim, no sentido de conservar a tradicional divisão internacional de trabalho.

O segundo padrão de acumulação e financiamento capitalista⁹ vigorou, no âmbito do período compreendido pela dissertação, de 1956 a 1976. Caracterizou-se pela internalização quase completa dos três departamentos econômicos, com o capital privado nacional concentrado predominantemente no Departamento II, o capital estatal no Departamento I e o capital privado internacional no Departamento III. Estes capitais, à exceção do estatal, estenderam-se marginalmente aos departamentos nos quais não predominam. Aos meios internos de financiamento, em especial à superexploração da força de trabalho, agregam-se os recursos financeiros internacionais, canalizados para a arrancada monopolística vivida pelo país no final dos anos 50, e para o ciclo econômico do “Milagre Econômico Brasileiro”.

2.2-Crise e Capitalismo

A idéia de crise sempre acompanhou o capitalismo. E, mais do que um conceito político, ideológico ou econômico, que defensores ou críticos do capitalismo possam reproduzir, a crise emergiu concreta e periodicamente neste sistema.

Os neoclássicos, ancorados na teoria do equilíbrio geral do sistema e do mercado como distribuidor dos frutos do desenvolvimento, conceberam a crise como algo transitório e prontamente superado pela dinâmica natural do sistema. Para tanto, o mercado deveria se auto-regular, ou seja, os fatores econômicos deveriam se auto-equilibrar, sem interferência direta do poder público na forma de instrumento de regulação ou de agente produtivo. Do ponto de vista teórico, o fenômeno crise não encontrou grande significado na teorização neoclássica - o que não correspondeu em absoluto com as políticas econômicas de governos inspirados nas concepções neoclássicas, mesmo em se tratando daqueles governos que advogaram o livre mercado sob preceitos neoliberais, cujo pragmatismo os conduziu a uma permanente intervenção no mercado, no sentido de conter ou dirimir as crises e seus efeitos.

⁹ - Tendo em vista transformar o texto mais fluente possível, utilizaremos tão-somente a expressão ‘padrão de acumulação’, para designar o conceito de ‘padrão de acumulação e financiamento capitalista’.

Prebish (1987, p. 32 à 34), representante maior do pensamento da Comissão Econômica Para a América Latina-CEPAL, concebeu a crise como realidade inseparável do ciclo econômico capitalista. Para este autor - que para uma exposição didático-metodológica parte de uma estrutura nacional integrada e cujos diversos setores econômicos estariam internalizados - ocorreria uma fase ascendente no ciclo econômico quando a demanda tenderia a ultrapassar o ritmo da produção e os preços tenderiam a subir. A elevação dos preços em decorrência de uma demanda insatisfeita teria o poder de desencadear uma aceleração da produção, do comércio e dos serviços. A autoridade monetária, visando conter os excessos da elevação de preços capazes de frustar a própria fase ascendente do ciclo, poderia intervir restringindo moderadamente o crédito ou obrigando as empresas a absorverem as pressões salariais então desencadeadas.

Após certo ponto da expansão, teria início a fase descendente do ciclo econômico. A autoridade monetária teria que agir para deter a subida excessiva de preços, motivada pelo aquecimento de demanda e o desequilíbrio externo desencadeado pelo crescimento excessivo das importações. Restringindo de forma contundente o crédito, inibindo programas de financiamento ao setor produtivo etc, a autoridade monetária desencadearia a redução do excedente circulante, a queda da taxa de crescimento do emprego, a diminuição da demanda e o desaquecimento dos preços.

A fase ascendente do ciclo econômico traria em si os elementos que haveriam de desencadear a fase descendente, qual seja, o aquecimento excessivo dos preços. A fase descendente, criaria as condições para uma fase ascendente de um novo ciclo econômico, à medida que seria justamente nesta fase que uma quantidade significativa do excedente presente do setor de serviços realizar-se-ia, retornando em grande parte para o setor produtivo no qual seria acumulado. O retorno à fase ascendente também beneficiar-se-ia da ociosidade da fase anterior, dos salários agora deprimidos pelo excedente de mão-de-obra desempregada etc.

Raúl Prebisch agregou a esta leitura do ciclo econômico capitalista, no qual a crise seria inevitável e necessária para a sua própria expansão, uma crise de caráter diferente e destrutiva: a crise decorrente do desequilíbrio econômico estrutural. A economia moderna conviveria, segundo o autor, com uma tendência de crescente desequilíbrio entre o gasto - reiteração produtiva - e a inversão reprodutiva - a acumulação. O elevado custo tecnológico, a crescente reestruturação produtiva, o elevado consumo improdutivo dos segmentos superiores e os desequilíbrios financeiros dos Estados ameaçaria enclausurar a economia na reiteração produtiva com ciclos inflacionários galopantes. Este quadro impulsionaria as lutas dos trabalhadores em torno das remunerações e tenderia impedir a concentração de massas de excedentes suficientemente grandes para assegurar a acumulação.

A crise decorrente do desequilíbrio estrutural, primeiramente, ameaçaria a dinâmica do sistema à medida que este basear-se-ia na desigualdade social e na apropriação dos excedentes pelas camadas sociais superiores, que tenderiam por sua vez assegurar as inversões produtivas. Carente de excedentes suficientes, o ciclo não conseguiria ultrapassar o limite da reiteração produtiva. Em segundo lugar, como consequência desse quadro econômico de crise destrutiva, seria desencadeada a radicalização dos conflitos de classe, o surgimento de ideologias 'radicais' contra a 'democracia' e o 'livre mercado', a fuga de capitais nacionais, a conformação de uma esfera financeira puramente especulativa, a hipertrofia e desequilíbrio orçamentário do Estado, e assim por diante.

Marx e os intelectuais críticos do capitalismo que se referenciaram no marxismo clássico conceberam o "fenômeno" crise em função do capital, tema fundamental para a reflexão social e econômica no âmbito do capitalismo. Portanto, em termos do marxismo clássico, a abordagem do fenômeno crise deve partir, necessariamente, da negatividade constitutiva do capital.

O capital constitui o fundamento do processo da reiteração e expansão das suas próprias condições de existência. Cumprida a etapa da acumulação primitiva de capital, o capital se materializa nos meios de produção que se coloca à frente da força de trabalho como algo estranho e com poder de obrigá-lo a produzir; e na própria força de trabalho, adquirida pelo capitalista no mercado e integrada ao capital como capital variável. Enquanto materialização da riqueza social e enquanto proprietário das faculdades do produtor, o capital constitui-se, num determinado sentido, no “sujeito” que transforma a produção e a circulação das mercadorias em meios para a sua reprodução expansiva. Assim, todas as formas econômicas, das atividades econômicas em sentido restrito às formas de organização (tecnológica e organizacional) do trabalho, são simples mediadoras da referida expansão (Coggiola (Coord.), 1996, p. 291-302).

O movimento do capital engendra uma contradição. Para (re)-criar o fundamento da sua valorização o capital necessita, concomitantemente, de criar e subordinar a força de trabalho e encontrá-la como seu oposto no mercado e no processo de produção. Dessa forma, reduzindo o trabalho à condição de mercadoria poderá absorvê-lo como capital variável.

Por outro lado, a partir desta transformação o capital busca valorizar-se crescentemente, o que leva ao progressivo predomínio do capital constante em relação ao capital variável. Dito de outra forma, o domínio do trabalho vivo pelo morto (capital), com o progressivo predomínio do capital constante em relação ao capital variável (como uma tendência à negação do trabalho vivo pelo morto), constitui-se na manifestação da contradição, visto que é o trabalho a fonte do valor e, portanto, do próprio capital.

No plano das relações econômicas este “sujeito” se expressa através dos capitalistas individualmente e enquanto grupo social. Cada capitalista em particular deve se confrontar com o trabalhador para que possa obter a mais-valia (fundamento oculto do capitalismo, ao mesmo tempo sua força propulsora e fonte da sua reprodução expansiva). Neste sentido, aumentar a duração e a intensidade do trabalho e, acima de tudo, a sua produtividade é a garantia da sua

extração (e, possivelmente, expansão). O capitalista deve se confrontar também com os demais capitalistas para preservar suas taxas de lucratividade e assegurar mercados. Para tanto, ele deve necessariamente baixar os seus custos de produção.

Como “sujeito” da auto-valorização, que confronta consigo mesmo e com a sua negação, o capital subordina a produção e a circulação de mercadorias como fases do processo pelo qual ele se acumula e reproduz. Fases estas que, se reproduzindo sob uma relativa autonomização e sob o impulso desmedido de autovalorização, não se determinam pelo consumo e necessidades sociais.

A economia capitalista, apoiada na sua intrínseca anarquia em termos da produção, da circulação e da produção/circulação, concorre para crises recorrentes (Marx, 1984, v. I, p. 26).

O fato da determinação do *que, como e quando* produzir residir no âmbito de cada unidade de produção e destas competirem entre si, inviabiliza processos de crescimento equilibrado entre e inter departamentos e setores econômicos. Indicadores de mercado como preços, custos e juros, que sob certas condições estimulam a expansão mais ou menos rápida da acumulação, não podem revelar barreiras como os limites de demanda ou de insumos básicos no mercado. Dessa forma, normalmente a uma fase de expansão sucede uma fase de desaceleração da expansão, que pode ser um decréscimo de ritmo da expansão, uma recessão, ou ainda uma depressão, condicionada pelo grau da intensidade da fase expansiva precedente, pelos desequilíbrios estruturais, pela mobilidade do Estado enquanto agente produtivo, pelas formas assumidas pela luta de classes, entre outras variantes.

Na esfera da circulação do capital, a crise aparece de modo privilegiado como paralisação do movimento de compras e vendas entre os departamentos econômicos (conforme vimos Marx (1973, vol. II, 3º seção) dividia a produção social em Departamento I, produtor dos meios de produção, e Departamento II, produtor de bens de consumo para trabalhadores e capitalistas). Os departamentos econômicos, que idealmente precisam produzir conforme as

necessidades um do outro, de fato determinam sua produção de acordo com o impulso de valorização dos seus próprios capitais; visam seus lucros, sem considerar *ex ante* que os mesmos tem que se realizar através da venda do seu produto aos outros departamentos econômicos (Singer, 1989, p. 17-20).

Na fase de expansão, o sistema dispõe de reservas da fase precedente de desaceleração como excedente de mão-de-obra, capacidade produtiva ociosa, matéria-prima estocada, terra improdutiva, às quais se agrega a “poupança” pública e privada como pedra de toque da retomada da expansão. A nova expansão pode ter início a partir de setores produtivos que possuem grande repercussão na estrutura de reprodução material da sociedade. A indústria da construção civil, por exemplo, capaz de provocar, através da sua rápida expansão, uma demanda importante para o Departamento I, como canos, máquinas, cimento, vidros, azulejos etc; para o Departamento II, como tecidos e alimentos, decorrentes do maior volume de emprego e, possivelmente, de salários dos trabalhadores empregados neste setor; e para o Departamento III, como eletrodomésticos, carros etc, consumidos por capitalistas, gestores intermediários da produção e trabalhadores em geral. Uma onda de expansão iniciada em alguns setores tende, por um efeito cascata, a estender-se sobre todos os demais setores e departamentos econômicos.

Quando as reservas precedentes à fase de expansão esgotam-se, quando uma expansão reiterativa da produção dá lugar à acumulação real, os problemas começam a ser gerados. Os capitais, procurando os investimentos de retorno maior, mais rápido e mais seguro, tendem a se concentrar em determinados setores e ramos de atividades, em detrimento de outros. “*Gargalos*” gerados em setores e ramos de atividades que exigem investimentos de grande monta e de retorno a longo prazo (como as atividades do Departamento I) podem não mobilizar os capitais necessários para a sua expansão.

A mobilização dos capitais pode não ser bastante para conter a interrupção precoce de uma fase de expansão real, visto que o tempo de ampliação e/ou montagem de novas unidades produtivas, especialmente em se tratando do Departamento I, é sempre de médio a longo prazo. A escassez e elevação de preços decorrentes podem transformar seus produtos em mercadorias proibitivas a diversas empresas, desencadear falências, elevar custos gerais de toda a estrutura produtiva, provocar ciclos de inflação e retomar as grandes taxas de desemprego.

A mobilização e adequado investimento da poupança social em atividades do Departamento I, materializada numa satisfatória ampliação da sua produção, pode acarretar uma carência de recursos nos Departamentos II e III, formadores da sua demanda. Além disso, a sua própria acumulação e dos seus agentes financeiros pode ser comprimida pela pressão de custos que exerce sobre os demais. De uma forma, ou de outra, a crise e os seus sintomas tendem a reaparecer. Em outras palavras, numa economia de mercado a cada “gargalo” superado num dado período outros se formam.

Na esfera da produção mais ampla (que engloba como etapas a da circulação e a da produção imediata de mercadorias pelo capital), a crise econômica capitalista se expressa de forma mais completa e complexa. É nesta esfera que a negação do trabalho vivo pelo morto (capital) se manifesta na tendência ao crescimento proporcional do valor do capital constante em relação ao capital variável, levando à queda da taxa média de lucro mesmo com um possível aumento da taxa de mais-valia.

Para conservar/ampliar a taxa de mais-valia extraída e conservar/baixar custos de produção, o capitalista recorre ao aumento de capital fixo. O crescimento do capital fixo em relação ao trabalho - mecanização da produção - é o principal meio de aumentar a produtividade do trabalho, e o crescimento do capital fixo em relação ao produto - a capitalização da produção - é o principal meio de reduzir os custos unitários de produção.

O crescimento do capital fixo por produto unitário é o elemento mais importante para se obter economias de escala. As empresas sob economias de escala viabilizam o crescimento do volume de matérias-primas processadas por trabalhador. Como resultado, tanto as matérias-primas como a produção de mercadorias tendem a aumentar por unidade de trabalho. Concomitantemente, o maior volume de capital fixo por produto unitário implica maior despesa de depreciação do referido capital e maiores custos de materiais auxiliares (eletricidade, combustível, instalações prediais etc) por produto unitário.

Conforme indicou Bottomore,

“(...) para métodos mais avançados, a maior capitalização (capital adiantado por produto unitário) implica maiores custos unitários não relativos a trabalho (capital constante unitário C), enquanto a maior produtividade implica menores custos unitários com o trabalho (capital variável unitário V). No salto, o custo unitário de produção C+V deve declinar, de modo que o último deve mais do que compensar o primeiro. Sob condições técnicas determinadas, no momento em que os limites do conhecimento e da tecnologia existentes forem alcançados, os aumentos subseqüentes no investimento por produto unitário provocaria reduções cada vez menores nos custos unitários de produção (Bottomore, 1988, p. 372)”.

A conseqüência principal desta dinâmica é que os métodos mais avançados tendem a proporcionar menor custo unitário de produção em detrimento da taxa de lucro (que tende a cair). Ainda que os salários e a intensidade e duração da jornada de trabalho se conserve, o aumento da composição orgânica do capital (capital constante suplantando crescentemente o capital variável na composição do capital) tende a elevar-se mais rapidamente do que a taxa de mais-valia, determinando a queda da taxa geral de lucro.

Em que pese todo este quadro, a concorrência capitalista empurra os capitalistas a adotarem a capitalização (ou mecanização) da produção. Aqueles que primeiramente adotam os “novos” métodos de capital mais intensivo, ao reduzir custos podem reduzir também seus preços abocanhando parte do mercado junto aos seus concorrentes. Podem também manter por um determinado período uma acumulação relativamente elevada para os padrões gerais da “nova”

realidade da acumulação. Aqueles capitalistas que lhes seguem na aplicação do referidos métodos não disporam desta acumulação relativamente elevada, visto que recoloca-se uma nova guerra de preços, reduzindo a acumulação. Aqueles capitalistas que não conseguem aplicar os novos métodos vão à falência ou restringem-se a um papel econômico periférico e quase tão-somente reiterativo.

Para o capitalista individual que primeiramente adota estes métodos de capital intensivo, o menor custo unitário obtido permite reduzir preços e expandir-se a expensas de seus concorrentes, compensando sua menor taxa de lucro (por unidade produzida), através de uma fatia maior do mercado. Aqueles que adotam os referidos métodos tardivamente e/ou estão sujeitos a pressões financeiras, estão sujeitos, ao mesmo tampouco, a uma taxa de lucro ainda menor e a uma acumulação igualmente menor no conjunto do ciclo econômico.

No sistema como um todo, o resultado é a queda da taxa média de lucro. Este resultado determina um desestímulo crescente à acumulação, ou seja, da realização de novos investimentos, tendo em vista a manutenção/ampliação da massa de lucros.

A estagnação da massa total de lucro, enquanto uma “onda longa” no sistema, tende a conduzir, num certo momento, a uma crise geral do sistema. Conforma-se, portanto, a tendência secular de queda da taxa média de lucro (processo ao longo do qual “ondas longas” de crise e de acumulação necessariamente ocorrem).

A tendência de queda da taxa média de lucro convive com contratendências neutralizadoras (Coggiola (Coord.), 1996, p. 194-195; Bottomore, 1988, p. 371-373; Sweezy, 1976, p. 125-128). A contenção salarial, a intensificação do processo de exploração da força de trabalho, a geração de capital constante mais barato, graças a um determinado desenvolvimento tecnológico, a migração de empresas para espaços sócio-geográficos com força de trabalho e recursos naturais mais baratos, a terceirização de fases da atividade produtiva, barateando custos de serviços e produtos, a importação de bens de consumo para assalariados e meios de produção

mais baratos, o desenvolvimento de indústrias complementares, nas quais a composição orgânica de capital fosse relativamente baixa, entre outros processos, podem contribuir para a elevação da taxa de lucro, aumentando a taxa de exploração e/ou baixando a composição orgânica do capital. Tais processos são tão importantes para o capitalista individual como para o sistema como um todo.

Os referidos processos (entre outros) podem compor um processo mais amplo, qual seja, a reestruturação produtiva. Enquanto tal será, necessariamente, um mecanismo voltado para assegurar, de um lado, o avanço das forças produtivas, e, de outro, a ressubordinação do trabalho ao capital com novos métodos organizativos/administrativos que esvaziem o potencial de resistência dos trabalhadores.

A reconstituição e/ou ampliação do exército industrial de reserva nos quadros da crise possui uma importância particular enquanto uma contratendência à tendência de queda da taxa média de lucro. A perda de estímulo para novos investimentos e a destruição de forças produtivas (falências, concordatas, desvalorização e/ou destruição dos excedentes etc) provocados pela crise, proporciona um ambiente extremamente favorável para a diminuição dos salários e para a queda das condições de trabalho, graças à super-oferta da força de trabalho. Tal processo diminui o custo do trabalho no âmbito dos custos da produção e é um importante fator de ampliação das taxas de extração de mais-valia.

Destacamos também enquanto contratendência à tendência de queda da taxa média de lucro o papel que o Estado passou a cumprir a partir da crise de 1929. A conversão do fundo público em fundo de financiamento da acumulação, a possibilidade de mobilizar capitais especulativos e canalizá-los para a produção, através da emissão de títulos, a transformação do Estado em agente produtivo que pode determinar, sob certas conjunturas, o perfil da conjuntura ou período econômico e/ou abrir mão dos seus ganhos em benefício da iniciativa privada, o desenvolvimento de pesquisas tecnológicas e científicas para o capital, a condição de grande

comprador e impulsionador/contratador de obras públicas, entre outras condições e atribuições, edificou o Estado como uma instituição anti-crise e de contratendência à queda da taxa média de lucro.

É necessário reconhecermos, ainda, que a crise, enquanto realidade do sistema capitalista e independentemente de ser mais ou menos destrutiva, será parte constitutiva do processo de concentração e centralização de capitais (Coggiola (Coord.), 1996, p. 303-315). O referido processo, em termos econômicos globais de cada país (não de cada empresa enquanto unidade produtiva), apresenta uma fase em que predomina a concentração e outra em que predomina a centralização de capitais. Na fase da concentração de capitais - precedida por uma fase de centralização de capitais e desencadeada por uma nova etapa de competição oligopolista e monopolista e/ou pela atuação de governos através da manipulação de políticas econômicas - as reservas de capitais acumulados por parte das empresas e presentes na órbita financeira são aplicados na ampliação quantitativa e/ou qualitativa das empresas, verticalizando e/ou horizontalizando os espaços de atuação dos seus capitais. Nesta fase, o crescimento das despesas ocorre passo a passo com o aumento das receitas.

A rigidez relativa entre a estrutura de custos e o nível das receitas determina uma instabilidade para as empresas que necessitam contar com provisão financeira - com exceção dos oligopólios e uma parte dos monopólios, a maioria das empresas necessitam da referida provisão, obtida junto ao sistema financeiro. As empresas não monopolistas ou monopolistas sem suporte de autofinanciamento somente dispõem de duas alternativas: ingressar na fase da concentração de capitais (sob pena de reduzir suas receitas em relação às demais empresas) ou amargar uma gradual marginalização no mercado.

Desencadeado o processo, conforma-se a tendência à homogeneização das taxas de retorno imposto pelos oligopólios e monopólios, com grandes consequências econômicas. As empresas que não efetuam despesas, embora com taxas de retorno superiores à taxas de retorno

média imposto pelos oligopólios e monopólios possuem receitas infinitamente inferiores. Aquelas empresas monopolistas ou não que recorreram intensamente aos empréstimos junto ao sistema financeiro também apresentam uma receita inferior aos oligopólios e monopólios que se autofinanciaram. No curso do processo da concentração de capital - no qual ocorre a reprodução ampliada do capital, ou seja, expansão que ultrapassa a pura e simples reiteração econômica - o impacto desencadeado pela nova taxa de retorno e os custos financeiros de muitas empresas será a falência e consequente incorporação daquelas despreparadas para a competição nos termos ditados pelas maiores e mais capitalizadas. Em consequência, diminui o número de empresas e intensifica o controle dos oligopólios e monopólios sobre o mercado.

Consumado o processo tem início novamente a fase de centralização de capitais, ou seja, de capital líquido na forma de lucros das empresas diretamente produtivas que ampliam suas receitas - oligopólios e monopólios - ou empresas financeiras que partilham dos lucros das empresas que recorrem a financiamentos - bancos, bolsas de valores etc. A nova massa de capitais não diretamente aplicado, ou reserva de poupança, começa a ser recomposto preparando as condições para uma nova fase de concentração de capitais.

A crise, independentemente da sua extensão e natureza, cumpre sempre um importante papel na reprodução ampliada do capital, qual seja, o de destruir para construir em novas bases.

A crise (incompatibilidade entre produção e consumo; interrupção do fluxo de compras e vendas ou de pagamentos; desproporcionalidade e desequilíbrio entre os departamentos econômicos em que se divide o capital social; queda da taxa média de lucro; sobre-acumulação; desvalorização do capital existente e contradições inerentes à dinâmica de concentração e centralização de capitais) será, portanto, fruto da contradição constitutiva do capital.

As crises não levam a um colapso econômico final capaz de destruir completamente e de uma só vez o sistema. Para Marx, o fim das crises somente pode advir do trabalhador, que tomando consciência de si mesmo e das relações sociais que o envolvem, edifica-se como o sujeito real e verdadeiro da produção (dominando o sujeito abstrato, representado pelo capital). O capitalismo, cuja essência é a (relação de) contradição inscrita na sua própria origem, desaparece com a eliminação da referida contradição; o que equivale reconhecer que a crise no capitalismo somente seria superada através da superação do próprio sistema.

Concluindo: a concepção de crise em Marx não pode ser separada da dinâmica do capital e, nem tampouco, a superação definitiva da crise no capitalismo fora da superação do próprio capitalismo. Neste ponto, reside a unidade dialética da concepção marxista a cerca do capital e da crise. As teorias que se encontram fora desta concepção (incluindo aquelas que se reivindicam da teoria econômica de Marx), de forma explícita ou não, conformam-se enquanto teorias (ou metodologias) para o capital.

Em nossa perspectiva, cada processo de crise no capitalismo compõe uma teia específica de articulação destes elementos 'estruturais' identificados por Marx. A crise, portanto, deve ser compreendida enquanto crise das relações de produção capitalistas e que, como tal, pode encontrar, como obstáculos conjunturais à sua reprodução, realidades econômicos-sociais e/ou institucionais.

Os obstáculos à reprodução capitalista poderão inviabilizar ou imprimir um curso particular ao desenvolvimento capitalista. A forma e o sentido da superação destes obstáculos serão, necessariamente, uma consequência da interferência das classes, movimentos, grupos sociais e partidos políticos, numa dada conjuntura nacional e internacional e sob uma determinada correlação de forças, em nível das superestruturas sociais.

Postas estas considerações gerais, é necessário que superemos alguns equívocos quanto ao entendimento do conceito crise no sistema capitalista. Primeiramente, é necessário que

se compreenda que a crise não é algo anormal ao sistema capitalista. Ela compõe a essência do referido sistema e é necessária à sua própria reprodução.

Em segundo lugar, compreender que cada crise possui a sua especificidade. Uma crise poderá ser induzida ou não pelo poder público, como também ser mais ou menos duradoura.

Em terceiro lugar, devemos distinguir as crises em função do grau e profundidade da sua repercussão. Neste sentido, as crises podem ser de repercussões mais imediatas e de curto prazo, que decorrem de flutuação dos indicadores econômicos e da reacomodação produtiva das atividades econômicas; de repercussão mais ampla, que podem findar/criar novos ciclos expansivos no âmbito de um padrão de acumulação e financiamento; e, finalmente, de repercussão muito ampla, que caracterizam o esgotamento de um padrão de acumulação e financiamento capitalista.

Em quarto lugar, devemos reconhecer que a crise no capitalismo não possui causalidades puramente econômicas e que estas podem não encontrar-se entre os fatores mais importantes na deflagração de uma crise econômica. O que implica orientarmo-nos por uma perspectiva de totalidade, ou seja, localizar fatores sociais, políticos, econômicos e ideológicos que concorram para uma crise, bem como hierarquizá-los segundo a sua importância na conjuntura.

Em quinto lugar, a crise provoca, inexoravelmente, uma estagnação ou acumulação restrita de capital em termos econômicos globais. Comumente ocorre, paralelamente a este processo, a transferência de mais-valia e rendas para os grupos monopolísticos e oligopolísticos assegurando-lhes elevadíssima acumulação.

Em sexto lugar, uma crise econômica pode estar criando condições sociais, políticas, econômicas e ideológicas para uma nova fase de acumulação do capital. Neste sentido, a

destruição desencadeada pela crise pode ser um pressuposto para uma nova construção (ou expansão das relações capitalistas de produção).

2.3-Estado e Economia Contemporânea

O pensamento marxista clássico concebeu o Estado a partir das relações sociais - o Estado como produto destas próprias relações. A desigualdade econômica e o conflito social, cuja gênese encontra-se na propriedade privada, transformou o Estado num instrumento da classe economicamente mais poderosa que, por seu intermédio, elevou-se para a condição de classe politicamente dominante no conjunto das relações sociais.

O Estado - que enquanto esfera política e jurídica compõe as superestruturas sociais juntamente com as formas de manifestações subjetivas dos homens - estava subordinado à estrutura sócio-econômica da sociedade, ou seja, a sua composição, caráter e natureza encontrou-se `determinada` pelo grau de desenvolvimento da estrutura de reprodução material da sociedade (Marx, 1977, p. 201-229). Esta determinação expressa-se na correspondência entre o nível de desenvolvimento das condições de reprodução material da sociedade e uma determinada forma de organização política.

Esta relação de determinação esteve longe de uma interpretação simplificadora. Engels atribuiu, em alguns momentos, uma autonomia relativa do Estado frente aos interesses das classes dominantes, quando afirma:

“(...) por exceção há períodos em que a luta de classes se equilibra de tal modo que o poder do Estado, como mediador aparente, adquire certa independência momentânea em face das classes.” (Marx, Engels, 1984, p.137).

Gramsci, explorando a relação determinação/autonomia relativa entre a estrutura jurídico-política e a estrutura sócio-econômica, entre Estado e estrutura de reprodução material da sociedade, demonstrou que o Estado enquanto organismo de defesa dos interesses imediatos e

mediatos de uma determinada classe estava sujeito e era agente das instabilidades decorrentes dos conflitos sociais. Segundo ele,

“(...) a vida estatal é concebida como uma contínua superação de equilíbrios instáveis entre os interesses do grupo fundamental e os interesses dos grupos subordinados; equilíbrio em que os interesses do grupo dominante prevalecem até determinado ponto, excluindo o interesse econômico corporativo estreito” (Gramsci, 1987, p. 50).

O Estado, portanto, estava chamado a superar interesses estreitos da classe dominante e incorporar, subordinando, determinados interesses da classe dominada. Na busca deste “equilíbrio” de interesses, o Estado tendeu a extrapolar a condição de um estreito instrumento de dominação social. A condição de instrumento de defesa da classe dominante conservou o Estado dentro dos limites fundamentais do capitalismo e da sociedade burguesa, levando-o, contudo, a incorporar demandas vindas de baixo ou de segmentos dominantes subalternizados. O remanejamento dos equilíbrios instáveis deram-se em nível superestrutural, dentro ou não do ‘estado de direito’.

O caráter do Estado atribuído pelo marxismo clássico e ampliado por Gramsci confirmou-se quotidianamente na economia contemporânea. O Estado contemporâneo há muito declinou de perseguir o “laissez faire” apregoado pelo liberalismo clássico. Em pleno século XIX, buscou assegurar elevadas taxas de acumulação para o setor privado, através da repressão dos movimentos trabalhistas e camponeses, e da implementação de políticas alfandegárias nacionais, respectivamente, voltadas para assegurar a elevada extração de mais-valia e renda e para proteger o mercado nacional para o setor industrial. Quando possível, o Estado reproduziu ainda uma ação político-econômica externa, assegurando novos mercados. A estas atribuições o Estado contemporâneo foi incorporando outras.

O ensaio geral de planejamento econômico, ou melhor, o Estado conformando comissões e grupos de trabalho entre corporações monopolistas para conter relativamente as disputas comerciais, assegurar metas econômicas e conservar elevadas as taxas de acumulação,

ocorreu na Primeira Guerra Mundial. Concluído o conflito, a liberalização da economia não foi completa, visto que a instabilidade econômica era uma constante e a disputa comercial internacional não mais permitia às classes dominantes nacionais dos países cênicos prescindirem da ativa presença econômica do Estado.

Com a grande depressão econômica, que teve início com a queda da bolsa de valores de Nova York, a intervenção econômica conjuntural do Estado até então realizada, deu lugar a uma intervenção permanente. O Estado sofreu profundas transformações quanto ao seu caráter (Oliveira, 1993^b, p. 140).

O Estado ampliou-se enquanto estrutura burocrática-econômica-coercitiva e enquanto instrumento de condensação política e ideológica dos grupos dominantes. Construiu poderosos mecanismos para controle das políticas monetárias, cambiais e tributárias, conformou um poderoso sistema financeiro público complementar ao sistema financeiro privado, converteu-se em agente produtivo sobre amplos setores do Departamento I, patrocinou institutos de pesquisa científica e tecnológica, edificou uma ampla estrutura de serviços sociais, controlou salários, e assim por diante, assumindo posturas mais ou menos “radicais” no desenvolvimento destas novas atribuições condicionado pela correlação de forças socialmente estabelecidas, pelo grau de desenvolvimento das forças produtivas e pela conjuntura internacional.

O Estado edificou um gigantesco fundo público e em torno dele estabeleceu uma poderosa articulação de interesses que se estendeu das corporações monopolistas à força de trabalho. De um lado, transferiu para as corporações a parte do “leão” do fundo público na forma de capital socialmente recolhido, serviços, ciência, tecnologia. Transferiu, ainda, uma força de trabalho qualificada e em condições básicas de saúde para o capital, proporcionada respectivamente através de instituições públicas de ensino formal e técnico e das instituições públicas de saúde, além é claro da redução dos custos de reprodução da própria força de trabalho graças aos serviços sociais a ela estendidos. De outro, incorporou, subordinando, demandas da

classe operária e de camadas populares com a menor parte do fundo público, à medida que converteu parte das suas reivindicações em realidade e que absorveu para o âmbito da lei as suas formas de organização e lutas. Dessa forma, o Estado se transformou num instrumento de contenção de perspectivas sociais independentes e autônomas da classe trabalhadora, visto que os interesses imediatos desta classe encontravam-se profundamente condicionados pela ação do Estado (Oliveira, 1987^b, p. 131-133).

O Estado, enfim, manietou o fundo público de forma a rebaixar os custos do capital constante e variável e ampliar as condições para a acumulação do capital. Concomitantemente, absorveu para o seu âmbito - enquanto sociedade política ampliada - as perspectivas daqueles que compunham o mundo do trabalho, edificando-se como um instrumento de bloqueio da construção da auto-identidade de classe (a exemplo da sociedade brasileira), ou de uma identidade independente e autônoma de classe (a exemplo das sociedades desenvolvidas da Europa Ocidental).

A gigantesca concentração/centralização de capitais sob o capitalismo monopolista, em que pese a competição controlada dos grandes oligopólios e a grande capacidade dos governos de manipular políticas monetárias, cambiais e tributárias, não impediu as crises periódicas do sistema. O Estado converteu-se, contudo, num poderoso instrumento anti-cíclico. A causa mais profunda da crise no capitalismo - o caráter anárquico da produção - pôde ser contido sob certos limites graças à capacidade de inversão do Estado, ao seu poder de financiamento, à estruturação dos gastos públicos, às políticas econômicas governamentais de curto e médio prazo, entre outros recursos econômicos e de política econômica.

A etapa “final” da conformação do novo papel do Estado, ou melhor, do fundo público, esteve relacionado com a nova etapa da internacionalização do capital financeiro, qual seja, da homogeneização oligopolista do mercado mundial, tanto na forma da multiplicação das filiais das multinacionais, quanto dos empréstimos internacionais diretamente ou indiretamente a

serviço da acumulação privada do capital. A partir da segunda metade dos anos sessenta, especialmente nos países dependentes - mas não apenas neles - o Estado começou a não mais transferir a sua realização para a iniciativa privada. Deste momento em diante, o próprio Estado passou a valorizar o valor que ele gerava sob pena de não poder acumular os excedentes necessários para cobrir os encargos financeiros internacionais, manter as inversões infra-estruturais necessárias para a continuidade da acumulação e assegurar as enormes inversões exigidas pela nova fase da concentração/centralização de capitais. O fundo público, nas palavras de Francisco de Oliveira, transformou-se em *capital financeiro geral*, à medida que,

“(...) colocado nos ramos mais dinâmicos e mais cruciais das relações interindustriais, não valorizando o valor, consumia uma parte do excedente, quando o requerimento dos processos de concentração e centralização do capital exigia a todo custo uma massa maior do excedente reinvestível” (Oliveira, 1993^a, p. 106).

No atual estágio do capitalismo, a estreita relação entre o Estado e as grandes corporações impôs-se como necessidade para a preservação do valor sob economia monopolista, seja no âmbito do setor público, seja no âmbito do setor privado. O estabelecimento de taxa de lucratividade comum compôs uma das facetas mais importantes deste imbricamento; a transformação do fundo público num elemento cuja projeção *a priori* anunciada redefine taxas e valores em toda a economia é outra face não menos importante. O fundo público converteu-se, enfim, no que Oliveira (1993^a, p. 104) denominou de *pressuposto geral* da produção capitalista contemporânea, capaz de subverter todas as fronteiras entre o público e o privado.

A economia passou a depender da atividade do Estado e o conflito entre capital e trabalho (que se dá no conjunto da sociedade) e prolongou-se na disputa do fundo público no âmbito do Estado. A reprodução das relações sociais assumiu, assim, uma dimensão política intrínseca, à medida que o Estado é também palco e objeto da disputa dos excedentes sociais no capitalismo.

Esta natureza específica que a geração e distribuição do excedente assumiu no capitalismo monopolista maduro não pode nos iludir quanto ao caráter do modo de produção e do próprio Estado. Francisco de Oliveira incorreu nesta ilusão quando afirmou que,

“A esfera pública (...) não é mais uma esfera pública burguesa; mas, da mesma forma como a entrada da classe trabalhadora na disputa eleitoral redefiniu a democracia, com o que as antigas desconfianças marxistas em relação à democracia perderam todo o sentido, também uma esfera pública burguesa, penetrada por um fundo público, que é o espaço do deslocamento das relações privadas, deixa de ser apenas uma esfera burguesa” (Oliveira, 1993^b, p. 140).

O Estado, em qualquer formação social sob o predomínio da propriedade privada dos meios de produção, organiza de um modo particular a dominação de classe. Corresponde, portanto, com as relações de produção dominantes. Conforme Marx, o papel do Estado é

“Garantir a segurança dos bens adquiridos, etc. Se reduzirmos estas banalidades ao seu conteúdo real, elas significam muito mais do que imaginam aqueles que as apregoam. A saber, que qualquer forma de produção engendra as suas próprias relações jurídicas, a sua própria forma de governo, etc. É falta de sutileza e de perspicácia estabelecer relações contingentes entre as coisas que formam um todo orgânico, estabelecer entre elas um simples laço de reflexão. Assim, os economistas burgueses têm o vago sentimento de que a produção é mais fácil com a moderna polícia do que, por exemplo, na época do ‘direito do mais forte’. Simplesmente esquecem que o ‘direito do mais forte’ é igualmente um direito, e que, sob outra forma, sobrevive no seu ‘Estado jurídico’” (Marx, 1977, 206).

Esta correspondência, em que pese a interdeterminação entre base e superestrutura, possui como fundamento ontológico a materialidade das relações de produção. Somente foi possível universalizar os direitos civis porque, efetiva e objetivamente, os trabalhadores tornaram-se proletarizados pelo o capital, tornaram-se homens sem senhor.

Esta universalização no plano político se deu, não raramente, anterior à universalização da relação de trabalho livre no plano econômico e social. Ou seja, em termos quantitativos, o estatuto jurídico do homem livre foi estendido a mais pessoas do que as relações capitalistas de produção. No entanto, mesmo minoritárias quantitativamente entre as diversas

relações de produção pré-capitalistas, a simples configuração burguesa do Estado evidencia sua dominância anterior, já dada, já estabelecida, como relação de produção hegemônica na formação econômico-social. E, como tal, motivam novas classes e grupos sociais, orientados por formas de consciência mais ou menos ideológicas, a desencadearem as transformações. Nada que nos permita nivelar as transformações à dinâmica econômica, cultural ou geográfica, como algumas concepções deterministas da história ainda hoje apregoam.

Saes (1994, p. 21), coerente com Marx, chamou atenção para um fato não menos importante. Somente o Estado burguês torna possível a reprodução das relações de produção capitalistas.

O produtor separado dos meios de produção, no âmbito da circulação das mercadorias, é um vendedor, pois vende a sua força de trabalho. O possuidor dos meios de produção é um comprador, visto que a valorização do seu capital lhe impõe comprar a força de trabalho para reproduzí-lo. Em que pese o fato do trabalhador também ser um comprador de bens para a sua reprodução e do capitalista ser um vendedor de mercadorias, o fundamento ontológico das relações capitalistas de produção se expressam na expropriação dos meios de produção e de vida do trabalhador (com a sua consequente concentração nas mãos dos capitalistas) e na sua conversão em mercadoria adquirida pelo capital.

O direito burguês (entendendo por tal as leis e o judiciário) formado no processo de consolidação do capitalismo reconhece uma condição de igualdade entre vendedor e comprador da força de trabalho. Não reconhece as condições adversas do vendedor da força de trabalho (em especial a formação do exército industrial de reserva) e a existência do trabalho realizado não pago (mais-valia).

O Estado burguês (direito e burocratismo) desempenha uma dupla função, pressupostos para a reprodução das relações capitalistas de produção. Primeiramente individualiza os agentes da produção (capitalista e trabalhador) através da sua conversão em

pessoas jurídicas que estabelecem contrato individualmente. A troca é transformada num ato de vontade entre iguais, renovado automaticamente a cada novo mês de trabalho até o dia em que uma das partes resolva rompê-lo. Dessa forma, a desigualdade (que não é apenas econômica), ocultada institucional e ideologicamente, dispensa formas de coação extra-econômicas, visto que atua sobre a necessidade vital do produtor: a reprodução física somente assegurada pela comercialização de sua força de trabalho.

Concomitantemente o Estado burguês busca impedir a tendência de ação coletiva dos trabalhadores. Isto porque do ponto de vista dos fundamentos do liberalismo a ação coletiva agride a igualdade contratual entre capitalista e trabalhador, visto que os trabalhadores reunidos expressam um “eu coletivo” e um “monopólio” na negociação dos termos de contrato. A negociação 1/1 dá lugar a 1/vários. Na verdade o que se busca é impedir a elevação do trabalhador, da condição de um sujeito isolado motivado por um ato de vontade contratual, em um sujeito social motivado por um ato de vontade questionador dos fundamentos do contrato de trabalho e da propriedade capitalista.

O Estado converte-se em Estado burguês quando cria, a partir da sua estrutura institucional e da sua prática, as condições ideológicas necessárias para a reprodução das relações capitalistas de produção. Quando os indivíduos que negociam voluntaria e isoladamente, compondo o mesmo território e formando o povo-nação, não podem ameaçar o coletivo total (o povo-nação). Através de um discurso politicista, ocultador da dimensão econômica expresso nas ações políticas e pretensamente voltado para o bem coletivo através do progresso social, o Estado provoca a formação numa grande parcela da sociedade uma reação inconsciente desfavorável às lutas (grevistas, ocupações de terras, etc) e às formas de organização (comitês de fábricas, sindicatos partidos operários revolucionários, etc) dos trabalhadores.

A estrutura jurídico-político do Estado burguês (o Estado em sentido restrito), composto pelo direito e pelo burocratismo não deixam dúvidas quanto ao seu caráter. O direito burguês prevê como agentes sociais iguais aqueles que não são, concorrendo dessa forma para assegurar a reposição das relações capitalistas de produção. Conforme observou Saes, o direito burguês é um

“(...) sistema de normas imperativas que dominam ideologicamente os agentes da produção e que, por isso mesmo, disciplinam e regularizam as relações múltiplas entre os agentes da produção, eles instauram igualmente a *previsibilidade* nas relações entre os agentes e, portanto, criam igualmente a *possibilidade de repetição* dessas relações” (Saes, 1994, p. 35).

O burocratismo burguês, por sua vez, que se fundamenta em termos teóricos enquanto estrutura não-monopolizada por qualquer classe social e delas independente, composto enquanto estrutura profissionalizada através da competência dos indivíduos recrutados, impessoal e desvinculado de privilégios assegura a reprodução das relações sociais determinadas pelas relações de produção. Hierarquizando tarefas, compartmentalizando de forma vertical e descendente as decisões e atribuições, ocultando o saber, etc, assegura o controle da estrutura pelo seu corpo dirigente: tecnocracia.

O burocratismo impõe uma dinâmica fragmentada, alienante, despolitizadora, porém “partidarizada” de forma oculta em favor dos interesses dominantes. A ação social do burocratismo, bem como a lógica despótica dos chefes da burocracia (que é a lógica despótica do Estado), a sua expansão e o seu espírito de corpo, expressão práticas que se conservam nos limites estabelecidos pela dominação burguesa.

Abordagens que se atem apenas à função individualizadora do direito burguês e do burocratismo na representação dos interesses de “todos” tendem, portanto, atenuar o caráter de classe do Estado burguês. O direito, assegurando direitos civis individuais e o burocratismo,

assegurando representatividade de todo o povo-nação, são na verdade asseguradores das condições ideológicas e institucionais da reprodução das relações capitalistas de produção.

Independentemente do tipo de Estado (ditatorial, liberal-democrático, fascista, etc) e da existência ou não de contradições da classe política dirigente em relação a classe dominante, ele será parte integrante do modo de produção capitalista. Se constituirá sempre, nos limites deste sistema, em pressuposto da sua reprodução econômica. Daí o fato de que toda reestruturação do Estado no capitalismo se constituir em reposição da forma de dominação social.

O caráter do Estado (direito e burocratismo) no capitalismo, especialmente na sua fase monopolista, nos permite algumas conclusões quanto ao sentido dado ao fundo público. Primeiramente, devemos reconhecer que a luta de classes em torno dos excedentes não se restringe ao fundo público e nem foi ele o espaço fundamental da disputa. O mercado foi o espaço fundamental em que a disputa dos excedentes se desenvolveu, nele incluindo o próprio Estado.

Em segundo lugar, o fato das demandas da classe trabalhadora penetrarem o fundo público e dele participarem (como também a sua participação no processo da democracia formal sob sufrágio universal) não retirou o conteúdo burguês do poder público e da democracia formal. Revelou, na verdade, a vulnerabilidade que as relações sociais sob domínio burguês, em especial no tocante a estas estruturas, viveram nos períodos de intensa participação política dos trabalhadores e/ou de crise econômica capitalista, de um lado, e a enorme capacidade da classe dominante e do seu Estado de incorporar, subordinando, a participação política e as demandas sociais elaboradas pela classe trabalhadora, por outro.

Em terceiro lugar, o fundo público partilhado por interesses “privados” na forma do capital e do trabalho e sob dimensão política intrínseca não subverteu a contradição antagônica que os envolveu. Esta contradição emergiu da forma de geração e expropriação dos excedentes

no capitalismo, qual seja, das relações capitalistas de produção. O fundo público sob o capitalismo monopolista maduro apenas agregou uma dimensão particular a este processo de geração e expropriação.

Em quarto lugar, o fundo público encontrou-se sob disputa e não há nada que possa lhe atribuir um caráter estável. O neoliberalismo, atualmente, tem apresentado uma enorme capacidade de - repondo a forma de dominação burguesa e demolindo conquistas trabalhistas e sociais - recompor o próprio caráter das políticas do Estado e do fundo público, eliminando o que a hegemonia burguesa foi obrigada a incorporar em função da luta de classes e das crises capitalistas, quando a conjuntura apresentava-se mais favorável às lutas dos trabalhadores e desfavorável à própria classe dominante.

O reconhecimento do papel do Estado na reprodução do capital, de um lado, e a leitura de que a esfera pública burguesa - cuja dimensão política estaria intrinsecamente determinada pela “representação” dos interesses do capital e do trabalho - tenderia para a consolidação enquanto esfera eminentemente pública, ou seja, enquanto pacto de classes em torno do Estado, por outro, leva Oliveira (1993^b, p. 136-143) acreditar que o modo de produção capitalista estaria sendo deixado para trás e, em seu lugar, encontraria em conformação o “modo social-democrata de produção”. Um deslize teórico que, originando-se de uma superestimação do papel do fundo público e da emasculação do seu caráter de classe, terminou por concluir a existência de novas relações de produção - as relações sociais-democratas de produção - sob o domínio do capital.

O Estado conviveu, em nossa concepção, com o adensamento do seu caráter de classe. Porém, de uma forma `sui gêneris', qual seja, absorvendo em sua ossatura as relações sociais caracterizadas pelo estágio monopolista avançado de reprodução do capital e por movimentos sociais altamente reivindicativos.

2.4-Inter-relação e Dependência

Os vínculos estabelecidos entre o espaço nacional e o internacional no contexto histórico analisado ocupa um importante papel nas nossas reflexões. Poderá nos permitir aquilar com maior lucidez as formas assumidas pelos referidos vínculos, as alternativas formuladas no período e os entendimentos expressos na historiografia sobre o tema.

O pensamento cepalino elaborou uma abordagem original quanto à relação entre os espaços nacional e internacional. Reconhecendo no capitalismo um sistema sócio-econômico superior e o desenvolvimento nacional plenamente possível, os cepalinos buscaram identificar e corrigir os obstáculos que impediam a conquista do desenvolvimento. A fragmentação econômica e o tradicionalismo rural, no plano interno, e a deterioração dos termos de troca dos países subdesenvolvidos, no plano externo, compunham um quadro gerador do subdesenvolvimento. A superação dessa lógica seria francamente possível através de um Estado moderno e empreendedor, no plano interno, e de uma postura autônoma e independente, no plano externo (Prebisch, 1987, p.113-137).

Para o pensamento cepalino não haveria classes sociais internas abertamente antagônicas em relação ao desenvolvimento econômico. As contradições que, por exemplo, os latifundiários assumiam em relação à modernização da estrutura agrária (um dos pressupostos do desenvolvimento auto-sustentável do país) seria superada à medida que o mercado interno fosse integrado e sua estrutura produtiva se submetesse crescentemente a uma profunda mercantilização. Nem tampouco haveriam amarras intransponíveis edificadas pelo capitalismo no seu processo de reprodução mundializada. Por não reconhecer, no desenvolvimento capitalista, um processo necessariamente desigual e combinado, que culminaria em nações dominantes e dominadas no contexto do referido desenvolvimento, não relutaram quanto à entrada das multinacionais ou em recorrer a um padrão de endividamento externo.

O subdesenvolvimento não comporia a lógica de reprodução da sociedade e, nem tampouco, a lógica de reprodução do capital. Seria um `estado social e histórico', sob bases econômicas e políticas passivas de transformação, através da ação política e econômica do Estado e das "elites" econômicas e políticas, respaldado por classes, segmentos sociais e partidos esclarecidos quanto aos obstáculos e o caminho do desenvolvimento econômico (Prebisch, 1987, p. 63-74).

O pensamento marxista abordou a relação entre os espaços nacional e o internacional, entre os países dominantes e dominados no contexto das relações capitalistas, tendo como referência primeira as dinâmicas da superação do feudalismo e da consolidação do capitalismo e/ou a interação na economia-mundo, nos quadros da acumulação primitiva. A fase superior do desenvolvimento capitalista, na forma do imperialismo, asseguraria a sobrevida das relações de domínio externo e a reiteração do atraso das forças produtivas nos países, cujas heranças feudais ou coloniais fossem marcantes.

Para a vertente marxista tradicional¹⁰, esta relação de domínio perpetuar-se-ia internamente através de bases sócio-econômicas semifeudais ou semicoloniais, responsáveis pela conservação de relações político-institucionais conservadoras ou reacionárias, obstacularizadoras do próprio desenvolvimento das forças produtivas no capitalismo. O avanço das forças produtivas - que para esta vertente corresponderia pura e simplesmente ao desenvolvimento econômico - seria possível à medida que a ruptura com as estruturas semi-feudais - no plano

¹⁰ - Utilizamos o termo "vertente marxista tradicional", formulado por Linhares, Silva (1981, p. 44-55), para identificar, no Brasil, organizações políticas, intelectuais e concepções vinculadas a uma abordagem derivada da III Internacional e transportada de forma mecânica para a formação social brasileira.

A condição de uma vertente interpretativa que acomodava as conjunturas e períodos da história nos quadros de uma leitura rígida e sempre reiterada da realidade nacional, refletia o apego a uma tradição (no sentido de permanência do antigo). Desta leitura emergiu teses como do nosso passado colonial feudal (ou semifeudal), da perspectiva nacionalista e revolucionária da burguesia brasileira e da revolução democrático-burguesa como uma necessidade para o desenvolvimento das forças produtivas.

No tocante a reprodução mundial do capitalismo, em que pese o reconhecimento da exploração imperialista nos países subdesenvolvidos, não atribuia a esta exploração um imperativo da própria expansão e sobrevivência do capitalismo. Reconhecia o capitalismo enquanto um sistema determinado a partir das suas dinâmicas nacionais (tais posições eram partilhadas por teóricos marxistas críticos das abordagens derivadas da III Internacional como C. Bettelheim, E. Mandel e C. Pollioix).

Embora esta vertente marxista se caracterizasse pela defesa de dogmas, recusamos a utilização deste termo para caracterizá-la pelo fato de não qualificar a natureza e o caráter dos dogmas por ela reproduzidos e/ou obliterar o fato de que outras vertentes marxistas também reproduziam dogmas.

interno - e com o imperialismo - no plano externo - fossem consumadas (Guimarães, 1977, p. 227-249).

A vertente marxista da `nova esquerda'¹¹ surgida nos anos sessenta, referenciada no teoria do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo e no reconhecimento da burguesia enquanto classe dominante mundial, concebeu a realidade nacional como um prolongamento das contradições do capitalismo em sua reprodução mundializada. A inter-relação entre os espaços nacional e internacional e a dependência dos chamados países periféricos frente aos chamados países centrais compunham uma espécie de destino capitalista caracterizado pelo antidesenvolvimento ou pelo desenvolvimento do subdesenvolvimento (Frank, 1980, p. 210-241). A luta contra o capital, portanto, seria uníssona, independentemente do seu “caráter” nacional ou internacional.

A teoria da dependência propôs uma revisão crítica da teoria do desenvolvimento de origem cepalina e realizou uma contraposição às referidas vertentes do pensamento marxista brasileiro. No tocante às relações internas, criticaram as análises dual-estruturalistas referenciada, no “moderno” *versus* “tradicional”, cara às leituras que cepalinos e marxistas tradicionais realizavam sobre os países “subdesenvolvidos”. Demonstrou existir uma íntima inter-relação entre estas realidades aparentemente duais.

¹¹ - Utilizamos o termo “vertente marxista da nova esquerda”, a exemplo da tradição marxista internacional, para identificar organizações políticas, intelectuais e concepções que propuseram uma vertente interpretativa alternativa à vertente marxista tradicional nos anos 60 e 70. No Brasil, Coggiola (1996, p. 303-315), entre outros, também recorrem a este termo para identificar a referida vertente marxista.

Na vertente marxista da nova esquerda, integrada por personagens como Arghiri Emmanuel, Rui Mauro Marini, Samir Amin, André Gunder Frank, H. Braverman, Theotônio dos Santos, Paul Sweezy e H. Magdoff, predominava uma reação às interpretações rígidas e deterministas das transformações históricas. Constituiam em críticos severos das teses que atribuiam um caráter feudal às sociedades coloniais latino-americanas, uma perspectiva nacionalista e revolucionária a classe burguesa dos países dependentes e uma revolução de cunho democrático-burguesa como pressuposto para o desenvolvimento das forças produtivas.

As teorias que derivavam desta vertente atribuiam à exploração da periferia um papel essencial na sobrevivência dos países cênicos. Esta vertente constituía-se numa reação à vertente interpretativa do movimento econômico internacional que atribuia um papel de menor significado à massa de mais-valia expropriada na periferia, tendo em vista a reprodução expansiva das economias centrais. O capitalismo encontrar-se-ia determinado por sua dinâmica e movimento mundial, no qual o nacional estaria reduzido a uma parte ou sub-sistema do todo. Realizavam, ainda, a crítica a interpretação dogmática da sucessão e dinâmica dos modos de produção e a crítica às experiências pós-revolucionárias do século XX, que redundaram no que diversos setores da tradição marxista convencionaram chamar de “socialismo real”.

Esta vertente marxista (influenciada por Trotsky, pela Revolução Chinesa e pela Revolução Cubana) reproduziu uma prática intelectual vinculada a uma perspectiva crítica quanto ao desenvolvimento capitalista. No Brasil e América Latina, a abordagem das estruturas e relações sociais nacionais, como sendo determinadas pela dinâmica da reprodução mundializada do capital e pelo imperialismo, conduziu, entretanto, a conclusões dogmáticas e unilaterais.

Finalmente, a teoria da dependência atribui às formas de articulação e de ação das classes, movimentos sociais e partidos políticos, ou seja, o sistema de relações sociais o elemento dominante na dialética da dependência e do subdesenvolvimento das forças produtivas (Cardoso, Faletto, 1984, p. 22). Equivalia reconhecer, portanto, que não se encontravam nas estruturas de reprodução do capital em escala nacional e/ou mundial, os elementos determinantes da conservação ou transformação das relações sociais e, em especial, do desenvolvimento, mas sim no campo da *política* e em âmbito nacional.

No que concerne às relações externas, algumas vertentes da teoria da dependência diminuíram o significado da teoria do imperialismo - alguns recusaram implicitamente a própria teoria do imperialismo. O capital internacional passa a não ser concebido como constituído de poderes de ação capaz de impor-se sobre os Estados nacionais independentes e com relativo desenvolvimento das forças produtivas, senão enquanto “aceitação” por parte de grupos dominantes internos (Cardoso, Faletto, 1984, p. 25-27).

Estas mesmas vertentes, por sua vez, criticam a subestimação do significado da ação externa dos países “centrais” nos países “periféricos”, em especial através da associação industrial-financeira, realizada pelos cepalinos. Reconheciam, nesta ação, a possibilidade da reprodução da dependência externa, ainda que esta concorresse para o desenvolvimento econômico.

Compreendemos ser necessário uma abordagem que dê conta de apreender a articulação estreita entre os fatores “internos” e “externos” na determinação do caráter e natureza do desenvolvimento das forças produtivas. Nessa direção, algumas considerações críticas são necessárias.

O fator interno não pode ser concebido como decisivo sob o domínio das relações capitalistas de produção quanto à conservação ou transformação do padrão das relações sociais vigentes, como asseguram Cardoso, Faletto (1984, 114-138). Seguramente a articulação e ação

das classes sociais, movimentos e partidos definem parâmetros para a relação com o capital internacional - interna ou externamente estabelecidos. Entretanto, as diversas experiências históricas têm revelado serem incapazes, no contexto das relações capitalistas de produção, seja de dar fim à dependência, seja de transpor a condição de um desenvolvimento defasado e com profundas contradições sociais, culturais e políticas.

O fator externo não pode ser subestimado quanto à sua participação no curso das transformações nacionais, como faz a tradição cepalina e diversos teóricos da dependência. A reprodução do capital ocorre necessariamente em escala mundial, numa economia crescentemente internacionalizada e sob um desenvolvimento desigual e combinado, no qual a margem de autonomia e independência dos Estados nacionais na gestão dos seus fatores econômicos historicamente tem se restringido. O endividamento externo, o financiamento externo dos desequilíbrios das balanças de pagamento e o enorme poder das multinacionais, enquanto partícipes no bloco do poder e na definição das políticas econômicas governamentais, são alguns exemplos, entre tantos outros, que atestam esta assertiva. Por outro lado, não se pode desconhecer a permanência de contradições entre o capital que se realiza e se acumula fundamentalmente dentro dos limites nacionais e o capital internacional, revelado nas definições das tarifas alfandegárias ou mesmo de políticas fiscais. A economia brasileira, embora seja de fato um prolongamento e um “subsistema” da economia-mundo, como advogava a ‘nova esquerda’ marxista, mantém no interior dessa mesma economia conflitos e contradições.

Algumas conclusões são possíveis: em primeiro lugar, é necessário reconhecermos que os fatores interno e o externo autodeterminam-se no processo de reprodução material de sociedade, o que implica estabelecermos as inter-relações entre ambos no processo histórico concretamente analisado. Em segundo lugar que, em função da conjuntura nacional e internacional, o fator interno ou externo pode assumir maior proeminência na definição dos rumos sociais. Em terceiro lugar, que a experiência histórica tem demonstrado que a inter-

relação e a dependência não podem ser suplantadas sob o domínio das relações de produção capitalistas, reproduzidas em escala mundial, numa economia crescentemente internacionalizada e sob desenvolvimento desigual e combinado.

3-ESQUEMAS INTERPRETATIVOS DA ECONOMIA POLÍTICA BRASILEIRA DE 1950 A 1975

O sistema capitalista conviveu, neste século, com a sua mais profunda e prolongada crise. O término da Primeira Guerra Mundial “atirou na lona” as nações hegemônicas nas relações capitalistas internacionais. As novas nações em ascensão, por sua vez, encontraram-se incapazes de liderar um novo concerto internacional entre nações.

A instabilidade econômica foi uma característica marcante deste período. A indústria e a agricultura dos Estados Unidos, por exemplo, conheceram uma superexpansão das suas capacidades produtivas, alimentando o esforço de guerra e os mercados europeus, palco central do conflito. Com o término do conflito, em que pese a revolução de consumo norte-americana, a estrutura produtiva não encontrava mercados suficientes para a realização dos excedentes gerados.

Na Europa, o quadro se apresentou mais agudo. O término do conflito revelou nações endividadas para com os Estados Unidos, como a Inglaterra e a França, nações sufocadas pelos prejuízos de guerra, como a Alemanha e a Itália, carência de excedentes, desemprego estrutural, radicalizações político-ideológicas e assim por diante. A conquista de mercados neocoloniais, segundo a forma do imperialismo do século XIX, tendeu a radicalizar-se à medida que a reconstrução européia foi sendo concluída e se reestabeleceu a produção do período imediatamente precedente ao início do conflito. As tensões sociais e econômicas foram agravadas através do crescimento do desemprego, da ascensão do movimento operário e do surgimento do fascismo, de um lado, e do desequilíbrio econômico estrutural, cuja manifestação paradigmática foi a geração de excedentes sem possibilidade de realização econômica, de outro.

A crise de 1929 representou o pico desse ciclo de retomada da expansão capitalista sob crise. Os Estados, ancorados em políticas econômicas liberais, reproduzindo velhos

princípios, como a regulação automática do mercado ou a alocação ótima de recursos, não se encontravam em condições de dar respostas rápidas e objetivas no sentido de moderar os efeitos da crise.

Teve início neste período a retomada da crítica do liberalismo econômico clássico. A teoria da concorrência e da anarquia da produção capitalista devida a Marx (1984, v. I, p. 26), e do desequilíbrio interdepartamental da economia nacional, cujo relativo equacionamento e expansão pressupunha a conquista de novas “fronteiras” para as relações de produção capitalista, encontrando-se ou não no interior do espaço nacional, devida a Luxemburgo (1985, p. 227-320), inspiraram ou influenciaram as novas teorias.

Formou-se a teoria da concorrência imperfeita através de Piero Sraffa, Joan Robinson e Edward Chamberlin e a teoria dos ciclos econômicos e o equacionamento das contradições deles advindos, através de Joseph Schumpeter, Michal Kalecki e John M. Keynes (Mantega, 1985, p. 25). Com base nestes diagnósticos e reflexões críticas sobre a economia de mercado capitalista, Keynes elabora uma teoria global da economia política - não da sua crítica.

Keynes (1985, p. 3-329) exerce uma influência especial neste período. Reconhece que o capitalismo havia ingressado numa fase em que as forças do mercado não poderiam mais ser deixadas sobre si mesmas, especialmente nos períodos de crise. Advogou a enorme presença do Estado na economia implementando e assumindo serviços sociais que barateassem os custos do capital variável das empresas - saúde, educação, moradia etc - financiando setores produtivos estratégicos para um desenvolvimento econômico equilibrado - energia, insumos industriais etc - e produzindo, quando os financiamentos que o setor público proporcionasse para o setor privado não fossem suficientes para suprir a demanda social por determinados produtos ou que este setor não estivesse em condições de assumir satisfatoriamente esta demanda. Advoga, ainda, o dirigismo econômico com o Estado, colocando-se como planejador econômico global, através de um aparato técnico-burocrático.

Os postulados de Keynes haviam de influenciar profundamente a intelectualidade latino-americana ocupada em buscar alternativas econômicas e sociais para a crise. Em países como Brasil, Argentina, Chile e México, que conviviam com um setor industrial expressivo, mas que encontravam-se dependentes do setor de mercado externo em crise, esta influência foi maior. A dominância do setor de mercado externo no conjunto das economias radicalizou crises sociais, econômicas e políticas e criou uma falta de perspectiva para estes Estados dentro da tradicional divisão internacional do trabalho, o que passou a exigir para muitos uma intervenção estatal organizada.

Os países mais desenvolvidos da América Latina conheceram um surto de urbanização e industrialização no final do século XIX e primeiras décadas do século XX, de tal forma que um conjunto de novos grupos e relações sociais originavam-se no universo da antiga sociedade. A reorganização capitalista das atividades do setor de mercado externo, segundo os impulsos do capital financeiro internacional, concorreram para conformar um mercado local, uma força de trabalho disponível e uma infra-estrutura básica necessários para a expansão das relações de produção capitalista. A crise de intercâmbio no mercado mundial a partir de 29 e o subsequente abalo da hegemonia oligárquica na América Latina - no Brasil este processo ocorreu através da Revolução de 1930, com a subsequente incorporação subalternizada no bloco no poder da fração da classe dominante vinculado ao setor de mercado externo - fortaleceu a convicção de vários grupos sociais de que era necessário uma ação política do Estado, seja para atenuar a crise, seja para recorrer à industrialização como única alternativa econômica possível para a superação da crise.

O confronto estabelecido entre as classes e grupos sociais identificadas com as transformações urbano-industriais e as classes e grupos identificadas com a manutenção das estruturas dominantes da agro-exportação estendeu-se para o interior do meio intelectual, que se ocupava em pensar o país e/ou propor projetos sociais. Respectivamente, as formulações

keynesianistas e o liberalismo clássico transformaram-se em instrumentais teóricos do referido confronto.

A conformação de uma vertente interpretativa, que realçasse o papel do Estado na economia e que a integrasse em um modelo teórico explicativo do desenvolvimento, era mais do que provável. No Brasil, Roberto Simonsen (1978, p. 33) defendeu o intervencionismo estatal como estratégia necessária para assegurar o processo de industrialização e modernização da sociedade. Advogou a proteção da indústria nacional frente à concorrência externa e as inversões estatais na construção de uma infra-estrutura e insumos industriais, sob um projeto de desenvolvimento planejado e coordenado pelo Estado.

As proposições de inspiração keynesiana confrontam-se com aquelas advogadas por Eugênio Gudin. Este conservou-se ancorado no liberalismo econômico clássico, especialmente na teoria das vantagens comparativas, legitimadora de um padrão econômico agro-exportador e do discurso da vocação agrícola brasileira. Advogou, ainda, o afastamento do Estado do mercado e o abandono de qualquer política protecionista em favor da indústria nacional (Mantega, 1985, p. 12).

3.1-O Pensamento Cepalino

A compreensão do desenvolvimento sócio-econômico brasileiro, suas contradições e suas crises, impõe-nos uma apreciação do pensamento da Comissão Econômica Para a América Latina-CEPAL. Composta por intelectuais como Raúl Prebisch, Gunnar Myrdal, Celso Furtado e Ignácio Rangel, entre outros, constituiu-se na base da economia política latino-americana e brasileira. Até então, os cientistas econômicos e demais estudiosos das estruturas de reprodução material da sociedade latino-americana e brasileira limitaram-se a aplicação automática de modelos teóricos desenvolvidos nos países de capitalismo cêntrico, como defesa ou como crítica - a teoria econômica clássica, a teoria econômica marxista etc.

No plano nacional o pensamento econômico da CEPAL fez “escola”. Influenciou profundamente todas as correntes políticas e científicas que se orientaram, ora pela construção de uma teoria interpretativa da realidade nacional, ora pela elaboração de um projeto nacional de desenvolvimento econômico e social.

Para os propósitos desta dissertação, a abordagem desta vertente do pensamento econômico latino-americano e brasileiro ocupou grande importância na medida que as contradições e as crises, estruturais ou não, dos ciclos econômicos do período pós-30, foram interpretadas de uma determinada forma pelos cepalinos. A influência dessas interpretações revelou-se na historiografia sobre o tema como diálogo explícito ou não com a CEPAL através de vários conceitos, categorias ou teses interpretativas cepalinas, em especial no diagnóstico das contradições e crises do capitalismo.

O pensamento cepalino, formado através dos confrontos teóricos e científicos com os pensamentos neoclássico e marxista, de um lado, e da busca por desdobramentos consequentes às transformações modernizadoras em curso, de outro, orientou-se para a conformação de um projeto global de desenvolvimento para a América Latina. Duas características encontravam-se subjacentes a este propósito: diagnosticar a origem do subdesenvolvimento e a convicção de que há um ponto de chegada para os países subdesenvolvidos, qual seja o pleno desenvolvimento.

Os obstáculos para a superação do atraso eram considerados em termos internos e externos à sociedade nacional. Prebisch (Apud Mantega, 1985, p. 36) reconheceu, internamente às sociedades latino-americanas, a carência de integração econômica. Esta realidade era considerada o primeiro grande obstáculo para o pleno desenvolvimento, à medida que gerava uma descontinuidade entre regiões modernas e atrasadas. Esta descontinuidade comprometia, segundo o autor, a mútua transferência de estímulos econômicos.

Para os cepalinos, o caráter econômico tradicional do setor agropecuário, identificado basicamente com o mundo rural camponês sob economia de subsistência e com o latifúndio “improdutivo”, comprometia a geração de uma expressiva renda nacional. A pouca participação do setor agropecuário na geração da renda nacional impedia condições internas ideais para assegurar a geração da poupança necessária para a modernização do país. Argumentavam ainda que a conformação de um importante mercado para a grande quantidade dos produtos gerados pelo espaço urbano-industrial encontrava-se prejudicado, à medida que tal realidade concorreria para inviabilizar a otimização das escalas de produção conquistadas (Furtado, 1961, p. 38). Estas regiões tampouco ofereceriam a quantidade de víveres e matérias-primas necessárias para o barateamento dos custos de produção das atividades urbano-industriais, devido ao atraso das técnicas de produção.

A pouca participação do setor agropecuário na geração da renda nacional, a carência de demanda para o setor urbano-industrial e a baixa geração de excedentes, frutos do atraso do setor agropecuário, concorreriam para comprometer o dinamismo econômico do setor urbano-industrial. Segundo Rangel (Apud Mantega, 1985, p. 102-103), o atraso do setor agropecuário e as consequências macroeconômicas dele decorridas desencadeariam consequências secundárias, mas não menos importantes. A inflação brasileira, por exemplo, encontrar-se-ia grandemente determinada pelas características da estrutura agrária tradicional brasileira.

A carência de poupança interna representaria outro importante obstáculo para o desenvolvimento. Atribuída ao atraso do setor agropecuário, incapaz de gerar grandes massas de excedentes, devido à persistência de formas tradicionais produção, ao intercâmbio comercial internacional desfavorável aos países periféricos, que transferia para fora seus impulsos produtivos, e ao eixo econômico de expansão não mais voltado para fora, que inibia a geração de divisas externas, a carência de poupança imporia limites para a implantação de novos ramos produtivos, como também para a própria modernização dos ramos produtivos instalados.

A contenção das remunerações da classe operária, a incidência de impostos sobre o consumo de bens de elevada composição de valor por parte dos grupos privilegiados, a entrada de capital externo para as atividades produtivas e/ou seu financiamento e a mobilização de recursos públicos para financiar investimentos econômicos compõe o receituário cepalino. Sob um pragmatismo econômico, autores, como Prebisch (1987, p. 63-115), orientavam-se pela conquista de condições adequadas para a continuidade do desenvolvimento sob condições adversas.

A carência de demanda interna que concorreria para inibir a capacidade produtiva do setor industrial não se restringia ao atraso do setor agropecuário e pouca integração entre as atividades agrárias e as atividades urbano-industriais. A carência de demanda era concebida ainda como decorrente de uma renda socialmente concentrada herdada do passado colonial e estruturalmente realimentada devido ao atraso político e organizativo dos trabalhadores, de um lado, e da drenagem de excedentes nacionais, fruto do consumo por parte dos setores privilegiados de bens importados e de elevada composição de valor no âmbito do comércio internacional, cujos termos de troca eram favoráveis aos países desenvolvidos, por outro. Raúl Prebisch, provavelmente quem primeiramente realizou esta abordagem, conservou-se coerente com ela até o final da sua vida (Prebisch, 1987, p. 25-63).

A carência de excedentes restringiria a poupança interna mobilizável. Tornava-se difícil suprir a instalação dos novos ramos produtivos necessários para um crescimento auto-sustentável. Quando instalados através de poupança interna ou mesmo externa, os ramos produtivos passariam a conviver com a insuficiência de demanda interna (Furtado, 1961, p. 39).

A deterioração dos termos de troca ou de intercâmbio assumiu um papel central no diagnóstico da perpetuação do subdesenvolvimento na teoria cepalina. A teoria clássica advogava que o livre comércio e a especialização nas atividades primárias conduziriam à propagação do progresso técnico e à difusão do desenvolvimento para toda a comunidade

internacional. A especialização nas atividades primárias permitiria aos países atrasados beneficiarem-se através da absorção do “diferencial de produtividade”, crescentemente ampliado graças ao constante avanço tecnológico dos países desenvolvidos. A elevação de produtividade e a consequente diminuição dos custos de produção dos países de capitalismo cêntrico aliviariam as relações de trocas para os países atrasados, mesmo sob baixa eficiência produtiva (Mantega, 1985, p. 12).

A filiação a esta teoria por parte de correntes econômicas dos países periféricos advogando, como no Brasil, a “vocação agrícola”, contribuia para a manutenção de uma divisão internacional do trabalho garantidora do subdesenvolvimento, segundo os cepalinos. Os cepalinos reconheciam na “teoria das vantagens comparativas” um engodo para os países subdesenvolvidos. Não possuindo uma economia integrada e nem tampouco um elevado dinamismo econômico, estes países teriam drenados para fora os seus excedentes devido à diferença dos custos de produção apresentar-se amplamente favorável aos países desenvolvidos. Para Prebisch (1987, p. 75-93), o balanço comercial lhes seria desfavorável ainda graças ao aumento da demanda por produtos industrializados típicos da nova vida urbana e responsável por criar constantemente novas necessidades. A elevação da demanda por produtos primários encontraria, por sua vez, um obstáculo “natural” à sua expansão: o limite do estômago dos trabalhadores dos países desenvolvidos, sob moderado crescimento demográfico (Mantega, 1985, p. 37).

A questão da produtividade assumiria um papel fundamental na deterioração dos termos de troca. Para os cepalinos, os países desenvolvidos possuíam uma economia integrada, os diversos setores industriais instalados e uma base tecnológica e científica consolidada. Beneficiar-se-iam, ainda, de um fator responsável para assegurar o avanço constante das bases tecnológicas e a superação de qualquer tendência à estagnação ou ao desenvolvimento lento das suas forças produtivas: a luta de classes. A luta operária por melhores salários e condições de

vida ameaçaria a lucratividade média do capitalista, visto que os seus ganhos representariam maiores gastos em termos de capital variável, reduzindo a distância entre capital constante e capital variável na composição orgânica do capital, determinante na conformação do “excedente”. Para Prebisch (Apud Mantega, 1985, p. 34-39) e Furtado (1964, p. 65-66), a única saída para o capitalista preservar a taxa média de lucro seria ampliar o capital constante na forma de tecnologia, matérias-primas etc, ou seja, elevando produtividade e diminuir custos. Com as novas lutas operárias, estimuladas pelas novas necessidades da própria vida urbana, o processo reiniciaria. As lutas operárias assegurariam, ainda, a distribuição dos excedentes socialmente gerados.

O mesmo não seria possível nos países subdesenvolvidos. Vários destes não se encontrariam em regimes democráticos e/ou não possuiriam uma classe operária organizada e combativa, o que inibiria a elevação do capital variável no interior da composição orgânica do capital ameaçando a lucratividade média do capital. A isto se somaria o excesso de mão-de-obra, de terras e de demais recursos naturais, de um lado, e a carência estrutural de demanda, de outro, o que também concorreria para inibir a busca pelo aprimoramento tecnológico e pela elevação de produtividade, tanto nas atividades agrárias quanto nas atividades urbano-industriais.

Para a CEPAL, portanto, uma estrutura interna - economia agrária tradicional e ineficiente, baixa integração econômica entre os setores produtivos, exército industrial de reserva gigantesco com desemprego estrutural, baixo nível de organização político-sindical e elevada concentração de rendas - e uma estrutura externa - relações comerciais internacionais desfavoráveis aos países subdesenvolvidos, porque não apresentariam o mesmo avanço das forças produtivas e integração econômica dos países desenvolvidos - representariam obstáculos para a superação do subdesenvolvimento. Conjugadamente, ocorreriam poucos ganhos de produtividade nos países subdesenvolvidos e estes, por sua vez, tenderiam a ser drenados para fora.

Para a CEPAL estes limites estruturais ameaçavam uma estratégia de desenvolvimento em curso, fundamentalmente voltada “para dentro”. Estava estabelecido, portanto, um círculo vicioso que tendia a perpetuar o subdesenvolvimento e a dependência.

Mediante o reconhecimento de tais obstáculos e estando informada pela busca da superação do subdesenvolvimento através da industrialização e integração econômica nacional, a CEPAL procurou elaborar respostas. Nurkse (Apud Mantega, 1985, p. 48-53) propôs a conjugação de uma dupla iniciativa de natureza eminentemente econômica. Era necessário realizar “ondas recorrentes de progresso industrial”, ou seja, conduzir investimentos sucessivos em diversos setores industriais, criando demanda para aqueles não beneficiados diretamente pelos investimentos. Dessa forma, a carência estrutural de demanda seria em parte contornada pela demanda criada nos períodos de expansão econômica. Para que tal iniciativa fosse viável seria necessário recorrer à “poupança externa”, visto ser insuficiente a “poupança interna”, pública e privada, para provocar as referidas “ondas recorrentes de progresso industrial”. O Estado assumiria a coordenação e planificação desse processo de expansão em ondas que culminariam no desenvolvimento industrial auto-sustentável.

Para Myrdal (Apud Mantega, 1985, p. 53-57), social-democrata sueco, preocupado com o fenômeno do subdesenvolvimento, a saída do círculo vicioso do subdesenvolvimento era fundamentalmente política. Propunha a mobilização da sociedade nacional sobre bases nacionalistas buscando conquistar condições internas - a conformação da poupança pública através de impostos recolhidos, a disposição da sociedade em aguardar as melhorias sociais num futuro incerto - e externas - negociar com as nações desenvolvidas, sob bases políticas firmes, termos mais favoráveis para o acesso a capitais e tecnologia - para romper com o subdesenvolvimento. Tratava-se, segundo Myrdal, de um nacionalismo fundado no equilíbrio e na racionalidade, não um nacionalismo de cunho confrontativo.

Myrdal propunha, ainda, um regime democrático como “estratégia” complementar para a ruptura do círculo vicioso do subdesenvolvimento. Para este autor, a sociedade democrática seria a sociedade ideal para todas as classes e grupos sociais defenderem seus interesses e perspectivas, impondo a busca pela racionalidade produtiva. Especialmente importante seriam as demandas operárias, capazes de ameaçar a taxa média de lucro do capital, obrigando o capitalista a recorrer a novas aplicações de capital para conquistar novos índices de produtividade, custos inferiores e ampliar o seu mercado através da atribuição de menores preços aos seus produtos. A modernização capitalista, portanto, se explicaria através da preservação da lucratividade média do capital sob a crescente pressão operária. Para Myrdal, todos ganhariam com a expansão econômica sob uma sociedade democrática.

Mais recentemente e igualmente identificado com as concepções históricas da CEPAL, Prebisch (1985, p. 48-63) conceberia uma conjugação de iniciativas econômicas e políticas para a conservação da expansão econômica e para a ruptura do círculo vicioso do subdesenvolvimento. Propunha um pacto político entre a classe trabalhadora e a elite econômica e a concentração do excedente socialmente produzido nas mãos da elite econômica, de forma a criar condições para o desenvolvimento. Tal pacto somente seria possível nos quadros de uma negociação política, no qual as elites se dispusessem a conter o seu consumo excessivo e conservar seus capitais no país e a classe trabalhadora estivesse disposta a adiar a luta por remunerações e projetá-las para a participação nos novos excedentes gerados, ou seja, o sobretrabalho que excedesse a reiteração produtiva e a continuidade de novas e necessárias inversões. Para tanto, o populismo ou qualquer outra forma de regime político ou governo “distributivista” teria que ser enterrado e o Estado reestruturado assumiria a direção econômica do processo.

Estas iniciativas deveriam integrar uma negociação com os países desenvolvidos no sentido de superar as restrições criadas no comércio internacional aos países “em

desenvolvimento”. Igualmente necessária seria a revisão do acordo de Bretton Woods, de forma a ampliar a participação dos países em desenvolvimento nas políticas do FMI e do Banco Mundial.

A CEPAL localizava, ainda, como obstáculo ao pleno desenvolvimento, a precária integração do mercado nacional dos países subdesenvolvidos. Todos os cepalinos e as comissões de trabalho por eles integradas apontaram como prioridade a construção de uma infra-estrutura de comunicação e transporte capaz de integrar o território nacional. Podemos confirmar esta preocupação cepalina no documento “Esboço de um programa de desenvolvimento para o Brasil”, sob responsabilidade do Grupo de Trabalho CEPAL-BNDE, publicado em 1955 (Versiani, Barros, 1977, p. 281-291). A esta tarefa agrega-se ainda a modificação da estrutura agrária considerada atrasada e responsável pela baixa produtividade, carência de produtos primários, inflação, baixa renda nacional, como também um mercado fechado ao setor industrial devido a seu caráter tradicional e voltado para a subsistência.

A importância ocupada por Celso Furtado no âmbito do pensamento cepalino merece um destaque especial. Para este autor o passado colonial e a revolução industrial teriam transformado a economia brasileira em uma economia voltada para a realização externa do valor, de caráter agropecuária e no contexto dos termos de troca favoráveis aos países plenamente industrializados e economicamente homogêneos (1961, p. 171-185).

A industrialização brasileira ocorrida a partir de 1929, derivada de uma política de substituição de importações, teria redefinido o sentido da realização do valor, agora voltado para o mercado interno. Este processo teria provocado, ainda, uma formação sócio-econômica heterogênea, contrastando um setor moderno, expresso na forma do polo industrial, e o setor atrasado, expresso na forma do complexo latifúndio-minifúndio voltados para as atividades de exportação e subsistência.

A industrialização periférica, como processo de desenvolvimento sem precedente histórico e problemático, então se colocaria. A formação de uma estrutura produtiva pouco diversificada e pouco integrada; estrangulamento na poupança e na capacidade de importar; inferioridade do padrão tecnológico nacional em relação aos países plenamente desenvolvidos; inadequação e desequilíbrio da estrutura produtiva; inflação decorrente do descompasso entre oferta e demanda constituiriam-se para o autor, ao mesmo tempo, em obstáculos e em problemas do desenvolvimento que deveriam ser enfrentados pelo Estado.

Para Bielchowsky (1995, p. 148-162) Furtado proporia três grandes linhas de intervenção do Estado tendo em vista assegurar o pleno desenvolvimento capitalista brasileiro. A primeira seria a subordinação da política monetária à política desenvolvimentista. Embora reconhecesse a inflação como decorrente da discrepância entre uma oferta rígida e uma procura dinâmica (o que implicava no entendimento de que a sua superação demandava o desenvolvimento econômico) defendia medidas contracionistas conjunturais para combatê-la, a exemplo do Plano Trienal. Era partidário de reformas fiscais asseguradoras de recursos para o poder público alavancar investimentos nos setores em que a iniciativa privada não pudesse investir de forma satisfatória ou que não se interessasse.

O segundo seria o papel do Estado e os termos de participação do capital estrangeiro no desenvolvimento capitalista nacional. Para Furtado o Estado deveria conduzir um planejamento econômico global, compatibilizado com a hegemonia da iniciativa privada. Este planejamento estaria orientado pela otimização dos estímulos internos do pleno desenvolvimento e pela conquista de um desenvolvimento nacional autosustentável.

Nesta direção era necessário, segundo Furtado, o controle interno da economia por parte do Estado. Caberia ao Estado exercer o controle dos investimentos estrangeiros, assegurando o domínio dos capitais nacionais nos setores estratégicos da economia e dos

recursos naturais, e disciplinando a remessa de lucros de forma a coibir a intensa repatriação de excedentes.

O terceiro seriam as políticas distributivistas. A tributação sobre as “elites” proporcionaria uma poupança compulsoriamente recolhida pelo Estado, tendo em vista assegurar investimentos públicos e funcionaria como estratégia para forçar novos investimentos de capitais por parte da iniciativa privada, dificultando a imobilização dos mesmos através de aplicações especulativas e de consumo faustico. O ataque às desigualdades regionais, recompondo em nível de algumas regiões (especialmente o Nordeste) recursos drenados para o Centro-Sul cumpriria importante papel tendo em vista uma estrutura sócio-econômica integrada e homogênea. Por fim, reconhecia na reforma agrária uma iniciativa asseguradora de matérias primas para as indústrias e víveres em abundância, barateando o custo de reprodução da mão-de-obra e ampliando a demanda de bens industriais, acelerando dessa forma a acumulação de capitais.

Para Bielchowsky (1995, 134-136) Furtado identificava-se com o keynesianismo clássico quanto a desconfiança no equilíbrio automático e na eficiência máxima do mercado, bem como no significado estratégico do planejamento econômico. Diferenciava-se deste na medida que atribuia um papel essencial ao mercado interno na dinamização da produção e da renda, bem como identificava no planejamento público um instrumento vital para a superação do subdesenvolvimento.

3.2-O Pensamento Econômico Marxista Brasileiro

Algumas vertentes do pensamento econômico marxista brasileiro possuiram como suas raízes mais profundas os pensamentos políticos e econômicos de Lênin e Trotski. De uma forma mais ou menos coerente com as idéias por eles formuladas na primeira fase da III Internacional e na IV Internacional, intelectuais, organizações e partidos políticos elaboraram uma abordagem marxista da estrutura sócio-econômica brasileira.

Lênin e Trotski interpretaram a Rússia como Estado absolutista e com fortes traços feudais. Reconheciam um importante avanço da industrialização no país, mas destacavam o seu sentido desumano e a dependência dos capitais forâneos. Divergiram, contudo, quanto à leitura das classes sociais, à interpretação da forma de inserção da Rússia no capitalismo mundial e ao caráter do programa da revolução.

Lênin refletia a expansão do capitalismo a partir de uma relação relativamente flexível entre o nacional e o internacional. O capitalismo na Rússia não seria pura extensão do capitalismo em perspectiva global, embora com este mantivesse um profundo nível de dependência. Assumiria, ainda, uma contradição com relação às relações feudais de produção que ainda persistiriam em grandes extensões da Rússia e com os privilégios e centralização política de um Estado aristocrático e absolutista. Lênin (1980, v. I, p. 405-414) atribuía um conteúdo revolucionário à burguesia russa, mesmo dentro dos limites do liberalismo.

Na perspectiva do proletariado, segundo Lênin, o objetivo central seria demolir o absolutismo e a sociedade aristocrática, operar a transformação da estrutura da terra, democratizando-a, e construindo espaços democráticos de participação política. Lênin propunha a revolução democrático-burguesa como estratégia que articularia as contradições da burguesia contra a velha ordem e as perspectivas do proletariado e do campesinato.

A grosso modo, propunha a derrubada da aristocracia e a demolição do Estado absolutista em favor do avanço das relações de produção capitalistas e da criação de uma democracia burguesa; a democratização das terras, a eliminação das obrigações servis e o estímulo ao avanço das forças produtivas e o controle do capital estrangeiro, em especial o francês, acentuando o desenvolvimento capitalista em bases nacionais. Para Lênin, esta revolução democrático-burguesa seria um etapa histórica necessária para o avanço das forças produtivas, das relações de produção capitalistas e da construção de espaços democráticos para uma futura luta revolucionária do proletariado.

A III Internacional, especialmente no seu 2º Congresso, tendo como referência as demais experiências políticas nacionais, precisou e flexibilizou determinadas interpretações de Lênin. Reconheceu-se uma aliança entre o imperialismo e as classes dominantes tradicionais das sociedade atrasadas voltadas para conservar estas sociedades como reservas coloniais ou neocoloniais dos países imperialistas e da manutenção das formas pré-capitalistas de trabalho e propriedade e de poder autoritário oligárquico ou aristocrático, conservador ou absolutista. Embora reafirme o conteúdo contraditório e revolucionário da burguesia com relação à velha ordem, reconhece a atitude diferenciada desta classe. Segmentos nutriram-se da velha ordem, mantendo vínculos com a propriedade rural, com o capital usurário e com a exploração camponesa, enquanto que outros, embora assumissem posições revolucionárias, temiam a transformação dos movimentos nacional-reformistas - conduzidos por burguesias revolucionárias - radicalizando-se na forma de revoluções sociais contra a propriedade privada capitalista e a ela enquanto classe. O consequente comportamento da burguesia na revolução democrático-burguesa dependeria da atuação do proletariado empurrando-a “para frente”, em especial no que toca à revolução agrária (Mantega, 1985, p.144-152).

Do ponto de vista eminentemente econômico, a III Internacional atribuía ao imperialismo: a deficiência do mercado interno e o baixo poder aquisitivo das camadas sociais populares devido a sistemática extração da mais-valia colonial e neocolonial; a consequente lentidão do desenvolvimento das forças produtivas decorrente de mercados estreitos, da carência de recursos tecnológico e de capital e da oposição permanente do imperialismo; e a estrutura agrária tradicional, aliada ao imperialismo e incapaz de gerar excedentes e compor-se com o esforço da industrialização nacional. Percebe-se visões que influenciam profundamente um certo pensamento marxista no Brasil, à medida que atribuiu uma contradição acentuada entre a estrutura agrária tradicional e o processo de industrialização, a inter-relação entre a estrutura

agrária tradicional e o imperialismo na criação de obstáculos para a industrialização acelerada e a industrialização como negação do imperialismo.

Estas elaborações desenvolvidas no 2º Congresso da III Internacional, embora alertassem para as diversidades nacionais e para necessidade de serem confrontadas com a realidade, apresentavam-se plausíveis para as condições do desenvolvimento capitalista numa diversidade de países. Por outro lado, o alinhamento a que os partidos comunistas foram submetidos, a partir da ascensão de Stálin em 1925, às orientações da III Internacional e do PCUS, de fato anula aqueles alertas.

Trotski, por sua vez, concebeu o capitalismo como um sistema econômico integrado. Atribuiu um papel menor às contradições nacionais com relação a reprodução global do sistema. Não reconheceu uma contradição entre os resquícios do feudalismo russo e o desenvolvimento na Rússia, ou entre a aristocracia e a burguesia. Lutar contra as sobrevivências do feudalismo russo desdobrava-se inevitavelmente na luta contra a burguesia nacional e o capital estrangeiro.

Através de obras como “A Revolução Permanente” e “Programa de Transição” Trotski desenvolveu uma abordagem da dinâmica global do desenvolvimento capitalista, a partir da análise da sociedade russa e da sua inter-relação com o capitalismo, enquanto modo de produção dominante e mundial. Atribuiu um sentido interdependente entre países no processo de desenvolvimento das relações de produção capitalistas não como uma anomalia, nem tampouco como etapas que possam ser superadas ao longo do processo histórico, mas como um fundamento do próprio sistema (Trotski, 1978, p.141). Cada estrutura nacional integrava-se na estrutura global do sistema tendo determinados suas possibilidades, limites e características de desenvolvimento segundo o caráter que historicamente assumiu o seu processo de acumulação (primitiva ou não) capital. O conteúdo desigual e combinado não poderia deixar dúvidas quanto ao caráter internacionalista da luta anti-capitalista.

A IV Internacional reconheceu na exploração da mais-valia social dos países capitalistas atrasados do ponto de vista do desenvolvimento capitalista, uma necessidade para assegurar a acumulação face à estagnação dos países de capitalismo avançado. A manutenção desta relação recriaria o atraso e a estagnação nos países atrasados. A ruptura desta relação reporia a estagnação nos países avançados e, consequentemente, as contradições acentuar-se-iam, proporcionando condições para as revoluções sociais.

Diferentemente de Lênin e da III Internacional, que propunham uma revolução em duas etapas - democrático-burguesa e proletária - a IV Internacional propunha uma revolução com base no “programa de transição”, ponto médio entre o “programa mínimo” - que encamparia conceitos, bandeiras e reivindicações de cunho democrático, popular e anti-capitalista - com o “programa máximo” - contra a propriedade privada, a desigualdade social, o Estado aristocrático ou burguês etc (Trotski, 1978, p. 25).

O pensamento marxista no Brasil conviveu com herdeiros das vertentes acima referidas. A vertente representada pelo PCB e por intelectuais como Alberto Passos Guimarães e Nelson Werneck Sodré “aplicou” a concepção da revolução democrático-burguesa devida a Lênin e a III Internacional ao Brasil. O IV Congresso do PCB caracterizaria a sociedade brasileira como semicolonial e semifeudal, sob domínio de uma oligarquia reacionária. Graças à promiscuidade entre os interesses oligárquicos e imperialistas, as reservas naturais do país seriam exploradas em benefício externo, a industrialização permaneceria restringida e a dependência da burguesia industrial brasileira junto a bancos internacionais conservar-se-ia elevada (Mantega, 1985, p. 61-62).

A sociedade brasileira encontrar-se-ia submetida à dupla exploração representada pelo imperialismo e pelo latifúndio, com a extração dos excedentes nacionais concorrendo para a carência de recursos internos e de mercados. A agricultura permaneceria atrasada e sob o jugo de

relações semifeudais de produção, o que impossibilitaria o bom abastecimento interno de víveres e matérias-primas e elevaria custos industriais.

A denominada Declaração de Março de 1958 reconheceria o desenvolvimento capitalista nacional sob um intenso processo de industrialização, o que estaria em contradição com o que se poderia esperar de uma sociedade sob domínio feudal e imperialista conforme interpretavam as resoluções do IV Congresso. A burguesia industrial nacional passa assumir um papel de grande relevo na frente revolucionária e todo apoio passa a ser delegado às forças nacionalistas, em especial no governo JK (Mantega, 1985, p. 164-171). Tais “correções” das resoluções do IV Congresso não proporcionaram uma interpretação crítica sobre quais os equívocos teóricos e metodológicos que conduziram a tamanha contradição com os cenários previamente concebidos e nem tampouco a percepção do novo momento do capitalismo brasileiro que se abriu através do Programa de Metas.

O Programa de Metas desencadeia nova reformulação no modelo de revolução: reconhece-se uma fração entreguista na burguesia nacional. Após o golpe militar, a grande burguesia como um todo passa a ser concebida como entreguista, mas a pequena e média burguesias permanecem constituindo um campo social e político anti-imperialista.

No VI Congresso, ocorrido em 1967, atribui-se à nova fase de industrialização um conteúdo anti-imperialista porque voltada para o mercado interno e porque apoiado no chamado “capitalismo de Estado”, respectivamente responsáveis por estreitar os espaços de movimento do imperialismo em termos nacionais e por lançar condições de competição com relação aos grandes monopólios estrangeiros (Mantega, 1985, p. 169-171). A estrutura fundiária permaneceu responsável pelo atraso do país. Aos setores sociais dominantes a ela vinculados foi atribuído o golpe militar capaz, segundo o referido congresso, de desencadear retrocessos nas forças produtivas.

A crise estrutural que a economia brasileira atravessou entre 1961 e 1967 foi pensada como decorrente da estrutura fundiária tradicional. Portanto, somente uma reforma agrária que modificasse as relações de produção no campo - voltada para remover obstáculos para o desenvolvimento das forças produtivas, elevar o nível de vida da população e fortalecer o mercado interno - poderia proporcionar a superação da crise estrutural brasileira.

Reconhecer a burguesia enquanto classe ou setores burgueses como progressistas no tocante ao desenvolvimento das forças produtivas e a necessidade de construção de regimes democráticos no país, de um lado, e a responsabilização do atraso das forças produtivas e conservadorismo e retrocessos políticos respectivamente à estrutura fundiária e ao imperialismo, de outro, transformar-se-ia num suposto do modelo interpretativo da realidade brasileira proposto por esta vertente marxista. Em que pese as mudanças e transformações da realidade, as alterações que este modelo interpretativo sofria eram de superfície, porque não rompiam com o seu caráter determinista, a priorístico e tardio. Tratava-se de um modelo teórico e rígido, encontrando-se desaparelhado para interpretar as características do capitalismo brasileiro e conceber cenários econômicos e sociais realmente possíveis. Mais do que `idéias fora de lugar` observamos que os homens encontravam-se `prisioneiros das suas idéias`.

Mantega (1985, p. 162-163) chamou a atenção para o fato de que Lênin propôs uma aliança para a conquista de condições mais adequadas para a luta pelo socialismo e não para assegurar o avanço e consolidação do capitalismo como concebeu o PCB e seus intelectuais. Nem tampouco, atribuiu à industrialização o elemento motor do desenvolvimento das forças produtivas no capitalismo.

Uma outra vertente do pensamento marxista brasileiro desenvolve-se em torno de intelectuais como Caio Prado Júnior e Rui Mauro Marini, ou de intelectuais estrangeiros como André Gunder Frank. Formada na conjuntura de crise do nacional-desenvolvimentismo, esta vertente recusou atribuir ao latifúndio e à sua aliança com o imperialismo a responsabilidade

pelo atraso e subdesenvolvimento capitalista brasileiro. Recusaram, enfim, uma abordagem que reconhecesse a realidade nacional, sob domínio das relações capitalistas de produção, como determinada em última instância pelas dinâmicas internas.

Propunham uma análise que buscassem estabelecer as estreitas relações que prendiam o desenvolvimento capitalista no Brasil à dinâmica de expansão do capitalismo mundial. De forma explícita ou não, trilhavam os caminhos abertos por Trotski, através da tese do desenvolvimento capitalista desigual e combinado.

Prado Jr (1966, p. 39-66) recusou a caracterização feudal atribuída à sociedade brasileira colonial. Demonstrou que a agricultura brasileira colonial era fruto do capitalismo mercantil voltada para produzir produtos primários de exportação sob as formas de trabalho escravo. A abolição da escravatura transformaria em relações de produção capitalistas aquelas antigas relações de produção e imporia, doravante, como forma de dominação externa, o imperialismo, visto coincidir com a monopolização da economia capitalista.

Frank (1980, 167-173) identificou-se com Caio Prado Júnior na crítica da tese do feudalismo brasileiro e na inter-relação proposta entre o nacional e o internacional. A sua perspectiva, contudo, não era a caracterização de uma formação social específica, mas a elaboração de uma teoria globalizadora e explicativa do atraso e subdesenvolvimento. Interpretou o capitalismo como um sistema sócio-econômico mundial, articulado através de subsistemas nacionais e submetidos numa determinada divisão internacional do trabalho.

O resultado seria a criação e recriação de laços de dependência e exploração capazes de gerar a sistemática expropriação dos excedentes. Dessa forma, reiterar-se-ia o subdesenvolvimento, por exemplo, privando as sociedades dependentes e subdesenvolvidas das condições clássicas do desenvolvimento econômico como a existência de mercado amplo, avanço tecnológico e a internalização de todas as fases de produção.

Marini (Apud Mantega, 1985, p. 262) partilhou das posições de Caio Prado Júnior e de André Gunder Frank. Atribuiu à supereexploração dos trabalhadores da periferia - a tese da dupla exploração - a garantia, ao mesmo tempo, da reprodução da sociedade nacional e do imperialismo.

Para Marini as crises internacionais (desenvolvidas no contexto de um intercâmbio desigual entre os países desenvolvidos e atrasados, responsáveis pela drenagem dos excedentes nacionais) determinaram um processo de industrialização interna. Esta, por sua vez, desenvolvendo-se sob a adoção de tecnologia importada e poupadora de mão-de-obra, da estrutura agrária tradicional atrelada ao mercado externo e da expropriação dos excedentes nacionais pelo imperialismo, criaria uma crise estrutural de demanda e limites estreitos de acumulação ao setor industrial.

Esta interpretação da gênese, do desenvolvimento e dos limites da economia brasileira, realizada por Marini, encontrava-se profundamente influenciada pela abordagem que Furtado (1964, p. 64-66) desenvolveu no início dos anos 60. Diferenciava-se profundamente, contudo, quanto ao curso da economia brasileira. Para Marini, a continuidade da acumulação na economia brasileira somente seria possível através da formação/expansão de um subimperialismo no plano do subcontinente latino-americano e endereçado aos países mais atrasados da região. Somente dessa forma seria possível realizar os excedentes industriais gerados pelo setor urbano-industrial e drenar recursos dessas mesmas regiões.

As teorias do capitalismo colonial brasileiro, do desenvolvimento do subdesenvolvimento, da dupla exploração do trabalho e do subimperialismo, possuíam uma inspiração e uma proximidade com a teoria do desenvolvimento capitalista desigual e combinado. As suas grandes virtudes residiram na percepção do capitalismo brasileiro enquanto produto e enquanto parte da expansão do capitalismo internacional e da sua recriação a partir das redefinições da divisão internacional do trabalho. As suas principais fragilidades foram

subestimar as transformações nacionais em curso e concebê-las como mero produto das relações internacionais.

Uma outra vertente do pensamento marxista brasileiro se desenvolveu entre 1950 e 1975. Enquanto as demais vertentes, via de regra, partiam da realidade e da intervenção político-partidária referenciadas em Lênin e Trotski para compreender o país, esta outra vertente partiu do debate teórico-metodológico de cunho histórico-sociológico e da reflexão acadêmica inspirada na tradição marxiana.

Os anos 50 foram responsáveis por dar início a um campo fértil para a emergência de um pensamento marxista não marcado pela rigidez dos conceitos e categorias e pelo apriorismo e teleologia. No Brasil, uma universidade moderna se consolidava em meio aos novos desafios a ela colocados através das transformações sociais e econômicas e da luta de uma jovem intelectualidade emergente contra os velhos modelos e personagens da cátedra. A nova qualidade da retomada das lutas operárias em 1953 e as contradições do nacional-desenvolvimentismo ao final da década saltavam aos olhos dessa jovem intelectualidade.

No mundo ocorriam fatos históricos que também exerceram forte influência nesta jovem intelectualidade. A morte de Stalin e a autocrítica realizada por Krutschov no XX Congresso do PCUS daria alforria para muitos que se encontravam presos a modelos interpretativos. A Revolução cubana, em 1959, termina por abalar as últimas certezas. O marxismo oficial estava sendo desmentido por uma revolução que não foi conduzida pela classe operária e pelo partido comunista, e nem tampouco se tratava de uma sociedade cujas relações capitalistas de produção encontravam-se desenvolvidas. Enfim, partidos, tendências e intelectuais marxistas perdiam o velho farol que os orientava e os manuais doutrinários sofriam fraturas incorrigíveis.

Dois importantes marcos, em nossa concepção, definem uma trajetória de formação de uma nova concepção do marxismo e da interpretação do Brasil. Florestan Fernandes (1979, p.

7-356) publicou *Mudanças Sociais no Brasil*, em 1960. Esta publicação resultou da reunião de diversas comunicações e conferências produzidas ao longo dos anos 50, no sentido de compreender a realidade (ou realidades) brasileira. As dinâmicas e formas das transformações sociais e econômicas são caracterizadas a partir da realidade brasileira, distanciando-se de modelos transplantados mecanicamente. Em que pese a influência que Jacques Lambert (e o modelo das duas civilizações de idade diversas e das duas sociedades diferentes) exerceu em Florestan Fernandes neste período, o autor reconheceria que várias fases, supostamente extintas no processo de transformações sociais e econômicas do Brasil, persistiam e conviviam com fases mais novas e modernas.

Caio Prado Jr (1969, p. 13-23), na esteira do próprio Marx, quando este estuda as formas assumidas pela acumulação primitiva de capital, concebeu a escravidão colonial como um fenômeno moderno, ligado à expansão comercial da Europa. Desautorizou, dessa forma, a sucessão etapista dos modos de produção e o feudalismo colonial brasileiro. E confirmava o entendimento de que o capital, na sua dinâmica de reprodução, recorre a muitas relações de produção contraditórias com as relações capitalistas de produção, mas por elas provocadas, integradas e dependentes.

O Brasil ingressava num processo de radicalização política no final dos anos 50 e início dos anos 60. À autocrítica de Krutschov e a revolução cubana, no plano internacional, agregava-se o esgotamento do nacional-desenvolvimentismo e da ideologia isebiana¹² e a radicalização operária e popular na forma da denúncia do pacto populista, no plano nacional.

¹² - O Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) era uma instituição voltada para realizar estudos e recomendações de ordem política, social, econômica e cultural dentro de uma `problemática nacional'. O grupo de intelectuais aglutinados no ISEB buscavam construir uma teoria para o desenvolvimento brasileiro, com base em modelos teóricos profundamente contraditórios como o liberalismo, o marxismo, o keynesianismo e o positivismo durkheimiano.

Basicamente, defendiam a industrialização como estratégia para a superação do atraso e para a recuperação do tempo perdido em relação à modernização adquirida pelos países `desenvolvidos'. Estes intelectuais eram partidários de um nacionalismo racional e tolerante, liderado pela burguesia nacional, chamada a unificar e liderar as diversas classes e interesses sociais, enquanto um esforço comum de toda a nação, tendo em vista o seu progresso e desenvolvimento. O ISEB foi, em toda a sua existência e substância, um instrumento ideológico do nacional-desenvolvimentismo.

Para uma maior compreensão do caráter e significado do ISEB podem ser consultados: TOLEDO, Caio Navarro. ISEB: Fábrica de Ideologias. São Paulo: Editora Ática, 1977; JAGUARIBE, Hélio. Desenvolvimento Econômico e Desenvolvimento Político. 2^a edição. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1972; JAGUARIBE, Hélio. Condições Institucionais do Desenvolvimento. Rio de Janeiro: ISEB, 1958.

Este quadro animou movimentos sociais e intelectuais a aprofundar reflexões, numa perspectiva crítica (nem sempre transformadora) sobre o Brasil.

Schwarz (1995, p. 5-7) chamou a atenção para um fato histórico de grande importância. Em 1958, na Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo, organizou-se um seminário para o estudo do “O Capital”, de Karl Marx. Reuniu-se intelectuais como Arthur Giannotti, Fernando Novais, Paul Singer, Ruth e Fernando Henrique Cardoso, Octavio Ianni, Michel Löwy, entre outros. Os caminhos abertos por Florestan Fernandes e Caio Prado Jr contribuiram para que os membros do seminário e outros intelectuais marxistas, isolados ou em grupos, repensassem seus métodos e modelos teóricos e interpretassem a realidade brasileira de forma nova. Em outras palavras, o Brasil estava sendo “redescoberto”.

Segundo Schwarz, dentre os diversos estudos que se seguiram ao seminário, três foram responsáveis por consolidar uma nova concepção de marxismo e um novo caminho de interpretação do Brasil. Na obra “Capitalismo e Escravidão No Brasil Meridional”, de Fernando Henrique Cardoso, cujo objeto são as conexões entre capitalismo e escravidão numa área periférica da colônia, ficam relativizadas as polarizações entre escravidão e liberdade, ou a identidade entre capitalismo e liberdade. O capitalismo, que em última análise é contraditório com a escravidão e a elimina em certo momento, para o seu pleno desenvolvimento, recorreu a ela. A escravidão, afinal de contas, tinha parte com o progresso histórico. Esta compreensão e tomada de consciência estimulava a percepção dialética dos ‘paradoxos’ do movimento histórico.

A sociedade colonial, integrada a expansão comercial internacional repunha (quando não ampliava) relações sociais contraditórias com a racionalidade da sociedade moderna. O curso subseqüente da própria modernização implicou na eliminação das relações sociais não capitalistas, estrategicamente contraditórias com as relações capitalistas de produção - embora

por elas criadas, recriadas ou repostas em certo momento - mas pela exclusão e marginalização dos homens integrados às 'antigas' relações.

Na obra "Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)", de Fernando Novais, rompeu-se o tradicional preceito que mandava estudar a história local (ou nacional) a partir do contexto mais geral (ou internacional). O autor buscou interpretá-los um no outro e em movimento. Assim, conforme Schwarz,

"(...) as reformas portuguesas no Brasil, que naturalmente visavam preservar a posição da metrópole, são observadas também como outros tantos passos involuntários na direção da crise e da destruição do Antigo Sistema Colonial no seu conjunto, a bem da Revolução Industrial na Inglaterra. Um encadeamento propriamente dialético (...)"

Ainda segundo o autor,

"Também aqui o marxismo rigoroso mas não dogmático punha em dificuldades as idéias feitas, dos outros e as suas próprias. Entre estas como se sabe, está a que afirma o primado da produção sobre a circulação ou por outra, que manda fundar a compreensão histórica nas relações de produção locais" (1995, p.5-7).

Maria Sylvia de Carvalho Franco lançou o livro "Homens Livres na Ordem Escravocrata", em 1964. Demonstrou os vínculos que interagiam o trabalho escravo e a reprodução da sociedade moderna e os homens livres do interior com o sistema econômico e o sistema de poder construído em torno da sociedade cafeeira. A sujeição violenta do escravo e a relação de dependência do homem livre e pobre na ordem escravista estão inseridos no mundo dos cálculos econômicos. As dimensões interligadas, gerais e decisivas da sociedade brasileira, no seu conjunto e em perspectiva de totalidade, são demonstradas.

Estas obras proporcionaram uma revitalização do marxismo no Brasil. Os esquemas teleológicos, o formalismo das estruturas sociais, a abordagem da luta de classes destituída de dialética etc, são implícita e explicitamente questionados através das referidas obras. Este processo de revitalização se completa, segundo Schwarz (1995, p. 5-7), quando Fernando

Henrique Cardoso, através da obra “Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico”, de 1964, demonstrou que a burguesia industrial brasileira encontra-se “satisfeita com a condição de sócio menor do capitalismo ocidental e de guarda avançada da agricultura”. Que renunciava assim “a uma hegemonia plena da sociedade”, desautorizando a velha tese do marxismo tradicional que atribuía um conteúdo revolucionário à burguesia industrial na luta contra o imperialismo e o latifúndio.

Apesar destes avanços, a vertente representada por este pensamento marxista possuía alguns limites e contradições com o marxismo em si. O estudo da realidade brasileira, embora orientada por uma abordagem de totalidade, não comprometia-se com uma reflexão de ‘baixo para cima’. A simpatia para com a classe trabalhadora encontrava-se difusa, mas nunca enquanto um compromisso social.

O eixo central dos referidos estudos (e de outros, direta e indiretamente influenciados pelo seminário) encontrava-se preso a uma problemática nacional. Buscava-se as raízes e a dinâmica de mudança da realidade brasileira não como parte da crítica do capital e, nem tampouco, como instrumento da desalienação dos componentes do mundo do trabalho, mas como iniciativa para compreender a nossa particularidade histórica e, porque não dizer, a reprodução do nosso atraso. Esta compreensão - que implicava numa crítica da classe dominante, acomodadas a um “subcapitalismo”, e da classe trabalhadora, incapaz de romper o ciclo de reposição da opressão e do atraso - trazia um sentido de revelação, de tomada de consciência por parte da nação (enquanto a totalidade dos indivíduos e dos grupos e classes sociais) das relações sobre as quais ela se assentava.

A problemática nacional destes autores expressava elementos de continuidade de uma matriz de pensamento por eles tanto criticada, qual seja, o nacional-desenvolvimentismo (de inspiração cepalina e, em certa medida, de marxismo tradicional). Não compunham uma práxis orgânica, no sentido atribuído pela tradição marxiana e pelo marxismo clássico, mas uma práxis

puramente acadêmica. Tratava-se de um olhar a partir da universidade, motivada pela compreensão da problemática nacional no sentido de revelar os mecanismos da reposição do atraso.

A obra “Dependência e Desenvolvimento na América Latina”, de Cardoso, Faletto (1967, p. 10-137), desenvolvida enquanto atividade no âmbito da CEPAL por parte dos autores e publicada em 1967, nos parece representar um ponto de inflexão em relação ao método marxista. Nesta obra, que representou um marco na ‘teoria da dependência’, a exposição das especificidades históricas, sociológicas e econômicas, as variações de país para país, a relação que os espaços nacionais mantém no contexto internacional etc, representaram a continuidade da problemática nacional ampliada também para o subcontinente latino-americano. O estudo, dirigido para institutos, políticos, burocratas, partidos etc, teve como objetivo problematizar e apresentar variáveis e determinantes para os planejamentos dos governos latino-americanos. Converteu-se em um estudo para o capital. Concordamos com Schwarz quando afirma que

“(...) em parte se trata da generalização e do ajuste, para o continente, dos pontos de vista do “Empresário Industrial”. Lá estão as singularidades dos arranjos sociológicos nacionais, sempre subdesenvolvidos e carregados de história, funcionando como suportes da inserção contemporânea da economia” (1995, p. 5-7).

Via de regra, o conjunto maior dos estudiosos integrados nesta vertente do pensamento marxista não extrapolaram a problemática nacional em direção a uma problemática para o capital. Outros estudiosos, integrantes do seminário ou influenciados pelos estudos que se seguiram ao mesmo, buscaram orientar em outra direção as suas reflexões. Centraram-nas enquanto crítica ao capital. Alguns eixos reflexivos caracterizaram este empenho, como a compreensão do curso da revolução burguesa no Brasil, o caráter e as fases do desenvolvimento econômico, as estruturas sociais montadas e as transformações na estrutura da terra.

Francisco de Oliveira incorporou a reflexão sobre a dialética e a luta de classes inseridas na realidade. Rompeu, dessa forma, com uma reflexão e exposição calcada na

evolução. Rompeu, também, com uma análise do desenvolvimento do capitalismo no Brasil do século XX circunscrito na abordagem econômica. Reconheceu as orientações e processos econômicos como consequência das articulações, contradições e conflitos que se desenvolvem no campo social e político. É neste campo que os processos sociais são definidos.

A análise dialética perseguida rompeu o estreito limite dos estudos da estrutura de reprodução material. As interfaces políticas e sociais não são apenas integradas, mas reconhecidas como decisivas - são os homens que fazem a história e não uma estrutura social suprahistórica. Decorreu dessa leitura da dinâmica social uma metodologia que integrava as ciências humanas em geral no estudo do objeto. Trata-se, portanto, de estudos de natureza histórica-sociológica-econômica.

Através da obra “Crítica da Razão Dualista” (1987^b, p. 3-92), buscou realizar o acerto de contas com as abordagens dual-estruturalistas. No decorrer da exposição dialética, entrelaça luta de classes e modernização do capitalismo periférico dependente brasileiro. Capitalismo este responsável por uma revolução burguesa, cujo processo assumiu as formas do Estado Novo, do pacto populista e da ditadura militar, e que efetuou uma industrialização crescentemente dependente e oligopolizada. Os seus resultados históricos, além é claro da industrialização oligopolista e dependente, foram a conservação/modernização da estrutura agrária tradicional, a criação de uma sociedade urbana e a marginalização e superexploração da classe trabalhadora.

Octavio Ianni perseguiu o mesmo caminho. Através da obra “Estado E Planejamento Econômico No Brasil” (1986, p. 15-316), evidenciou o papel que o Estado assumiu no processo da industrialização brasileira, a sua exposição e ‘sensibilidade’ às lutas inter-burguesas e populares e as possibilidades, limites e realidades que os planejamentos econômicos reproduziram historicamente no Brasil.

José de Souza Martins (1975, p 15-42), por sua vez, buscou se concentrar no estudo do espaço rural brasileiro. Empenhou-se em localizar e qualificar as relações sociais historicamente desenvolvidas, as formas de penetração/expansão do capital no âmbito destas relações, as principais contradições que permeiam estas relações sociais sob a expansão do capital e a história das lutas sociais no campo. As formas de reposição do “atraso” pela “modernização” e as formas originais de “modernização” do “atraso” na estrutura agrária brasileira também compõem suas reflexões.

O campo de reflexão e a metodologia adotada por parte deste grupo de estudiosos (e por muitos outros que com eles se identificaram), gerou uma vertente do pensamento marxista alternativa ao marxismo acadêmico - entendendo por tal a reflexão à distância e incapaz de se inserir numa práxis orgânica. Estudiosos estes, vale a pena lembrar, vinculados a grandes centros universitários e de pesquisa. A grosso modo, estes estudiosos buscaram romper barreiras que se antepunham entre universidade, organizações da sociedade civil e movimentos sociais.

3.3-Os Dependentistas

A chamada ‘teoria da dependência’ formou-se a partir da segunda metade dos anos 60. Tem em Celso Furtado, Theotonio Santos, Fernando Henrique Cardoso, Enzo Faletto, João Manuel Cardoso de Mello, Francisco de Oliveira, Paul Singer, José de Souza Martins e Octavio Ianni alguns dos seus principais formuladores.

A teoria da dependência originou-se, primeiramente, como desdobramento crítico das idéias da CEPAL e do ideário nacional-desenvolvimentista de inspiração cepalina e, em certa medida, marxista tradicional. A correlação que estas vertentes estabeleciam entre subdesenvolvimento e inexistência de um amplo complexo industrial nacional - para os primeiros, decorrente da economia fragmentada, da concentração de rendas, da carência de demanda e da deterioração dos termos de troca, e, para os outros, como fruto da ação externa do

imperialismo e da sobrevivência de relações semifeudais a ele dependentes e integradas - encontrava-se em contradição com o vigoroso desenvolvimento industrial ocorrido entre 1956 e 1961. Capitais, tecnologia, empresas, técnicos e técnicas de gerenciamento etc, oriundos dos “centros imperialistas”, caracterizavam com profundidade o processo de internalização de um moderno complexo industrial.

Após o grande ciclo econômico industrializante ocorrido com o Programa de Metas, as contradições expressas no ciclo inflacionário, no desequilíbrio do balanço de pagamento e da queda do nível de vida e de poder aquisitivo das camadas populares, para determo-nos em apenas alguns elementos, desautorizavam de forma incontestável a equação “grau de dependência inversamente proporcional ao grau de instalação da atividade industrial”. Concomitantemente, dependência e desenvolvimento ocorriam a despeito das previsões cepalinas e marxistas tradicionais.

A teoria da dependência era também uma reação à teoria da ‘nova esquerda marxista’, caracterizada pelos dependentistas como sendo determinista e catastrofista. Segundo esta teoria, a dependência e o subdesenvolvimento, por ser o resultado da reprodução desigual e combinada do capital, não poderia ser superada nos limites do próprio sistema e nem tampouco um país dependente poderia conviver com um intenso desenvolvimento econômico. Apenas através de uma ação revolucionária e contra o sistema capitalista seria possível superar a dependência e o subdesenvolvimento.

Os dependentistas reagiram a esta abordagem afirmando que não havia uma relação direta e imediata entre subdesenvolvimento/dependência e anti-desenvolvimento (Cardoso, Faletto, 1967, p. 34-37), como de fato o período de vigência do Programa de Metas viria demonstrar. A nova fase da industrialização brasileira, que teve início com o ciclo econômico do “Milagre Econômico Brasileiro”, confirmava novamente aquelas observações. Desautorizava-se,

mais uma vez, senão a dependência e o “subdesenvolvimento”, pelo menos a impossibilidade do desenvolvimento econômico nos países periféricos.

As teses estagnacionistas e as versões catastrofistas comuns às vertentes acima referidas começaram a ser demolidas. De um lado, pela nova realidade brasileira, de outro, pelo debate movido pelos teóricos da teoria da dependência.

A teoria da dependência propunha um novo enfoque para a relação entre o interno e o externo. Reconheceu o condicionamento imposto pelos vínculos estruturais na perspectiva do desenvolvimento nacional, seja na forma da estrutura agrária tradicional, dos padrões políticos autoritários, do setor multinacional da economia etc, no contexto das relações internas, seja na forma da carência de autonomia tecnológica e financeira e do controle externo das relações comerciais internacionais, no contexto das relações externas. Mas atribuiu à ação das classes, segmentos, grupos sociais e partidos políticos no âmbito da nação, adensados num determinado sistema de relações sócio-políticas, o momento determinante em última instância para a manutenção ou superação dos obstáculos tendo em vista o desenvolvimento e a ‘superação’ da dependência.

Para os teóricos da dependência, as relações externas não eram mais apreendidas como sendo decisivas para a conservação da dependência e do “subdesenvolvimento”. Este entendimento os aproximava dos cepalinos - que reconheciam ser francamente possível superar a dependência e o “subdesenvolvimento”, em que pese a ênfase atribuída à deterioração dos termos de troca - e os afasta das vertentes marxistas da ‘nova esquerda’ - que vinculam a total superação destas condições sócio-econômicas com a própria construção do socialismo.

A grande ênfase que atribuíam à política enquanto espaço de construção e desconstrução do sistema de relações de classes (definidor em última instância das condições sócio-econômicas do desenvolvimento e da independência econômica) os aproximava das vertentes marxistas - que reconheciam nas manifestações subjetivas dos homens o motor da

história - e os afastava de uma certa linearidade econômica presente na abordagem cepalina - que reconheciam no planejamento e direção estatal a centralização política e econômica capaz de assegurar o pleno desenvolvimento. O predomínio das relações internas sobre as externas e do nível político sobre o econômico foram concebidos como decisivos tendo em vista a conquista do desenvolvimento e da independência econômica.

Os dependentistas recusam uma teoria geral explicativa do desenvolvimento. Para Santos (1991, p. 14-22), a teoria do desenvolvimento - que teria como gênese a racionalidade do indivíduo e do sistema em contradição com o tradicional, com base nas teorias de Durkheim e Weber; o problema do ciclo e do crescimento no capitalismo, objeto central do pensamento Keynesiano e similares; a economia de mercado como superior a qualquer economia fechada e regulada, suposto pela economia clássica; e a teoria do valor, os esquemas da reprodução simples e ampliada do capital e a teoria do imperialismo, desenvolvidos pelo marxismo - incorreria no ecletismo conceitual e metodológico. As vertentes liberais enfatizariam as condições da modernização em relação à sociedade tradicional, enquanto que as vertentes nacional-revolucionárias enfatizariam a modificação da estrutura social, o conteúdo progressista da industrialização e as condições internas da acumulação. Ambas se interpenetrariam e se influenciariam mutuamente visto que, se apropriavam das elaborações teóricas existentes para a conformação de orientações sócio-econômicas capazes de redefinir o curso tecnológico, econômico, social e político na direção do desenvolvimento dos países atrasados. Jaguaribe (1978, p. 13-188) e o ISEB expressariam a crítica de Santos.

Em lugar de uma teoria geral do desenvolvimento, Cardoso, Faletto (1967, p. 37-38), Oliveira (1987^b, p. 5-14) e Santos (1991, p. 22-27) propuseram uma metodologia de abordagem das condições para o desenvolvimento. Primeiramente, conduziram uma crítica ao dual-estruturalismo na forma da dicotomia entre os conceitos “tradicional” e “moderno”. O fundamental passa ser a busca da correlação entre ambos no processo das relações sociais. Tal

abordagem implicava na superação do confronto teórico-comparativo entre o tipo ideal, revelado nas condições ideais para a modernização “revelado” na Europa e nos Estados Unidos, e o tipo inadequado, revelado na permanência das condições desfavoráveis para a modernização da periferia. Este confronto comparativo somente pode ser possível quando submetido à análise histórico-social concreta, não quanto modelos ideais.

O desenvolvimento deixou de ser o resultado de um centro de poder - o Estado - informado por objetivos e metas econômicas claras e previamente definidas, conforme concebia o pensamento cepalino. O desenvolvimento foi concebido pelos teóricos da dependência como resultado da interação de grupos e classes sociais, sob um modo de relação edificado sobre contradições de interesses e de valores sociais. No processo de desenvolvimento destas relações, fundadas sob a oposição, conciliação ou superação destes interesses e valores sociais, o sistema sócio-econômico modificar-se-ia.

O sistema de relações sociais, que pressupunha dominação e hegemonia de determinados grupos e classes sociais sobre outros, impondo o padrão de reprodução material que mais lhes convinha, implicou na percepção do econômico quanto prolongamento da política. Porque foi do processo político que tais sistemas de relações foram edificados e também modificados.

Tais procedimentos metodológicos implicaram, por uma lado, em considerar condições históricas particulares subjacentes ao processo de desenvolvimento em sua totalidade, ou seja, o plano interno e externo. Por outro lado, implicaram compreender também como e porque nas situações estruturais concretas os interesses e objetivos dos diversos grupos e classes sociais determinam o desenvolvimento da sociedade (Cardoso, Faletto, 1991, p. 139-143).

A abordagem do sistema de relações sociais implicou na apreensão das conexões entre o sistema econômico e a organização social e política das sociedades em desenvolvimento com relação às sociedades sem desenvolvimento e, principalmente, desenvolvidas. A

especificação histórica da situação de subdesenvolvimento emergiria da relação que sociedades “periféricas” e “centrais” estabeleceriam entre si sob a dominação e hegemonia daquelas classes e grupos sociais interessados em conservá-la.

Os teóricos da dependência efetuaram a crítica dos conceitos ‘dependência’, ‘subdesenvolvimento’ e ‘periferia’. Estas críticas, por sua vez, caminharam sob nuances particulares e revelam diversidades de leituras acomodadas no âmbito da teoria da dependência. Para Santos (1991, p. 46-48), Oliveira (1987^b, p. 45-87) e Ianni (1989, p. 49-85), o conceito dependência apareceu como complementar ao conceito imperialismo. Enquanto a teoria do imperialismo, estaria informada pela compreensão articulada dos fatores que levavam os países centrais a um processo de desenvolvimento expansivo e dominador, a teoria da dependência teria por objetivo compreender o impacto desses processos sobre os países por ela afetados. A superação da dependência, por sua vez, somente poderia ocorrer através de um bloco de forças políticas e sociais, democráticas e populares, capazes de derrotar os grupos sociais, cujos interesses passam por uma integração subalterna no mercado mundial e conduzir a ruptura com os laços de dominação imperialista.

Santos chegou mesmo a admitir que a superação da dependência seria parte integrante da luta e da construção do socialismo, visto que somente neste novo modo de produção e distribuição dos excedentes sociais a dependência estaria definitivamente superada (1991, p. 40-44).

Cardoso, Faletto (1967, p. 114-138), por sua vez, procuraram demonstrar a precariedade do conceito dependência. O conceito caracterizaria, para muitos, segundo os autores, uma ‘condição’ de determinados países no processo de reprodução do capitalismo em escala internacional - uma ‘condição’, enquanto destino histórico, nos marcos deste sistema. Não expressaria, portanto, uma correlação necessária entre a transformação do sistema produtivo e a autonomia dos centros de decisão na forma dos modernos Estados nacionais. Cardoso; Faletto

concebiam a viabilidade do desenvolvimento com crescente independência e autonomia, sob a economia capitalista, a partir de um sistema de relações sociais que concorresse para tanto.

O conceito `subdesenvolvimento', para Oliveira (1987^b, p. 5-14), possui a condição de um instantâneo capaz de expor a dinâmica de expansão do capitalismo na sua periferia - o subdesenvolvimento como uma formação capitalista e não simplesmente histórica. Santos (1991, p. 48-49) e Ianni (1989, 49-85), por sua vez, atribuem ao conceito `subdesenvolvimento' uma dimensão relativa e descritiva. Seria útil para descrever as condições sociais, culturais e econômica internas dos países submetidos à expansão imperialista, numa relação de comparação com as condições de desenvolvimento dos países de capitalismo cêntrico. Para Cardoso, Faletto (1967, p. 25-30), seria um conceito insuficiente para retratar os países em desenvolvimento, visto que os mesmos apresentavam saltos produtivos e sociais em diversas áreas e não se encontravam de forma alguma sob estagnação social, política, econômica ou cultural.

Quanto ao conceito `periferia' - e o esquema centro/periferia -, Oliveira o concebeu como instrumento teórico que permitiria compreender os países "subdesenvolvidos", enquanto espaço no qual os capitais oriundos dos países "cêntricos" buscam encontrar novas fronteiras de expansão, diminuir custos de produção, otimizar a reprodução dos seus capitais e antecipar o controle de mercados mediante a competição interimperialista. A periferia, portanto, enquanto criação da reprodução ampliada do capital. Santos (1991, p. 27-34), por sua vez, não lhe atribuiria um estatuto de grande importância. Encontraria-se subjacente aos conceitos `dependência' e `subdesenvolvimento', indicando a situação marginal dos países de capitalismo dependente com relação aos grandes centros de decisão do capitalismo internacional - instituições financeiras internacionais, organizações políticas internacionais, oligopólios etc. Para Cardoso, Faletto (1967, p. 125-138), o conceito - e o esquema centro/periferia - subestimaria a independência e autonomia do Estado moderno, obscureceria a nova natureza da dependência e sugeriria uma função ('condição') estável dos países no âmbito do capitalismo internacional.

A primazia atribuída à dinâmica interna dos países periféricos, no sentido de superar ou manter a 'dependência', apresentava perspectivas distintas entre os teóricos da teoria da dependência. Santos (1991, p. 50-53) conceberia a teoria da dependência enquanto práxis que, revelando possibilidades e caminhos para romper com as condições da dependência e do subdesenvolvimento, integrava-se como parte da luta pela construção do socialismo. Oliveira (1984, p. 1-159) a reconheceu como um instrumento teórico para apreender a dinâmica capital *versus* trabalho e o curso da revolução burguesa no Brasil. Para Furtado (1981, p. 9-152) era um momento de análise crítica do desenvolvimento brasileiro, particularmente no período dos governos militares, para a compreensão das orientações políticas e econômicas que determinaram a nova dependência - para o autor decorrente do novo bloco de forças políticas e econômicas que assumem o poder com o golpe de 1964 - e para a recomposição de forças políticas e econômicas capazes de reorientar a economia brasileira em direção do desenvolvimento com independência. Para Cardoso, Faletto (1967, p. 7) ela constituía-se num referencial teórico e num método de abordagem para que economistas, sociólogos, técnicos de planejamento, partidos políticos, movimentos sociais etc, reconhecessem as condições - políticas, sociais, econômicas e culturais, nacionais e internacionais - que envolviam o planejamento e a viabilidade dos seus programas, a partir destes elementos que se materializam no sistema de relações sociais - jamais como um ato puramente econômico-técnico.

PARTE II

DO CAPITALISMO EM BASES NACIONAIS AO

CAPITALISMO INTERNACIONALIZADO: PADRÕES DE

ACUMULAÇÃO E CRISES

1-ESTADO, INDÚSTRIA E AGRICULTURA DE 1930 A 1954

A sociedade brasileira conviveu com grandes transformações ao longo das primeiras décadas do século. As cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, que em 1920 possuíam, respectivamente, 1 158 000 e 580 000 habitantes, tiveram suas áreas centrais remodeladas e saneadas e modernos meios de transportes foram instalados (Dowbor, 1982, p. 124). Os surtos industriais tornaram-se cada vez mais intensos e são responsáveis por um total de 13 376 estabelecimentos industriais no país neste mesmo ano, sendo que São Paulo liderou os estados participando com 5 936 estabelecimentos (Dowbor, 1982, p. 131).

Uma diferenciação social profunda ocorreu, transformando a fisionomia da sociedade brasileira. A burguesia urbana e rural enriqueceu e consolidou seu espaço político. A classe operária se expandiu numericamente, vinculada às novas fábricas, às empresas prestadoras de serviços, à construção civil, aos serviços portuários etc, e submetida a uma brutal exploração. As novas camadas médias da sociedade, compostas pelos pequenos proprietários, funcionários públicos, profissionais liberais, militares etc, formaram um heterogêneo grupo social. A classe operária e grande parte das novas classes médias mobilizaram-se contra as freqüentes elevações do custo de vida e pela participação política.

Contradições profundas formaram-se. Parte significativa da renda nacional escoou do país, através do capital comercial e financeiro internacional que intermediavam o setor de mercado externo liderado pela cafeicultura; a consolidação de grandes centros urbanos e grupos sociais característicos contrastaram com a maioria da população nacional que habitava o campo e se encontrava submetida ao *mandonismo* das oligarquias regionais; desigualdades econômicas e sociais polarizaram as classes e grupos sociais e delinearam confrontos políticos nos grandes centros e, em menor escala, no campo; a concentração da renda na região Sudeste tendeu a acentuar o atraso das demais e o desequilíbrio regional do país; novos padrões culturais e

estéticos foram elaborados em contraposição aos modelos arcaicos e aos padrões europeus impostos. Estas contradições, típicas de um desenvolvimento desigual internamente e dependente externamente, criou uma sociedade sujeita à crise social e agitações políticas e a crises econômicas. A instabilidade do mercado mundial e as políticas econômicas de defesa do setor de mercado externo acentuaram estas contradições. A hegemonia dos grupos oligárquicos exauriu-se crescentemente.

As contradições entre as oligarquias, historicamente contornadas através de rearranjos políticos, tendeu a conflitos mais latentes devido à sucessão presidencial permanentemente acordada entre São Paulo e Minas Gerais e à política econômica de defesa do café responsável pela penalização dos setores econômicos voltados para o mercado interno nele incluídos as oligarquias regionais e a crescente agitação social. A queda da bolsa de valores de Nova York de 1929, que coincidiu com uma superprodução do café e que foi responsável pela queda da receita externa de 67,3 milhões de libras para 41,2 milhões de libras, acentuou o quadro de contradições entre as várias frações dominantes (Carone, 1974, p. 21-40).

A crise de 1929 e os processos sociais, políticos e econômicos que dela decorreram, inauguraram um longo período de crise das relações de produção capitalistas. A crise destas relações assumiu, entre outras formas, um estrangulamento de uma economia mundial estruturada através de um padrão de relações imperialistas, caracterizado pela incorporação dos países periféricos como recebedores de capitais, tecnologia e bens industrializados dos países cênicos e como fornecedores de bens primários. Este padrão de relações imperialistas, que se esgotou, não foi imediatamente suplantado por outro.

A crise das relações de produção capitalistas, que se aprofundou através da corrida imperialista dos anos 30 e da II Guerra Mundial, foi pedra angular da crise de hegemonia oligárquica no Brasil. De um lado, concomitantemente à falta de boas perspectivas e à crise econômica da economia agrária exportadora brasileira, acentuaram-se convicções em diversos

grupos sociais de que era possível realizar a transição para uma sociedade industrial e moderna. De outro lado, abalou o nó górdio estabelecido entre uma infra-estrutura agro-exportadora e uma superestrutura oligárquico-coronelística. A crise das relações de produção capitalistas impôs uma dinâmica na luta de classes no Brasil na qual várias classes e grupos sociais buscavam capturar o Estado e impor seus projetos (Oliveira, 1987^b, p. 37-40; Boito Jr, 1982, p. 27-31).

O governo Washington Luiz buscou uma manobra de alto risco. Pressionado por banqueiros internacionais suspendeu a política de sustentação dos preços do café tendo em vista a estabilização financeira do país sob pena de não dispor de novos empréstimos, o que desagradou os cafeicultores paulistas. Para assegurar esta orientação econômica, rompeu o acordo com a oligarquia de Minas Gerais, indicando Júlio Prestes como candidato oficial ao cargo de Presidente da República em 1929, tendo como vice-presidente o baiano Vital Soares (Alencar, 1981, p. 234).

A oligarquia mineira, mediante a ruptura do acordo, procurou o apoio da oligarquia gaúcha para fazer frente à máquina eleitoral comandada por Washington Luiz. Antônio Carlos, chefe político mineiro abriu mão da própria candidatura para selar o acordo. Tendo Getúlio Vargas à frente - que já ocupara o cargo de ministro da fazenda do governo Washington Luiz em 1926 e que contara com o apoio pessoal do Presidente para a eleição para o governo do Rio Grande do Sul - e João Pessoa da oligarquia paraibana como vice-presidente (Domingues, Leite, 1983, p. 219).

Getúlio Vargas, após um “jogo duplo”, ao qual não faltaram negociações de bastidores com as forças governistas (pelo menos até meados de 1929), é praticamente obrigado pelas oligarquias com ele articuladas a lançar a sua plataforma política e oficializar a sua candidatura.

A candidatura Vargas/Pessoa compôs a aliança oposicionista unindo Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraíba e os dissidentes paulistas representados pelo Partido Democrático.

Aglutinava ainda antigos tenentes, como Siqueira Campos, João Alberto e Juarez Távora, bem como jovens militares recém-saídos da Escola Militar, como Agildo Barata e Juraci Magalhães. Reformas econômicas, justiça eleitoral, leis para o proletariado e voto secreto compunham a plataforma política, embora os compromissos para com elas não fossem grandes à exceção dos tenentes.

Com a derrota eleitoral da “Aliança Liberal”, como se denominou o grupo oposicionista, à qual não faltaram acusações de fraudes e manipulações eleitorais, teve início uma política de reaproximação dos chefes políticos oligárquicos como Borges Medeiros, Antônio Carlos e Getúlio Vargas ao bloco governista. Mas ocorreu, concomitantemente, uma onda de agitação social e política desencadeado pelo Bloco Operário e Camponeses (BOC) e, principalmente, pelos tenentes militares e civis e de membros mais jovens das oligarquias dissidentes.

Dois acontecimentos concorreram decisivamente para romper com o clima de pactuação política das várias oligarquias regionais oposicionistas em torno do bloco governista dominado pelos setores majoritários da oligarquia paulista. Primeiramente, a “degola” dos políticos da Aliança Liberal, ou seja, o não reconhecimento da vitória dos deputados federais eleitos por esta frente política, numa clara estratégia de ampliar espaços em nível federal e estadual para as oligarquias governistas. Em segundo lugar, o assassinato de João Pessoa cometido por João Dantas, motivado por questões pessoais e política regional. A conspiração a partir de então tomou forma e integrou a maioria das lideranças políticas regionais (Domingues, Leite, 1983, 221).

A Revolução de 1930 teve início em 3 de outubro nos estados aliados. Em Belo Horizonte, a resistência governista durou quatro dias, no Estado da Paraíba poucas horas. Em Porto Alegre, rebeldes e o até então governista Goes Monteiro tomaram facilmente o poder regional. No nordeste sob a liderança de Juarez Távora, a cada dia um estado caia nas mãos

aliancistas. Nos demais estados, a exceção da Bahia, Pará, Amazonas e São Paulo, as resistências também foram insignificantes.

O golpe político articulado pelos generais Tasso Fragoso e Mena Barreto e pelo almirante Isaías de Noronha, depôs o Presidente Washington Luiz em 24 de outubro de 1930, interrompendo um processo que poderia culminar numa guerra civil de grandes proporções. Em 3 de novembro de 1930, Vargas foi reconhecido, após grandes resistências do alto comando militar, chefe do governo provisório então instalado.

A Revolução de 1930 ocorreu através da composição de forças sociais e políticas heterogêneas. Segundo Fausto (1987, p. 12-50), as oligarquias dissidentes almejavam mais poder, o Partido Democrático lutava pelo controle do poder em São Paulo e pela criação de um Estado liberal, os tenentes militares buscavam a centralização política nacional e as reformas sociais e os tenentes civis reformas sociais, mas sem a centralização política.

Concluída a Revolução, um novo momento das disputas políticas formou-se no país. Os tenentes, incorporados nas máquinas administrativas federal e estaduais (como exemplificam Juarez Távora, interventor no Ceará, e João Alberto, interventor em São Paulo e, posteriormente, Chefe de Polícia do Rio de Janeiro), tenderam na sua maioria para um acordo com as oligarquias regionais e a defesa da institucionalização e profissionalização do exército; o movimento constitucionalista paulista almejava o retorno aos princípios liberais-democráticos como estratégia para o retorno das oligarquias paulistas ao poder federal e estadual; o movimento integralista advogava um regime autoritário-corporativo e nacionalista como modelo ideal para a condução do processo de modernização conservadora do país; as forças democráticas e populares construíram a Aliança Liberal Libertadora para a conquista da democracia política e uma modernização da sociedade em bases anti-latifundiárias e anti-imperialistas; a burguesia industrial buscava a conformação de uma política industrial para o país e a contenção dos

movimentos sociais, objetivo comum aliás às diversas expressões políticas e ideológicas do “establishment” (Alencar, 1981, p. 241-245).

O bloco governista formado por militares, por uma nova burocracia de Estado, por burgueses industriais e por membros da própria oligarquia derrotada, incorporou os interesses de todos os setores da classe dominante. Conduziu, por sua vez, vigorosa repressão aos setores vinculados a uma perspectiva democrática e popular.

O governo provisório de Vargas, em 11 de novembro de 1930, declarou dissolvido o Congresso Nacional. Assumiu os poderes executivo e legislativo, segundo o chefe de governo, até a instalação de uma Assembléia Nacional Constituinte.

Os interventores federais em nível dos estados completaram a centralização política, visto que também eles acumularam poderes executivos e legislativos. Estes, por sua vez, encontraram-se diretamente subordinados ao chefe do governo provisório não apenas formalmente, mas concretamente através da restrição dos poderes e gastos militares, definido pelo Código dos Interventores de agosto de 1931 e do controle administrativo e financeiro, conduzido pelo Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), fundado em 1940 (Mendonça, 1990, 258-260).

Sob o comando militar dos generais de exército Bertoldo Klinger e Isidoro Dias Lopes, auxiliados pelo coronel Euclides de Figueiredo, dispondo das forças públicas do Estado de São Paulo, por tropas federais rebeladas e intensa participação de estudantes e profissionais liberais, teve início em 9 de julho de 1932 a Revolução Constitucionalista em São Paulo. Seus principais objetivos eram uma política mais decidida do poder público federal na defesa do café e a reconstitucionalização do país (Domingues, Leite, 1983, p. 246-247).

Estas duas bandeiras, em que pese a existência de várias nuances e perspectivas, eram hegemonizadas pelas forças econômicas e políticas vinculadas à cafeicultura. O seu desdobramento poderia conduzir a retomada da dinâmica econômica agro-exportadora, em

desconstrução, e o retorno do poder do Estado para as mãos dos interesses a ela vinculados. As forças legalistas comandadas pelo general Goes Monteiro obtêm a rendição das forças constitucionalistas na pessoa do general Bertoldo Klinger, em outubro de 1932.

A Assembléia Nacional Constituinte foi convocada. Seus trabalhos tiveram início em 15 de novembro de 1933. Os 214 deputados eleitos por sufrágio universal em 3 de maio nos estados e os 40 deputados classistas representando vários sindicatos, deram início aos trabalhos constituintes através da discussão do anteprojeto de constituição elaborado por Goes Monteiro, Osvaldo Aranha e João Mangabeira. A divisão dos três poderes, fortalecimento do executivo e medidas nacionalistas e estatizantes foram algumas das características desta constituição liberal e centralizadora (Domingues, Leite, 1983, p. 248).

A Constituição foi aprovada em 16 de julho de 1934. A Assembléia Nacional Constituinte previa converter-se na Primeira Câmara de Deputados e eleger o presidente através de voto indireto. Vargas foi eleito para um mandato de quatro anos, sendo que o seu mandato deveria expirar em 3 de maio de 1938.

A polarização ideológica no período também concorreu para o fortalecimento do executivo e de Vargas. Formou-se a Aliança Nacional Libertadora, aglutinando tenentes, socialistas, comunistas e mesmo liberais progressistas. Além da suspensão do pagamento da dívida externa, da nacionalização das empresas estrangeiras, da proteção aos pequenos e médios proprietários e lavradores, da reforma agrária, presentes em seu programa político, a ANL reagiu contrariamente à simpatia do governo Vargas em relação ao fascismo. Em 12 de julho de 1935, com base na Lei de Segurança Nacional, aprovada em 4 de abril de 1933, a sede da ANL foi fechada e seus membros mais destacados presos. Luís Carlos Prestes, até então membro da ANL e Secretário Geral do PCB, deu início à conspiração contra o governo Vargas (Alencar, 1981, p. 241-245).

Em novembro de 1935, entre os dias 23 e 27, irromperam revoltas no Rio Grande do Norte, Pernambuco e Rio de Janeiro, sob a direção da Aliança Nacional Libertadora. As forças legalistas derrotaram facilmente os revoltosos. O regime liberal e constitucional foi cedendo e dando lugar ao poder pessoal e ditatorial de Vargas.

No dia 30 de setembro de 1937, anunciou-se a existência do Plano Cohen, cujos objetivos seriam a tomada violenta do poder e a criação de uma ditadura comunista no país. Embora falsificado por Góis Monteiro e outros oficiais do Estado Maior das Forças Armadas, cumpriria seu objetivo, qual seja, justificar o fechamento do regime. Na manhã do dia 10 de novembro de 1937, as portas do Senado e Câmara dos Deputados foram fechadas. A constituição outorgada em fins de 1937 institucionalizava o novo poder.

O levante Integralista de 10 de maio de 1938, na forma do ataque ao palácio da Guanabara, facilmente derrotado pelo governo, ampliou as condições políticas para que o governo Vargas completasse o ciclo de hipertrofia do executivo e de criação de um regime político ditatorial.

O Golpe político-militar de 1937, que deu início ao Estado Novo, não deve ser interpretado tão-somente como decorrente da carência de uma alternativa política que redundasse numa nova hegemonia, no qual um grupo de tecnocratas, militares e burgueses industriais conformasse um bloco de forças políticas para conduzir a modernização conservadora do país. Nem tampouco, a materialização da consciência da classe dominante através de uma “elite” política sob um quadro de crise econômica e política carente de uma base consensual e de canais estáveis para a transação dos interesses. Embora tais aspectos sejam importantes em si mesmos, é necessário que se compreenda o novo papel que o Estado passou exercer na contemporânea economia-mundo, qual seja, a condição de *pressuposto geral* da acumulação de capital. Condição esta que assumia dramaticidade em se tratando de um capitalismo “tardio” como o brasileiro.

O Estado assumiu a condição de agente regulador e de produtor direto, como também de uma estrutura burocrática que incorporou na sua ossatura as próprias relações sociais. Estado que se “ampliou” enquanto sociedade política que absorveu a sociedade civil, que teceu na sua estrutura as organizações que enquadravam, moderavam e direcionavam os conflitos de classe e que estatizaria atividades produtivo-financeiras; o Estado adequado para dirigir a transição de um capitalismo sob estágio agrário-concorrencial para um capitalismo industrial-monopolista (Mendonça, 1990, p. 244).

O Estado Novo, sob um quadro profundo e duradouro de crise das relações de produção capitalistas e sustentado por um Estado “ampliado”, operou uma mudança qualitativa na industrialização então em curso.

O esgotamento do Estado Novo teve início em 1943. Um marco importante foi o Manifesto dos Mineiros, assinado por 90 personalidades daquele estado, representando setores da classe dominante e das classes médias, em prol da redemocratização do país. Manifestações populares antifascistas e pró-redemocratização desenvolveram-se por todo o país (Domingues, Leite, 1990, p. 257-258; Alencar, 1981, p. 265-270).

A promulgação da Consolidação das Leis do Trabalho, que ordenou e sistematizou enormes quantidades de decretos e regulamentos sobre o assunto, o congelamento dos preços e aluguéis, para minorar as pressões do custo de vida, a decretação do primeiro aumento geral do salário mínimo, para consolidar a sua influência junto à classe operária e camadas populares urbanas, e o acordo com as indústrias de tecidos, remédios e calçados, tendo em vista a produção de bens de consumo mais baratos, não desmobilizaram a oposição. Quando Goes Monteiro (ministro da guerra) e Eurico Dutra, alguns dos articuladores do Estado Novo, e representantes expressivos da oficialidade militar, defenderam o retorno do país à democracia, a ditadura varguista estava com os dias contados.

As pressões levaram o governo a convocar as eleições para 2 de dezembro de 1945.

Em 11 de abril o Supremo Tribunal Federal concedeu habeas-corpus a exilados políticos. Os partidos começaram a ser reorganizados.

A reorganização das forças sociais e políticas favoráveis à permanência de Vargas - compostas inclusive pelo PCB, que da condição de oposição mais crítica do regime do Estado Novo e do governo, saiu em socorro de Vargas - lançaram a campanha “queremista”. A defesa da permanência de Vargas do poder foi capaz de aplacar o espírito oposicionista de grande parcela da população.

A intenção de Vargas de nomear Benjamim Vargas, seu irmão, para chefe de polícia no Rio de Janeiro, interpretado pela oposição como parte da articulação de um golpe político, desencadeou definitivamente a conspiração que culminou com a mobilização civil-militar e a conseqüente deposição do presidente em 29 de outubro de 1945. O general Cordeiro de Farias, chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, foi encarregado de levar o ultimato militar a Vargas (Domingues, Leite, 1990, p. 261-262).

Com a deposição de Vargas, o judiciário assumiu o poder, afastando interventores estaduais e prefeitos. Em 2 de dezembro de 1945, foram realizadas as eleições presidenciais. O general Eurico Gaspar Dutra venceu as eleições com o apoio do próprio presidente deposto. As eleições para governadores foram realizadas em 19 de janeiro de 1947.

O fim do Estado Novo e a eleição do governo Dutra não marcam uma ruptura qualitativa nas orientações industrialistas. A redução da intervenção do Estado na economia e a adoção de uma política econômica liberal favorável a empresas comerciais nacionais e estrangeiras, por exemplo, foi acompanhada pelo controle autoritário da classe operária e contenção salarial. A própria conservação, embora moderada, da política de confisco cambial junto ao subsetor agro-exportador do setor agropecuário, a benefício do setor urbano industrial - em certa medida contraditório com os interesses dos grupos sociais sobre os quais se apoiou o

governo Dutra - confirmam a manutenção daquelas orientações. A extinção de alguns órgãos de intervenção econômica do Estado, por sua vez, não comprometeu decisivamente a sua estrutura e o seu poder de controle e regulação econômica (Mendonça, 1990, p. 246-250).

A Constituição de 1946 esvaziou, em certa medida, o executivo de poder (Ianni, 1986, p. 92). A Constituição e a ação do governo Dutra deram ênfase à livre iniciativa e condições de funcionamento e prosperidade ao setor privado, sem, contudo, reproduzir uma política econômica deliberada de desenvolvimento econômico em bases nacionais.

O governo Dutra aceitou o enquadramento do Brasil no jogo político da Guerra Fria e o aprofundamento das relações entre Brasil e Estados Unidos. Este enquadramento se expressou através da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos criada em 1948, composta por economistas, técnicos, empresários e representantes dos governos dos dois países, presidida pelo norte-americano John Abbink (por isso ser também conhecida por Missão Abbink) e pelo brasileiro Octávio Gouvêa Bulhões. Esta Comissão se orientou pelo antiintervencionismo econômico, coerente com as ações econômicas governamentais em curso, e pela internacionalização econômica, recomendando o aproveitamento do capital externo para superar os pontos de estrangulamentos diagnosticados (Ianni, 1986, p. 105-108).

A Comissão Mista Brasil-Estados Unidos e a política econômica e diplomática do governo Dutra se orientaram no sentido de reintegrar o país ao sistema econômico-político mundial, agora sob hegemonia norte-americana.

A política cambial do governo expressou esta nova situação. A sua total liberalização em 1946 ameados de 1947 conduziu à liquidação das reservas cambiais, através da importação de bens de consumo suntuosos e/ou supérfluos. Apenas uma parte menor se dirigiu para a reestruturação da sucateada - porque impossibilitada de se renovar devido à guerra - estrutura industrial.

A adoção de um sistema de controle cambial - a obtenção de licença prévia, o sistema de cotas etc - a partir de 1947, decorreu da crise de divisas, do déficit da balança de pagamento, da pressão política da burguesia industrial e da necessidade de reestruturação tecnológica do parque industrial. O próprio Plano SALTE, que elegeu como prioridade quatro setores econômicos e sociais (saúde, alimentação, transporte e energia), buscou coordenar gastos públicos frente às novas dificuldades.

Com a reeleição de Vargas, o Estado volta a ter como meta essencial a industrialização. Teve a sua ação centralizada em três direções: investiu diretamente em setores básicos e ampliou a rede de infra-estrutura; regulou a economia de modo a proporcionar condições financeiras favoráveis para prosseguir o desenvolvimento e edificou uma política de massas que almejava controlar a classe operária e convertê-la em base de sustentação da política industrializante (Ianni, 1986, p. 119-147). A eficácia destas grandes diretrizes voltadas para conservar o já claudicante processo de industrialização em curso dependeria da manutenção da política de confisco cambial, da restrição da remessa de lucros para o exterior por parte do capital estrangeiro e da condução de uma redução relativa dos salários. Logo se vê que a materialização das grandes diretrizes acima referidas entrou em contradição com a política econômica implementada e revelou-se na base da instabilidade do padrão de acumulação e do próprio regime político.

O período de 1930 a 1954 marcou, enfim, uma profunda virada na sociedade brasileira. O pano de fundo das mudanças foi a transformação do padrão de acumulação e financiamento capitalista: o centro dinâmico da economia, baseado no subsetor agro-exportador do setor agropecuário, deslocou-se para o setor urbano-industrial. Esta transição beneficiou-se, em certa medida, da conjuntura de crise das relações comerciais internacionais e recorreu, fundamentalmente, às fontes internas de financiamento.

1.1-O Caráter da Revolução de 30

As contradições que se formam na base da reprodução material da sociedade somente podem ser resolvidas no plano da superestrutura (Marx, 1982, p. 23-27). Seguramente esta tese de Marx se aplica à Revolução de 30.

A Revolução de 30 não pode ser compreendida senão através da formação das novas classes e grupos sociais urbanos gerados a partir das profundas transformações acumuladas após a abolição da escravatura. Setores sociais estes que, segundo Ianni (1986, p. 25-34) e Mendonça (1988, p. 25), conseguem derrotar, parcialmente, uma oligarquia agrária dividida e dão início a uma nova etapa da formação do Estado brasileiro enquanto Estado nacional, capitalista e burguês.

Diversos estudos tem subestimado o papel da burguesia industrial na Revolução de 30. A pouca influência da burguesia na Revolução e no período imediatamente posterior revelar-se-ia, segundo alguns autores, na sua incapacidade de exigir do governo Vargas uma proteção mais abrangente às indústrias nacionais. Vargas, naquele momento, centralizaria sua política econômica na recuperação do setor de mercado externo. As indústrias que dispunham de alguma proteção eram aquelas tidas como não artificiais, ou seja, que utilizavam matérias primas nacionais. Nada, portanto, que caracterizasse uma plataforma industrializante (Dean, Apud Singer, 1984, p. 235).

Este diagnóstico, não raramente, tem sido acompanhado pela interpretação da Revolução como resultado da comunhão de interesses entre um grupo emergente de tecnocratas e militares que identificariam na industrialização impulsionada pelo Estado uma saída para a crise internacional dos anos 30 - sem perspectivas para sociedades cujas economias apoiavam-se na exportação de produtos primários - e a garantia da segurança nacional - frente às tensões que delineavam-se em âmbito mundial. O Estado e as elites político-militares emergentes desempenhariam um papel que uma burguesia frágil não poderia desempenhar.

O registro do comportamento da burguesia frente à revolução também pode ter concorrido para relativizar a sua importância no processo. Alguns estudos, cujos métodos são a qualificação e quantificação do comportamento das classes sociais, tem demonstrado a participação de amplos setores burgueses no alinhamento em torno das frações oligárquicas. A burguesia industrial paulista teria assumido apoio ao Partido Republicano Paulista, a defesa do processo eleitoral que decreta a vitória dos paulistas e posicionado-se contra a Revolução. Nada que autorizasse, portanto, a caracterização da Revolução de 1930 como uma revolução burguesa (Fausto, 1978, p. 12-50).

Alguns estudos têm reservado um papel de importância relativa à burguesia industrial no contexto da Revolução de 30 e, especialmente, do Estado Novo. Atribuindo à crise econômica uma grande importância, à medida que esta teria provocado uma grave crise nas atividades produtivas agro-exportadoras, esgotava-se a possibilidade da adoção de uma política liberal clássica no plano econômico. Daí a consequente formação de um bloco de forças políticas e militares heterogêneo, composto por tecnocratas, militares e empresários industriais. Esta coalizão industrializante comporia um campo de forças políticas e militares ainda mais amplo com os setores dissidentes da oligarquia. O grande mérito da Revolução de 30 teria sido o afastamento de uma oligarquia agro-exportadora arruinada economicamente e isolada politicamente e a subida ao poder da coalizão política industrializante (Singer, 1984, p. 235).

Outros estudos têm atribuído um papel de destaque ainda maior ao empresariado industrial durante a Revolução de 30 e o Estado Novo. Alguns autores concebem a Revolução de 30 como a verdadeira revolução burguesa. Liderada pela burguesia industrial, teria permitido superar o impasse entre um setor tradicional de caráter semifeudal, capaz de bloquear o desenvolvimento das forças produtivas e um setor moderno de caráter capitalista, responsável pelo desenvolvimento das forças produtivas e pela modernização do país (Sodré, 1964, p. 316-323).

A participação da burguesia industrial no conjunto das transformações que se seguiram à Revolução de 30 foi realçado também por autores que recusaram a transposição de modelos explicativos. Embora não a caracterizassem como uma revolução burguesa clássica, destacaram a interferência desta fração burguesa na elaboração de um programa industrialista, a transformação de suas expectativas próprias como a industrialização em ideal nacional, o seu papel como ator nas articulações políticas etc.

O exemplo de São Paulo seria esclarecedor do comportamento da burguesia industrial. O afastamento da burguesia industrial da Associação Comercial de São Paulo ocorrido com a criação do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP), em 1928 - transformada na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) em 1931 - possuía como objetivos conciliar os interesses dos grandes industriais, desencadear uma luta política pelo controle do Estado, contrapor ao discurso ideológico da “vocação agrícola brasileira” e subordinar os demais setores das classes dominantes (oligarquias regionais, burguesia comercial, banqueiros e médios industriais). O industrial/ideólogo Roberto Simonsen incorporaria melhor do que ninguém este sentido de ação do CIESP (FIESP), compondo comissões, propondo planos e acompanhando toda a trajetória do regime neste período.

A burguesia industrial teria sido o timoneiro das transformações (Diniz, 1978). Os setores burgueses mais fortes, apoiados na força militar e em aliança com setores da classe média, acelerariam a destruição do Estado oligárquico, passariam a controlar o poder político e influenciariam as decisões de política econômica (Ianni, 1986, p. 25-34).

A Revolução de 1930 foi o ponto de confluência entre as transformações estruturais em curso no país e a crise econômica internacional. A industrialização, urbanização e diferenciação social, geradoras de um descompasso entre as realidades político-institucional da República oligárquica e o novo quadro econômico-social, por um lado, e a crise econômica

internacional, “que jogou na lona” o setor de economia externa no qual predominava a atividade cafeeira, por outro, acentuou um cenário que já era pré-revolucionário.

O tenentismo e sua cruzada política e militar contra a oligarquia evidenciou e acentuou o grau de inconsistência do regime oligárquico. O programa tenentista elaborou conceitos identificados com os novos grupos sociais (em especial as classes médias), a modernização do país (através da industrialização), a consolidação da unidade nacional, a derrubada da “república dos coronéis”.

O Bloco Operário-Campônes (BOC) foi uma outra manifestação dos novos grupos emergentes e do desgaste do regime oligárquico. Vanguardado pelo Partido Comunista, o BOC polarizou amplos setores do operariado urbano, dispôs de influência sobre algumas organizações camponesas e contou com a participação de amplos setores da intelectualidade. O seu poder de agitação, propaganda e mobilização ficou demonstrado nas greves e concentrações realizados a partir de 1928. Tal era a realidade que um observador do período, consciente dos limites e fraquezas do regime oligárquico, talvez se perguntasse qual ou quais classes e grupos sociais o derrubariam.

A emergência de um novo conjunto de relações sociais que compunham e conflituavam com as velhas, proporcionou um cenário de condições objetivas e subjetivas em rápida conformação para a instalação de uma crise pré-revolucionária. O quadro de uma aguda crise econômica internacional, apenas parcialmente vivido pelo Brasil mas de tendência de evidente agravamento, agregado ao resultado das eleições presidenciais de 1930, acelera a dinâmica das lutas políticas. Uma questão estava colocada: quem faria a revolução?

Estas novas relações sociais emergentes foram a materialização do capitalismo no Brasil, seja como prolongamento, seja como “confronto” com o modo de produção capitalista em plano mundial. A classe burguesa, em especial a fração industrial no Brasil neste período, foi o grupo social cujos interesses, assegurados, confundiram-se com as transformações em curso e

as rupturas político-institucionais promovidas em direção da consolidação das “novas” relações sociais emergentes e da subordinação às mesmas das “velhas”. A industrialização, por exemplo, seduziu a classe média, confiante na possibilidade de que a produção local das mercadorias as fizessem mais baratas; os militares, que mensuravam a segurança nacional na relação direta com o grau de instalação da indústria de base; e as próprias frações oligárquicas vinculadas ao mercado interno, que a concebiam como novos mercados para sua produção.

A classe burguesa não foi decisiva politicamente para a deflagração da Revolução de 30. Prisioneira de uma consciência corporativa - consequência de um capitalismo concorrencial e da inexistência do Estado burguês como síntese dos seus interesses e como sua consciência “objetiva” - e submetida à dinâmica econômica regional - desdobramento da inexistência de um mercado nacional unificado - a burguesia não atuou politicamente de forma unificada, compôs-se taticamente com setores cujos interesses estratégicos eram contraditórios aos seus e não possuiu um projeto nacional “orgânico”. Esta Revolução não ocorreu como o resultado de um projeto político contra-hegemônico vanguardado pela burguesia contra a oligarquia anti-burguesa, mas como avanço das “novas” relações sociais sobre as “velhas” numa conjuntura de crise, radicalizando conflitos sociais, rompendo o pacto oligárquico, compondo e recompondo grupos políticos e militares dentro e fora do Estado.

A hegemonia da burguesia industrial, embora ausente em termos político-institucionais - visto que esta fração da burguesia careceu de grandes partidos, era minoritária na representação parlamentar, não dominou ideologicamente a estrutura de comunicação e informação e não se apresentou unificada enquanto fração de classe - não a impediu de cumprir um papel estratégico ao longo do novo período que se abriu. Em que pese esta realidade, a fração da burguesa industrial elaborou um discurso próprio, esboçou um programa que realçou a industrialização, interferiu direta e indiretamente nos vários institutos, fundações e conselhos recém-criados e assumiu papel estratégico nas alianças políticas em torno do novo bloco do

poder. Tal foi a forma e a profundidade da interferência desta fração burguesa que se torna insustentável e simplificadora a equação “burguesia industrial frágil/Estado forte”, que tão profundamente tem acompanhado a historiografia do tema (Mendonça, 1988, p. 20-21).

A Revolução de 30, embora não tenha sido uma revolução burguesa no sentido clássico, foi capaz de romper cristalizações políticas e sociais, permitindo a conformação de um bloco de forças revolucionárias heterogêneas no qual o curso da solução das suas contradições internas atuou em favor da classe burguesa, criadora e criatura das relações sociais emergentes e em expansão. O novo Estado, formado a partir de forças sociais tão profundamente contraditórias, foi levado a superar os interesses corporativos imediatos dos setores que representou, ao mesmo tempo em que acomodou estes mesmos interesses numa perspectiva mais geral. Burguesia industrial, latifundiários, militares e classes médias foram protegidos em seus interesses sob o imperativo da transição para uma economia industrial nos quadros de uma crise internacional.

A condição “bonapartista”, que o núcleo dirigente do Estado formado pela cúpula da burocracia civil e militar e por empresários industriais e oligarcas rurais, assumiu pós-30, não se encontrou na alardeada fragilidade da burguesia brasileira, em especial da sua fração industrial. Esta fez-se presente nos bastidores do Estado, nos ministérios e instituições a ele integradas dando o sentido das transformações em curso, seja do novo aparelhamento do Estado, seja dos mecanismos de intervenção econômica do Estado.

A referida condição foi uma consequência da crise de hegemonia da oligarquia agro-exportadora aberta com o acirramento da luta de classes e a crise de 29 sem, contudo, desenvolver-se concomitantemente com um projeto contra-hegemônico alternativo. Nesse quadro, com a descristalização do bloco no poder através da Revolução de 30, uma “classe dirigente”¹³, representante da classe dominante (industriais, importadores e exportadores,

¹³- Utilizamos a categoria “classe dirigente” para caracterizar uma elite política que assume o papel de direção do Estado a serviço dos interesses das classes dominantes. A sua conformação social pode coincidir com a classe dominante ou ser composta de forma

latifundiários e alta classe média) e integrantes do bloco no poder e do *status quo*, e apoiada em amplos setores das classes populares e excluídas do bloco no poder (proletariado, baixa classe média e pequena burguesia proprietária) dirigiu uma política de industrialização capitalista.

A pluralidade da representação dos grupos dominantes (e contraditórios em seus interesses) era inevitável ao nível da representação do Estado. O novo bloco de poder hegemônico, liderado pela grande burguesia industrial, encontrava-se concentrado nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e, em menor grau, Minas gerais, integrados na região Centro-Sul.

O novo bloco de poder foi estendido para absorver oligarquias regionais das demais regiões. Estas oligarquias desenvolviam dois papéis estratégicos para os novos setores hegemônicos do Centro-Sul: a reorganização do setor agropecuário de forma a atender os novos desafios econômicos colocados pela indústria do Centro-Sul e a composição da estrutura de dominação da classe operária e demais segmentos populares na forma do pacto populista.

A nova “hegemonia” expressa no novo bloco de poder não implicou na exclusão de setores dominantes, mas na incorporação de todos estes setores sob as novas orientações econômico-sociais e institucionais. Estas orientações (que impunha limites a interesses dominantes vinculados a terra e comércio exterior) eram definidos sob um método que combinava coerção - como as interventorias, a nova burocracia estatal e a centralização proporcionada através do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), o papel das forças armadas etc - e concessão - a defesa da propriedade frente a ameaça dos movimentos sociais, a defesa do setor de mercado externo, a manutenção das tradicionais relações de trabalho no campo etc.

A condição “bonapartista” do Estado foi determinada ainda por outros fatores. O Estado foi compelido para uma intervenção econômica e social voltada para assegurar a aceleração do desenvolvimento de um capitalismo cuja característica “tardia” comprometia

mais heterogênea por empresários, políticos de carreira, militares e tecnocratas. A representação em perspectiva ampla da classe dominante não impede o estabelecimento de uma autonomia relativa e contradições com a referida classe.

certas condições para a sua expansão como financiamentos, infra-estrutura, amparo institucional, entre outros. A conjuntura de crise estrutural elevou sobremaneira a defasagem das referidas condições na medida que amplificou os obstáculos devido o refluxo do mercado mundial e a queda das reservas cambiais.

Esta “condição” do Estado brasileiro esteve condicionado, ainda, por um “padrão” de Estado intervencionista e planificador cuja origem era anterior à grande crise capitalista que se abriu a partir de 1929, mas que se consolidou com ela. O governo de Franklin Delano Roosevelt nos Estados Unidos e os governos dos demais países de economia monopolista na Europa passaram a intervir diretamente na economia, não apenas para conter a queda da taxa média de lucros dos grandes capitais desencadeada pela crise, mas também em decorrência da transformação do Estado em instrumento de contenção das crises cíclicas e de criação de condições de expansão do capitalismo monopolista no seu estágio “maduro”.

A instalação de infra-estruturas, a mobilização de gigantescas fontes de financiamento e a transformação do Estado em agente produtivo em determinados setores, por exemplo, elevou o Estado à condição de *instrumento anti-cíclico* para a contenção das crises no capitalismo e de *pressuposto geral* de realização da acumulação do capital. Se, por um lado, as condições materiais não haviam se desenvolvido a tal ponto para permitir uma redefinição do Estado de forma coerente com esta natureza, por outro, tinha-se consciência da necessidade de um Estado forte e centralizado o bastante para operar o ingresso do país na condição de um capitalismo de caráter monopolístico.

A condição “bonapartista” que o Estado assumiu no Brasil não deve ser atribuída à fragilidade burguesa e, nem tampouco, a um equilíbrio de forças sociais e políticas. Mas sim à grande influência econômica e poder de articulação político-institucional que a fração burguesa representada pela burguesia industrial demonstrou possuir na liderança do novo bloco no poder; a conformação de uma “classe dirigente” conformada por membros da burguesia industrial, da

oligarquia e das classes médias (burocratas e militares); a condição do capitalismo “tardio” brasileiro mediante a conjuntura de crise econômica internacional e a necessária transição para a etapa monopolista de desenvolvimento.

A necessidade sentida pelas classes dominantes de conter as contradições sociais criadas pelas transformações iniciadas no final do século XIX era outro fator preponderante para a conformação deste Estado. Conter a perspectiva popular foi um fator decisivo para a unificação das classes dominantes (vitoriosos e derrotados em 30) no novo bloco de poder. A questão operária colocada no centro da ação do Estado foi um dos fatores decisivos para a consolidação em definitivo do caráter burguês do Estado pós-30, convertendo-se, ao mesmo tempo, como episódio específico de ruptura (relativa) com a dimensão burguesa precedente do Estado e como um momento no processo mais amplo da revolução burguesa (Oliveira, 1987^b, p. 39-41)

A condição “bonapartista” que o Estado assumiu expressou uma feição autoritária e militar. A corporificação do *persona* Bonaparte em Getúlio Vargas encontrava-se viabilizada pela burocracia e pelas forças armadas. Realidade que se repetiria na ditadura militar após o golpe militar de 1964, contudo, corporificado na figura coletiva das Forças Armadas, onde inexistia o *persona* do Bonaparte (Antunes, 1992, p. 120)

O papel assumido pelo Estado em termos de produção, coordenação e planejamento nos limites da sua condição bonapartista, deu margem ao desenvolvimento de concepções conservadoras no Brasil (especialmente evidentes nos períodos ditoriais). Conforme Linhares, Silva (1981, p. 15-72) estas concepções encontravam-se ancoradas em princípios doutrinários como a defesa e exaltação do Estado, cuja expressão mais acabada foi o nacionalismo alemão contemporâneo.

Estas concepções interpretaram cada ação do Estado como sendo a única possível em cada momento histórico e como previamente determinado por seu projeto global de desenvolvimento. Antecipando e sobrepujando a nação, orientaria-se por uma “razão de Estado”,

ou seja, a consciência objetiva dirigiria a sociedade de forma pragmática no sentido da perfeição, do desenvolvimento e da liberdade. O Estado se localizaria, portanto, acima das manifestações corporativistas e imediatistas da (s) consciência (s) subjetiva (s).

Como buscamos demonstrar, o Estado foi um produto das relações de classes. O papel de produtor, coordenador e planejador e a sua imposição sobre particularismos e imediatismos deve ser interpretado através das relações e dinâmica de classe conformadas a partir da Revolução de 30, em especial da edificação nova hegemonia expressa no pacto populista. O Estado não se constituiu no demiurgo do processo de transformações ocorridos após a Revolução 30, engendrando e ordenando os processos sociais em curso. Determinado pelas relações de classes constituiu-se, isto sim, num instrumento prioritariamente a serviço dos grupos sociais então dominantes.

A Revolução de 30 rompeu estruturas e possibilitou transformações que consolidaram a sociedade brasileira como capitalista e burguesa. O seu caráter - e do período histórico subsequente - deve ser buscado nas bases sobre as quais ela se formou, na sua trajetória de desenvolvimento e, principalmente, nos resultados históricos dela decorridos. Enquanto uma forma de revolução “passiva”, estabeleceu-se uma nova ordem social que não era totalmente “nova” e nem totalmente “velha”, mas suficientemente capaz de acionar a consolidação do capitalismo em bases industriais nos anos que se seguiram (Gramsci, 1974, p. 140-149).

1.2-A Conformação do Estado Intervencionista

O fundamental a ser observado é que os novos grupos e classes sociais emergentes - empresariado industrial, novas classes médias, militares e proletariado industrial - entraram em contradição de interesses com os grupos oligárquicos dominantes e possuíam, além de projetos sociais, um determinado nível de força e organização para encaminhá-los. Esta realidade encontrava-se evidente nas contradições que permearam o bloco revolucionário de 30,

indispõndo os setores empresariais, políticos e militares comprometidos com um projeto industrializante contra os setores das oligarquias dissidentes, integrantes das próprias forças revolucionárias, contrárias ao referido projeto.

A derrota das oligarquias mais conservadoras, num primeiro momento, o fechamento do regime político e o findar das liberdades democráticas, posteriormente, proporcionaram as condições políticas para a redefinição do papel do Estado na sociedade brasileira. O sentido desta redefinição ocorreu em direção de uma modernização via industrialização cujas contas recaíram, principalmente, sobre as camadas operárias e trabalhadores rurais.

Foram criadas comissões, conselhos, departamentos, institutos, companhias, fundações e elaboraram-se planos e diretrizes econômicas e sociais que permitiram o direcionamento da transferência do setor dinâmico da economia para o setor industrial, ou seja, forneceram a base político-administrativa para sustentar o processo de industrialização em larga escala, favorecido em certos aspectos pela crise comercial que teve início em 1929 e se prolongou até o final dos anos 40 (Ianni, 1986, 34-45; Draibe, 1985, p. 84-100).

Os organismos criados e os planos e diretrizes formulados entre 1930 e 1945 atendiam a vários objetivos. A montagem de uma estrutura administrativa eficiente e a capacitação do Estado para o desenvolvimento de planejamentos econômicos estratégicos era imprescindível para o redirecionamento da economia. Nessa direção, foram criados o Instituto Nacional de Estatísticas (1934), o Conselho Brasileiro de Geografia (1937), o Conselho Técnico da Economia e Finança (1937), o Departamento Administrativo do Serviço Público (1940), a Coordenação da Mobilização Econômica (1943) e o Plano de Obras e Equipamentos (1943).

A carência de recursos, o desaparelhamento do Estado para a condução de políticas econômicas e o necessário intervencionismo econômico para quebrar a dinâmica agro-exportadora, profundamente enraizada na economia brasileira, obrigou o governo a capacitar-se

no desenvolvimento e centralização da política econômica. Para tanto, foram criados o I Congresso Brasileiro de Economia (1943), o Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial (1944), a Conferência de Teresópolis (1945) e a Superintendência da Moeda e Crédito (1945).

Tendo em vista assegurar a entrada de divisas e, consequentemente, a importação de tecnologia, insumos industriais e mercadorias correntes e duráveis, buscou-se proteger e dar eficiência ao setor de mercado externo. Estes objetivos foram perseguidos através da criação do Conselho Nacional do Café (1933) e do Conselho Federal do Comércio Externo (1934).

O impulsionamento das atividades urbano-industriais careciam ainda de maior eficiência no fornecimento de insumos, víveres, matérias primas e serviços. Para tanto, foram criados o Instituto do Açúcar e do Álcool (1933), o Código de Minas (1934), o Código de Águas (1934), o Plano Geral de Aviação Nacional (1934), o Instituto de Biologia Animal (1934), o Conselho Nacional do Petróleo (1940), o Instituto Nacional do Sal (1940), Instituto Nacional do Pinho (1941), a Companhia Siderúrgica Nacional (1941), a Companhia Nacional de Álcalis (1943), a Usina Siderúrgica de Volta Redonda (1943) e o Serviço de Expansão do Trigo (1944).

A subordinação/controle e qualificação dos trabalhadores, dentro do espírito da “paz e da ordem social”, completava as grandes metas necessárias para o redirecionamento da economia, segundo os parâmetros definidos pelas elites econômicas e políticas então dominantes. Nesta direção, foram criados o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (1930), o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (1942), a Consolidação das Leis do Trabalho (1943) e o Serviço Social da Indústria (1943).

Foram criados, ainda, a Fundação Brasil Central (1943), com o objetivo de assegurar estudos e planejamentos voltadas para implementar uma política de expansão no campo (interior do país), na forma da “marcha para o oeste”, e ampliar os territórios integrados ao Centro-Sul, e

a Fábrica Nacional de Motores (1940), com o objetivo de dar início à instalação do setor dinâmico das economias modernas, à época representada pela indústria automobilística.

Os organismos criados pelo Estado entre 1930 e 1934 não respondem diretamente à perspectiva da industrialização, mas à busca pela recuperação do setor de mercado externo no qual predominava a agro-exportação, o controle da classe operária, no sentido de atenuar os conflitos sociais e o atendimento de demandas de setores médios urbanos. A defesa do setor de mercado externo foi um imperativo ditado por uma economia marcadamente agrícola em transição para uma economia industrial via substituição de importações, na qual a tecnologia importada esteve diretamente dependente das divisas geradas pelas exportações do referido setor. A intensa repressão seguida pelo início da construção dos mecanismos de controle da classe operária provocou o arrefecimento do conflito capital *versus* trabalho e, por consequência, a acumulação de capital passou a conviver com uma vigorosa expansão através do arrocho salarial e dos ganhos de produtividade não repassados para os mesmos. O atendimento de demandas sociais e o fortalecimento das expectativas enquanto consumidores das classes médias urbanas permitiu formar uma opinião pública favorável à industrialização acelerada, uma base social de apoio ao regime e uma camada de quadros que supriu as novas necessidades burocráticas e técnicas.

Os novos organismos criados atenderam, apenas, indiretamente, à exceção do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, ao propósito de uma ação concentradamente voltada para a industrialização rápida e em larga escala.

A partir da fundação do Estado Novo em 1937, quando a oligarquia agro-exportadora (burguesia comercial vinculada a exportação e importação, cafeicultores e bancos) encontrava-se em posição meramente acessória no novo bloco do poder, a retomada das relações comerciais internacionais proporcionou a recuperação moderada e conjuntural do setor de mercado externo e o regime ditatorial afogou os residuais bolsões de resistência às novas

diretrizes do Estado, teve início a criação de novos organismos estatais e empresas públicas, diretamente voltadas para implementar o processo de industrialização. Os organismos criados entre 1937 e 1945 evidenciam a construção e/ou aperfeiçoamento de condições necessárias para uma industrialização acelerada. Dentre os objetivos buscados, destacou-se o propósito de construção de uma indústria de base e estatal, a unificação e integração do mercado nacional, a qualificação e controle da classe operária e a edificação de fontes de financiamento para a expansão industrial.

Estudos têm realçado o fato de que todas estas iniciativas tomadas pelo Estado e pelo governo autoritário do Estado Novo apoiar-se-iam em estudos prévios, quase sempre limitados. Estudos que não capacitariam o governo ditatorial para a elaboração de um planejamento que orientasse as medidas econômico-financeiras, as reformas político-administrativas e a própria reestruturação do aparelho estatal. O governo daria respostas a problemas e dilemas conforme apareciam (Ianni, 1986, p. 36). Outros estudos têm realçado o fato de que a ação do Estado, em decorrência das forças políticas que abrigava, foi abrangente e limitada. A montagem do novo Estado através da oposição ou integração da velha e da nova burocracia, dos confrontos entre oligarquias conservadoras e coalizão industrializante, teria se expressado na sua própria estrutura, restringindo atribuições de organismos estatais criados ou retardando a construção de outros (Mendonça, 1981, p. 258).

As respostas aos problemas e dilemas novos e urgentes e as limitações da estrutura do novo Estado não impediram a condução de planejamentos, quase sempre de curto e médio prazo, elaborados a partir de diagnósticos pouco amadurecidos. A prática do planejamento não surgiu com a Revolução de 30 e o Estado Novo. Ela remontou aos primórdios do século. O que havia de novo era a sua abrangência, na medida que: se buscou interferir em todas as atividades econômicas e sociais da sociedade; orientou-se pela conquista da racionalidade administrativa e econômica, identificada como pré-condição para a potencialização dos escassos recursos

nacionais em direção a modernização; e efetuou-se a crítica ao liberalismo econômico enquanto doutrina que apontava na manutenção do atraso das nações em processo de desenvolvimento, visto que os termos das relações econômicas internacionais lhes seriam desfavoráveis e a iniciativa privada nacional débil implicando numa ampla presença do Estado como coordenador e produtor (Ianni, 1986, p. 54-69).

O governo Vargas criou a Coordenação da Mobilização Econômica em 1942 claramente voltada para o planejamento econômico. As suas atribuições foram amplas: orientar todos os setores da economia tendo em vista a máxima eficiência; controlar através da Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil as exportações e importações, tendo em vista fortalecer a indústria nacional e o reequipar o exército; coordenar os transportes no território nacional; planejar, dirigir e fiscalizar a utilização dos combustíveis e demais recursos energéticos; coordenar o mercado de trabalho; investigar e acompanhar custos, preços e lucros das mercadorias, materiais e serviços; unificar, relativamente, os preços de mercadorias, materiais e serviços e fixar preços mínimos e máximos; definir condições de vendas das mercadorias; definir e exigir das empresas as obrigações burocráticas necessárias; fixar ou limitar a quantidade de mercadorias e serviços a serem consumidos no mercado; levantar e coordenar dados estatísticos relativos a preços, custos e estoques de mercadorias; e estudar e propor ao executivo qualquer medida tendente a assegurar a defesa da economia nacional.

A Coordenação da Mobilização Econômica surgiu compelida pela necessidade de executar planejamento sob uma conjuntura de guerra que envolvia os países capitalistas centrais e que se estendia crescentemente sobre os países periféricos. A carência de insumos e tecnologia motivada pela guerra exigiu um planejamento racionalizador dos fatores econômicos básicos por parte da Coordenação sob pena de inviabilizar amplos setores da economia. A Coordenação surgiu determinada, ainda, por um quadro cujo conflito internacional poderia envolver diretamente o país, o que exigia a criação de condições de atividade econômica e ação militar

sob condições extremamente desfavoráveis. A Coordenação da Mobilização Econômica, portanto, era o resultado de uma dinâmica de ação estatal que reservava papel cada vez mais estratégico ao planejamento econômico e da exigência de uma logística militar determinada pela conjuntura da guerra.

Conforme podemos observar, a Coordenação da Mobilização Econômica confirmou a extrema ‘imperfeição’ da economia de mercado no Brasil, ou seja, o intervencionismo extremado do Estado no mercado. A referida coordenação demonstra, também, através de algumas das suas atribuições, a preocupação do governo Vargas em dispor de um órgão capaz de municiá-lo com dados estatísticos, estudos e propostas para melhor qualificar as políticas econômicas e planejamentos. A Coordenação de Mobilização Econômica, em mais de um sentido, é a antecessora de instituições como a Fundação Getúlio Vargas (FGV) e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

O burocrata, o político, o militar e o burguês integravam-se aos planejamentos e foram tentados a intensificar métodos voltados para a racionalização do aparelho de Estado. O surgimento do assessor técnico e dos cursos de gerenciamento administrativo no âmbito do serviço público e das entidades privadas, chamados a aplicar métodos que proporcionassem racionalidade capitalista, ocupou um papel estratégico nessa fase da vida brasileira (Cohn, 1968, p. 301-302).

A conjugação desses personagens e instituições não impediu o relativo fracasso das reformas político-administrativas e dos planejamentos buscados, tendo em vista a racionalização e planificação. Conforme observou Draibe (1985, p. 100-119), aos limites da racionalidade e do planejamento estatais inerentes a uma sociedade de modernização conservadora e tardia agregava-se as contradições internas do bloco no poder. A representação permanente dos setores (que a autora denomina por) “agraristas” no poder, permitia o encaminhamento das suas demandas corporativas. Em consequência edificava-se novos obstáculos para a implementação

da racionalidade e do planejamento estatais aceleradores da consolidação da economia capitalista industrial brasileira.

Durante o período pós-revolucionário, especialmente durante o Estado Novo, a ação do Estado orientou-se basicamente sob quatro diretrizes. Primeiramente, buscou redefinir as relações políticas entre o poder federal e os Estados. Através de Interventorias e Departamentos - órgãos que substituíram os legislativos estaduais - como também através do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), o bloco no poder estabeleceu um controle político-administrativo sobre toda a máquina estatal. Tais aspectos representaram, em função das consequências deles decorridas, em alguns dos mais importantes processos de constituição do novo Estado *burguês* e da economia industrial *nacional* brasileira.

O Estado, capturado pela burguesia do Centro-Sul, impôs a unificação do mercado nacional, destruindo estruturas econômicas regionais, cujos processos de acumulação ocorriam basicamente sobre elas mesmas. Os incentivos que este Estado passou a conceder ao setor mais dinâmico da economia, por sua vez, desencadeou o vilipendiamento de parcela dos excedentes dos setores menos dinâmicos da economia.

A transferência de rendas dos estados para a União e a remoção de leis protecionistas estaduais voltadas para proteger a indústria local favoreceu a expansão industrial da região Centro-Sul. Isto porque o Estado criou condições para beneficiar o Centro-Sul, através de financiamentos que o Estado assegurava para a sua atividade industrial, e inaugurava condições mais favoráveis para a derrocada dos núcleos industriais das demais regiões, devido à composição orgânica de capital do Centro-Sul apresentar-se infinitamente superior quando comparado à composição orgânica de capital dos pequenos núcleos industriais periféricos. A acumulação devia realizar-se internamente e no setor industrial sediado no Centro-Sul.

A criação e o controle de instituições com abrangência nacional foi uma diretriz marcante na ação do Estado. Encontraram-se integradas aos ministérios com o precípicio

propósito de diagnosticar, planejar, controlar e executar planos econômicos, como também transformar o Estado em investidor nos setores em que a iniciativa privada não apresentava a acumulação de capital suficiente para assegurar grandes inversões ou que esta não se interessava.

O Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) cumpriu a mesma diretriz, porém, no plano político e ideológico. Este departamento, além do controle da informação e da propaganda, possuiu como atribuições a orientação político-ideológica nacional como o culto à personalidade do ditador, a propaganda do regime, a reprodução do discurso nacionalista e a defesa de um padrão social autoritário-corporativo.

O controle e dominação da atividade e da organização da classe operária destacou-se como um dos aspectos marcantes da ação do Estado. A doutrina da “paz social”, cujo objetivo básico foi conter os chamados “elementos desagregadores da ordem” e transformar as organizações sociais em “células de construção da paz e da harmonia social”, legitimou a ação do Estado no sentido de reprimir entidades e movimentos que insistiam em defender uma postura política de independência e autonomia e de transformar os sindicatos em órgãos do sistema político-administrativo estatal. A legislação trabalhista, por um lado evitava uma pauperização excessiva da classe operária, por outro paternalizava a sua relação com o Estado, inibindo a construção da auto-identidade da classe operária.

A ampliação do papel das forças armadas compôs a quarta diretriz estratégica de ação do Estado. As concepções que decorreram do conceito ‘defesa nacional’ transformaram a corporação militar numa importante base de apoio político para a instalação das indústrias de base, visto que as identificavam como garantia das condições da autonomia bélico-militar. As forças armadas constituir-se-iam numa demanda assegurada para estas indústrias, o que indubitavelmente também concorriam para a sua instalação.

O papel de tutela que manteve em favor do regime - uma reserva coercitiva para a subordinação da classe operária, dos trabalhadores do campo e das oligarquias excluídas do

bloco do poder - agregou às forças armadas a insubstituível atribuição de garantir a estabilidade social e política sob as diretrizes definidas pelo Regime. Converteu-se no fiador de uma hegemonia inconclusa; de um Estado que se ampliou enquanto sociedade política, sociedade civil e estrutura produtiva; que condensou em si mesmo, direta ou indiretamente, as relações sociais.

Se o Estado converteu-se no *pressuposto geral* do capital, as forças armadas converteram-se no *pressuposto geral* da governabilidade. O fato das relações sociais se condensarem na ossatura do Estado, transformando-o no palco fundamental dos conflitos sociais, fez com que a governabilidade e a estabilidade social e política passassem a depender da capacidade do próprio Estado em “compatibilizar” interesses das várias classes e grupos sociais e, principalmente, bloquear uma dinâmica independente e autônoma de organização e de luta dos integrantes do mundo do trabalho. Quando o Estado perdia a capacidade de conservar esta estrutura de relações Estado/Sociedade, quando as lutas de classes extrapolavam os limites da hegemonia burguesa em construção, as forças armadas transformam a qualidade da sua ação. De poder ameaçador e repressor de direito, passavam a reproduzi-lo de fato, como um dos instrumentos de reenquadramento das relações Estado/sociedade.

Retornando a problemática Estado/classe operária, em especial com relação aos processos sociais que permitiram a construção dos mecanismos de controle, podemos considerar algumas abordagens. Rodrigues (1983, p. 518-520) superou a abordagem do controle da classe operária pela unilateralizada via da repressão política do Estado Novo, ou, ainda, atribuída à atuação capitulacionista do Partido Comunista. Destacou a transformação da composição social do proletariado urbano do Centro-Sul desencadeada pela conjugação de dois processos básicos: os grandes fluxos imigratórios internos que teve início com a transformação na forma da propriedade e das relações de trabalho no campo, decorrentes da penetração de uma produção mercantilizada no campo, e da transformação da estrutura produtiva industrial, cuja

complexidade tecnológica superior teria sido acompanhada pela simplificação das operações produtivas, graças a uma divisão social do trabalho igualmente superior.

O resultado teria sido não apenas a mudança de composição étnica, até então predominantemente formada por imigrantes europeus, mas principalmente de experiência e perspectiva social. Inexperiente quanto à organização política, sujeita a graus diversos de subalternidade e dependência social e tendente a acomodar-se sob condições de vida que apresentavam-se superiores àquelas com as quais convivia no campo, teria proporcionado uma classe operária facilmente reprimível e controlável, como também cooptável para o projeto nacional de desenvolvimento então implementado.

Boito JR. (1991, p. 26-38) agregou a instalação e consolidação da burocracia sindical à interpretação do processo de controle a que foi submetida a classe operária. Reproduzida independentemente da mobilização da base que representava, teria permitido a conformação de uma burocracia sindical auto-reproduzida sem, necessariamente, contrair laços políticos e sindicais estáveis. A institucionalização do controle do trabalhador pelo Estado - simbolicamente expresso na carteira assinada, pressuposto de acesso à legislação trabalhista e direitos previdenciários - foi complementado pelo controle do trabalhador pelo próprio sindicato - que passa a ser um prolongamento do Estado sobre as categorias profissionais.

As entidades deveriam representar os trabalhadores perante o Estado e o patronato e os trabalhadores deveriam cumprir os estatutos e regimentos controlados pelas entidades. O massacrante e brutalizador cotidiano da fábrica e do bairro operário estendia-se para a sua forma de organização político-sindical - burocratizada e autoritária - e de luta - restrito aos estreitos limites corporativos - de tal forma que erguer-se-iam obstáculos gigantescos para que a consciência operária extrapolasse os limites do regime liberal populista.

Embora estas teses interpretativas sejam importantes em si mesmas para a compreensão da origem e da eficiência de uma das diretrizes da ação do Estado, qual seja a

repressão, controle e cooptação da classe operária, não podemos perder de vista o fato de que o Estado, ao converter-se em agente produtivo e importante empregador, de um lado, e ao edificar estruturas que aos olhos do operariado eram de proteção social, por outro, bloqueava em grande medida a identificação por parte da classe operária do seu caráter burguês. Agregou-se a esta realidade a representação ‘em sentido amplo’ que a “classe dirigente” realizou com relação às classes e frações de classe que compunham o bloco no poder, caracterizada pela inexistência de identidade subjetiva imediata do representado com o seu representante e, não raramente, pela ação impositiva do representante sobre o representado, atribuindo à “classe dirigente” (aos olhos das classes subalternas) a condição de poder modernizador, “neutro” ou “protetor” dos homens comuns.

A condição de protetor que foi atribuída pelo Estado a si mesmo terminou sendo introjetada no consciente e inconsciente coletivo de amplos setores da classe operária, de tal forma que o Estado passou a ser apreendido como entidade neutra e acima dos conflitos sociais como apregoava o liberalismo clássico, mas enquanto pressuposto da seguridade social. Daí a verticalização das expectativas de amplas parcelas da população para o âmbito do Estado, especialmente para o Ministério do Trabalho, da Indústria e do Comércio, que assumiu para muitos o simbólico sentido de ‘palácio dos trabalhadores’.

A construção da auto-identidade, do si mesmo da classe operária, deu lugar ao seu “ensimesmamento” (Oliveira, 1987, p. 107-112). Conceitos como desenvolvimento, progresso, paz social, trabalho, unidade de interesses, entre tantos outros, definidos e transculturados do Estado para a classe operária - mas que cuja origem encontrava-se nas relações sociais estabelecidas - revelou-se um importante obstáculo com a construção de uma consciência de classe crítica, independente e autônoma. A consciência de *classe corporativa* não encontrou espaços políticos e ideológicos para o seu desenvolvimento enquanto consciência de *classe em si*, e desta para consciência de *Classe Para Si* e consciência de *classe para o outro*.

Com o fim do Estado Novo e a eleição do governo Dutra rearticularam-se as forças políticas favoráveis à adoção do liberalismo econômico clássico e da desaceleração do processo de industrialização. Estas forças eram representados, principalmente, pela burguesia antiindustrialista composta pelas frações da burguesia comercial vinculada à importação - importadores de autoparças, bens de consumo etc, voltados para a alta classe média - e exportação - o complexo agro-exportador representado pelas empresas de armazenagens, bancos, propriedades rurais diretamente integradas a estes capitais etc, voltada para o mercado externo. Suas reivindicações básicas eram a imediata desvalorização do cruzeiro - câmbio baixo - o que iria aumentar a renda em moeda nacional dos setores hegemônicos e controladores do circuito da exportação e a luta pela imediata liberação da importação de bens de consumo.

A alta classe média também compunha a base social destas forças políticas. Identificavam-se com estes setores à medida que teria ampliadas as condições de consumo de produtos de elevada qualidade e com menor valor se comparado àqueles pagos durante ao primeiro governo Vargas.

A recusa da prática do nacionalismo econômico e da possibilidade de um capitalismo nacional reforçou as diretrizes e técnicas que alimentavam as condições da dependência. As consequências mais importantes dessas novas orientações foram a evasão de divisas, a penalização de amplos setores econômicos, a contenção da institucionalidade disciplinadora do capital externo. A política salarial altamente penalizadora das camadas assalariadas proporcionou um acentuado processo de concentração de rendas, mas que pouco concorreu para a conformação de uma poupança interna à medida que exauriu-se em grande parte na importação de bens de consumo por parte dos setores privilegiados.

No governo Dutra formou-se a Comissão Mista Brasileiro-Americanana (ou Missão Abbink). Constituída em 1948 (cujos trabalhos se estenderia até 1953) pelos governos dos Estados Unidos e do Brasil, esta comissão desenvolveu estudos, recomendações e projetos sobre

diversas áreas econômicas, tendo em vista subsidiar as políticas do governo brasileiro. Ela assumiu, ainda, o papel de uma “agência” de planejamento multinacional dos referidos governos tendo em vista a convergência de interesses a curto prazo e a definição dos investimentos realizados de governo a governo ou de banco a governo.

A Comissão Mista Brasileiro-Americanana, sob inspiração privatista e internacionalizante, coerente, portanto, com as orientações econômicas do governo Dutra, desenvolveu um profundo diagnóstico da economia brasileira. Comércio, agricultura, mineração, bancos, investimentos, financiamentos, combustíveis, discriminação de capitais, transportes, eletricidade, mão-de-obra etc, foram alvos de atenção e concentravam, segundo a referida comissão, os maiores problemas.

O diagnóstico desenvolvido sobre as diversas áreas acima referidas localizou, como alguns dos principais pontos de estrangulamento econômico, a tendência especulativa da economia brasileira, que afastava capitais da atividade produtiva; a forte atração da propriedade imobiliária, que imobilizava capitais e acomodava setores da elite econômica no usufruto de rendas; o estado rudimentar do mercado nacional de capitais, que impossibilitava o financiamento de médio-longo prazo da produção e do consumo; a defasagem das taxas e tarifas dos serviços públicos, que concorria para a geração de déficits nas contas públicas; o excessivo protecionismo alfandegário, que protegia setores econômicos incompetentes, desestimulava a competição com empresas internacionais e acentuava o atraso do setor industrial nacional; a política salarial, que concorria para gerar uma dinâmica inflacionária; o desequilíbrio entre o desenvolvimento agrícola e industrial, que provocava uma carência de matérias primas e víveres para o setor urbano-industrial e as importações de petróleo, que pressionavam profundamente a balança comercial e comprometia importações.

Os resultados concretos dos estudos, recomendações e projetos desenvolvidos pela Comissão Mista Brasileiro-Americanana foram poucos. O seu maior resultado residiu na

reafirmação do papel estratégico que o poder público exercia na criação de condições favoráveis para o florescimento da iniciativa privada, em que pese a inspiração privatista e internacionalista da Comissão.

A crise das reservas cambiais e os pontos de estrangulamentos herdados e em ampliação obrigaram o governo Dutra adotar um plano para coordenar os gastos públicos. O Plano Salte, projetado para os anos de 1949 a 1953, foi uma resultante deste objetivo.

O Plano Salte elegeu saúde, alimentação, transporte e energia como áreas de atuação. Os estudos e planos dos diversos ministérios, voltados para estas áreas, orientados por noções de estilo liberal - sustentadas pela aliança UDN/PSD e por economistas liberais como Eugênio Gudin e Octávio Gouvêa de Bulhões - foram reunidos e transformados no referido plano.

Ianni (1986, p. 93-108) chamou a atenção para o fato de que o Plano Salte carecia de um diagnóstico objetivo da economia brasileira e de coordenação e planejamento econômico - uma consequência inevitável dadas as condições e características do Plano. Em termos administrativos e contábeis seria monitorado pelo Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), o que obviamente o desqualificava para a execução eficaz de planejamentos globais e estratégicos.

Em termos formais, o Plano Salte se estendeu até o ano de 1953. Mas, em termos reais, foi abandonado no ano anterior. Poucos resultados foram obtidos através deste plano.

O governo Dutra não logrou destruir a estrutura econômica do Estado formado no período anterior, em que pese a extinção de múltiplos órgãos do aparelho econômico. Nem tampouco operou transformações fundamentais na política operária então edificada.

Embora apoiando-se sobre uma coligação de forças políticas basicamente urbano e agro-mercantis, distantes de um projeto nacional de desenvolvimento econômico sobre bases industriais, o governo Dutra não dispôs de uma conjuntura internacional que permitisse a

implementação da internacionalização da economia brasileira. A carência de grandes reservas de capitais disponíveis no mercado internacional, as relações comerciais entre nações abaladas pela guerra, a reconstrução européia e japonesa e a inexistência de grandes movimentos de empresas transnacionais no período, não permitiu a implementação do velho padrão de relações imperialistas e, nem tampouco, a conformação de um novo padrão das referidas relações. O governo Dutra, frente a este quadro, não pode declinar totalmente do intervencionismo (industrialista) do Estado.

Com o segundo governo Vargas teve início o chamado “nacional-desenvolvimentismo”, de inspiração Cepalina, cujas características básicas foram: descrença no “Laissez-Faire” como estratégia para assegurar a continuidade da industrialização e a superação do atraso; a defesa de um nacionalismo moderado e racional capaz de mobilizar a nação sem xenofobia e confrontos internacionais; a conformação de uma identidade nacional imbuída de um sentido histórico universalista; controle das classes populares e institucionalização das suas organizações, integrando-as ao projeto nacional-desenvolvimentista e à democracia liberal-populista; políticas assistenciais e paternalismo estatal para assegurar a legitimidade do regime; e reestruturação e instrumentalização do Estado, tendo em vista realocar recursos econômicos, proteger setores industriais e convertê-lo em agente produtivo direto. Estas características revelam-se nos planos econômicos do período do regime populista.

Com a eleição de Vargas, em 1951, reafirmou-se o projeto de desenvolvimento capitalista nacional. Horácio Láfer, ministro da fazenda, coordenou a elaboração e desenvolvimento do Plano Nacional de Reaparelhamento Econômico (ou Plano Láfer). Este plano catalisou a ação do governo em relação ao referido projeto. Reconhece nas deficiências infra-estruturais, agravadas pela multiplicação dos pontos de estrangulamentos desencadeados pelo processo de industrialização acelerada, o problema estrutural e urgente da economia brasileira. Reconheceu, ainda, que a incapacidade e desinteresse da iniciativa privada, no sentido

de superar o referido problema, obrigava o Estado a intensificar o seu papel de empreendedor, interventor e planejador econômico.

O Plano Nacional de Reaparelhamento Econômico incorporou, enquanto ações de governo, as sugestões da Comissão Mista Brasileiro-Americanana. Buscou conciliar a decisão do governo de impulsionar o desenvolvimento econômico brasileiro, a escassez de recursos (capital e tecnologia) e a nova fase do expansionismo econômico dos Estados Unidos.

Sob a vigência do Plano, o Estado se reaparelhou tendo em vista coordenar a sua ação. Para melhor gerir o comércio externo e equacionar a crise de divisas, intensificada com o refluxo conjuntural do comércio internacional em decorrência do término da Guerra da Coréia, o governo criou a Carteira de Comércio Exterior (CACEX) em 1953, para tomar lugar da carteira de exportação e importação do Banco do Brasil (CEXIM). Para controlar a médio/longo prazo as pressões sobre a balança comercial e assegurar maiores margens de autonomia foi criada em 1953, após intensa mobilização de setores das classes médias e militares, a Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobrás). Para intensificar a integração econômica nacional e minorar desequilíbrios regionais, foram criados o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA).

O projeto de desenvolvimento capitalista nacional não se caracterizou como um projeto “orgânico”, ou seja, um projeto de desenvolvimento capitalista em bases nacionais que buscasse realmente independência e autonomia. Era uma resposta pragmática a um processo de capitalização sobre bases medíocres - o que impunha a nacionalização de amplos setores e o controle econômico por parte do Estado - e sob a divisão internacional de trabalho tradicional em crise - consequência da transformação produtiva ocorrida na periferia capitalista. Conforme Boito Jr (1982, p. 51), o projeto de desenvolvimento capitalista em bases nacionais do governo Vargas foi, em certa medida, um instrumento de pressão para o investimento direto do capital

internacional no parque industrial brasileiro, buscando repartir, com o referido capital, o mesmo parque industrial.

As contradições advindas deste projeto de desenvolvimento capitalista em bases nacionais - “inorgânico” - seriam muitas. O imperialismo, especialmente o norte-americano, e a burguesia antiindustrialista, apegados à tradicional divisão internacional do trabalho conduziam vigorosa oposição ao governo Vargas; a burguesia industrial, embora protegida pelo governo, temia o seu conteúdo “nacionalista” e a “indisposição” com o capital internacional, de um lado, e a política de mobilização controlada e algumas “concessões” realizadas aos trabalhadores operários e assalariados da baixa classe média; os trabalhadores operários e assalariados da baixa classe média, em que pese sua mobilização controlada, ameaçavam sempre sair do controle do populismo e/ou obrigavam o populismo a radicalizar o seu discurso nacionalista e social-reformista. O novo governo Vargas, como no período do Estado Novo, teve que atuar sobre estas contradições.

Mendonça (1981, p. 250) destacou quatro elementos de agilização da nova estrutura político-econômica implementada: a criação de uma rede de centralização efetiva de comandos expresso através de um plano de desenvolvimento (plano nacional de Reaparelhamento Econômico ou Plano Láfer) que integra agricultura, indústria e as massas emergentes; a reafirmação da empresa pública como fator dinamizador do desenvolvimento econômico mediante a baixa acumulação de capital e/ou desinteresse do setor privado; a fundação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), como agente financeiro de longo prazo; e o delineamento de uma nova relação entre empresários e Estado. O ministro da fazenda Horácio Láfer assumiu a coordenação da nova estrutura econômica.

O governo Vargas reconhecia que o início de um processo de industrialização acelerada provocava pontos de estrangulamento em termos de desequilíbrio entre os setores da economia e gerava deficiências infra-estruturais. Segundo Vargas,

“Uma economia como a nossa, até há pouco preponderantemente agropecuária, cujas dificuldades de crescimento eram vencidas no próprio processo de produção, saltou, bruscamente para a industrialização acelerada. A industrialização converteu-se na sua maneira específica de crescer e não se podia esperar que encontrasse em si mesma todos os elementos necessários a tal expansão. Faltavam-lhe - e faltam ainda - indústrias inteiras, toda uma infra-estrutura. (...)

Já hoje é evidente a todos que o próprio desenvolvimento fez surgirem pontos de estrangulamento da atividade econômica, os quais, se não forem eliminados, deterão a marcha encetada.(...)

Ora, mesmo nos setores em que, tradicionalmente, o Estado brasileiro se tem abstido de atuar de forma direta, a iniciativa privada, nacional ou estrangeira, mostra-se desinteressada em aplicar-se na supressão daqueles pontos de asfixia. O Poder Público vai sendo compelido, portanto, em face das circunstâncias, a assumir novos encargos para os quais se esforça por se aparelhar adequadamente” (Ianni, 1986, p. 124).

Tal realidade obrigou o Estado a buscar o equilíbrio entre os departamentos e setores econômicos e equacionar deficiências enquanto um grande investidor-produtor. Este objetivo encontrou enormes obstáculos. Primeiramente, porque não havia uma transmissão de estímulos entre departamentos econômicos, visto que enquanto um encontrava-se apenas parcialmente instalado - o Departamento I - outro praticamente inexistia - o Departamento III. Em segundo lugar, porque a cada avanço da produção, a cada conquista na forma de ramos de atividades internalizados ou gargalos superados, outros se formavam em termos de novas necessidades de insumos e tecnologia e, não raramente, de realização plena da capacidade de produção.

O governo Vargas não conseguiu resolver a contradição que decorria da implementação de um ritmo acelerado de uma industrialização expressiva apenas ao nível do departamento de bens de consumo não duráveis, dependente da crescente importação de insumos industriais e tecnologia sob divisas externas inelásticas. O controle da venda de divisas no mercado nacional, praticamente monopolizada pelo ministro da fazenda Horácio Láfer, através da Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil (CEXIM), distribuindo-as

prioritariamente para o setor industrial e da manutenção da taxa de câmbio que se encontrava em vigor desde 1943 (Cr\$ 18,50 por dólar), apesar da inflação interna em expansão, barateando as importações necessárias à expansão industrial, acentuava a oposição da burguesia antiindustrial e da alta classe média.

O setor agroexportador não diretamente integrado à fração burguesa exportadora, mas dela dependente e subordinado, foi levado a encolher suas rendas de forma a ameaçar a própria reiteração da sua atividade econômica. O quadro se agravou com a queda dos preços do café no mercado mundial em 1953, desencadeado com o término da guerra da Coréia, o que acentuou, ainda mais, a crise de divisas que atravessava o país e obrigou desafogar o setor agroexportador, em especial a propriedade rural não diretamente integrada à burguesia exportadora.

Coroando o quadro, o projeto de desenvolvimento capitalista nacional colidiu com os interesses dos Estados Unidos. Após concluída a reconstrução européia e japonesa, este país assumiu crescente resistência à alteração da tradicional divisão internacional do trabalho - que apoiava-se na separação/integração das nações em termos de industrializadas e agroexportadoras e na presença do capital internacional nos setores de importação e exportação e de serviços - e a qualquer política externa de controle de entrada e saída de seus capitais. Colidiu também com as expectativas das classes médias importadoras de bens de consumo duráveis, favoráveis a uma política de livre comércio e com a oposição da classe operária, que em 1953 deu início a uma crescente resistência ao confisco salarial decorrente do ciclo inflacionário.

A inflação brasileira transformou-se num elemento de instabilidade social e política. A sua origem remontou à orientação institucional para a realização interna de grande parte dos excedentes após 1930, quando o Estado converteu-se num instrumento de manipulação de preços relativos, à medida que subiu os preços dos produtos importados e sustentou preços elevados do setor industrial (Singer, 1989, p. 28-29). A substituição dos produtos importados por produtos

nacionais de custos de produção mais elevados e superprotegidos e a escassez dos produtos importados nas conjunturas de crise no mercado mundial, ao mesmo tempo que acentuou a lucratividade do capital privado nacional, desencadeou uma tendência inflacionária através do imperativo de se consumir o produto nacional.

O segundo governo Vargas buscou combinar, sob esta base estruturalmente inflacionária, um duplo objetivo. De um lado, assegurar o curso da substituição de importações, em especial dos bens intermediários e de capital, característicos do Departamento I. A esta meta agregava-se a instalação de infra-estrutura necessária como estradas, usinas hidroelétricas etc. De outro, assegurar bases sociais para a governabilidade e controle das camadas populares sob o genérico compromisso da distribuição de rendas.

A carência de linhas de financiamentos internacionais e as pressões nacionalistas das bases do próprio regime, impeliram o governo Vargas a recorrer a uma política de emissão de moeda, ou seja, criar fontes de financiamento interno para cumprir o primeiro grande objetivo anunciado através dos seus discursos.

Tal processo agravou o processo inflacionário devido à super oferta de meios de pagamento. Singer (1989, p. 37-44) chamou a atenção para as correções salariais que o governo Vargas foi levado a realizar como outro fator inflacionário. Primeiramente saldando compromissos de campanha, mas, a partir de 1953, pela pressão das lutas operárias as correções salariais teriam instituído um novo aspecto da inflação brasileira: o ciclo salário/preço.

A inflação do período acentuou contradições entre capital e trabalho porque converteu-se num importante instrumento transferidor de renda para o capital. Mas ameaçou transformar-se em inflação de custos abalando a própria taxa de acumulação. O governo Vargas viu-se vítima da inexequibilidade dos seus próprios grandes objetivos.

O Estado no período compreendido entre 1933 e 1955 transformou-se em investidor produtivo; produziu um emaranhado sistema de instituições com o propósito de coordenar,

planejar e controlar a economia; estendeu os seus tentáculos sobre os salários, câmbio, juros e créditos; normatizou as relações entre capital e trabalho; absorveu as organizações sindicais enquanto células do Estado; e buscou implementar planejamentos sob diretrizes definidas. Enfim, o Estado estendeu-se sobre todas as esferas da sociedade que direta ou indiretamente interferiram nas bases da sua reprodução material. Este padrão de Estado intervencionista, empreendedor e autoritário característico deste período conservou-se ao longo das décadas que se seguiram.

1.3-Industrialização e Padrão de Acumulação Capitalista Nacional

A superoferta do café no mercado mundial, combinada com o longo período depressivo que teve início em 1929, provocou a queda de preços e a retração do seu consumo. A crise do setor de mercado externo constituiu-se num fator limitativo para a mudança de eixo econômico, voltado agora para a realização interna do valor, tendo a indústria como o setor dinâmico da economia.

A carência de fontes internas e externas de financiamento necessárias para a aceleração do processo de industrialização e a pressão da burguesia comercial exportadora e da grande propriedade rural vinculada ao mercado externo obrigou o Estado a defender a rentabilidade do setor de mercado externo, especialmente do café, amplamente predominante nas pautas de exportação. A política de defesa dos preços do café assumiu enorme significado durante a primeira metade dos anos 30, seja porque proporcionou divisas externas, seja porque as referidas políticas compuseram os poucos recursos para a reversão de um mercado internacional em refluxo e mais do que nunca sensível aos produtos de sobremesa.

A esta iniciativa agregavam-se medidas como: a adoção de uma política de proteção tarifária, rebaixando impostos sobre bens e equipamentos industriais; a aplicação de políticas de crédito favoráveis à indústria, concorrendo para o crescimento da composição orgânica do

capital nas unidades industriais; a abolição dos impostos interestaduais, proporcionando condições mais favoráveis para unificação e integração do mercado nacional e para romper com a proteção às estruturas artesanais, às indústrias de caráter semi-familiar e às indústrias de porte superior no plano local; a fixação de preços dos bens e serviços essenciais como transporte e eletricidade, ampliando a taxa de acumulação de capital no setor industrial e; desenvolvendo uma política seletiva de distribuição das divisas do Estado, favorecendo a importação de equipamentos e combustíveis e dificultando a importação de bens de consumo.

A industrialização apoiou-se ainda em dois suportes fundamentais. Primeiramente, o controle da classe operária e o estabelecimento de um piso mínimo necessário para a sua reprodução. O atrelamento do sindicato ao Estado e a edificação de uma burocracia sindical, nutrida pelo imposto sindical permitiu formar uma camada de quadros disciplinadores da classe operária e um sustentáculo ao regime em momentos de crise. O estabelecimento do salário mínimo dentro dos limites básicos necessários à reprodução da classe operária, por sua vez, acelerou a acumulação do capital à medida que dificultou o repasse de ganhos de produtividade e condicionou para baixo o salário dos trabalhadores mais qualificados. Estabeleceu, ainda, através deste piso salarial, um dos pressupostos da economia de mercado: o referencial básico e comum na definição do valor de uso no capitalismo representado pelo custo mínimo de reprodução da força de trabalho. Enquanto para os pequenos capitais o estabelecimento do custo mínimo de reprodução da força de trabalho ameaçava a própria reiteração dos seus capitais, para os capitais que realizavam crescentes ganhos de produtividade representava a criação de uma base comum para a definição dos custos de produção e, em decorrência, da própria disputa no mercado.

O segundo suporte coube à agricultura, convocada a desempenhar um duplo papel. O setor exportador devia gerar divisas recolhidas pelo Estado e redistribuídas ao setor industrial e/ou na montagem de uma infra-estrutura necessária à unificação e integração do mercado nacional. Ao setor agropecuário, voltado para o mercado interno, coube gerar matérias primas e

víveres de forma a baratear os custos de produção concorrendo também para intensificar a acumulação de capital.

Teve início um processo de rápido crescimento industrial. Enquanto a taxa de crescimento apresentava uma variação anual de 1,7% entre 1928 e 1932, eleva-se para 10% entre 1932 e 1939 (Singer, 1983, p. 217). Esta performance esteve seguramente condicionada pelas novas orientações econômicas que se seguiram à recomposição do poder após a Revolução de 1930 e da parcial retomada das relações comerciais internacionais após o início da grande crise.

Os censos industriais realizados entre 1919 e 1939 não revelaram um perfil claro de desenvolvimento da indústria brasileira (Censos industriais - 1919 e 1939, in: Villela e Suzigan, Apud Dowbor, 1982, p. 202-203. Tabela I). A própria precariedade dos dados recolhidos, como, por exemplo, a inexistência de dados das indústrias plásticas e de material metal-mecânico, ou a falta de dados acerca das indústrias de material elétrico e comunicações em 1919 e das indústrias químicas em 1939, ou, ainda, os dados referentes aos setores de produtos químicos, de produtos farmacêuticos e de perfumes/sabão/velas que são reunidos em uma única categoria em 1939, concorreram para tanto.

Em que pese esta realidade, comprovamos uma tendência de queda da participação dos setores da atividade industrial vinculada ao Departamento II no conjunto da produção industrial. Esta queda foi sentida nos ramos da indústria de madeira (de 4,8% para 3,2%), couros e peles (de 1,9% para 1,7%), têxtil (de 29,6% para 22,2%), confecções e sapatos (de 8,7% para 4,9%) e bebidas (de 5,6% para 4,4%). Exceção coube apenas à conservação no mesmo patamar das indústria de móveis (2,1%) e a expansão de crescimento das indústrias de produtos alimentícios (de 20,6% para 24,2%) e editorial e gráfico (de 0,4% para 3,6%).

Os setores da atividade industrial vinculados ao Departamento I apresentaram um formidável crescimento no conjunto da produção industrial em termos relativos. Cresceram significativamente as indústrias do setor de metalurgia (de 4,4% para 7,6%), mecânica (de 0,1%

para 3,8), papel (de 1,3% para 1,5%) e borracha (0,1% para 0,7%). A exceção ficou por conta das indústrias vinculadas à produção de minerais não-metálicos (de 5,7% para 5,2%) e material de transporte (de 2,1% para 0,6%).

Podemos observar através da análise dos dados uma tendência de recomposição da participação dos vários ramos de atividade industrial, expresso numa crescente participação dos ramos que compunham o Departamento I em relação ao Departamento II¹⁴. Os ramos de atividades que compunham o Departamento I ampliam a sua participação de 15,4% para 20,6%, enquanto que os ramos de atividade que integravam o Departamento II decresceram a sua participação de 75,6% para 66,3%. Os dados, em função da falta de cobertura de toda a estrutura industrial pelo censo e pela exclusão do ramo industrial representado pelas indústrias química, produtos farmacêuticos e perfume/sabão/velas, apresentam um resíduo de 13,1%.

Seguramente estes dados revelam também um processo de lenta diversificação da produção industrial no Brasil. A amplitude de alternativas produtivas que naturalmente ocorreu no âmbito dos ramos industriais que compunha o Departamento I acentuou-se enormemente na medida em que este atravessava um processo de expansão.

A aceleração da acumulação de capital no período compreendido entre 1932 e 1939 e a relativa recomposição da participação dos vários ramos e setores na produção industrial nacional não pode ofuscar o fato de que a acumulação de capital realizou-se de forma concentrada nos ramos e setores industriais ‘tradicionalis’, ou seja, em setores que não concorreram diretamente para uma expansão auto-sustentável do setor produtivo industrial. Enquanto a participação dos ramos e setores industriais que compunham o Departamento I

¹⁴ - Distribuimos os ramos industriais apontados pelos levantamentos de 1919 e 1939 em dois departamentos econômicos básicos: Departamento I - indústrias de minerais não-metálicos, metalurgia, mecânica, material elétrico e de comunicações, material de transporte, papel, borracha, química e plásticos - e Departamento II - indústria de madeira, móveis, couros e peles, produtos farmacêuticos, perfume/sabão/velas, têxtil, confecções e sapatos, produtos alimentares, bebidas, fumo e editorial e gráfico. O objetivo é puramente demonstrativo, à medida que permite aquilar a transformação qualitativa que a indústria brasileira atravessa no período. O fato do Departamento III encontrar-se instalado efetivamente somente a partir do final dos anos 50 nos permite a manutenção da distribuição do setor industrial brasileiro entre os Departamentos I e II para efeito demonstrativo (mesmo para os dados disponíveis sobre a participação dos diversos ramos industriais de 1950, em que pese a caracterização de algumas atividades como integradas ao Departamento III).

atingia 20,6% em termos de participação na produção industrial nacional em 1939, o setor das indústrias têxtil participava isoladamente com 22,2% e o setor das indústrias alimentícias participava com 24,2%.

O padrão de acumulação que se buscava implantar dentro do projeto de desenvolvimento capitalista nacional apoiava-se numa expansão em larga escala do Departamento I ou departamento produtor de bens de produção, de caráter estatal. Como este setor implicava em grandes montantes de investimentos e de retorno lento e a longo prazo - impossível de serem assumidos pela iniciativa privada nacional nesse momento, cuja composição orgânica do capital no período ainda é restrita, e desinteressava à iniciativa privada internacional, ajustada à tradicional divisão internacional do trabalho até então em curso - a sua estatização tornou-se um imperativo e permitiu transformar grande parte do excedente socialmente produzido em fonte de financiamento para a sua instalação.

A gradual instalação do Departamento I ou departamento produtor de bens de produção e o suprimento de produtos e serviços direta e indiretamente subsidiados para o Departamento II ou departamento produtor de bens de consumo não duráveis e ao Departamento III ou departamento produtor de bens de consumo duráveis (praticamente inexistente) sob controle da iniciativa privada, representava uma dimensão do financiamento para a expansão destes setores, objetivo estratégico buscado pelas políticas governamentais. Buscou-se, ainda, um desenvolvimento equilibrado entre os três departamentos econômicos.

O Departamento I, estatal, foi financiado, primeiramente, através da política cambial. Esta permitiu a transferência de excedentes do setor de mercado externo, fundamentalmente representado pelo subsetor agro-exportador do setor agropecuário para o setor industrial. A política cambial em curso entre 1943 e 1953 consistiu basicamente no congelamento do valor do dólar para a sua conversão em cruzeiro, apesar do processo inflacionário interno, o que significou um recolhimento direto de renda do referido setor por parte do Estado. Este, por sua

vez, canalizou para o Departamento I, diretamente, e para os demais departamentos econômicos, indiretamente, a renda auferida (Oliveira, 1984, p. 81-82).

A nacionalização do Departamento I, restrito basicamente à produção de bens intermediários (ferro, aço, química básica, borracha e equipamentos e máquinas simples) permitiu a absorção direta de rendas geradas pela sociedade. Rendas recolhidas diretamente junto a pessoas físicas e jurídicas, ou ainda canalizadas dos estados e municípios para a União, supriram as fontes de financiamento interno.

A contenção relativa do salário real da classe operária, cujos limites eram os níveis mínimos da sua reprodução biológica e a organização política controlada de classe, ao permitir ganhos de produtividade não repassados para os salários, complementaram as fontes internas de financiamento do Departamento I. Esta mais-valia relativa gerada transformava-se em capital constante através da ampliação da empresa estatal, ou, ainda, em capital constante nos demais setores industriais devido a lucratividade acelerada decorrente da venda subsidiada de bens intermediários e tecnologia simples.

Em meados dos anos 40, encontrava-se instalado um germe de indústria de base, conservando no exterior o núcleo básico do Departamento I. O Departamento II, liderado pela indústria têxtil, expandiu vigorosamente sobre a estrutura industrial já montada, ou seja, uma expansão extensiva preservando a mesma estrutura de processo. O Departamento III permaneceu praticamente inexistente na economia brasileira. Restringiu-se, praticamente, à montagem de automóveis e eletrodomésticos.

Singer (1984, p. 220-221) chamou a atenção para o ramo industrial representado pela montagem de veículos. Já na sua origem capitalista e dominado pelas subsidiárias dos fabricantes estrangeiros, este ramo industrial foi responsável pela instalação de oficinas para produzir peças de reposição, especialmente durante a Segunda Guerra Mundial, evoluindo mais tarde para a condição de indústrias com capacidade de oferecer mais de duas mil peças diferentes para

automóveis e caminhões. Para o referido autor, foi através do ramo de montagem de veículos que a Segunda Revolução Industrial entrou no Brasil.

Conforme podemos inferir na Tabela I, entre 1939 e 1950 a produção industrial brasileira cresceu a uma taxa média em torno de 8% ao ano. Os ramos com maior taxa de crescimento na participação na produção industrial do país encontravam-se no Departamento I - as indústrias metalúrgicas (de 7,6% para 9,4%), minerais não-metálicos (de 5,2% para 7,2%), material elétrico e de comunicações (de 1,2% para 1,6%), material de transporte (de 0,6% para 2,2%), papel (de 1,5% para 2,2%), borracha (de 0,7% para 1,9%) apresentaram importante crescimento; a exceção coube às indústrias mecânicas que reduziu a sua participação na produção industrial (de 3,8% para 2,1%).

A queda de participação na produção industrial do país, com avanços moderados em alguns poucos ramos industriais, coube às indústrias que compunham o Departamento II - as indústrias de madeira (de 3,2% para 4,2%), de móveis (de 2,1% para 2,2%), couros e peles (de 1,7% para 1,3%), têxtil (de 22,2% para 19,6%), confecções e sapatos (de 4,9% para 4,4%), produtos alimentares (de 24,2% para 20,5%) e editorial e gráfica (de 3,6% para 4,0%), com as indústrias de bebidas conservando o mesmo patamar (de 4,4%).

Os ramos industriais que compunham o Departamento I aumentaram a sua participação na produção industrial do país de 20,6% em 1939 para 32,2% em 1950, enquanto que os ramos industriais que integravam o Departamento II reduzem a sua participação de 66,3% para 66,2%. Os dados apresentam um resíduo de 1,6%.

A diminuição da participação dos ramos industriais que compunham o Departamento II na produção industrial do país no período compreendido entre 1939 e 1950 foi na verdade maior. Esta evidência ficou comprometida devido à retirada dos ramos industriais representados pelas indústrias químicas, produtos farmacêuticos e perfumes/sabão/velas, porque foram agrupados num mesmo bloco, e dos ramos industriais representados pelas indústrias de

fumo e plástico, porque não foram levantadas pelo censo, para efeito de distribuição entre os Departamentos I e II em 1939. Não podemos perder de vista o fato de que, mesmo a transferência de atividades agropecuárias para os ramos industriais vinculados ao Departamento II (em consequência da divisão inter-regional do trabalho estabelecida entre as novas regiões agrícolas integradas ao Centro-Sul) não impediu a crescente perda de participação deste setor na produção industrial nacional.

A dinâmica industrial neste período foi mais expressiva do que aquela ocorrida no período de 1932 e 1939, mesmo desenvolvendo-se sob uma taxa de crescimento inferior. Isto deve-se ao fato dos ramos de produção industrial apresentarem uma composição de capital superior em relação ao que apresentavam no período anterior e da participação mais intensa no valor adicional total da produção industrial nacional dos ramos e setores industriais que compunham o Departamento I.

1.3.1-Padrão de Acumulação Sob Industrialização “Restringida”¹⁵

A industrialização apresentou-se sob circunstâncias adversas e limitativas. A precariedade dos fatores básicos para o impulsionamento da acumulação acelerada de capital - grandes reservas internas de capital, desenvolvimento tecnológico autônomo, mão-de-obra qualificada e grandes recursos naturais - era evidente no Brasil deste período. Mesmo as gigantescas reservas naturais esbarravam nas distâncias e nas estruturas de transporte.

Tais aspectos tratados de maneira formal ocultam o estágio de conformação da economia brasileira. A concentração industrial deu-se, basicamente, no Departamento II. Não se encontravam as condições para um processo de expansão do capital voltado para a plena realização interna, visto que a inexistência dos Departamentos I e III plenamente estruturados no

¹⁵ - O termo industrialização restringida foi formulado por Mello (1991, p. 9-177) para caracterizar a fase da industrialização brasileira desenvolvida entre 1933 à 1955. A carência de capitais e tecnologia, a existência de um mercado interno restrito e pouco integrado, entre outros fatores, teria concorrido para determinar, nesta fase, uma industrialização basicamente restringida a bens de consumo corrente e, portanto, incapaz de uma expansão auto-sustentável.

país impossibilitava a transferência complementar de estímulos industriais entre os três departamentos, além do que determinava o desvio dos estímulos da acumulação para fora.

Buscou-se superar os obstáculos característico deste estágio “tardio” do capitalismo industrial brasileiro. Implantar o Departamentos I e, mais à frente, lançar as bases da estruturação do Departamento III, através de recursos basicamente internos - visto que não havia no plano internacional desse período elevada liquidez e o capital internacional, principalmente o norte-americano, atuava no sentido de conservar a tradicional divisão internacional do trabalho sob a separação entre nações industrializadas e nações não industrializadas - revelou-se como os horizontes das políticas econômicas.

Como constatamos anteriormente, era necessário para o padrão de acumulação e financiamento implementado combinar as fontes de financiamento externa - geradora de divisas internacionais para assegurar a aquisição de tecnologia e insumos industriais, bens de consumo duráveis e, embora em pequena escala neste período, cobrir a remessa de juros e serviços da dívida externa e lucros das empresas estrangeiras para fora - com as fontes de financiamento internas. A unidade destas iniciativas garantiria a grande acumulação de capital.

O setor urbano-industrial, como novo centro dinâmico da economia e voltado para a realização interna do valor, compunha a essência do padrão de acumulação e financiamento. Para a sua realização era necessário uma rearticulação do setor agropecuário. A defesa do setor de mercado externo, neste período basicamente formado pelo subsetor agroexportador do setor agropecuário, assegurava as restritas divisas externas. Como vimos, a extração dos seus excedentes possuía um limite, qual seja, inviabilizar a própria atividade.

Nos chama atenção a política para o subsetor de mercado interno do setor agropecuário. O Estado estimulou a expansão da fronteira agrícola através da construção de estradas e rodovias, do desenvolvimento de projetos de assentamento de colonos e da criação de institutos e fundações voltados para planejar a ocupação do interior. Nos novos espaços

ocupados fomentou-se a produção de víveres e matérias-primas através de uma agricultura de caráter familiar voltada para as necessidades imediatas e de empreendimentos capitalistas sob regimes de trabalho predominantemente não-assalariado. Tais formas de propriedade e de trabalho geravam um considerável excedente de produção na forma do arroz, feijão, milho e carne. Proporcionavam produtos com pouco valor incorporado e oportunizavam o rebaixamento do custo de reprodução da força de trabalho urbana, o que proporcionou condições favoráveis à ampliação dos lucros dos capitalistas do espaço urbano-industrial, em especial dos empresários industriais.

Oliveira (1987, p. 20-25) demonstrou que a dinâmica de reprodução ampliada do capital no Brasil construiu dois mundos: no campo, a recriação de relações de trabalho não-assalariadas, a preservação/expansão intocada da estrutura agrária e a conservação dos grupos políticos tradicionais, contudo, renovados através da mercantilização da atividade agropecuária, voltada para os novos mercados criados e consumidora, ainda que moderada, de produtos manufaturados; na cidade, o domínio de relações de trabalho assalariado e a revolução crescente da produção, espaço de realização do capital e de articulação com o mundo cêntrico do capitalismo internacional. Porém, não concebidos como mundos duais e antagônicos, que se limitavam entre si, mas como partes de uma mesma totalidade. Unidade dialética que implicava em contradição e negação. O novo centro dinâmico representado pelo setor industrial do Centro-Sul “cria” à sua volta uma “periferia” que já não é mais o que era, mas o que deve ser a fim de atender as necessidades da nova fase da acumulação.

Conforme demonstrou Martins (1990, p. 151-177), a expansão do capital no campo produziu um processo de cunho contraditório com a reprodução dele mesmo. A atribuição de valor ao bem natural “terra” - naturalmente destituído de valor - proporcionou uma lógica de descapitalização fundiária, ou seja, na expansão da fronteira agrícola e/ou de empreendimentos agrícolas converteu-se uma parte do capital em renda da terra, congelado na forma da

propriedade da terra - ou “renda da terra capitalizada”. Assim sendo, uma parte considerável da renda não se metamorfoseou em capital constante na forma de máquinas, ferramentas, ou seja, capital produtivo.

Este “atraso” da forma de acumulação de capital no campo foi um imperativo necessário para a absolutização da propriedade privada capitalista da terra e, por consequência, para a separação do produtor dos meios de produção e do bem natural representado por ela - ainda que de forma parcial neste momento. O imperativo necessário para o desenvolvimento de grandes empreendimentos capitalistas no campo se transformou num instrumento especulativo quanto ao “valor” da terra. Beneficiou especuladores e artificializou seu valor, numa contradição com a forma clássica de realização do capital. Mas, o objetivo primeiro do capital é a sua realização, não a sua forma clássica de realização.

Cobrir esta “renda” da terra e, ao mesmo tempo, manter víveres e matérias primas com pouco valor incorporado para o setor urbano-industrial exigiu a criação de formas novas de extração de excedentes. A baixa densidade do capital agrário fruto da transferência de renda para o setor urbano-industrial, do congelamento de parte dos seus capitais na forma da renda da terra capitalizada e da permanência dos termos de troca que favorecia a realização econômica urbano-industrial impôs, dentro da lógica da acumulação capitalista implementada, a adoção das relações não-capitalistas de produção e o atraso da extensão dos direitos de sindicalização e da legislação trabalhista ao campo, o que viabilizou uma sobreextração de excedentes dos trabalhadores rurais.

A valorização progressiva da terra determinou o retorno ao setor agrário de uma fração dos excedentes do setor urbano-industrial grandemente composto pelas rendas da terra transferida através dos termos de troca favorável à indústria e desfavorável à agricultura. Obviamente, este excedente que retorna não foi retirado diretamente do capital, mas da sociedade em geral através dos melhoramentos infra-estruturais como extensão de energia elétrica ao campo, a construção de estradas etc, assegurados pelos impostos recolhidos. A esta

forma particular que a socialização regressiva de renda assumiu no Brasil agregavam-se os custos desta especulação transferidos para a sociedade através das mercadorias consumidas.

Historicamente, tal processo fortaleceu, no nível superestrutural, os segmentos sociais tradicionais do campo como latifundiários e especuladores. Concentrando grandes rendas em torno da valorização da terra e controlando politicamente populações interioranas mobilizadas pela expansão da fronteira agrícola, tais segmentos sociais ampliaram a sua base de representação política ao nível do poder público.

As consequências desta integração entre os mundos urbano-industrial e rural era uma unidade contraditória de interesses entre as classes dominantes urbanas e rurais, na forma da disputa da propriedade, dos excedentes e da força de trabalho. Contudo, relações antagônicas no plano da realização da acumulação de excedentes e no plano dos interesses de classes, de fato, nunca concretizaram-se no âmbito da classe dominante.

1.3.2-Crise e Imobilidade Institucional no Padrão de Acumulação e Financiamento Capitalista Nacional

O desempenho da indústria no último ciclo econômico do período analisado, transcorrido no segundo governo Vargas, não nos pode ofuscar quanto aos limites da estratégia de desenvolvimento do capitalismo sobre bases nacionais. O financiamento externo necessário à aquisição de bens de capital e insumos industriais não produzidos internamente somente era viável através da expansão do setor de mercado externo, responsável pela geração de divisas. Este setor, além de exposto à flutuação do comércio internacional, não poderia ter drenado excessivamente as suas rendas, sob pena de descapitalizar-se e, em consequência, ameaçar o papel de suporte que assumia com relação à atividade industrial em expansão.

O caráter estatal do Departamento I apresentou-se sob uma contradição. Ele gerava produção e circulação de mercadorias, mas ao transferir grande parte da sua lucratividade para o

setor privado restringia a sua acumulação. Além do que, por ser estatal, não gerava impostos para o Estado.

Para Oliveira (1984, p. 82), o pacto populista representava um outro obstáculo importante para assegurar poupança interna para financiar uma nova arrancada industrial do Departamento I. O pacto populista - dirigido pela “classe dirigente” representado pela alta cúpula da burocracia civil e militar, representante em sentido amplo da burguesia industrial; edificado com base no bloco no poder liderado pela fração da burguesia industrial, mas composto também pelos exportadores e importadores, os grandes proprietários de terras e a alta classe média; articulado como instrumento de vigia e controle das classes populares (operários, baixa classe média assalariada, camponeses e pequena burguesia proprietária) excluídos do bloco no poder - era a base de sustentação da industrialização capitalista dirigida pela alta burocracia civil e militar apoiado por amplos setores das classes populares.

Este pacto conviveu com limites para o impulsionamento da extração da mais-valia e de renda em decorrência da resistência operária e popular - as lutas operárias em 1953 e a denúncia do pacto populista em 1964 confirmaram esta resistência - e para a transferência de rendas entre setores das classes dominantes - como a pressão do imperialismo norte-americano e da burguesia antiindustrialista cuidavam de criar. O pacto populista fez com que o Estado declinasse de conduzir uma reforma fiscal capaz de captar uma fração maior dos excedentes acumulados no setor privado para ampliar as fontes de financiamento interno para a expansão do Departamento I.

Lídia Goldenstein (1994 p. 62-67), embora partindo do mesmo ponto do qual parte Oliveira, qual seja, o caráter das relações de poder, o apreendeu numa outra direção. As relações de poder condensadas no regime teria impedido que os ciclos econômicos, sucedidos por fases de acumulação e de crise, cumprissem um papel de seleção econômica, de forma a preservar e

fortalecer as empresas mais produtivas e organizadas do ponto de vista da acumulação capitalista e eliminar as empresas mais atrasadas.

Para esta autora, a política fiscal extremamente favorável a todo o setor privado, agregado ao crédito público favorável aos tomadores de empréstimos, aos subsídios amplamente estendidos, mais do que privar o Estado de reaver excedentes transferidos ou participar de excedentes gerados pelo setor privado, protegia os setores atrasados. Dessa forma, não teria sido possível uma competitividade reestruturadora ao nível tecnológico e organizacional da produção e, nem tampouco, prescindir-se dos capitais externos, o que concorreria, respectivamente, para repor o atraso do desenvolvimento das forças produtivas e a dependência externa.

A extração da mais-valia relativa, outra fonte fundamental de financiamento do padrão de acumulação, encontrou na estrutura sindical oficial um obstáculo. Embora controladora da classe operária, não poderia impedir por sua vez a reivindicação organizada sob determinados limites. O próprio regime populista complementou o obstáculo na medida em que se apoiava no discurso da proteção do trabalhador e na sua mobilização enquanto base de massa de um projeto de desenvolvimento capitalista nacional, especialmente importante no jogo que envolve partidários e opositores do projeto de desenvolvimento em bases nacionais. Tudo isso condicionou, sob determinados limites, o confisco salarial e o recurso da inflação como instrumentos em favor da acumulação.

Estes elementos concorreram para limitar a estratégia de industrialização. Esta pressupunha a expansão do Departamento I, predominantemente estatal, gerador de produção e circulação de mercadorias. Pressupunha, também, o seu papel de transferidor de excedente para os demais departamentos sob iniciativa privada e de instrumento de equilíbrio das relações entre os diversos departamentos econômicos em expansão, sem o que não seria possível garantir o elevado dinamismo do setor industrial. Quando o Estado não mais consegue preservar a

expansão do setor estatal da economia industrial, sob a estrutura político-institucional vigente no país, a estratégia deu sinais de esgotamento.

2-O PADRÃO DE ACUMULAÇÃO E FINANCIAMENTO CAPITALISTA INTERNACIONALIZADO

A sociedade brasileira, nos primórdios dos anos 50, revelou uma tendência de crescente urbanização. A exigência de novos produtos tipicamente característicos, neste período, a uma população urbana provocou pressões para a sua livre importação, principalmente por parte de importadores e das classes médias. As importações tenderiam a crescer também graças ao próprio avanço da industrialização substitutiva. Insumos industriais, tecnologia de processos industriais e *know how* não satisfeitos pelo precariamente instalado Departamento I impunha a sua importação sob pena de comprometer não somente a expansão, mas a própria reiteração produtiva do capital.

As pressões dirigiam-se, portanto, no sentido de produzir no país os novos produtos de consumo duráveis, voltados para o atendimento das novas classes e grupos sociais de vida urbana, como também os equipamentos e matérias-primas que não poderiam ser importados na quantidade necessária e que eram imprescindíveis ao prosseguimento do processo de industrialização. Dois grandes obstáculos colocavam-se: a produção dos bens de consumo duráveis como automóveis e eletrodomésticos, e de bens de produção como derivados de petróleo e máquinas, caracterizavam-se como mercadorias típicas de uma revolução industrial de “segunda fase”, somente possíveis de serem produzidas através de grandes plantas industriais, ou seja, por grupos industriais monopolistas.

As empresas privadas nacionais encontravam-se distantes destas condições e características, necessitando de novos ciclos de acumulação para tanto. Quanto ao setor estatal, não dispunha de meios econômicos para assumir tal tarefa, salvo os bens intermediários

instalados e/ou em processo de instalação, como os minerais não-metálicos: cimento, borracha etc. O Estado não possuía condições para conduzir inversões de grande vulto e com longos prazos de maturação segundo as novas exigências.

A primeira metade dos anos 50 caracterizou-se por uma profunda modificação das relações internacionais. A conclusão da reconstrução européia e japonesa permitiu o restabelecimento de relações imperialistas multipolares, o término da guerra da Coréia distanciou o risco de uma nova guerra mundial total, o novo espaço político-militar dos Estados Unidos (liderando o mundo ocidental e a polarização representada pela guerra fria) constituíam-se nos aspectos mais importantes que impulsionavam esta modificação.

Os acordos de Bretton Woods permitiram a conformação de uma conjuntura internacional caracterizada pela superabundância de capitais disponíveis para investimentos em países como o Brasil. Estes investimentos assumiam a forma de empréstimos governamentais, de empréstimos de agências financeiras internacionais - Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional - e de transferência de recursos para a aplicação direta na forma de capital de risco.

O movimento das empresas multinacionais à procura de compensação relativa em termos de mercados cativos e de matérias primas e mão-de-obra barata e abundante foi intenso. Destacaram-se, num primeiro momento, as empresas multinacionais e capitais europeus. Estes são seguidos, posteriormente, pelas multinacionais e capital de risco dos Estados Unidos ao final dos anos 60 e início dos 70, com enormes vantagens econômico-tecnológico e político-diplomático sobre as demais. Formaram-se, neste período, comissões e grupos de trabalhos entre Estados com o propósito de definir diretrizes, conduzir planejamentos e coordenar investimentos internacionais.

No Brasil, conforme pudemos observar, estas atribuições couberam à Comissão Mista Brasileiro-Americana. Essa comissão não propunha uma reestruturação da tradicional divisão internacional do trabalho. A sua extinção estava vinculada exatamente à agressão da

divisão internacional de trabalho realizada por parte do governo Vargas, através do incentivo à industrialização brasileira em larga escala e à própria vinda das multinacionais.

Internamente crescem as pressões contra a implementação de um projeto de desenvolvimento capitalista nacional, nos termos em que foram apresentados nos discursos dos governos Vargas e Goulart, especialmente quando intensificavam-se as lutas sociais, obrigando estes governos radicalizarem seus discursos para conter as lutas sociais vindas de baixo. Não ocorreram rupturas políticas e econômicas com relação a ordem capitalista internacional hegemonizada pelos Estados Unidos e secundariamente pela Europa e Japão, o que situa o país numa dependência direta dos seus mercados, da sua tecnologia e do seu *know how*, insumos e matérias-primas.

Os empreendimentos estrangeiros, por sua vez, eram significativos e compunham níveis de associação direta e indireta com o empresariado local, tanto no setor de exportação e importação quanto no de serviços. Conforme demonstrou Ianni (1986, p. 151-159), os empreendimentos revelavam o elevado grau de integração entre interesses de empresários, comerciantes, importadores, políticos brasileiros e interesses de governos e homens de negócios dos países dominantes, como também a existência de concepções e valores que respaldavam um processo de integração econômica com as grandes potências capitalistas.

Na defesa do projeto de desenvolvimento capitalista nacional, em nossa perspectiva “inorgânico”, conduzido pela alta cúpula civil e militar, movimentavam-se diversos setores. Encontraram-se mobilizados amplos segmentos da classe operária, influenciada pelo trabalhismo varguista e pelos comunistas, embora excluídos do bloco no poder. Estes segmentos identificavam na industrialização, no nacionalismo e no dirigismo estatal o caminho necessário para a conquista de melhores níveis de vida. Incorporaram-se como força social assessória em campanhas políticas nacionais como “o petróleo é nosso”, mas tenderam a se transformar em

força social autônoma e independente à medida que setores mais politizados rompiam ideologicamente com o populismo.

A baixa classe média assalariada inclinou-se em direção a soluções nacionalistas e intervencionistas. Reconheceram nestas políticas modernizadoras a solução para o atraso do país e para as suas expectativas enquanto consumidores. A pequena burguesia proprietária, ancorada em seus mercados locais e quase sempre urbanos, compôs o setor mais decididamente nacionalista ao lado das classes populares. A baixa classe média assalariada e a pequena burguesia proprietária lideraram campanhas nacionais como “o petróleo é nosso”, a reforma do sistema eleitoral e a preservação/ampliação do setor estatal da economia. É destes segmentos sociais que brotou a radicalidade do movimento estudantil e a luta contra o chamado “imperialismo norte-americano” (Ianni, 1986, p. 141-147; Draibe, 1985, p. 137; Boito Jr, 1982, p. 41-42).

A grande burguesia industrial assumiu posições contraditórias. Desempenhou uma postura tática com relação ao nacionalismo e ao estatismo econômico. O propalado discurso de proteção à indústria nacional, desencadeador de políticas protecionistas às indústrias nacionais por parte do governo, acelerou a acumulação de capital destes setores à medida que lhes permitiu elevações formidáveis e artificiais dos preços médios das mercadorias nacionais. As vozes contrárias à entrada das empresas multinacionais se dirigiram, basicamente, para aqueles setores nos quais a indústria nacional encontrava-se bem acentada. De uma forma geral, viram na entrada das multinacionais a possibilidade de estender suas atividades sobre novos e complementares ramos industriais (Ianni, 1986, p. 141-147; Draibe, 1985, p. 137; Boito Jr, 1982, p. 41-42).

A grande burguesia industrial assumiu, ainda, reservas quanto à estatização de amplos setores da economia. Vale lembrar que era o principal setor beneficiado por este processo graças a venda de serviços e insumos do setor público, não raramente, abaixo dos custos de

produção. A grande burguesia industrial, com base na sua realidade de mercado, tecnologia e capital comportava-se, enfim, dentro de uma postura pragmática e de um senso de oportunidade com relação ao capital estatal e internacional, tendo em vista a extensão das suas atividades econômicas.

Os grandes proprietários rurais também integravam as forças sociais favoráveis ao projeto industrializador. Os setores vinculados à grande propriedade rural que produziam para o mercado interno conceberam a industrialização (e a urbanização) como possibilidade para ampliar mercados para sua produção. Os setores vinculados ao mercado externo, mas que não encontraram-se diretamente integrados e dependentes da burguesia exportadora, dependiam da “classe dirigente” para assegurar a acumulação de capital nas suas atividades - ameaçada pela própria extração de renda comandada pela “classe dirigente” e transferida para o setor industrial e pela burguesia comercial controladora do circuito de comercialização e financiamento -, não restando outra alternativa senão apoiar o projeto industrialista dirigido pela referida “classe”.

A luta contra o projeto de desenvolvimento capitalista em bases nacionais teve na burguesia antiindustrialista vinculada à exportação e importação o setor que o liderou. Identificada com a tradicional divisão internacional do trabalho estabeleceu obstáculos à industrialização e conspirou contra o regime populista.

As altas classes médias compunham este campo de forças permanecendo vinculadas a uma percepção conservadora e moralista de sociedade. Respaldavam o liberalismo econômico clássico e recusavam as soluções nacionalistas à medida que assim tinham asseguradas, por exemplo, através da remoção das leis que protegiam a indústria nacional e que elevavam preços dos produtos importados (e também dos nacionais), condições mais favoráveis para satisfazer suas expectativas enquanto consumidores.

Finalmente, a ação diplomática e econômica (financeira principalmente) dos Estados Unidos compôs o bloco de forças antiindustrialistas. A sua ação política e econômica direcionou-

se no sentido de deter o processo de industrialização intensiva no Brasil, de forma a preservá-lo como consumidor de produtos industrializados dos Estados Unidos e fornecedor de produtos primários (de origem agropecuária, minérios, etc) - conservando o país na tradicional divisão internacional de trabalho - e impedi-lo de contrair relações econômicas com a Europa - o que poderia redundar em acesso a tecnologia, capitais e mercados, ampliando as possibilidades de diferenciação econômica do país e de ação do capital europeu. A ação dos Estados Unidos no Brasil, grosso modo, reproduzida em toda a América Latina, materializava-se através dos objetivos de preservar um grande campo de economia complementar e de deter a presença do capital europeu.

Conforme demonstrou Boito Jr (1982, p. 47-50), o comportamento majoritário dos setores vinculados à grande propriedade rural era de apoio ao projeto industrializador da “classe dirigente” do Estado. Não apenas os setores vinculados ao mercado interno, interessados na ampliação de mercados para os seus produtos com o advento da industrialização, mas também os setores vinculados ao mercado externo - como exemplificam os fazendeiros de café vinculados à Sociedade Rural Brasileira (SRB). Isto porque quando a taxa de câmbio encontrava-se em baixa, o lucro das exportações realizava-se nas mãos dos setores intermediários, que compravam a produção como monopsônios e vendiam como monopólio; quando o câmbio encontrava-se alto, fortalecendo a moeda nacional, estimulava a importação de insumos agrícolas, tratores, aspersores de irrigação etc, beneficiando este segmento da grande propriedade como compradores.

Finalmente, apesar do confisco cambial, de forma secundária e sob alguns aspectos, a política industrialista proporcionava horizontes mais seguros e estáveis para a grande propriedade vinculada ao mercado externo quando comparado com o padrão de acumulação e financiamento agroexportador, visto que o interesse do governo em obtenção de divisas externas

passava, em grande medida, pela defesa da rentabilidade das atividades desenvolvidas nestas propriedades.

Estas forças sociais e políticas distribuíam-se nos vários partidos. O Partido Social Democrático (PSD) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) predominavam no âmbito das forças sociais e políticas identificadas com o projeto de desenvolvimento capitalista em bases nacionais. A atuação destes partidos encontrava-se, portanto, submetida a hegemonia da burguesia industrial (Boito Jr, p. 57-75).

Os grandes proprietários de terra e setores médios urbanos compunham a base de sustentação do PSD. Industriais também compunham os quadros deste partido.

O PSD compunha o núcleo da hegemonia burguesa (juntamente com o PTB), à medida que refletia a soldagem da aliança entre industrialistas e agraristas. Enquanto os primeiros dividiam com outros setores sociais da classe dominante e da alta classe média o domínio do espaço e relações sociais urbanas, os outros asseguravam o domínio dos trabalhadores rurais e a conformação das máquinas políticas oligárquicas do interior.

O PTB possuía a sua base de sustentação política formada junto a classe operária e segmentos socialmente inferiores das classes médias urbanas. Sujeito às pressões da máquina sindical-trabalhista e das mobilizações de massas dos trabalhadores, este partido tendeu para a defesa do nacionalismo, da industrialização e do dirigismo estatal e para a postura de crítica formal ao capitalismo internacional.

O PTB cumpriu uma lógica primordial ao populismo, qual seja, a mobilização controlada da classe operária, a preservação da estrutura sindical, o suporte político do intervencionismo (industrialista) do Estado e a autonomia relativa do executivo nos quadros da representação ampla dos interesses dominantes. Finalmente, o PTB foi criado para ser o partido de sustentação do esquema populista de Getúlio Vargas e, posteriormente ao seu suicídio, de Goulart.

Nutrindo-se da legitimidade obtida com a regulamentação das relações de trabalho e da instrumentalização da estrutura sindical atrelada ao ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, como também da radicalização dos conflitos e lutas sociais às quais buscou absorver, enquadrar e moderar, o PTB ampliou a sua representação política institucional. Da posição de quinto maior partido nas eleições gerais de 1946, se transformou no maior partido nacional nas eleições gerais de 1962.

O Partido Comunista Brasileiro (PCB), mesmo atuando na ilegalidade, conseguiu se constituir num partido inserido no jogo político-institucional. A sua base de sustentação social e política se estendia de setores mais politizados da classe operária a segmentos das classes médias urbanas como intelectuais, artistas e estudantes (Boito Jr, 1982, p. 57-75). Em algumas regiões do país, o PCB estendeu sua influência social e política sobre trabalhadores rurais. Parlamentares, direta ou indiretamente vinculados ao partido, foram eleitos por praticamente todos os partidos legais.

O PCB conviveu com uma profunda contradição. Foi o partido que forneceu as tonalidades mais fortes e classistas ao nacionalismo, industrialismo e intervencionismo estatal, sem, contudo, mobilizar os trabalhadores para romper ideologicamente com o populismo. Embora tenha, em algumas conjunturas, assumido posturas que apontavam para a construção de um espaço de ação autônoma e independente da classe trabalhadora - como exemplifica a greve dos 300 mil em São Paulo em 1953, quando para viabilizá-la os sindicalistas e militantes políticos vinculados ao PCB impulsionaram e dirigiram a formação de dezenas de comitês de mobilização paralelos aos sindicatos oficiais controlados pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, ou, ainda, como nos primeiros momentos de formação das Ligas Camponesas nos Estados do Pernambuco, Alagoas, Goiás etc - a ação do partido, no seu conjunto, se orientou no sentido de submeter os movimentos sociais por ele influenciados e a classe trabalhadora em geral, ao jogo político-institucional. Esta orientação se constituía necessária, de acordo com o

PCB, ao desenvolvimento da “etapa democrático-burguesa da revolução brasileira” em curso no país.

A União Democrática Nacional (UDN) reproduzia uma postura contrária ao intervencionismo (industrialista) do Estado na economia. Hegemonizado pela burguesia comercial antiindustrialista e polarizando os setores socialmente superiores das classes médias urbanas, a UDN transformou a luta pelo liberalismo econômico na sua questão de princípio. Isto porque o intervencionismo (industrialista) do Estado, responsável nos anos 30 e 40 pelo impedimento da reprodução (ou retorno da reprodução) do padrão de acumulação agroexportador, passou agora a controlar e manipular a política econômica para acelerar os ganhos do setor industrial em detrimento de alguns ou contenção da lucratividade de outros (Boito Jr, 1982, 29-35).

A UDN não poupou meios para reverter o projeto político-econômico em curso. Denunciou o artificialismo da indústria nacional, desenvolveu campanhas nacionais contra o intervencionismo (industrialista) do Estado e vanguardeou movimentos golpistas articulados juntos com segmentos da corporação militar e embaixadores norte americanos. Estas iniciativas são reveladoras do caráter e empenho político da UDN.

O período compreendido entre 1956 e 1960, da vigência do Programa de Metas, marcou um ponto de inflexão no padrão de acumulação implementado entre 1933 e 1955. A conjugação entre as pressões internacionais - norte-americanas, contrárias à intensa industrialização brasileira, particularmente com relação às margens de autonomia conquistada, e européia, favorável a uma industrialização internacionalizada com liberdade de remessa de lucros livre de carga fiscal - e as contradições e perda de dinamismo econômico do padrão de acumulação em curso, acentuou conflitos políticos e sociais, abalou alianças estabelecidas no bloco do poder, subverteu diretrizes econômicas e culminou na ruptura político-institucional

representada pelo golpe civil-militar de 1954. Um novo padrão de acumulação teve início no Brasil entre 1956 e 1960.

2.1-A Nova Fase de Expansão

O novo padrão de acumulação e financiamento teve como eixo básico a expansão sem precedentes do Departamento III, convertido no setor dinâmico da economia. A sua instalação ocorreu através da transferência de multinacionais e da recorrência ao capital financeiro internacional.

À esta face da dependência agregou-se outra, qual seja, as condições de instalação do Departamento I com a magnitude exigida para a produção de insumos, equipamentos, máquinas e sistemas produtivos básicos ao Departamento III, característico de uma etapa monopolista do desenvolvimento capitalista. Esta etapa apenas tinha dado os seus primeiros passos no Brasil, através das primeiras empresas monopolistas de caráter estatal como a Companhia Siderúrgica de Volta Redonda e a Petrobrás, que produziu uma restrita pauta de insumos industriais básicos. O Departamento I, básico ao Departamento III conservava-se, no fundamental, nos Estados Unidos e na Europa.

A instalação do Departamento I de forma a atender a nova demanda representada, principalmente, pelo Departamento III foi uma pré-condição do novo padrão de acumulação e financiamento. A pressão que a importação de insumos industriais básicos, tecnologia, *know how* etc, exerceu sobre o balanço de pagamentos no padrão de acumulação precedente ampliou-se enormemente no novo padrão econômico, comprometendo a sua reprodução e expansão. A carência de capitais disponíveis para a expansão acelerada do Departamento I, à medida que o crescimento das exportações, basicamente de origem agropecuária, não se ampliava rapidamente, o que mantinha as divisas externas restritas, obrigou o Estado a recorrer a um intenso

endividamento externo. O objetivo era eliminar pontos de estrangulamentos da economia e desencadear um desenvolvimento acelerado, equilibrado e integrado.

O instrumento catalisador da mudança do padrão de acumulação foi o Programa de Metas. Elaborado pelo governo J.K., o Programa consistiu, basicamente, de um planejamento global para a economia brasileira a ser desenvolvido entre 1956 e 1960. Os objetivos centrais do Programa de Metas foram a aplicação de um programa de infra-estrutura, a condução da internacionalização da economia brasileira e a viabilização da expansão da fronteira agrícola.

O Programa incorporou em si mesmo as diretrizes e o planejamento para a implementação do novo padrão de acumulação. Ele refletiu as relações de interdependência e complementaridade da estrutura econômica brasileira frente à estrutura econômica internacional, nos quadros de uma industrialização induzida que encontrava grandes obstáculos em decorrência do estrangulamento do setor de mercado externo.

O Programa de Metas refletiu também o bloqueio exercido pelo pacto populista sobre o Estado, impedindo-o de efetuar uma reforma fiscal capaz de encontrar recursos internamente ao país para alavancar o Departamento I, ampliando as condições para uma futura instalação do Departamento III. O Programa de Metas expressava, portanto, o prosseguimento da industrialização brasileira mediante as crescentes exigências estabelecidas pela reprodução do capital em âmbito mundial e o impasse político representado pelo populismo.

O Programa de Metas integrava-se no mesmo movimento histórico da doutrina Truman e da Comissão Mista Brasileiro-Americanana, definindo os limites possíveis das tendências do subsistema econômico brasileiro em combinação com as tendências do capitalismo internacional sob a hegemonia norte-americana (Ianni, 1986, p. 154-155). Abrangendo setores como energia, transporte, alimentação e indústria de base, o programa buscou preservar e ampliar as condições de fluxo de capital, tecnologia e *Know How* empresarial, sob a intervenção do Estado.

O Estado, durante a vigência do próprio Programa de Metas, ressaltou a importância dos investimentos externos e definiu as bases da associação com a grande empresa oligopolista. Especialmente importante nesta direção foi a criação da Instrução nº 113 da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC)¹⁶. A referida Instrução permitiu a entrada no país de recursos externos sem cobertura cambial voltados para garantir ao investidor estrangeiro a importação de equipamentos para instalar ou recompor processos industriais, segundo a classificação de prioridade formulada pelo governo, o que representou um incentivo implícito para a entrada de capitais externos.

Tal medida desencadeou importantes protestos por parte de amplos setores do empresariado industrial brasileiro. Contudo, diversos setores deste mesmo empresariado recorreram à associação de capitais multinacionais, buscando beneficiar-se de vantagens equivalentes. Outros ocuparam os novos espaços no mercado como fornecedores de componentes, insumos industriais, matérias-primas e serviços para as multinacionais. A Instrução nº 113 impeliu, ao mesmo tempo, para a associação do capital privado nacional com a grande empresa oligopolista multinacional e a conformação de monopólios privados nacionais necessários para o atendimento das demandas daquelas empresas.

A construção de Brasília assumiu um papel paradigmático no contexto do Programa de Metas e do Governo JK. Brasília assegurou um excepcional estímulo de demanda para o setor industrial. A abertura de novas estradas integrando a região Centro-Oeste e o consumo de vigas de aço, canos, cimento etc, provocou um efeito de estímulo que se propagou por toda a

¹⁶ - Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC) era o embrião do atual Banco Central. Na sua atribuição de regular e definir as bases do câmbio, a SUMOC cumpriu importante papel para a atração de capitais externos para o Brasil, especialmente através da Instrução n. 113, de janeiro de 1955. Esta Instrução viabilizava a entrada de capitais sem cobertura cambial e com significativo subsídio implícito na medida que ingressavam como “equity capital”, convertido em cruzeiros pela taxa mais favorável do mercado livre. Conforme uma das normas mais importantes da Instrução 113 “A Carteira de Comércio Exterior (CACEX) poderá emitir “licenças de importação sem cobertura cambial”, que correspondem a investimentos estrangeiros no País, para conjuntos de equipamentos ou, em casos excepcionais, para equipamentos destinados à complementação ou aperfeiçoamento dos conjuntos já existentes, quando o Diretor da Carteira dispuser de suficientes elementos de convicção de que não será realizado pagamento em divisas correspondente ao valor dessas importações”. As remessas para o exterior, por sua vez, realizavam-se ao favorável custo de câmbio - aproximadamente igual à sobrevalorizada taxa média para exportações (Prado Jr, 1969, p. 301-308; Ianni, 1986, p. 170-171).

economia, proporcionando extrema dinamicidade ao primeiro ciclo econômico do recém criado padrão econômico internacionalizado e dependente.

Este processo desencadeou uma ampliação dos níveis de emprego, seja pelo dinamismo econômico, seja pela construção da cidade. Intensificaram também no período o nível de capitalização das empresas, o que gerou intenso processo de acumulação de capital. A construção de Brasília concorreu para o deslocamento de populações para a região Centro-Oeste, emigradas das regiões Nordeste e Centro-Sul.

A construção de Brasília, juntamente com a criação da indústria automobilística, se transformou num dos símbolos da modernidade e do progresso, ou seja, da construção do “Novo Brasil”. O apelo ideológico, ao qual se agregou a diminuição dos conflitos sociais decorrente da elevação dos níveis de emprego e do deslocamento de populações das regiões de conflito, desencadeou uma moderação conjuntural dos conflitos capital *versus* trabalho.

Modificações importantes foram observadas na distribuição setorial da produção industrial brasileira entre 1950 e 1960. Conforme podemos confirmar através da Tabela I, conservou-se a crescente participação na produção industrial total nacional dos ramos industriais que compunha o Departamento I - indústrias de metalurgia (de 9,4% para 11,5%), mecânica (de 2,1% para 3,5%), material elétrico e de comunicações (de 1,6% para 3,9%), papel (de 2,2% para 3,0%), borracha (de 1,9% para 2,3%), química (de 5,3% para 8,7%) e plástico (de 0,3% para 0,8%), com exceção para as indústrias minerais não-metálico (de 7,2% para 6,7%). Cresceu, também, o ramo industrial que assumiu, através da instalação das indústrias automobilísticas, características que o integravam ao Departamento III da economia - indústria de material de transporte (de 2,2% para 7,7%).

Mantém-se a decrescente participação dos ramos industriais que compõe o Departamento II - indústria de madeira (de 4,2% para 3,2%), couros e peles (de 1,3% para 1,1%), farmacêuticos (de 2,8% para 2,5%), perfumes (de 1,6% para 1,4%), têxtil (de 19,6% para

12,0%), confecções e sapatos (de 4,2% para 3,6%), produtos alimentares (de 20,5% para 16,9%), bebidas (de 4,4% para 2,9%), fumo (de 1,4% para 1,3%) e editorial e gráfica (de 4,0% para 3,0%), com exceção para a indústria de móveis que conservou-se no mesmo patamar (2,2%).

A divisão que operamos em termos de ramos de atividade industrial é um tanto problemática para efeito de aplicação da divisão departamental da economia. Esta divisão ajusta-se melhor em termos de “indústria” e não de ramo industrial à medida que um ramo pode comportar, ao mesmo tempo, a produção de bens de consumo duráveis e a produção de bens de produção, como por exemplo ocorreu com a chamada indústria de transportes, quando produzia automóveis e equipamentos de transportes pesados, ou, ainda, a indústria de material elétrico e comunicação, quando produzia bens eletrodomésticos e cabos e equipamentos elétricos. Em que pese este contencioso, a divisão aqui proposta contribui para revelar o significado da alteração da participação dos ramos e departamentos econômicos na produção industrial total brasileira.

O Departamento I - excluído dele o setor de material de transporte a partir de meados dos anos 50 - participou com 40,4% do produto industrial total, O Departamento II participou com 50,1% e o recém instalado Departamento III - neste momento ainda basicamente restrito a indústria automobilística - participou com 7,5%. O resíduo dos levantamentos foi de 1,6%.

Confirmou-se, portanto, as tendências esboçadas no padrão de acumulação e financiamento capitalista precedente, quais sejam, a decrescente participação na produção industrial total do país dos ramos industriais vinculados ao Departamento II da economia e a crescente diversificação da atividade industrial.

Estes dados revelam, além da própria continuidade da recomposição dos Departamentos econômicos e ramos industriais, o ingresso da sociedade brasileira na segunda onda industrializante, caracterizada pela consolidação do Departamento I e delimitação e conformação do Departamento III. Também revelaram a possibilidade de um desenvolvimento industrial auto-sustentado através da consolidação dos ramos industriais representados pelas

indústrias de metalurgia, mecânica e química, que, reunidas, participavam com 23,7% da produção industrial total do país. Enfim, a economia brasileira, em termos fundamentais, adquiriu as condições materiais básicas para se reproduzir a partir dela mesma.

Mantega, Moraes (1980, p. 25-28) demonstraram que o número de estabelecimentos industriais cresceu em 32%, sendo que nos ramos de material elétrico, comunicação, metalurgia, mecânica, de transportes este crescimento foi superior a 100%. Demonstraram, ainda, que no período compreendido entre 1957 e 1962 a produção industrial aumentou a uma média anual de 11,9% ao ano, sendo que nos ramos da indústria de material de transporte e de material elétrico o crescimento foi de 27% ao ano, no ramo de indústria química 16,7%, no ramo de indústria mecânica 16,5%, no ramos de indústria metalúrgica 15,6% e no ramos de indústria de Borracha 15%.

Estes dados apresentados por Mantega e Moraes revelam uma aceleração dos ramos industriais integrados nos Departamentos I e III da economia no período compreendido entre 1957 e 1962 em relação a sua performance no período compreendido entre 1950 e 1960, o que seguramente foi consequência da aceleração industrial desencadeado pelo Programa de Metas.

Os autores demonstraram, finalmente, que o setor de bens de consumo não-duráveis apresentou uma média de crescimento abaixo dos 32% no mesmo período. Também apresentou taxas menores em termos de crescimento anual entre 1957 e 1962. A indústria têxtil e de alimentação, por exemplo, cresceram respectivamente, 8,8% e 7,5% ao ano.

2.2-Contradições e Desequilíbrios do Novo Padrão de Acumulação e Financiamento Capitalista

O novo padrão de acumulação e financiamento capitalista esbarrou em contradições políticas e econômicas em direção da reprodução expansiva da economia. Esgotou-se a

possibilidade de expandir as fontes de financiamentos interno e externo. O setor agropecuário não pôde suportar uma compressão maior dos preços dos produtos que compunham a cesta básica e matérias primas-industriais com o nível de produtividade apresentado no início dos anos 60. O setor agroexportador sob o chamado “confisco cambial”, especialmente o grande proprietário rural vinculado ao mercado externo, conheceu os limites de uma acumulação restrita.

A condução de uma política fiscal capaz de acumular nas mãos do Estado uma parcela da riqueza socialmente produzida e concentrada na iniciativa privada nacional esbarrou na resistência do empresariado industrial. A redefinição desta política provou as resistências do pacto populista e entrou em relativa contradição com a estratégia de desenvolvimento assentada na expansão do setor público, visto que o mesmo converteu-se, neste período, num instrumento que proporcionava condições ultra-favoráveis para a aceleração da acumulação no âmbito da iniciativa privada.

A redefinição da política fiscal junto ao Departamento III também não foi conduzida. Os incentivos para a implantação das multinacionais como a isenção fiscal, serviços públicos oferecidos a custos comprimidos a estes setores, entre outros, ainda vigoravam para diversas empresas. A busca pela atração de novas multinacionais e investimentos indiretos, por sua vez, concorreu para que o Estado declinasse de realizar uma política fiscal que recolhesse parte dos gigantescos lucros auferidos pelas multinacionais e outros investimentos internacionais. A própria pressão do capital multinacional tendeu a imobilizar institucionalmente o Estado no sentido de conduzir uma reforma fiscal (Oliveira, 1984, p. 91-92). O capital internacional, diretamente aplicado no Brasil, converteu-se em parte integrante do núcleo hegemônico em torno do Estado.

O regime liberal-populista, articulado sob a contradição de mobilizar de forma controlada a classe operária, convertendo-a numa base de apoio do projeto de industrialização e

assegurar o intenso processo de extração da sua mais-valia, impediu a extração da mais-valia absoluta da classe operária para além de certos limites. Embora tendo a sua organização e consciência submetida em grande medida ao controle do Estado, a classe operária proporcionou espaços para articulação de um movimento operário com um elevado nível de mobilização e experiência, capaz de radicalizar-se na defesa das suas reivindicações básicas.

O movimento operário intensificou e globalizou as suas lutas e aprofundou a sua organização ao longo de todo o período compreendido entre 1952 e 1964. Os avanços conquistados pelo movimento operário ameaçou a mobilização controlada da classe operária e a própria estabilidade política do regime.

Entre meados de 1952 e fins de 1953, se desenvolveu a campanha da “Panela Vazia”. Esse movimento de protesto contra a carestia espalhou-se pelo país e foi capaz de mobilizar cerca de 500 mil pessoas das camadas populares. Em 1953 ocorreu a greve dos 300 mil trabalhadores em São Paulo e Rio de Janeiro, cujo resultado foi assegurado em grande medida graças às comissões de greve organizadas fora da estrutura sindical, proporcionada pela intervenção política do PCB. Entre 15 e 25 de outubro de 1957 ocorreu nova greve de massa, concentrada no Estado de São Paulo. Dela participou 400 mil trabalhadores reivindicando 25% de aumento salarial (Domingues, Leite, 1983, p. 294-297).

Nos anos de 1958, 59 e 60, o número de greves e mobilizações de massas refluíram em decorrência do dinamismo e orientação econômica do Programa de Metas (além, é claro, do próprio apelo político e ideológico do período) capaz de assegurar a multiplicação de empregos e correções salariais para fazer face à inflação. Entre 1961, 62, 63 e 64, ocorreram no país um número crescente de greves em decorrência da crescente organização dos movimentos operário e popular, da intensa polarização ideológica e da crise política e econômica em curso. Ao todo foram 435 greves. Em que pese o fato de diversas greves serem de caráter “político”, em apoio ou oposição a ministros e presidentes, o que denota um vínculo político-ideológico e

institucional para com o próprio regime, não podemos subestimar o seu crescimento quantitativo, a influência que exerceu na radicalização dos discursos nacionalistas, a pressão pelas reformas de base e a construção da unidade de ação com os movimentos sociais do campo.

As greves foram, ao mesmo tempo, criadoras e criaturas de uma nova forma de organização emergente. O movimento operário dava início a um processo de auto-organização através das experiências da Comissão Intersindical de Greve, do Pacto de Unidade Intersindical, do Pacto de Ação Conjunta e do Comando Geral dos Trabalhadores.

Em termos imediatos, o regime encontrava-se imobilizado para conduzir um vigoroso aprofundamento da extração de mais-valia da classe operária. Em termos mediatos, em se conservando a tendência então delineada entre 1952 e 1964, não apenas o regime, mas a própria base de reprodução material da sociedade poderiam estar ameaçada.

O desequilíbrio entre os departamentos econômicos e a imobilidade institucional do Estado para corrigi-lo - que decorria do próprio caráter do regime, de um lado, e da crise político-institucional que emergia da expansão e crescente autonomia dos movimentos operários e camponeses, da tentativa de impedimento da ascensão de Goulart à presidência da República, do projeto de desenvolvimento capitalista nacional reeditada pelo governo e da crise de governabilidade, por outro - afugentou temporariamente os capitais internacionais. Esta realidade privou o padrão de acumulação e financiamento de fonte de financiamento externo complementar à agroexportação, imprescindível para a reiteração e expansão da estrutura econômica nas bases em que esta passou a estruturar-se no país a partir do Programa de Metas.

Se atentarmos para o fato de que todos os ganhos de produtividade em todos os departamentos da economia, devido ao padrão de relações interdepartamentais, desagüavam nos departamentos líderes, quais sejam o Departamento III, internalizado no país e o Departamento I, ainda localizado nos Estados Unidos e Europa no tocante à produção de tecnologia e insumos

industriais decorrente de maior composição tecnológica, confirmamos o grau elevado de “descapitalização social” que o país passou a conviver.

Segundo Oliveira (1984, p. 86-87) e Mendonça (1981, p. 256) a paralisação do Estado em conduzir a reforma fiscal, a liberdade de remessa de lucros, a imperiosa importação de tecnologia e insumos industriais e a condição privilegiada das multinacionais nas articulações interdepartamentais encarregava-se de desviar para fora os impulsos dinâmicos do novo padrão de acumulação

À tradicional crise de balanço de pagamentos, comum a países sob a industrialização substitutiva e que concorreu de forma significativa para o esgotamento do padrão de acumulação e financiamento implementado no Brasil entre 1933 e 1955, agregou-se outra. A crise de balanço de pagamentos decorrente de um padrão de acumulação e financiamento de realização interna de valor, mas cujas empresas multinacionais, que lideravam as relações interdepartamentais da economia nacional, transferiam os seus lucros para os seus países de origem e/ou para a circulação de capital-dinheiro no mercado internacional. Agregava-se a isto o crescimento significativo da dívida externa, que impôs o pagamento de juros, dividendos e amortizações externamente.

O Plano Trienal elaborado pelo governo Goulart, que deveria ser executado entre os anos de 1963 e 1965, foi uma tentativa de desenvolver um planejamento econômico nos limites das novas contradições estruturais da economia brasileira. O plano, cujo autor intelectual foi o economista Celso Furtado, cuidou de incorporar experiências de planos anteriores e assimilar os estudos e recomendações formuladas no âmbito da Comissão Econômica Para a América Latina (CEPAL).

O Plano Trienal tinha como objetivos econômicos centrais: manter uma elevada taxa de crescimento do produto interno bruto; conter a progressiva pressão inflacionária; diminuir os custos sociais do desenvolvimento; redistribuir rendas e reduzir as desigualdades regionais. Ao

incorporar esta dimensão de reforma estrutural, o plano desencadeou um processo de debate em torno de reformas econômicas - agrária, bancária, fiscal e administrativa - e políticas e sociais - sistema eleitoral, organização urbana, ensino universitário, capital estrangeiro etc. Estes debates definiram as bases do Programa das Reformas de Base, ou seja, o referido Programa estruturou-se nos limites do Plano Trienal.

Apesar da sua abrangência e das experiências acumuladas de planejamento, o Plano Trienal encontrava-se fadado ao fracasso. As negociações conduzidas pelo ministro da fazenda San Tiago Dantas junto aos Estados Unidos e Fundo Monetário Internacional (FMI), tendo em vista prorrogar pagamentos externos e obter novos empréstimos, determinaram em contrapartida a aplicação de uma ortodoxa e anti-popular política monetária, cambial e salarial. O resultado foi a radicalização das lutas sociais e o aprofundamento do debate ideológico, nos quais o FMI e os Estados Unidos eram os alvos principais. Com o crescimento do movimento nacional pela Reforma Agrária, nutrido em certa medida pela centralidade que a mesma assumiu nas próprias ações de governo, intensificou ainda mais a radicalização social e ideológica. Ao final, o governo se viu compelido a abandonar uma das bases do Plano Trienal, qual seja, o combate da inflação e reequilíbrio da balança de pagamento segundo as orientações de políticas monetária, cambial e salarial acima referidas.

Por sua abrangência, o Plano Trienal pressupunha uma maior centralização política e econômica e maior velocidade na tomada de decisões. A restrição de poderes do executivo realizada pela Constituição de 1946 e a fragilização político-institucional do governo Goulart mediante a crise política decorrente do assenso das lutas sociais impedia a rápida tomada de decisões por parte do executivo. O Congresso Nacional, por sua dinâmica característica e/ou por sabotagem política, absorvia medidas urgentes em infundáveis discussões e minimizava seus efeitos através da incorporação de múltiplas emendas.

As contradições estruturais e o quadro político-institucional formado imobilizaram o Plano Trienal e determinaram um campo de manobras econômicas e políticas extremamente reduzido ao Governo Goulart.

2.3-A Crise de 1962 a 1967

A crise da economia brasileira dos anos 60 foi objeto de análise por parte de diversos autores no bojo do seu próprio desenvolvimento. Abordagens em perspectiva estrutural atribuíam determinantes internas e/ou externas, de vigência conjuntural, condicionadas pela própria dinâmica do capitalismo, ou crônica como consequência dos limites da própria industrialização brasileira.

A reflexão sobre a crise dos anos 60 deve partir, obrigatoriamente, das considerações que Furtado teceu sobre a mesma. Este autor proporcionou, concomitantemente com a primeira abordagem global do desenvolvimento capitalista brasileiro, a localização de limites estruturais capazes de conservar o seu caráter subalterno e dependente. Limites estes que tenderam, segundo o autor, a levar a economia brasileira para a estagnação.

Para Furtado (1968, p. 34-36), a substituição de importações teria permitido a instalação no Brasil dos vários setores econômicos necessários para assegurar um desenvolvimento auto-sustentável. Contudo, haveria uma limite estrutural sob o qual este processo se desenvolveria. O excesso de mão-de-obra decorrente das modificações nas relações de trabalho no campo e da conservação do latifúndio, por um lado, e o baixo poder de barganha dos trabalhadores, fruto da pouca organização política e sindical, por outro, teriam sido responsáveis pelo baixo poder de compra dos salários e seriam também um importante elemento da concentração de rendas no país.

As características monopolistas da indústria brasileira, fruto de uma industrialização induzida e não o resultado de uma acumulação interna, acentuariam, para o autor, tais

conseqüências à medida que conduziriam a uma economia de mão-de-obra. A estrutura agrária arcaica e pouco eficiente completaria o quadro, gerando concentração de renda e propriedade no campo e determinando elevados custos industriais em função do fornecimento restrito e elevada composição de valor de matérias primas para as indústrias e víveres para os trabalhadores.

A economia brasileira conviveria, portanto, com um problema de realização interna do valor. A partir do exato momento em que a substituição de importações estivesse concluída, que para o autor teria se aproximado com o término do Programa de Metas - quando da internalização de amplos setores produtivos de bens de capital e insumos industriais e de bens de consumo duráveis - não haveria demanda social para assegurar a continuidade da acumulação. Para o autor, a internalização no país dos vários setores econômicos e em especial do setor metal-mecânico, pressupostos para o desenvolvimento auto-sustentável dos países de capitalismo “desenvolvido”, não encontraria demanda social para assegurar o dinamismo necessário ao desenvolvimento progressivo da economia brasileira.

Rangel (1978, p. 38-42) caracterizou a crise brasileira dos anos 60 como uma manifestação de uma economia tendente à saturação e à estagnação. Uma conseqüência inevitável da estrutura arcaica da agricultura brasileira combinada com a capitalização do latifúndio, a acumulação dos excedentes do setor agropecuário no âmbito do subsetor de comercialização em detrimento do subsetor de produção e o êxodo rural, no plano rural; e de um desenvolvimento industrial que superexplorava um gigantesco exército industrial de reserva, realizava elevadas taxas de lucro e investimento, mas amargava uma capacidade ociosa das suas instalações decorrente do pouco poder de consumo da população, no plano urbano, fruto da super-oferta da força de trabalho e sua pouca organização político-sindical.

A inflação brasileira era concebida como o elemento que impediria a dinâmica econômica tendente à estagnação. Segundo Rangel, a inflação - que se originaria da monopolização do subsetor de comercialização do setor agropecuário, responsável pela elevação

dos preços dos víveres e matérias-primas, pelo bloqueio dos ganhos de produtividade e crescente capitalização no conjunto do referido setor e pelo consequente atraso da agricultura; da elevação dos preços dos produtos industrializados em decorrência da subutilização das instalações industriais devido a pouca demanda social acarretada pela concentração de rendas no país; e da emissão de moeda pelo governo como recurso de política econômica necessária para a realização comercial dos produtos frente à escassez de renda - possuía, contraditoriamente com as condições do seu surgimento, a virtude de impedir a saturação e estagnação econômica. Os altos índices de inflação combinados com baixas taxas de juros vigentes nos anos 60 seriam o que determinaria a realização dos investimentos sob pena dos capitais ficarem expostos à erosão. Os investimentos seriam realizados ainda que ampliando a capacidade ociosa industrial.

Rangel (1978, p. 70) compreendia que a inflação dos anos 60 poderia atingir um ritmo galopante e evoluir para uma depressão aguda caso não fossem tomadas iniciativas estruturais para a reversão das estruturas sobre as quais se desenvolvia o capitalismo brasileiro, como o controle dos monopólios de comercialização do setor agropecuário, a condução da distribuição de rendas e a realização de investimentos nos diversos setores econômicos. Não interpretava a saturação e estagnação econômica brasileira como estruturalmente inevitável, como a maioria das vozes do período.

Tavares (1972, p. 41) também partilhou da posição de que a economia brasileira convivia com uma tendência para a estagnação. Segundo esta autora, a substituição de importações reproduzia-se através de ciclos de incentivos e de estrangulamentos. Cada período de restrição das importações, motivada por crise nas relações comerciais internacionais e carência interna de divisas, provocaria o incentivo para a produção interna de mercadorias então difíceis de serem importadas. Após concluída esta fase, nova onda de importações ocorreria, sucedida por novo estrangulamento, novo incentivo e assim por diante.

Tal processo, fundado em ciclos de incentivos e de estrangulamentos, seria adequado somente à substituição dos bens de consumo não-duráveis. Com o aprofundamento do processo de substituição de importações, quando a industrialização passaria a internacionalizar a produção de bens de consumo duráveis e de capital - bens intermediários e, principalmente, tecnológicos - ocorreria a insuficiência de mercado interno.

O estágio monopolista da indústria necessária à nova fase, com a adoção de tecnologia altamente produtiva e poupadora de mão-de-obra, ao desenvolver-se sob rendas nacionais restritas e gigantesco exército industrial de reserva, conduziria ao desemprego crônico e salários subvalorizados. O processo assumiria a seguinte forma: a estrutura produtiva instalada apoiaria-se no Departamento I, cuja demanda seria realizada pelos capitalistas dos Departamento II e Departamento III. Para a autora, a inelasticidade de demanda para a realização das mercadorias do Departamento III - cuja demanda era realizada pelas classes médias e alta - teria concorrido para a perda de dinamismo do referido departamento, declinando-o de realizar novo ciclo expansivo. Em consequência, cairia a demanda do Departamento I, à medida que o Departamento III seria o responsável por sua principal demanda. O próprio Departamento II - cuja demanda era realizada pela classe operária - se ressentiria da perda de dinamismo dos Departamento I e III, seja na forma da expansão restrita de emprego, seja na forma do pequeno poder de compra proporcionado pelos salários.

O caráter desta etapa do desenvolvimento acentuaria a carência de mercado consumidor da indústria nacional. Esta carência revelar-se-ia em escalas insatisfeitas de produção e na super-valorização das mercadorias, o que restringiria ainda mais o mercado consumidor, impondo um ciclo que tenderia para a estagnação.

Finalmente, a economia passaria a conviver com a carência de condições de inversões produtivas em decorrência da restrita acumulação da economia. O setor monopolista, que produzia bens de consumo duráveis, altamente capitalizado, não encontraria demanda

suficiente para justificar novas inversões; o setor que produzia bens de consumo não-duráveis, pouco capitalizado e sem demanda significativa, não teria condições de realizar novas inversões; o setor que produzia bens de produção, público não encontraria demanda e, nem tampouco, possuiria condições econômicas para liderar inversões que alavancassem toda a economia. Portanto, o problema da carência de demanda desdobrar-se-ia na carência de inversões.

Para a autora, quando todas as etapas da industrialização estivessem cumpridas e todos os setores industriais se encontrassem internalizados, a economia brasileira caminharia em direção à estagnação. A elevada densidade de capital, a grande capacidade produtiva em grande parte insatisfita e a concentração de renda impediriam um ciclo de expansão capitalista como nas economias “desenvolvidas” (Tavares, 1972, p. 117).

Para Prado Jr (1966, p. 134-135) a industrialização motivada pela dificuldade de se adquirir internamente os produtos vindos de fora esgotou-se nos anos 60, com o processo de internacionalização da economia brasileira. A instalação das empresas multinacionais conformaria na economia brasileira um setor industrial altamente produtivo e cujos valores produzidos voltados para os extratos superiores do mercado local tenderiam a fortalecer, ainda mais, a distribuição regressiva da renda nacional, ao mesmo tempo que canalizariam a maior parte desta própria renda para o referido setor.

A economia brasileira, para Prado Jr, conviveria ainda com dois outros problemas advindos diretamente do processo de sua internacionalização. As multinacionais ocupariam as últimas fronteiras do mercado interno em função de sua alta produtividade e tendente diversificação dos seus capitais, o que concorreria para impedir novas fases de expansão para a indústria nacional. A condição de empresas estrangeiras voltadas para o mercado local, por sua vez, provocaria um novo tipo de pressão sobre as divisas cambiais do país na forma da remessa dos seus lucros para fora, o que concorreria para impedir condições favoráveis para a instalação

de novos setores produtivos nacionais ou mesmo de expansão dos setores produtivos nacionais já instalados.

A impossibilidade da crescente exportação de produtos primários devido ao atraso da estrutura agrária nacional, internamente, e da inelasticidade do mercado internacional acrescido pela competição de outros países subdesenvolvidos, externamente, impediriam a ampliação das divisas cambiais. Outras empresas estrangeiras não teriam disponibilidade de vir para o país e, nem tampouco, seria possível ao país importar tecnologia e insumos industriais em larga escala. A crise e a estagnação não representariam, para o autor, apenas um ciclo econômico, mas o fim de uma estratégia de industrialização e o limite possível do capitalismo brasileiro. A tendência de estagnação da economia brasileira encontrar-se-ia, portanto, na relação estabelecida entre o seu processo de internacionalização e o atraso da sua estrutura agrária.

Singer (1989, p. 15-20) possuiu uma interpretação original sobre a crise dos anos 60 no Brasil. Para compreende-la é necessário considerar, primeiramente, a sua visão acerca da determinação estrutural da crise no capitalismo. O capitalismo conviveria, para o autor, com a contradição estabelecida entre um impulso incontrolável para acumular capital e a existência de limites para a reprodução do capital devido às condições restritas em que se apresentam os fatores econômicos básicos. Dessa forma, a economia cresceria em decorrência dos lucros e recursos absorvidos nos vários setores da economia, cujos limites seriam a oferta de produtos básicos para alimentar os novos investimentos. A escassez desses produtos básicos provocaria a elevação dos custos de produção em decorrência da sub-oferta e disputa dos capitalistas em torno deles, provocando uma retração de mercado, inflação e recessão.

Esta dinâmica contraditória que incidiria na crise seria totalmente acompanhada pelo conflito capital *versus* trabalho devido ao processo de disputa dos excedentes gerados ou da retração do poder de compra dos trabalhadores desencadeados pelo ciclo inflacionário. Os descompassos entre a estrutura produtiva e o oferecimento de produtos básicos para alimentar a

referida produção seriam uma consequência do caráter anárquico da produção capitalista, que não proporcionaria um desenvolvimento programado e equilibrado dos diversos setores econômicos.

A crise dos anos 60 coadunaria com esse caráter geral da crise capitalista. Seria o resultado de uma contração cíclica consequente a uma fase de expansão da acumulação do capital, cujo resultado seria a descompatibilização entre os setores econômicos, em especial daqueles que produziriam produtos básicos, como de fato o país conviveu durante a vigência do Programa de Metas.

Singer (Apud Mantega, 1985, p. 129-131) distanciou-se, duplamente, das interpretações que predominavam no período. Primeiramente, não atribuiu à tendência ou virtual escassez de produtos e insumos industriais a causa central da crise. Estes fenômenos decorreriam da expansão não programada e não equilibrada do capitalismo enquanto tal e não da condição de dependência ou subalternidade da economia brasileira. Em segundo lugar, não partilhou do entendimento de que haveria uma tendência para a saturação e estagnação do capitalismo brasileiro. Compreendia que as transformações do parque industrial brasileiro caracterizavam-se pela diversificação e complexificação da produção, com novas demandas sendo criadas através dos novos postos de trabalho, da concentração de renda e da nova relação que a indústria começava a estabelecer com a agricultura.

As abordagens estruturais realizadas por Furtado, Rangel, Prado Jr, Tavares e Singer, em plena crise dos anos 60, contribuíram de forma decisiva para uma apreensão crítica das principais determinantes da crise econômica do período. Contribuíram, também, para revelar as próprias deficiências e possibilidades da economia brasileira.

A abordagem estagnacionista contribuiu decisivamente para a localização de vários fatores que impediam um crescimento equilibrado da economia brasileira, em especial a carência de demanda, a concentração de rendas, o “atraso” da estrutura fundiária e o caráter

monopolístico da economia brasileira. Prado Jr ampliou estes fatores com os problemas advindos do processo de internacionalização econômica agregados a uma estrutura de distribuição de rendas altamente regressiva. Tavares, partindo da carência estrutural de demanda, chegou à carência estrutural de investimentos para assegurar a contínua expansão da economia brasileira.

As interpretações que realçavam a expansão ou a possibilidade de expansão da economia brasileira concorreram no sentido de situar a crise dos anos 60, como ciclo de conjuntura ou como “estado da estrutura”. Nada que a caracterizasse como sendo um “beco sem saídas”.

Tanto numa como noutra abordagem realçavam-se as possibilidades da economia brasileira definidas a partir dela mesma, ou melhor, das soluções políticas para problemas econômicos estruturais, como claramente transparece no pensamento de Rangel. Aquelas abordagens que realçavam a expansão ou a possibilidade de expansão realizavam, ainda, um contrapeso com relação às teorias que, nascidas de concepções estagnacionistas, poderiam desenvolver-se para análises catastrofistas.

Estas interpretações apresentavam algumas deficiências na interpretação da crise dos anos 60. Elas careciam de uma visão integrada da economia brasileira de forma a perceber a continuidade estabelecida entre a industrialização e a estrutura agrária, entre a carência de demanda/distribuição regressiva de rendas e a realização do valor monopolista, entre a carência de programas de financiamento e a transferência de excedentes para o exterior. Careciam, ainda, de uma análise que localizasse a economia brasileira em face da reprodução do capital em escala internacional, de forma a aquilatar melhor os limites e possibilidades da economia brasileira.

As interpretações da crise dos anos 60 caracterizavam-se por um viés marcadamente econômico. Não apreendem a economia como espaço de condensação do sistema de relações de classe, mas como espaço em si. Mesmo autores como Ignácio Rangel e Caio Prado Jr buscaram compreender, respectivamente, as reformas econômicas necessárias para um ciclo expansivo ou

os fatores econômicos que impediam este ciclo expansivo, e não o sistema de relações sociais e a dinâmica de reprodução do capital internacional que o determinavam e como o referido sistema elevava-se para o campo das superestruturas.

Um debate importante teve lugar nos anos 70 e 80 sobre a crise econômica do início dos anos 60 e o esgotamento do regime populista. Mendonça (1988, p. 69-75) atribuiu às características do padrão econômico implementado a causa da recessão dos anos de 1960 a 1962. Este teria sido pressionado pelos custos da implementação de um largo programa de montagem da infra-estrutura necessária para a economia brasileira sob rápida monopolização, pelo crescente desequilíbrio da balança comercial através da importação de tecnologia e insumos industriais e da deterioração dos preços das exportações brasileiras e pelos encargos financeiros desencadeados pelo padrão de endividamento externo.

O padrão econômico teria concorrido decisivamente para o esgotamento do regime populista à medida que radicalizaria as contradições sociais, em especial o confisco salarial desencadeado através do ciclo inflacionário gerado no governo JK - contornado temporariamente graças ao engajamento da sociedade na construção do “país do futuro”. Herdado pelos demais governos civis, que, por sua vez, encontravam-se destituídos das condições econômicas, sociais e políticas favoráveis para o apelo ideológico anterior, as contradições sociais converter-se-iam num elemento impulsionador da combatividade da classe operária e demais setores populares.

Singer (1984, p. 228-229) basicamente não diferiu da autora na caracterização da crise. Contudo, concebeu o seu início somente a partir de 1962, quando os índices de crescimento industrial despencaram dos 10,2% de crescimento médio do Produto Interno Bruto (PIB) entre 1956 a 1962, para 2,9% entre 1962 a 1967. Atribuiu à crise econômica a ruína do consenso, à medida que o proletariado passou a perceber-se expropriado pelo capital, as classes dominantes depararam-se com um Estado permeável às pressões dos trabalhadores e o campesinato radicalizou a luta pela terra.

Para Ianni (1986, p. 207-226), a crise reduziu o índice de investimentos, diminuiu a entrada de capitais, provocou a queda da taxa de lucro e agravou a inflação. Especialmente importante seria o abandono por parte do governo Goulart das orientações para o combate da inflação e para o equilíbrio do déficit público sugeridas pelo governo norte-americano e pelo FMI, a serem desenvolvidas nas áreas de políticas creditícia, cambial, orçamentária e salarial. As principais consequências dessas sugestões seriam a recessão econômica tendo como desdobramentos o desemprego, a falência de segmentos industriais, a concentração de rendas, no plano econômico, seguido de uma desagregação incontrolável do regime populista expresso nas lutas sindicais, nas ligas camponesas, na radicalização dos embates ideológicos, no plano político.

O governo Goulart, orientando-se pela preservação das bases do regime e pelo atendimento das pressões populares, teria optado pelas reformas de base, reeditando o projeto de desenvolvimento capitalista em bases nacionais e buscando implementar uma política externa independente. Esta orientação teria conduzido, num primeiro momento, ao afugentamento dos capitais externos e à retirada de apoio ao governo Goulart por parte do governo dos Estados Unidos e, num segundo momento, à conspiração aberta ao governo Goulart por parte dos capitais externos e do governo dos Estados Unidos.

Ianni destacou, ainda, a mudança de caráter do ciclo inflacionário, que teria deixado de se constituir em uma técnica de “confisco salarial” - poupança monetária forçada - e passando a funcionar como inflação de custos, intensificando a oposição patronal.

Para Mantega, Moraes (1980, p. 42-47), a crise recessiva de 1962 teria catalisado as contradições do padrão de acumulação e conduzido ao esgotamento do regime. As suas causas seriam a fase descendente do ciclo industrial e o arrefecimento das inversões privadas nacionais e multinacionais a partir de 1961, apenas amenizadas pelas inversões públicas de 1962; o recuo das instituições financeiras internacionais em criar novas linhas de financiamento, visto que

temiam a crise institucional e exigiam o combate da inflação e do déficit público, segundo o método monetarista, para liberar novos financiamentos; a crescente resistência dos trabalhadores que provocou uma crise institucional e diminuiu ou ameaçou diminuir a taxa de extração da mais-valia, comprometendo a taxa média de lucro; e a queda da rentabilidade agrícola e dos preços do café no mercado mundial, desencadeando respectivamente aumento do custo de vida e diminuição das divisas externas.

Guido Mantega e Maria Moraes, embora estabelecendo relações entre a crise recessiva de 1962 e as contradições estruturais do padrão de acumulação implementado a partir de 1956, atribuíram uma autonomia relativa à mesma, interpretando-a a partir de causalidades econômicas, políticas e sociais da conjuntura. E, por fim, é a crise recessiva e não as contradições estruturais do padrão de acumulação que concorreria diretamente para o esgotamento do regime.

Nos anos de 1959/60, um ciclo inflacionário que atuou sobre custos teve início no país, aprofundando-se nos anos seguintes. Combinado aos desequilíbrios estruturais da economia e às crises institucionais, este ciclo inflacionário evoluiu para uma crise recessiva. O quadro recessivo agravou-se quando a poupança do setor privado não mais se materializou, de forma expressiva, em novos investimentos.

Atribuir à crise recessiva a ruptura do consenso social em torno do regime populista representa uma superestimação excessiva da crise econômica nos acontecimentos que se seguiram e uma subestimação da trajetória contraditória sobre a qual apoiava-se o regime. A contradição entre o projeto de desenvolvimento sob bases nacionais e o projeto de desenvolvimento sob internacionalização econômica mobilizou, mais ou menos conscientemente, uma ampla parcela da sociedade brasileira. Esta contradição foi agravada com a virada de padrão de acumulação e financiamento capitalista implementado pelo governo JK através do Programa de Metas e com a preservação do discurso nacionalista. Os desequilíbrios orçamentários federais e a consequente inflação decorrente da emissão de moeda para assegurar

as inversões econômicas e a construção de Brasília, polarizaram a disputa dos projetos de desenvolvimento.

O movimento operário e o movimento camponês reagiram às condições estruturais do país, especialmente o padrão de distribuição de rendas vigentes no país. As pressões em torno de reformas estruturais na perspectiva do desenvolvimento sobre bases nacionais e que incorporassem perspectivas operárias e populares teve início já em meados dos anos 50. Coube ao ciclo inflacionário e à crise recessiva acentuar a ruptura do consenso social sob o regime populista, não provocá-la.

Atribuir à crise recessiva desequilíbrios estruturais como aqueles revelados pelo descompasso na instalação dos departamentos econômicos e/ou na crise de demanda dela decorrentes incorre, a nosso ver, numa interpretação economicista ainda mais acentuada. A conjuntura compreendida entre 1958 e 1964 encontrava-se profundamente sensível aos problemas econômicos, cujas raízes residiam no padrão de acumulação e financiamento capitalista implementado, como também nas crises institucionais que emanavam das bases de conformação do regime, da ordem mundial e dos conflitos sociais do país. Delimitar o que era essencialmente econômico do que era essencialmente político não é possível.

O Estado converteu-se no principal impulsionador econômico da acumulação do capital, sujeito às contradições interdepartamentais da economia que inevitavelmente emergiam como crise política e institucional. E não menos importante, o Estado transformou-se numa gelatinosa condensação da correlação de forças à medida que classes e grupos sociais reconstruíam suas identidades e reelaboravam perspectivas, sujeito portanto à reacomodação de forças que a estrutura econômica internacionalizada e o pacto populista não dava sinais de poder acomodar.

A crise recessiva, portanto, possuiu, ao mesmo tempo, fatores econômicos e políticos que a determinam. No campo econômico, concorreu para a queda da taxa média de

lucro, acentuou disputas em torno do excedente social e inibiu novas inversões. No campo político, ampliou as contradições sobre as quais o regime se apoiava e impediu o governo de realizar uma intensa reforma tributária e fiscal.

Após o golpe militar de 1964, o governo buscou equacionar alguns dos problemas que concorreram para a instabilidade econômica e para o processo inflacionário. Conforme Singer (1985, p. 228-229), os desequilíbrios do balanço de pagamentos e do orçamento público foram contornados através da reforma no sistema fiscal, o que permitiu a elevação da participação do Estado no PIB para 26,7%, enquanto no período anterior oscilava entre 17% e 21%; o déficit orçamentário da União cai para 0,6% do PIB em 1969, enquanto no período 1962/63 havia atingido a casa de 4,3%; a criação da “correção monetária” dos títulos da dívida pública possibilitou o financiamento do déficit orçamentário sem multiplicar os meios de pagamento, o que representou um importante fator de controle do processo inflacionário; romperam-se as diversas resistências regionais e trabalhistas através dos atos institucionais emitidos pelo governo militar extinguindo partidos, cassando mandatos parlamentares e direitos políticos, prendendo e exilando opositores.

Os salários caíram vigorosamente a partir de 1964. O primeiro e decisivo fator foi a deterioração do piso nacional dos salários, que, além de realidade salarial de uma grande parcela dos trabalhadores brasileiros do período, atuou como âncora e nivelador dos salários dos trabalhadores mais qualificados para baixo. A repressão da atividade sindical e a elevação da taxa de desemprego decorrente das falências e concordatas de empresas despreparadas para enfrentar a longa crise depressiva então desencadeada pelas orientações econômicas do Ministério da Fazenda, sob gestão de Roberto Campos, permitiram ao governo militar acentuar ainda mais a deterioração do salário-mínimo.

Conforme podemos observar através da Tabela II, o salário-mínimo já convivia com um processo de deterioração entre o período de 1959 - quando se encontrava no patamar de

119,45 dólares - e 1963 - quando atingiu o patamar de 89,62 dólares. Entre 1959/63, ocorreu apenas uma reação importante à tendência de deterioração do salário-mínimo através das correções salariais de 1961 - quando atingiu o patamar de 111,52 dólares - determinada, fundamentalmente, pela crise política que se seguiu a renúncia de Jânio Quadros e a posse de João Goulart, com os aumentos salariais atuando como elemento mobilizador das massas operárias e populares em favor da posse do novo governo.

A partir da queda do governo Goulart, o salário-mínimo não somente não será alvo de políticas de correções salariais eventuais, como conviverá com um lento, porém constante, processo de deterioração chegando a atingir 56,54 dólares em 1976.

Os salários também caíram em função das novas relações de produção em implantação, quando a extensa monopolização da economia no final dos anos 50 impulsionou a conformação de novos quadros técnico-burocráticos no setor público e na iniciativa privada, de elevada qualificação profissional, participando de forma cada vez maior do produto socialmente produzido, mesmo sob o quadro de crise recessiva. Este processo, por sua vez, foi o que assegurou demanda para os bens de consumo duráveis gerados pelo setor monopolista da economia. Foram face e contraface da mesma moeda.

Conforme observou Singer, os salários do pessoal administrativo e qualificado não parou de crescer entre 1964 e 1967, enquanto que os salários dos trabalhadores pouco qualificados diminuiu fortemente. Ainda segundo o autor,

“Na indústria de transformação, entre 1964 e 1967, em termos reais, o salário médio caiu 2,7% mas o salário mediano, que exprime o teto de remuneração dos 50% pior pagos, foi reduzido de 14%” (1984, p. 229).

Ocorreu no período um certo reequilíbrio no balanço de pagamentos. A crise recessiva, diminuindo o poder de compra dos trabalhadores, que representou a demanda principal do Departamento II, e inibindo programas de expansão do Departamento III, no período abaixo da sua capacidade produtiva, atuou no sentido de conter a importação de

tecnologia e insumos industriais, contribuindo para o equilíbrio da balança comercial. Também concorreu para o reequilíbrio no balanço de pagamentos a substituição de produtos importados como determinados bens de consumo duráveis e de produtos intermediários e tecnologia por parte das indústrias que, sendo instaladas a partir da fase de expansão de 1956 a 1960, completaram a montagem da sua estrutura produtiva em pleno período da crise recessiva.

O Departamento II foi o mais penalizado na crise recessiva. Privado de mercado devido à queda dos salários, do intenso desemprego e da distribuição regressiva da renda, de um lado, e reproduzindo-se sob características de elevada competitividade pré-monopolista, de outro, conheceu um formidável estreitamento da sua taxa média de lucro. As falências e concordatas atingiram uma ampla faixa de empresas de baixa composição orgânica de capital e/ou não suficientemente organizadas do ponto de vista técnico-administrativo para adaptar-se à nova fase de acumulação.

A presença do capital multinacional no Departamento II acentuou, ainda mais, as pressões sobre as indústrias nacionais do referido departamento. A elevada produtividade do capital multinacional permitiu uma elevada acumulação, mesmo sob pressão de preços e restrição de mercados, ou seja, a elevada rentabilidade do setor gerou “folga” de preços através da queda de custos e super-oferta de produtos que, por sua vez, “criou” mercados através da eliminação de outros competidores ou restrição dos seus mercados. Conforme foi possível constatar na Tabela III, em 1967, entre as 10 maiores empresas do setor, 5 eram empresas multinacionais.

A monopolização foi a saída para as maiores indústrias do Departamento II. A elevação da escala de produção proporcionada pelo aumento da composição orgânica de capital criou um amplo mercado, seja pela queda dos custos de produção quando confrontados com as indústrias não monopolizadas do referido departamento, seja pelo acentuar das falências e concordatas destas últimas mesmo após o ciclo recessivo. O mercado foi ampliado ainda através

da construção das grandes rodovias, o que permitiu que as indústrias do Departamento II, monopolizadas ou em processo de monopolização, tivessem seus produtos introduzidos mesmo nas regiões mais distantes em relação ao Centro-Sul do país, destruindo atividades artesanais e indústrias locais incapazes de competir com um setor industrial, cuja composição do capital transformou-se em muito superior.

3-O ESGOTAMENTO DO PROJETO DE DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA NACIONAL

O esgotamento do projeto de desenvolvimento capitalista nacional em direção do projeto de desenvolvimento capitalista internacionalizado tem provocado intensos debates. Furtado (1981, p. 22 a 32), atribuiu as mudanças ocorridas a partir de 1956 à pressão e impasse econômico gerados na primeira metade dos anos 50. A crise do balanço de pagamentos, a elevação dos preços relativos dos insumos e tecnologia, os limites para importação de insumos, tecnologia e bens de consumo duráveis e a carência interna de poupança teriam obrigado o governo a recorrer ao complemento da poupança através de empréstimos internacionais em maior escala se comparado ao período anterior e estimulado a entrada das empresas multinacionais.

Estes processos - somente possíveis graças à flexibilização das políticas governamentais e à nova forma de ação do capital internacional - teria assegurado o prosseguimento do processo de industrialização por substituição de importações e de internalização de diversos novos ramos de atividade industrial. Portanto, a dinâmica e conjuntura da economia mundial e brasileira teriam determinado o novo momento que a economia passaria a conviver a partir da segunda metade dos anos 50.

Ianni (1986, p. 141-147) chamou a atenção para o fato de que as rupturas políticas, econômicas e sociais implementadas ao longo do período precedente não foram completas. A fragilidade da burguesia nacional; o elevado grau de integração entre interesses de empresários, comerciantes, importadores, políticos e militares com interesses de governos e homens de negócios dos países dominantes; a existência de classes e camadas sociais ansiosas por uma relação clássica de livre comércio como forma de satisfazer suas expectativas como consumidores; o nacionalismo ideológico de partidos como PTB, PCB e PSD, destituídos de

uma visão clara das possibilidades da economia brasileira; e a existência de concepções político-econômicas e de grupos e comissões de trabalho lançando diretrizes e criando modelos de relações entre o Brasil e os países desenvolvidos, especialmente com os Estados Unidos, teriam concorrido, ao nível das classes dominantes e setores sociais aliados, para um certo equilíbrio na correlação de forças entre aqueles setores sociais e políticos favoráveis a um projeto de desenvolvimento capitalista em bases nacionais e os setores sociais e políticos partidários de um projeto de desenvolvimento capitalista internacionalizado até o início dos anos 50.

A partir da progressiva internacionalização do processo de reprodução e acumulação do capital, que teve início em meados dos anos 50, esta correlação de forças teria se transformado em amplamente favorável ao projeto de desenvolvimento capitalista internacionalizado no interior destas classes e setores. Desta forma não seria mais possível, mediante o nível de articulação econômica assumido entre o nacional e o internacional e a radicalização das lutas sociais em torno de uma plataforma política nacional-popular, conservar as mesmas bases políticas e ideológicas do regime. Teria ocorrido, portanto, uma derrota das forças políticas e econômicas identificadas com um capitalismo nacional no âmbito da classe dominante e aliados, seguido dos desdobramentos políticos que tal realidade assumiria na totalidade dos conflitos em curso. Segundo o próprio autor, teria ocorrido

“(...) uma transição (...) de uma política destinada a criar um sistema capitalista nacional para uma política orientada para o desenvolvimento econômico dependente” (Ianni, 1986, p. 149).

Mendonça (1988, p. 39-48) contestou a existência de um projeto capitalista de desenvolvimento sob uma doutrina nacionalista orgânica como concebeu Octavio Ianni. Para a autora, o conteúdo nacionalista dos governos Vargas - sendo que no plano do discurso o nacionalismo também manifestou-se nos governos Dutra e JK - teria sido um produto da conjuntura internacional da guerra e do pós-guerra, caracterizada pela carência de capitais internacionais para inversões em países como o Brasil e pela crise das relações de troca no

comércio internacional, induzindo uma industrialização substituidora de importações. O novo bloco de forças políticas que ascendeu ao Estado teria sido compelido a criar e otimizar recursos e processos em direção à industrialização e elaborar uma ideologia que a identificasse como senha do desenvolvimento, da modernização e da independência e autonomia nacional.

Com a nova conjuntura internacional, caracterizada pelo intenso movimento de capitais e empresas multinacionais, o varguismo passaria a incomodar às frações burguesas dispostas a uma associação com o capital estrangeiro, o que culminaria com o movimento golpista civil-militar e o suicídio de Vargas, o mesmo se repetindo através das pressões institucionais sofridas pelo governo Goulart quando este buscava implementar as reformas de base. O nacionalismo teria sido fruto das circunstâncias e de sentido fundamentalmente ideológico, embora também representasse um fator de temeridade para o capital privado nacional e internacional devido à mobilização e transformação da classe operária em base de apoio do projeto industrializante.

Para Singer (1984, p. 226-227), o país encontrava-se nos primórdios dos anos 50 com uma estrutura industrial moderna e fundamentalmente construída com recursos próprios. A composição do capital nacional apresentava-se francamente dominado pelo capital nativo. Conforme argumentou o autor, no período de 1947 a 1955 enquanto os investimentos estrangeiros chegaram a 17,6 milhões de dólares anuais em média, a composição do capital fixo da indústria brasileira era de 1912 milhões de dólares em 1956. No período compreendido entre 1956 a 1962 os investimentos estrangeiros subiram para 106 milhões de dólares anuais em média, mas no mesmo período o capital fixo da indústria brasileira elevou-se constantemente, atingindo 3.019 milhões de dólares no ano de 1962. Agregando-se ao montante reinvestido pelas empresas estrangeiras os investimentos se elevariam para 62,3 milhões de dólares para o primeiro período e para 145,7 milhões de dólares para o segundo, que para o autor não seria muito expressivo frente ao montante do capital fixo sob controle de nacionais.

Singer concluiu que a abertura da economia para o capital estrangeiro decorreu de um processo fundamentalmente político. Teria sido o resultado de uma nova correlação de forças dentro do bloco do poder e não que o aporte de capitais externos cumprisse um papel indispensável para o prosseguimento do desenvolvimento da economia brasileira. Propôs, como hipótese explicativa do esgotamento do padrão econômico sob bases nacionais, a alteração da correlação de forças materializada na aliança dos partidários da industrialização com os adversários do capital estatal para neutralizar a oposição daqueles que davam prioridade à agricultura de exportação e que tencionariam para o retorno a um padrão econômico tradicional de cunho agro-exportador.

A compreensão do esgotamento do projeto de desenvolvimento capitalista nacional impõe analisarmos as contradições sobre as quais encontrava-se o governo Vargas. Este governo culminaria na crise político-institucional responsável pela inflexão econômica que determinou o abandono do projeto de desenvolvimento capitalista dominante até então.

É necessário partirmos, de início, das transformações em curso na divisão internacional do trabalho. O término da guerra da Coreia - que adiou o sempre iminente conflito contra o bloco político liderado pela então União Soviética - e a conclusão da reconstrução européia e japonesa - com a retomada de uma dinâmica auto-sustentável de expansão e a inserção competitiva no mercado mundial desta região e deste país - redefiniram a divisão internacional do trabalho. Em que pese a continuidade da “Guerra Fria”, havia um processo de crescente distensão nas relações internacionais, que somente seria ameaçada pela escalada da presença e intervenção direta norte-americana no extremo asiático ao final dos anos 60.

Esse novo quadro político e econômico desencadeou um processo de homogeneização oligopolística do mercado internacional. Os conglomerados oligopolísticos movimentaram-se para os novos mercados não mais para a realização comercial das suas mercadorias, mas para encontrar condições favoráveis para a instalação de estruturas produtivas

e produzir mercadorias. Embora encontrando mercados com demanda restrita, poderiam usufruir da mão-de-obra e matéria prima barata e livrar-se dos elevados custos de transportes. Como esta nova forma de ação do capital oligopolista nos países periféricos ocorreu sob intensa disputa pelo controle do mercado internacional, ela expressou, também, a antecipação da presença do referido capital em mercados “emergentes”, anteriormente aos seus competidores internacionais.

A possibilidade de transferência de tecnologia defasada por parte das matrizes em processo de reestruturação tecnológica, agora constante em função da competitividade oligopolística internacional, permitiu otimizar a capacidade produtiva de equipamentos e subtrair custos na instalação das novas estruturas industriais montadas nos países periféricos. A condição de “fronteiras fechadas”, asseguradas através de negociações políticas com os grupos dominantes dos países periféricos e materializadas através de articulações institucionais, permitiriam preços acima daqueles vigentes no mercado mundial, garantidos por barreiras protecionistas, o que representava uma forma de acumulação extra dos oligopólios.

Os grupos oligopolísticos se beneficiaram, ainda, das novas alternativas de diversificação dos investimentos no âmbito dos países periféricos e dos diversos incentivos proporcionados pelos governos destes mesmos países.

A conformação de comissões mistas entre governos dos países cênicos e periféricos planejavam as inversões externas programadas e antecipavam negociações entre interesses nacionais e estrangeiros. Discursos nacionalistas e leis restritivas à presença do capital internacional em setores tidos como “estratégicos”, desencadeados pelas forças políticas e sociais favoráveis a um desenvolvimento capitalista sobre bases nacionais, mobilizaram a oposição de governos dos países cênicos e de amplos setores do capital nacional. À medida que crescia a presença do capital internacional a oposição se intensificava.

No plano interno da sociedade brasileira, as contradições de perspectivas quanto à entrada ou não do capital internacional tencionaram-se. A burguesia industrial brasileira foi

amplamente favorável à entrada do capital internacional. O seu nacionalismo tático e instrumental, voltado para galvanizar a frente política de sustentação do desenvolvimento capitalista em bases nacionais, foi abandonado (Boito Jr, 1982, 41-42).

De uma forma geral, a burguesia industrial concebeu a entrada do capital internacional como promissora em termos de criação de novas fronteiras para a diversificação nacional das suas atividades e de inter-relação de capitais, tecnologia e empresariamento. A “oposição” ao capital internacional circunscrever-se-ia a segmentos industriais sólidos e vinculados a alguns ramos do Departamento I sob a iniciativa privada e/ou como condenação aos “excessos” de incentivos assegurados a estes capitais.

A burguesia antiindustrialista, composta por empresários de exportação e importação, interessados respectivamente na liberação imediata das importações e na manutenção do câmbio baixo através da desvalorização do cruzeiro, assumiu uma posição contrária ao projeto de desenvolvimento capitalista em bases nacionais. Identificam-no como bloqueador das atividades de importação e de exportação e como transferidor de renda de ambos setores para as atividades industriais. Temeu, por outro lado, a aproximação entre o discurso nacionalista e as lutas populares vanguardeadas por forças políticas democráticas e populares (Boito Jr, 1982, p. 44-45).

O setor vinculado ao mercado externo alimentou o retorno a um padrão econômico prioritariamente voltado para a agroexportação, o que significava a retomada de um padrão de divisão internacional do trabalho com características próximas àquelas vigentes até os anos 30.

Os segmentos socialmente superiores das classes médias assumiram, via de regra, posição favorável a entrada do capital internacional. Não se sensibilizaram favoravelmente a um projeto de desenvolvimento capitalista em bases nacionais que projetasse para um futuro indefinido a satisfação das suas expectativas enquanto consumidores.

Os segmentos socialmente inferiores das classes médias - assalariados de renda média e pequena burguesia urbana - tenderam, por sua vez, para soluções nacionalistas. Os seus segmentos mais politizados agregavam conteúdos de reformismo social à sua perspectiva nacionalista.

Os setores mobilizados da classe operária, sob a direção da vanguarda sindical-trabalhista e do Partido Comunista, em que pese a postura vacilante nos primeiros anos da vigência do Programa de Metas, assumiram uma posição de condenação ao projeto de internacionalização econômica como sendo a nova forma de ação do imperialismo. Embora a mobilização em torno de bandeiras políticas ocorressem sob a hegemonia dos segmentos inferiores das classes médias baixas, como exemplifica a campanha “o petróleo é nosso”, encontravam-se num processo de politização e identificavam nas soluções de caráter nacionalista o atendimento das suas expectativas sociais.

Os sinais de rompimento com a ideologia populista por parte de determinados setores do operariado - evidente na conjuntura que se estendeu da greve dos 300 mil em 1953 ao golpe civil-militar que culminaria com o suicídio de Vargas - fortalecia um nacionalismo de cunho “popular”, cujas características básicas eram o tom mais radical e a condução de reformas sociais profundas e urgentes. Agregava-se ao nacionalismo, portanto, um conteúdo de reformismo social na forma da reforma agrária, da distribuição de renda e das reformas institucionais.

Os grandes proprietários de terra, à exceção daqueles cujos negócios prolongavam-se através das empresas de exportação e financiamento da agricultura de exportação, ou seja, que integravam-se como parte dos segmentos dominantes das estruturas da agroexportação, tendiam a apoiar a política de industrialização da alta cúpula da burocracia civil e militar que dirigia o país, mais ou menos independentemente da natureza da referida política. Os grandes proprietários que produziam para o mercado interno viam na industrialização a possibilidade de

ampliar seus mercados, independentemente de conservar-se ou não sob economia internacionalizada (Boito Jr, 1982, p. 47-48).

Os grandes proprietários de terra que produziam para o mercado externo e que não compunham o núcleo dominante da estrutura da agroexportação, também não eram atingidos diretamente em seus interesses pelo processo de industrialização e, nem tampouco, pela internacionalização econômica. O confisco cambial atingia muito mais aos exportadores do que aos produtores diretos, visto que aqueles usufruíam da condição monopsônica na intermediação comercial interna e monopolista na comercialização externa, abocanhando o grosso dos excedentes gerados. O Estado, por sua vez, através de institutos, comissões e ministérios assegurava, na pior das hipóteses, uma acumulação restrita de capital para os proprietários rurais vinculados ao mercado externo, visto que deles dependiam o equilíbrio da balança comercial e as divisas externas.

O segundo governo Vargas buscou administrar as contradições de interesses. Projetou um programa de desenvolvimento para atender os interesses dominantes, por um lado, e assegurar aumentos salariais para os operários, por outro. A amarração política destes interesses contraditórios foi buscada através da reafirmação do projeto de desenvolvimento capitalista em bases nacionais.

A emissão de moeda realizada pelo governo para assegurar um pacote de investimentos iniciais acarretou um ciclo inflacionário. A inflação, de um “instrumento” de confisco salarial, evoluiu para atuar sobre custos do setor produtivo, ameaçando a lucratividade de amplos setores do capital. A concessão de aumentos salariais desagradou à própria burguesia industrial. A inflação, responsável por deteriorar rapidamente as remunerações concedidas, intensificou as formas de resistências da classe operária (Ianni, 1986, p. 129-131).

Este processo provocou uma radicalização dos conflitos sociais em torno dos excedentes sociais, na forma do ciclo de mobilizações operárias periódicas para a recuperação do

poder de compra dos salários e da retomada por parte da burguesia e do poder público via inflação dos mesmos valores transferidos para os salários. Como consequência, da parte da classe operária, ocorreu uma crescente globalização e unificação das lutas reivindicatórias e uma tendência a uma abordagem crítica quanto aos fundamentos do capitalismo em geral e do capitalismo brasileiro em particular. Por parte das classes dominantes, ocorria a suspeita de que o regime populista apresentava limites enquanto forma de controle dos trabalhadores.

Na verdade, a inflação e a luta em torno das remunerações foi a forma aparente de um aspecto importante da contradição do padrão econômico vigente, qual seja, o fato de que o desenvolvimento nacional sob fontes fundamentalmente internas de financiamento - entre elas a extração da mais-valia - não permitiria, concomitantemente, adotar uma política de impulsionar a acumulação e assegurar/aumentar o poder de compra dos salários. Quando o governo Vargas emitia moeda e intensificava o processo inflacionário já estruturalmente presente na economia brasileira, ele na verdade estava, tão-somente, adiando e intensificando a contradição, à medida que acentuava o desequilíbrio econômico/inflacionário do país.

Singer (1989, p. 30-44) chamou a atenção para o fato deste desequilíbrio, ao provocar uma subida de preços, desencadeava a corrida em torno das remunerações. Este novo fator explicativo da inflação brasileira inaugurado no período de 1945 e 1947, qual seja, a espiral preços/salários, atuaria decisivamente para acentuar as contradições sobre as quais se apoiava o segundo governo Vargas.

A superação do quadro então formado somente seria possível, do ponto de vista da criação de uma nova fase da acumulação capitalista sobre bases nacionais, através da ampliação da retirada dos excedentes das fontes internas de financiamento. Para tanto, era necessário intensificar a exploração da mais-valia - na forma da mais-valia absoluta, visto que os excedentes gerados pelos ganhos de produtividade sempre foram abocanhados totalmente pelo capital - e a extração de rendas do setor de exportação da estrutura agrária - na forma, respectivamente, de

sobretaxas aos produtos agropecuários exportados e tabelamento mais extorsivo sobre os produtos da cesta básica produzidos pelas pequenas propriedades rurais e agregados.

A incidência da queda dos preços dos produtos agropecuários no mercado internacional em 1953 sobre o setor de exportação e a exploração da classe operária para além de certos limites ameaçaria a preservação do pacto populista com o consequente controle sobre a classe operária e manutenção da estrutura agrária. Este quadro engessava o governo Vargas, visto que dificilmente seria possível aprofundar a extração de excedentes das fontes internas de financiamento para a retomada da expansão capitalista sob bases nacionais e assegurar as bases políticas do próprio regime.

O governo Vargas encontrava-se sob fortes contradições. A sua trajetória, vinculado ao projeto de desenvolvimento capitalista em bases nacionais, em que pese as circunstâncias históricas que o determinaram e o caráter instrumental deste projeto e do próprio discurso nacionalista, conforme nos alertou Mendonça (1981, p. 250-252), possuia elementos que dificultavam o seu simples abandono. A integração e mobilização da classe operária e dos setores socialmente inferiores das classes médias, responsáveis pela elegibilidade e base de sustentação do governo e a própria identidade construída entre o presidente e o projeto de desenvolvimento capitalista em bases nacionais, historicamente, havia assegurado a estabilidade do regime, o processo de industrialização e a relativa independência e autonomia da alta burocracia civil e militar frente aos interesses corporativos e imediatistas das diversas frações burguesas.

As restrições para a entrada e saída de capitais estrangeiros, mais formais e menos reais, despertaram a oposição do capital internacional, seja de capitais norte-americanos, presentes nas atividades de serviços e no setor de importação e exportação e identificados com a manutenção da tradicional divisão internacional de trabalho, seja de capitais europeus, que agora davam sinais de investimentos diretos e indiretos de forma maciça nos países periféricos. A esta

oposição somavam-se as oposições da burguesia industrial e dos segmentos socialmente superiores das classes médias que concebiam, através da entrada do capital externo, a possibilidade de, respectivamente, multiplicar alternativas econômicas de investimento no país e satisfazer as expectativas enquanto consumidores.

A oposição da burguesia antiindustrialista, composta pela fração burguesa vinculada às atividades de exportação e importação, não se restringiu às retóricas restrições à entrada e saída de capitais estrangeiros. Na verdade, ela era favorável ao livre movimento de capitais e mercadorias, o que a situava em posição contrária ao processo de industrialização nacional por ela denominada de “artificial” (porque assegurado através de proteções e benefícios proporcionados pelo Estado) e favorável à entrada de capitais externos e integração orgânica com os centros capitalistas. Não havia, portanto, incompatibilidade entre os seus interesses e a ação irrestrita do capital internacional no país. Havia, sim, incompatibilidade com relação à proteção da indústria nacional e a “proteção” e mobilização da classe trabalhadora urbana.

A manutenção de proteção à indústria ocorreu através da restrição da lucratividade da burguesia antiindustrialista devido a manutenção do câmbio alto e pautas restrinvidas de importação. A manutenção da “proteção” e mobilização da classe trabalhadora urbana implicava em custos sociais transferidos para as outras classes que absorviam rendas e mais-valia produzidas pelos trabalhadores, limitando seus ritmos de acumulação e/ou possibilidade de consumo.

O fracasso das emissões, que representaram a tentativa de encontrar novas fontes internas de financiamento sem retirá-las maciçamente de nenhuma setor; a queda das reservas cambiais em decorrência da desvalorização internacional dos preços dos produtos agropecuários, em especial do café; o desequilíbrio do balanço de pagamentos em função da pressão das importações de bens de consumo duráveis, tecnologia e insumos industriais; a pressão do capital internacional para a retirada das barreiras que impediam a sua livre intervenção na economia

brasileira; a radicalização das lutas em torno das remunerações e das reformas sociais por parte dos trabalhadores e segmentos socialmente inferiores das classes médias foram contradições que, ao extrapolarem a capacidade de direcionamento político por parte do governo Vargas, desembocaram na conspiração civil-militar contra o próprio governo.

A oposição a Vargas cresceu. Grupos nacionais vinculados ao capital estrangeiro, empresários industriais temerosos da ascensão da classe operária, latifundiários descontentes com o deslocamento de população do campo para a cidade e a pressão sobre a estrutura agrária por parte dos trabalhadores rurais e setores socialmente superiores das classes médias defensoras do liberalismo econômico e padrões sociais conservadores passaram a conspirar abertamente contra o governo Vargas. O Manifesto dos Coronéis - redigido pelo tenente-coronel Golbery do Couto e Silva e subscrito por 81 oficiais militares, dentre os quais encontravam-se Amaury Kruel, Syzeno Sarmento, Sílvio Frota, Ednardo D'Avila e Euler Bentes - dividiu as forças armadas.

No atentado da rua Toneleros, realizado contra Carlos Lacerda, ferrenho opositor do populismo varguista, um oficial da marinha foi morto. Como tal atentado envolveu Gregório Fortunato, chefe da “guarda” do Palácio do Catete, a situação de Vargas transformou-se insustentável. Mediante a campanha pela imprensa contra Vargas e as articulações golpistas mobilizando civis e militares, Vargas suicidou-se no dia 24 de agosto de 1954.

Conforme Boito Jr (1982, p. 96-108), todas as frações burguesas e a classe média alta mobilizam-se em direção do golpe. A burguesia antiindustrialista, sob a liderança da UDN e coerente com a sua cultura política golpista, liderou a classe média, a burguesia industrial e os grandes proprietários de terras e a oficialidade militar com o apoio do governo norte-americano, contra o governo, no sentido de romper com o regime populista e as políticas de “proteção” e “concessões” aos trabalhadores urbanos.

O vice-presidente João Café Filho assumiu o poder em 1954 e deveria permanecer até janeiro de 1956. Pressões sociais, disputas inter-burguesas e crise econômico-financeiras marcaram este governo. Mesmo assim, assegurou a realização das eleições presidenciais em 3 de outubro de 1955. Juscelino Kubitschek obtém 36% dos votos, Juarez Távora 30%, Adhemar de Barros 26% e Plínio Salgado 8%. João Goulart foi eleito vice-presidente.

A dupla vitória da presidência e vice-presidência por candidatos identificados com o populismo varguista (especialmente o vice-presidente) desencadeou novas conspirações golpistas, civis e militares. O general Henrique Teixeira Lott (ministro da guerra até novembro de 1955), juntamente com a oficialidade fiel a ele e à constitucionalidade do país, asseguraram a posse dos novos mandatários.

Boito Jr. (1982, p. 96-108) chamou atenção para o golpe que a burguesia antiindustrialista tentou implementar através do governo provisório de Café Filho, quando buscou reorientar a economia brasileira para a antiga divisão internacional do trabalho, removendo a proteção da indústria nacional, liberando as exportações e abaixando o câmbio. Tal iniciativa impôs como única saída para a burguesia industrial a reconciliação com o pacto populista e o seu projeto de política de industrialização.

A resistência das multinacionais norte-americanas - como exemplificou a recusa da Chevrolet em vir para o país, em que pese o empenho do governo Vargas - permaneceu, mas o capital europeu se dispôs a aplicar no Brasil, o que fortaleceu a perspectiva de uma nova articulação política e econômica. Teve início o rearranjo político que culminaria no pacto burguês que preservaria o pacto populista e consolidaria as convicções acerca da necessidade da internacionalização da economia.

A candidatura e eleição de Juscelino Kubitschek refletiu este pacto. O Programa de Metas, por sua vez, era a expressão da inflexão econômica conduzida, lançando as bases para um novo padrão de acumulação e financiamento do desenvolvimento capitalista.

A nova fase da acumulação do capital teve início com o Programa de Metas. O seu suporte econômico básico consistiu na abertura da economia para a instalação das multinacionais e recorrência ao endividamento externo; na conservação das políticas de extração da mais-valia junto à classe operária e rendas das atividades agropecuárias; e na emissão de moeda para assegurar os investimentos infra-estruturais.

Este programa assegurou a inflexão do padrão econômico a partir de 1956 sem, contudo, operar uma redefinição fundamental nas bases político-institucionais do País. Estas redefinições circunscreveram-se, basicamente, na moderação das leis que regulamentaram a entrada e saída de capitais.

Conformou-se um descompasso entre a nova realidade econômica e o velho quadro político-institucional. Isto foi possível porque o pacto burguês construído em torno da candidatura e eleição de JK se expressou basicamente “fora” do plano político-institucional, ou seja, através das políticas econômicas do Estado, dos ministérios e das instituições federais. As políticas econômicas deste período cuidaram de revelar que o Estado conformava-se a partir de então sob um novo bloco hegemônico representado pelo capital oligopolista internacional e o capital monopolista nacional privado e estatal em formação, composto subalternamente pelos demais capitais.

Este descompasso não foi compreendido pelos próprios movimentos sociais e sua vanguarda política. O Partido Comunista, identificado com um projeto etapista de construção do socialismo, alimentava a perspectiva da revolução democrático-burguesa para dar cabo da ação imperialista e dos resquícios de relações de produção “semi-feudais” no Brasil, lançando as bases do desenvolvimento capitalista que assegurariam no futuro condições objetivas para a construção do socialismo. Em plena internacionalização econômica, condenava o imperialismo como fenômeno basicamente comercial-financeiro, concentrava a crítica no latifúndio e não compreendia as alterações das bases de sustentação do Estado.

A tragicômica trajetória do PCB no período de vigência do Programa de Metas assumiu um sentido paradigmático com a integração de uma grande parcela dos seus maiores quadros políticos e intelectuais no reino ‘fantástico’ denominado ISEB, ou ainda, com a canalização das lutas operárias e populares pelos quadros do partido para atuarem nos limites do próprio regime sob as reivindicações econômicas, a defesa de representantes “classistas” ou compromissados com o trabalhismo para o Ministério do Trabalho, da Indústria e do Comércio e Superintendências a ele vinculadas, a conservação da estrutura sindical vigente e a defesa de um programa de reformismo social sob os limites do programa da revolução democrático-burguesa. De fato, não condenava o regime populista, não compreendia a profundidade das mudanças econômicas em curso e não realizava um combate direto ao sistema econômico capitalista.

3.1-Regime Populista, Economia Internacionalizada e Golpe militar

Politicamente o governo JK encontrava-se sob contradições que atuavam sobre os fundamentos do próprio regime populista. Articulado a partir da “frente política” que teoricamente buscava o equilíbrio entre nacionalismo e desenvolvimento, possuiu uma prática que tencionava estes fundamentos.

A inflação, desencadeada principalmente pelas novas emissões de moeda sem lastro econômico, assegurava, por sua vez, a continuidade do ciclo de disputas sociais em torno dos excedentes econômicos inaugurado no governo Dutra. Este quadro, ao mesmo tempo em que estimulava a continuidade do ciclo de mobilização reivindicativa imediata, concorria para que os movimentos sociais reconhecessem, no governo JK, a realização de amplas concessões ao imperialismo, o que converteu a conjuntura num espaço que intensificava o processo de politização em curso na sociedade brasileira.

A “frente política”, abalada pela inflexão do padrão econômico, foi amparada, em certa medida, pela “frente ideológica”, representada pelo nacional-desenvolvimentismo. Criando

uma identidade entre desenvolvimento (progresso) econômico e satisfação/felicidade humana e projetando para um futuro próximo a solução dos problemas do “subdesenvolvimento”, o nacional-desenvolvimentismo, esta “ciência do desenvolvimento”, foi capaz de moderar conjunturalmente as contradições sociais e fortalecer as diretrizes do Programa de Metas. A multiplicação de empregos, as grandes obras de infra-estrutura e a produção interna de uma multiplicidade de bens forneciam o suporte sócio-econômico para a referida frente ideológica.

Ao final do governo JK a “frente política” já não mais poderia ser amparada pela “frente ideológica”. A inflação galopante, a queda de ritmo econômico e a continuidade do desequilíbrio do balanço de pagamento expôs, de forma incontestável, o desencontro entre regime político e estrutura econômica sobre o qual o pacto burguês que elegeu JK se apoiou.

A compreensão do golpe militar de 1964 nos impõe a descrição dos fatos políticos transcorridos entre 1961 e 1964. Jânio Quadros foi empossado em 31 de janeiro de 1961, em Brasília, para um mandato que se estenderia a 1966. Eleito pela UDN, cuidou de externar a sua independência frente a esse próprio partido, atitude coerente com o seu caráter pessoal, impetuoso e arrogante e sua prática política personalista e autoritária.

A trajetória contraditória do seu governo foi evidente. Em termos econômicos, adotou um conjunto de orientações econômicas de caráter ortodoxo subscrito pelo FMI. Estas orientações se caracterizaram como um rigoroso programa antiinflacionário e de estabilização econômica. Cortou subsídios para a importação de trigo e de gasolina, restringiu crédito, aumentou os impostos, congelou salários e reduziu vencimentos e vantagens da tecnocracia civil e militar. A Instrução 204 da SUMOC foi assinada tendo em vista a reforma do sistema cambial e a desvalorização em 100% do cruzeiro. Reformas na administração pública foram buscadas no sentido de inibir corrupção e obter eficiência (Domingues, Leite, 1983, p. 306).

As políticas adotadas determinaram a elevação dos preços do pão e dos transportes, descontentamento da tecnocracia, do funcionalismo público, dos pequenos e médios empresários

e das classes trabalhadoras. Renderam, contudo, a renegociação da dívida externa - herdada do governo anterior e que se encontrava na casa dos dois bilhões de dólares - e a obtenção de 726 milhões de dólares para o prosseguimento do processo de modernização internacionalizada da economia brasileira - 20% liberados durante o seu governo - junto ao FMI e autoridades financeiras de vários países (Domingues, Leite, 1983, p. 306).

Em termos político-diplomáticos, buscou assegurar uma atuação independente no contexto das relações políticas internacionais. Neste sentido, reatou relações com países ditos 'socialistas' do leste europeu, extremo asiático e Cuba, criando embaixadas brasileiras e negociando acordos comerciais com vários deles.

Tal política externa abalou as relações entre Brasil e Estados Unidos e insuflou a oposição dos setores de centro e direita do país. Encontrava-se em contradição, tanto com a política econômica adotada, que assegurava o prosseguimento das relações de interdependência e internacionalização econômica, quanto com as bases sociais e políticas que o elegeram, marcadamente conservadoras.

As campanhas políticas desenvolvidas contra Jânio Quadros e as suas manobras políticas, culminaram com o seu pedido de renúncia em 25 de agosto de 1961, sendo prontamente aceito. Assumiu interinamente o governo Ranieri Mazzilli, presidente da Câmara dos Deputados.

A transição da presidência para o vice-presidente, cujo mandato deveria ser concluído somente em janeiro de 1966, foi profundamente conturbada. Os legalistas, que apoiavam a posse do vice-presidente, contavam com o apoio de governadores (Carvalho Pinto-SP, Ney Braga-PR, Mauro Borges-GO, Leonel Brizola-RS, Juraci Magalhães-BA), altos oficiais do exército (como o marechal Henrique Teixeira Lott), autoridades eclesiásticas, parlamentares federais e estaduais, estudantes, sindicatos, trabalhadores e pequenos e médios empresários. Os golpistas, que desejavam alterar as normas constitucionais para impedir a ascensão de Goulart,

contavam com o apoio de amplos setores das classes médias economicamente superiores alarmadas com o espectro comunista, oficiais militares (como Sílvio Heck da marinha, Odílio Denys da guerra e Gabriel Grun Moss da aeronáutica) e Carlos Lacerda governador do Rio de Janeiro (Domigues, Leite, 1983, p. 311-312; Alencar, 1981, p. 296-306).

A `transação política` e posse ficaram condicionada a aprovação da Emenda Constitucional nº 4, que instituiu o regime parlamentarista no Brasil. Nas suas medidas provisórias previu a realização de um plebiscito para decidir a manutenção do sistema parlamentarista ou a volta ao sistema presidencial. O plebiscito foi antecipado para 6 de janeiro de 1963, por decisão do Congresso Nacional.

Durante o período em que vigorou a emenda parlamentarista o governo possuiu três gabinetes ministeriais. O primeiro, nitidamente conservador, teve como primeiro-ministro Tancredo Neves, filiado ao PSD. Reuniu representantes do PSD, da UDN e do PTB. O segundo, teve como primeiro-ministro Brochado da Rocha, gaúcho filiado ao PSD. O terceiro, teve como primeiro-ministro Hermes Lima, ex-ministro do trabalho, filiado ao PTB. Enquanto o primeiro gabinete assumiu posições como o cancelamento de todas as autorizações de exploração das jazidas ferríferas de Minas Gerais concedidas ao truste norte-americano Hanna Corporation e restabeleceu relações diplomáticas com a União Soviética, os outros dois gabinetes ocuparam-se, fundamentalmente, com o plebiscito.

A forma presidencialista de governo foi vitoriosa com 10 milhões de votos num total de 13 milhões. No dia 23 de janeiro de 1963 João Goulart reassumiu plenamente os poderes presidenciais, previstos pela constituição promulgada em 1946.

A conjuntura do governo Goulart acomodou grandes contradições e conflitos. No plano econômico as dificuldades eram enormes. Reduziu-se o índice de investimentos, diminuiu a entrada de capital externo, declinou a taxa de lucro e agravou a inflação.

A inflação transformou-se no problema central da economia à medida que ela havia se transformado numa inflação de custos (e não apenas enquanto mecanismo de confisco de renda dos trabalhadores). De 21,6% em 1956, ela foi para 40,5% em 1961 e para 81,3% em 1964, o que demonstrava uma tendência de explosão inflacionária (Tabela XI).

O ministro de planejamento Celso Furtado e o ministro da fazenda San Tiago Dantas idealizaram, através do Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico-Social, reduzir a inflação para 10% sem, contudo, comprometer o desenvolvimento econômico e a retomada de elevadas taxas de crescimento. Para tanto, previam executar uma política cambial e salarial antiinflacionária (nos termos definidos pela política ortodoxa de estabilização econômica do FMI), contendo o déficit público, renegociando a dívida externa com o FMI e com os Estados Unidos, alongando o perfil da dívida e aliviando a pressão no balanço de pagamento. Objetivavam, ainda, receber novos empréstimos, capazes de sanar estrangulamentos infra-estruturais e recompor poupança para investimentos.

As negociações foram realizadas por San Tiago Dantas, que viajou para Washington e manteve conversações com autoridades financeiras dos Estados Unidos e do FMI. Os resultados, entretanto, não foram satisfatórios. Entre outras exigências, o governo norte-americano impunha a compra da multinacional American and Foreign Power (AMFORP), composta por 12 empresas de eletricidade espalhadas pelo país, subsidiária da Bond e Share. O valor da empresa, apresentado pelos vendedores, era de 188 US\$ milhões, mas cujo valor real correspondia a um terço. Após dúvidas iniciais da presidência, que além do desgaste político do governo rendeu o pedido de afastamento do governo dos dois ministros, declinou de efetuar a negociação (Domigues, Leite, 1983, p. 317-318).

Os fracassos das negociações com o FMI e os Estados Unidos e do Plano Trienal, que por consequência impediu condições mais favoráveis para contornar a crise e prosseguir o desenvolvimento econômico, e a pressão político-ideológica de setores sociais favoráveis a

reformas sociais e do desenvolvimento econômico em bases nacionais, impôs ao governo radicalizar suas medidas. A Lei da Remessa de Lucros, aprovada em setembro de 1962 no Congresso Nacional, foi regulamentada pelo executivo em janeiro de 1964. Era uma forma de criar poupança interna e de compeli-la para o investimento em decorrência do elevado ciclo inflacionário.

A pressão dos movimentos sociais e a tendência de perda de governabilidade levaram o governo a radicalizar, ainda mais, suas medidas através do Programa das Reformas de Base. Das reformas (administrativa, bancária, fiscal e agrária) destacava a reforma agrária. Em março de 1963, o presidente enviou à Câmara dos Deputados emenda ao Artigo 141 da Constituição, que previa que todo processo de desapropriação de terras teria que ser seguido de indenização em dinheiro. Pela emenda, as indenizações ocorreriam em apólices do governo. A UDN e o PSD posicionaram-se contra a emenda e o PTB se dividiu. A emenda foi derrotada e as contradições entre executivo e legislativo intensificaram (Ianni, 1986, p. 207-220).

Frente ao quadro de crise econômica e radicalização política, o governo Goulart adotou uma estratégia de assegurar um grande volume de iniciativas. Através da Superintendência de Política da Reforma Agrária (SUPRA) desapropriou terras mal (ou não) aproveitadas às margens das estradas, ferrovias e açudes públicos, entregando-as para trabalhadores rurais. Regulamentou o Estatuto do Trabalhador Rural, estendendo direitos e vantagens da Previdência Social como salário mínimo, jornada de oito horas de trabalho e férias remuneradas. Incentivou a sindicalização rural e reconheceu centenas de sindicatos.

O governo Goulart impulsionou programas de alfabetização em massa, proporcionando condições de inclusão social e política para muitos; criou a Comissão de Defesa da Economia Popular (CODEP) para combater a especulação; emitiu decretos para suprimir financiamentos e coibir compras externas (quase sempre supervalorizadas) realizadas pelas multinacionais quando similares fossem produzidos no país; criou o Código Brasileiro de

Telecomunicações e nacionalizou os serviços de telefonia, telegrafia, radiofusão e radioamador; inaugurou usinas siderúrgicas de Usiminas, Cosipa e Ferro e Aço de Vitória; autorizou a Petrobrás distribuir derivados de petróleo e a tornou a única fornecedora de gasolina e outros produtos para o governo, autarquias e empresas estatais, entre tantas outras iniciativas.

Obviamente, interesses de poderosos empresários nacionais e grupos multinacionais encontravam-se entre os mais contrariados com estas iniciativas. A oposição criada pelo Legislativo deu maior significado histórico a estas iniciativas.

A radicalização política e ideológica delineou compôs políticos e sociais claros. À esquerda, posicionavam-se aqueles que se identificavam com transformações de cunho nacionalista e reformista. No âmbito dos trabalhadores, a burocracia sindical e os trabalhadores mais avançados politicamente encontravam-se engajados nas lutas sociais e político-partidárias. Além dos comícios, passeatas, concentrações, congressos e campanhas nacionais de lutas, foram capazes de realizar 235 greves entre 1961/63, sendo que 149 delas somente no ano de 1963, o que revelava uma clara tendência de generalização das lutas operárias no país (Ianni, 1986, p. 220-226; Domingues, Leite, 1983, p. 322-325; Alencar, 1981, p. 296-306; Oliveira, 1993^a, p. 92-96).

A concentração da propriedade da terra no campo e o acirramento dos conflitos em torno da terra, especialmente no Nordeste, região que não conheceu a frente de expansão agrícola (salvo a região oriental do Estado do Maranhão), concorreu, decisivamente, para o surgimento e desenvolvimento das Ligas Camponesas e dos sindicatos de trabalhadores rurais. Estas formas de organização foram profundamente favorecidas pela alfabetização em massa, pela organização independente do Estado (no caso das Ligas Camponesas) e pela influência dos movimentos sociais urbanos.

No meio estudantil, especialmente através da União Nacional dos Estudantes (UNE), ocorreu uma intensa mobilização, conscientização e elaboração de uma arte engajada. Os

espaços dos congressos estudantis, das salas de aulas e das ruas foram ocupadas como prolongamento da dinâmica de radicalização política e ideológica do país (que também se manifestava através das disputas de espaços entre as várias tendências estudantis).

No meio militar, destacou o Comando Nacional dos Sargentos. Melhores salários, modificação dos regulamentos disciplinares, direito de elegibilidade, apoio às Reformas de Base e defesa de uma perspectiva nacionalista para o país eram os pontos que mobilizavam uma baixa oficialidade militar crescentemente politizada.

A base parlamentar destes setores, a grosso modo, adensava-se na Frente Parlamentar Nacionalista (FPN). Embora majoritariamente composta por parlamentares do PTB e PSB, contava, ainda, com membros integrantes do PSD, UDN e PDC.

À direita, posicionavam-se aqueles que eram partidários do prosseguimento da internacionalização econômica e da defesa da ordem e moralidade no país. No meio sindical e estudantil, conformaram-se grupos e entidades cujos objetivos eram enfraquecer a organização política e desmobilizar as lutas dos assalariados (extratos inferiores das classes médias e operários) e dos estudantes.

Estes grupos dispuseram de entidades como o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), fundado em 1959, e o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), fundado em 1961. Os objetivos destas entidades, cujos financiamentos foram assegurados pela Agency Central Intelligence (CIA), pelas multinacionais, empresários industriais e banqueiros nacionais, eram combater as organizações operárias e populares emergentes, travar uma cruzada ideológica político-cristã contra o 'comunismo' e, posteriormente a 1961, desestabilizar o governo Goulart. Estas entidades aliaram-se à Escola Superior de Guerra, instituição na qual predominava concepções semelhantes.

A base parlamentar destes grupos adensava-se através da Ação Democrática Parlamentar. Esta frente político-ideológica reuniu deputados e senadores filiados no PSD, UDN,

PSP e de outras agremiações partidárias pouco expressivas. Os seus objetivos, tais quais aqueles dos institutos acima referidos, eram a condução de uma oposição sistemática ao governo Goulart e desmobilizar pressões e iniciativas operárias e populares.

Neste quadro de polarização política e ideológica, o governo Goulart não reproduziu uma tendência nem à esquerda e nem à direita. Com a condição de representante da `classe dirigente` buscou explorar circunstâncias e condições tendo em vista prosseguir com o desenvolvimento econômico. A aproximação, ao final do seu governo, das reivindicações populares encontrava-se determinado pela busca de governabilidade e sustentação política. A denúncia do pacto populista realizado pelos trabalhadores e as costas dadas pela classe dominante e aliados ao regime populista (e ao seu representante principal) atribuiu uma dinâmica particular à luta de classes.

A movimentação dos diversos `atores políticos` nos últimos meses que precederam ao golpe militar nos permite aquilatar o grau da polarização política e ideológica da conjuntura do golpe. O Executivo, bloqueado pelo Legislativo (sob a hegemonia da Ação Democrática Parlamentar), buscou governar se dirigindo diretamente às massas populares. Este posicionamento, de governar por cima do Congresso Nacional, impôs ao governo a radicalização do seu discurso, especialmente em torno das Reformas de Base, amplamente respaldado pelas referidas massas (Ianni, 1986, p. 220-226).

O Comício da Estação de Ferro da Central do Brasil de 13 de março de 1964, do qual participaram UNE, CGT, PCB, FPN, Ligas Camponesas etc, compunha esta estratégia. Na oportunidade, reafirmou-se compromissos com a reforma agrária, plena liberdade de ensino nas universidades, reforma tributária, reforma constitucional para fortalecer a Presidência da República etc.

Os setores conservadores realizaram, por sua vez, a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, dispondo da participação de setores da Igreja, militares, organizações

empresariais, grandes proprietários de terras e, principalmente, da alta classe média. A referida marcha foi responsável pela mobilização de quinhentas mil pessoas em São Paulo.

Alguns acontecimentos envolvendo a baixa oficialidade militar também concorreram para o golpe. A Revolta dos Sargentos ocorrida em 12 de setembro de 1963, no Distrito Federal, seguido de anistia aos amotinados concedida pelo governo Goulart, conduziu também para a conspiração a maioria do alto oficialato militar que até então assumiam posições de defesa da legalidade e da constitucionalidade do país. A revolta dos oficiais de baixa patente e soldados do Corpo de Fuzileiros Navais amotinados a partir do dia 26 de março de 1964, do qual seguiu um abaixo assinado de 1200 militares pedindo o afastamento do ministro da marinha (almirante Sílvio Mota) e indicando um novo, com ambos pedidos atendidos pela presidência, empurrou novos oficiais ‘legalistas’ para a conspiração contra o governo (Domingues, Leite, 1983, p. 327-339; Ianni, 1986, p. 220-226).

Uma campanha de desestabilização do governo foi acelerada nos últimos meses que antecederam ao golpe militar. A denúncia de um plano comunista para a tomada do poder no país, com a anuência de Goulart, realizado pelo presidente da UDN (deputado Bilac Pinto), foi um dos muitos episódios montados. A ESG e o IBAD-IPES planejavam e coordenavam as campanhas de denúncias, quase sempre bem recebidas pela mídia.

Quando, em 30 de março de 1964, Goulart discursou para duas mil pessoas no Automóvel Clube da Guanabara, em um evento realizado por suboficiais e sargentos da polícia militar do Estado da Guanabara, o golpe encontrava-se em pleno andamento. O golpe, previsto inicialmente para o dia 02 de abril de 1964, foi antecipado para o dia 01. Em 31 de março, teve início a movimentação das tropas do exército sediadas em Minas Gerais.

No dia 02 de abril o senador Auro de Moura Andrade, presidente do Congresso Nacional, convocou uma seção extraordinária para apreciar a situação política. Após declarar

vaga a Presidência da República, conduziu uma manobra política para empossar o deputado Ranieri Mazzilli (presidente da Câmara dos Deputados) presidente interino do país.

O golpe militar de 1964, somente pode ser compreendido enquanto processo que se desenvolve sobre contradições fundamentais: o descompasso entre um padrão econômico dependente e internacionalizado e um regime articulado sobre um projeto político-ideológico nacionalista e desenvolvimentista; a radicalização da disputa do fundo público entre as frações burguesas e destas para com os trabalhadores, no justo momento em que os desequilíbrios do balanço de pagamento e as exigências de custos infra-estruturais impossibilitavam contemplar interesses crescentemente reivindicativos, empurrados para frente através dos mecanismos da emissão e da inflação; e o confronto entre as classes dominantes e os trabalhadores que intensificava-se na mesma velocidade em que erodia a hegemonia burguesa sob a forma do regime populista.

Francisco de Oliveira alertou para a dinâmica regional do processo da luta de classes que culminaria com o golpe militar. No nordeste, a penetração dos produtos industriais e agropecuários oriundos do Centro-Sul desencadeou a elevação do “foro” ou a expansão por cissiparidade dos pequenos tratos de terra a tal ponto que a ‘pax agrariae’ começou a desagregar-se nos anos 50.

“(...) os dois mecanismos convergiam para um mesmo resultado, que se apresentava sob duas formas; a dissolução desse campesinato, quer pela expulsão das terras, quer pelo aumento do sobretrabalho, reforçando os mecanismos do trabalho compulsório, o ‘cambão’” (Oliveira, 1993^a, p. 92).

A crise de hegemonia dos grupos vinculados à economia açucareiro-têxtil - derrotada, economicamente, pela unificação do mercado nacional imposto pela burguesia do Centro-Sul e, politicamente, pela oligarquia algodoeiro-pecuarista, processos que resultaram na integração econômica e na aliança política entre a burguesia industrial do Centro-Sul e a oligarquia algodoeiro-pecuarista do nordeste - determinou, igualmente, a reprodução de formas

não-capitalistas de produção para sobreviver frente à competição do Centro-Sul, numa dinâmica quase que totalmente restrita à reiteração econômica das suas próprias atividades.

A luta da burguesia industrial nordestina (articulada através da economia açucareiro-têxtil) contra a oligarquia algodoeiro-pecuarista e a radicalização dos conflitos em torno da terra, proporcionou o espaço político para a conformação das Ligas Camponesas. Estabeleceu-se um confronto “clássico” entre classes, visto que não se conformou na região um “pacto populista”, fruto da aliança entre os grupos oligárquicos e a burguesia industrial, e, nem tampouco, um Estado altamente instrumentalizado para vigiar e controlar o proletariado.

No Centro-Sul, dominante nos planos econômico e jurídico-político, as contradições fundamentais concorreram para erodir a hegemonia burguesa expressa no pacto populista. As contradições inter-burguesas, e desta para com o proletariado, evoluíram rapidamente após o governo JK. À perda de dinamismo econômico e desequilíbrio estrutural agregaram-se as sucessivas crises político-institucionais que acompanharam os governos Quadros e Goulart.

Para Francisco de Oliveira o Estado encontrava-se no centro das contradições do Centro-Sul à medida que, como resultado do pacto de compromisso entre a burguesia industrial hegemônica e a oligarquia agrária cafeicultora, converteu-se no instrumento privilegiado para vigiar o proletariado. Nesta região, a luta de classes não assumiu a forma de luta de classe contra classe. Segundo o autor,

“O Estado não era um mediador, (...) (era) o núcleo da contradição”; “(...) não é, pois, nem um “desvio” da burguesia industrial, nem um “desvio” da classe operária, que muitas leituras e interpretações sugerem, que estes e aqueles dirigissem suas petições e reivindicações ao Estado: crédito e proteção, de um lado, e pedidos de aumentos de salários de outro eram as duas faces da contradição que o Estado representava na forma pela qual o capitalismo se expandiu no Centro-Sul do Brasil” (Oliveira, 1993^a, p. 88-89).

Depreende-se das palavras de Francisco de Oliveira que, por sob as contradições nacionais que envolviam as classes dominantes, as classes médias e os trabalhadores,

desenvolviam-se também contradições particulares ao nível de cada região. A região, por sua vez, era ao mesmo tempo espaço permeável à materialização das contradições nacionais e mobilizadora destas mesmas contradições a partir da sua especificidade social e histórica.

A unificação do proletariado do setor público e da iniciativa privada, ao nível do Centro-Sul, e a radicalização da luta camponesa no nordeste, em que pese os aspectos regionais, compôs uma única dinâmica econômica e política do país. A reação das classes dominantes ocorreu prontamente em 1964.

O golpe militar removeu o obstáculo representado pelo conflito de classes. A rápida erosão da hegemonia dominante ocorrida ao final dos anos 50 e início dos anos 60, na forma da denúncia do pacto populista por parte dos trabalhadores, desenvolvia-se de forma a possibilitar, no limite, a colocação de uma alternativa de poder, ameaçando a propriedade e o *status quo* dominante. Romper coercivamente com esta dinâmica era imperativo para assegurar os interesses dos grupos hegemônicos.

Removia-se, através do golpe, os obstáculos político-institucionais que o regime populista impunha para a nova dinâmica da acumulação. O grande poder reservado ao Congresso Nacional, que comprometia a adoção por parte do executivo de medidas econômicas e institucionais rápidas exigidas pela nova etapa da concentração do capital; a ampla representatividade partidária daqueles que se identificavam com o desenvolvimento industrial em bases nacionais; a influência política sobre o governo exercida pela burocracia sindical através da estrutura sindical-trabalhista; o processo eleitoral e a legitimação política assegurada através de um sistema político que se apoiava nas “concessões”, entre tantas outros, são exemplos dos obstáculos removidos para a nova expansão do capital por meio da nova realidade político-institucional.

As pequenas alterações institucionais iniciadas através da restrição das moderadas e retóricas leis que regulamentavam a entrada e saída de capitais do governo JK dão lugar a todo

um conjunto de redefinições político-institucionais após o golpe militar de 1964. Havia um reencontro entre a realidade político-institucional do país e o novo padrão de acumulação implementado.

Finalmente, lançavam-se as condições para a adoção de medidas econômicas que aprofundavam a subordinação do trabalho em relação ao capital. O corte dos gastos públicos com programas sociais, o tabelamento mais rigoroso dos preços dos produtos agrícolas oriundos da pequena propriedade, o arrocho salarial e o bloqueio da luta pela reforma agrária concorriam para criar condições para um novo ciclo econômico do novo padrão de acumulação e financiamento capitalista.

Diversos autores partilham do entendimento de que era possível a continuidade da industrialização brasileira, assegurando um relativo grau de independência e autonomia frente ao capital internacional. Furtado (1981, p. 37-39), como bom cepalino que sempre foi, não reconheceu no Programa de Metas o momento de internacionalização econômica e alienação das restritas margens de autonomia nacional e, muito menos, um novo padrão econômico. Partilhou o entendimento de que um conjunto de medidas políticas e econômicas, caso fossem tomadas nos anos 60, poderiam ter assegurado o prosseguimento da industrialização em bases independentes e autônomas.

Estas medidas compor-se-iam, basicamente, de investimentos em ciência e tecnologia desenvolvidas pelo setor público e transferidas para a iniciativa privada, tendo em vista capacitar o setor produtivo nacional para competir com as multinacionais; de incentivos para que o setor industrial nacional encontrasse melhores condições de disputas no mercado internacional; de consolidar bases tecnológicas e financeiras para assegurar a autotransformação do setor metal-mecânico, garantidor de crescimento econômico auto-sustentável; ampliar a poupança interna através da contenção temporária de consumo; e preservar a autonomia de decisões do país no plano mundial.

Segundo Celso Furtado,

“(...) as modificações institucionais introduzidas entre 1964 e 1967 abriram novas possibilidades de ação mas também revelaram a intenção dos grupos que ascenderam ao poder mediante o golpe militar de abandonar a orientação do desenvolvimento às forças do mercado” (Furtado, 1981, p. 39).

Para Celso Furtado, portanto, as multinacionais e o padrão de endividamento externo iniciados a partir de 1956 eram necessários. O problema teria sido a nova configuração política e social que o Estado conviveria a partir de 1964, responsável pela total liberdade de ação ao capital externo, distribuição regressiva da renda nacional, desequilíbrios inter-setoriais etc.

Paul Singer reconheceu a ocorrência de uma inflexão no padrão econômico inaugurado no Estado Novo. Para este autor tal inflexão não teria ocorrido a partir de meados dos anos 50, mas sim a partir do processo político desencadeado com o golpe militar de 1964.

Os dados referentes à participação do capital externo na economia brasileira apresentados por Singer (1984, p. 226-227), tratados quantitativamente, revelam a superioridade absoluta dos capitais nacionais sobre os capitais externos. O mesmo não é revelado em termos qualitativos, visto que estes capitais, especialmente as inversões diretas realizadas no período compreendido entre 1956 e 1962, assumiram a forma das grandes empresas multinacionais predominantes nas relações interdepartamentais da economia, absorvendo inclusive excedentes gerados nos demais segmentos industriais. A este quadro agregou-se o endividamento externo recorrido pelo Estado, que além de alienar poderes do mesmo frente a instituições financeiras e governos estrangeiros, foi responsável pela transferência para o exterior de grande parte do excedente socialmente produzido. A internacionalização que a economia brasileira atravessou no governo JK comprometia, ainda mais, a possibilidade de implementação de um projeto “orgânico” de desenvolvimento capitalista em bases nacionais.

A hipótese da alteração da correlação de forças no âmbito do Estado em 1964 como decorrente da possível aliança dos partidários da industrialização com os adversários do capital

estatal para neutralizar os setores da grande propriedade rural vinculados à agroexportação, possuiu a virtude de superar, em certa medida, o determinismo econômico. Isto à medida que reconhece no desdobramento da correlação de forças dos grupos sociais a determinação do curso histórico vivido pelo país e não como uma consequência do processo econômico em curso.

A abordagem de Singer incorreu, contudo, em algumas equívocos. Primeiramente, subestimou o nível de integração da economia brasileira à reprodução do capital em escala mundial a partir do Programa de Metas. As pressões político-diplomáticas internacionais em função da internacionalização econômica passaram a assumir enorme importância.

A referida hipótese superestimou a importância econômica e política dos segmentos sociais vinculados à grande propriedade rural voltada para o mercado externo, no contexto da classe dominante, quando reconheceu nestes setores a liderança das forças políticas golpistas. Os segmentos vinculados à grande propriedade vinculada ao mercado externo teriam desencadeado uma atitude reativa por parte dos segmentos das classes dominantes favoráveis à industrialização no sentido de contê-los, sob pena de redefinir o padrão de acumulação e financiamento em curso, retomando a tradicional divisão internacional do trabalho.

Não bastasse diminuir o significado da denúncia do pacto populista por parte dos trabalhadores na conformação da crise política desencadeadora do golpe e realçar o conteúdo de um golpe preventivo de frações das classes dominantes frente às frações burguesas antiindustrialistas, o autor atribui um poder enorme à grande propriedade rural na conspiração do golpe. Após a Revolução de 1930, os segmentos vinculados à grande propriedade rural perderam importância econômica e política. O partido “agrário” no Congresso limitou-se à defesa dos seus interesses imediatos e corporativos. Finalmente, não foi a grande propriedade rural, em especial o segmento vinculado ao mercado externo, adversário da industrialização, mas sim a burguesia importadora e exportadora, sendo que esta última, mesmo na República Velha, se constituía na fração dominante entre os segmentos que compunham a estrutura agroexportadora.

Tais análises careceram de uma abordagem crítica do bloco do poder. O Estado refletia a supremacia do capital monopolista nacional e multinacional a partir da instalação do Programa de Metas, cujos interesses confluíram para a internacionalização do capital sob uma intensa industrialização dependente. Concluído o Programa de Metas, não havia mais base interna ou externa, econômica ou política, que respaldasse a um retorno à tradicional “vocação agrícola” brasileira e, nem tampouco, o Estado seria vítima da ação conjugada entre alta burocracia civil e militar e o capital internacional após o golpe militar de 1964.

O Programa das Reformas de Base do governo Goulart, às vésperas do golpe militar, sinalizou na direção de reformas estruturais. A busca de uma diplomacia internacional independente, o desenvolvimento de um programa avançado de reforma agrária e a implementação de uma política disciplinadora das remessas de lucros das multinacionais, destacavam-se entre as iniciativas mais importantes das referidas reformas. Entretanto, tratou-se menos de iniciativas tardias e insuficientes no sentido de assegurar um processo de industrialização sob relativa independência e autonomia, nos quadros do regime liberal-populista e do nacional-desenvolvimentismo, e mais fruto da agonia de um governo buscando uma nova base de sustentação política.

A defesa da propriedade e do status quo, sob a batuta das grandes potências e de uma economia mundial crescentemente internacionalizada, ou os riscos inerentes à mobilização da sociedade em prol do desenvolvimento nacional e da diplomacia do não alinhamento aos blocos políticos internacionais então formados, sob uma aliança de classes estrategicamente antagônicas, colocava-se para a classe dominante. Mesmo para os setores não hegemônicos da classe dominante, a primeira opção apresentava-se menos ameaçadora aos seus interesses de classes.

O golpe militar, preventivo frente aos avanços políticos da classe operária e das camadas populares e redefinidor da aliança do bloco do poder no campo das classes dominantes,

ocorreu. A burguesia voltava-se contra o populismo, reencenando o golpe civil-militar de 1954 e levando-o até o fim.

O golpe militar (e os governos subseqüentes) consolidou o capital internacional materializado nas multinacionais e nas instituições financeiras internacionais como integrante do núcleo hegemônico do bloco do poder, reduziu o capital nacional pré-monopolista a um papel subalterno e conservou a grande propriedade agropecuária pré-industrial na condição de coadjuvante. Este desenlace foi o pressuposto político-institucional para a conformação das condições políticas, sociais e econômicas da nova etapa de internacionalização da economia brasileira que teve início ao final dos anos 60, na forma do ciclo econômico denominado por “Milagre Econômico Brasileiro”.

4-O CICLO ECONÔMICO DO "MILAGRE BRASILEIRO" E O II PND

O período compreendido entre 1968 e 1976 encontra-se entre os mais conflituosos do Século XX. A ordem mundial se apresentava profundamente marcada por uma radicalização política e ideológica entre partidários do socialismo e do capitalismo e pela “Guerra Fria”. A ofensiva do capitalismo, no terreno militar, ocorreu através da crescente presença norte americana no extremo asiático, assumindo posições até então ocupadas por franceses e ingleses, da militarização da América Latina, da África e da Ásia, como estratégia para conter o crescimento de movimentos sociais e políticos pró-socialismo e da intensa campanha política e ideológica pró-capitalista, em curso através da Agency Central Intelligence (CIA) e dos conglomerados da comunicação dos Estados Unidos.

A disputa comercial internacional, conduzida por oligopólios norte-americanos, europeus e japoneses, retomada nos anos 50, se manteve sob determinados limites. A liderança econômica norte-americana - assegurada pela vantagem tecnológica e financeira acumulada na II Guerra Mundial e na década imediatamente subsequente, pela liderança político-diplomática internacional no mundo capitalista e pelo padrão monetário mundial construído em torno do dólar - concorreu para estes limites. O sistema de relações interindustriais sob o padrão tecnológico e organizacional do trabalho taylorista-fordista conviveu com sinais de esgotamento e de crise, dando início à sua gradual substituição por um sistema de relações interindustriais mais flexível e dinâmico em termos tecnológicos e organizacionais, somente acentuado com a crise do petróleo de 1973. Portanto, elementos políticos e econômicos concorriam para conservar sob determinados limites a competição interimperialista.

A luta pelo socialismo não revelou a mesma força e unidade. Os movimentos de libertação nacional na África, salvo as experiências de Angola e Moçambique, redundaram em regimes autoritários. Os movimentos sociais latino-americanos foram sucessivamente derrotados

e, normalmente, com as sociedades sendo mergulhadas em ditaduras militares violentas. No extremo asiático, espaço de confronto mais violento, apresentar-se-ão os maiores avanços dos setores sociais e políticos identificados com o socialismo, culminando com importantes derrotas norte-americanas que somente não foram maiores devido à disputa sino-soviética. A revolução cultural na China, os movimentos estudantis pelo mundo e os movimentos pela paz na Europa, ao mesmo tempo que intensificaram a resistência às políticas imperialistas proporcionaram uma crítica ao “socialismo” burocrático-autoritário existente e alimentaram projetos utópicos alternativos.

A União Soviética implementou, sob a liderança de Krutschev e Brejnev, uma corrida econômico-militar com o ocidente. Convencidos da superioridade do modelo econômico “socialista” sob planejamento centralizado e do papel pedagógico que o efeito comparativo exerceria no mundo, desencadearam a referida corrida.

Com potencialidades econômicas infinitamente superiores, embora convivendo com a longa crise que teve início ao final dos anos 60, o ocidente foi capaz de dar início à transição para um modelo de relações industriais superior ao taylorismo-fordismo. A União Soviética, por sua vez, apresentava taxas de crescimento sobre a base de relações interindustriais de planejamento centralizado e de tecnologia defasada, exaurindo recursos naturais, oprimindo a força de trabalho e consumindo improdutivamente grande parte dos excedentes sociais através da estrutura industrial-militar e dos privilégios da burocracia.

Em meados dos anos 70, em que pese o efeito da crise do petróleo, a derrota econômica da União Soviética frente à economia ocidental era evidente. Tinha início o ciclo da longa e crescente agonia que culminaria com a queda do muro de Berlim e com o retorno das sociedades do leste europeu à economia de mercado a partir do final dos anos 80.

A sociedade brasileira neste período conviveu com processos internos profundamente condicionados pela conjuntura internacional. Os confrontos sociais no Brasil dos

anos 60, polarizados entre projetos de defesa do modelo capitalista internacionalizado, de defesa do modelo capitalista sobre bases nacionais e de defesa do socialismo, em grande medida reflexo dos confrontos econômicos, políticos e ideológicos internacionais, culminou no golpe militar de 1964.

Os governos militares buscaram recorrer a um conjunto de orientações políticas de cunho estratégico, tendo em vista assegurar um elevado desenvolvimento econômico. No plano político-institucional, formou um executivo forte para que estabelecesse e dirigisse toda a política econômica nacional. Através deste executivo foram elaborados planejamentos econômicos e sociais e controlada a vida política e social do país para atrair capitais diretos e indiretos.

No plano econômico aprofundou a aliança entre o capital do Estado, o capital privado nacional e o capital oligopolista internacional, intensificou a participação do Estado na produção direta de mercadorias e serviços e na exploração de recursos minerais através de empresas estatais (de economia mista ou não), estimulou a penetração de novos grupos econômicos transnacionais e a modernização/expansão daqueles já presentes no país e otimizou o padrão de endividamento externo.

Os governos militares desencadearam uma nova frente de expansão agrícola com a ocupação das grandes áreas despovoadas do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, integrando-as através de uma rede de comunicações e transportes ao Centro-Sul do país, como exemplificam as rodovias Belém-Brasília, Transamazônica e Cuiabá-Santarém, ou ainda os programas de incentivo ao desenvolvimento do transporte fluvial nos rios Araguaia, Amazonas, Negro etc. Instituições como a Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e a Superintendência para o Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO) foram criadas com os objetivos de assegurar o desenvolvimento de grandes projetos agropecuários e de exploração de minérios, bem como desconcentrar tensões sociais em outras regiões e ampliar a geração de

mercadorias que compunham a cesta básica dos trabalhadores através de uma agricultura tradicional (Ianni, 1986, p. 256-259).

As orientações dos governos militares voltaram-se, ainda, para o desenvolvimento de programas de treinamento e formação de técnicos em várias áreas para suprir a carência de profissionais de nível médio e superior. A reestruturação das universidades e a formação de instituições financiadoras/planejadoras e centros de pesquisa também compuseram as políticas estratégicas dos governos militares.

O fortalecimento do executivo e a institucionalização do regime militar assumiu um papel dominante no contexto das orientações políticas de cunho estratégico, visto que delas dependiam o sentido e a velocidade das referidas orientações. Nessa direção, o governo Castello Branco assegurou a outorga da Constituição de 1967. A nova Constituição incorporou, em grande medida, o caráter autoritário dos atos institucionais¹ e complementares. O poder executivo, já fortalecido pelas medidas excepcionais, reafirmou-se como poder máximo e independente dos demais.

Cabia ao executivo, no novo texto constitucional, o direito exclusivo de legislar sobre segurança nacional e finanças públicas, intervir nos estados e municípios, fazer a coleta e a distribuição dos impostos recolhidos no país, conceder a exploração dos recursos minerais a empresas nacionais e estrangeiras etc. Através do Ato Institucional nº 5, baixado em 13 de

¹ - Os Atos Institucionais cumpriram um importante papel no processo de institucionalização do regime militar. O Ato Institucional nº 1, decretado oito dias após o golpe, atribuiu à presidência o direito de decretar estado de sítio, suspender direitos políticos por dez anos, aposentar sumariamente funcionários civis e militares, emitir emendas constitucionais, gerir exclusivamente a legislação financeira e orçamentária do Estado. Previu, ainda, a escolha de um presidente provisório através de eleições indiretas realizadas pela Câmara e Senado em 11 de abril de 1964 e eleições diretas em outubro de 1965.

O Ato Institucional nº 2, decretado em 27 de outubro de 1965, extinguiu os partidos políticos e instaurou o bipartidarismo com a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Definiu a eleição indireta (através do Congresso Nacional e da votação nominal de deputados e senadores) como forma de escolha da Presidência e Vice-Presidência da República, revogando a previsão de eleições diretas para estes cargos presente no ato institucional anterior.

O Ato Institucional nº 3, votado em 5 de fevereiro de 1966, estendeu as eleições indiretas para o cargo de Governador. Caberia a este a indicação do prefeito da capital do seu estado.

O Ato Institucional nº 4, no final do ano de 1966, foi decretado para convocar extraordinariamente o Congresso Nacional e conformar uma comissão de 11 senadores e 12 deputados indicados pelas lideranças partidárias, tendo em vista elaborar e votar anteprojeto de constituição, a ser “promulgada” pelo Legislativo.

O Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, sem preestabelecer prazo de vigência, previu como atribuições do Executivo definir o recesso do Congresso Nacional, cassar mandatos eleitorais, suspender direitos políticos por dez anos, decretar estado de sítio, suspender a garantia de habeas-corpus etc.

dezembro de 1968, o executivo se fortaleceu ainda mais, à medida que ampliaram suas atribuições de decretar recesso do Congresso Nacional, cassar mandatos eleitorais, suspender direitos políticos por dez anos, estabelecer estado de sítio, suspender habeas-corpus, entre outras atribuições.

Através da aprovação da Emenda nº 1 à Constituição de 1967 - conhecida como Constituição de 1969 - o Executivo recebeu atribuições ainda mais extraordinárias. Apenas o Executivo poderia apresentar/enviar projetos de lei para o Legislativo. Este último poder, por sua vez, somente poderia aprová-lo ou rejeitá-lo, em um prazo limite de 60 dias, sob pena de aprovação por decurso de prazo. Estava vedado ao Legislativo o direito de emendar os projetos de lei enviados pelo Executivo. Facultava, ainda, ao Executivo, a interpretação e/ou suspensão (inclusive sem aviso prévio) das normas que definiam as funções do Legislativo.

Estas 'Constituições' e o Ato Institucional nº 5 asseguraram a hipertrofia de poderes do executivo, a redução do Legislativo a uma câmara de registro de leis e a restrição do judiciário às atribuições prescritas nos atos institucionais.

O regime militar operou uma modificação importante na 'classe dirigente' e no bloco do poder. Ao nível da 'classe dirigente' se compôs um bloco burocrático-autoritário conformado por políticos, militares e tecnocratas. Dois eixos compunham o núcleo burocrático-autoritário. O primeiro, tecnocrático, formado através de economistas, administradores etc, que compunham a nova camada de executivos cujas carreiras estavam ligadas ao gerenciamento das empresas e companhias monopolistas do setor público, privado nacional e privado internacional, bem como através da carreira junto aos ministérios e instituições de intervenção e planejamento econômico do Estado. Compunham, enfim, uma nova parcela dos executivos que se consolidaram com a monopolização econômica e complexificação das funções públicas.

O segundo, militar, formado através das instituições das forças armadas encarregadas de politizar o poder de intervenção das três armas segundo a Doutrina da Segurança

Nacional. A Escola Superior de Guerra foi a instituição dominante no processo de formulação da referida doutrina e na formação dos novos quadros militares.

Aos políticos reservaram funções periféricas e homologatórias na nova estrutura de poder. Alterava-se profundamente as características e composição da 'classe dirigente' quando comparado com o período compreendido pelo regime populista, visto que, naquela estrutura de poder, da gestão pública as mediações entre as classes e destas para com o Estado, eram realizados pelos políticos.

É importante observar que ocorreu uma verdadeira "promiscuidade" entre os vários eixos e segmentos que compunham a classe dirigente, em especial do seu núcleo burocrático autoritário. Burocratas de instituições ou empresas públicas ocupavam cargos e funções de consultoria e gerenciamento nas empresas e companhias monopolistas privadas nacionais e internacionais, e vice-versa. Quadros militares, também, assumiram funções de consultoria e gerenciamento nas empresas e companhias monopolistas públicas e privadas (nacionais e internacionais).

Por trás da 'classe dirigente' encontravam-se os grandes monopólios nacionais e oligopólios internacionais, os bancos e os grandes empreendimentos agropecuários na forma das agroindústrias e grandes e médias propriedades altamente capitalizadas. Os interesses econômicos das empresas nacionais não-monopolistas e dos latifúndios tradicionais e a representação política das classes médias superiores encontravam-se secundariamente incorporados e protegidos. Mudanças importantes, enfim, marcaram a composição da nova 'classe dirigente' e do novo bloco do poder (Ianni, 1986, p 259-276).

O capital oligopolista internacional assumiu posição hegemônica no interior da organização social brasileira. Esta posição foi compartilhada, a partir de então, com os grupos monopolistas brasileiros, com o sistema bancário/financeiro (nele incluindo empresas de seguro, financeiras etc) e com o grande capital da agricultura. Contradições e disputas entre os referidos

capitais se intensificaram, ainda que moderadamente, a partir da perda de dinamismo econômico com o fim do ciclo econômico do “Milagre Econômico Brasileiro”.

As classes médias perderam direitos políticos com o advento do regime militar. As transformações econômicas ocorridas, especialmente no período de 1968 a 1974, recompensaram-nas com algumas vantagens econômicas. Os serviços sociais que acompanharam a urbanização (especialmente educação e saúde), a distribuição regressiva das rendas e a revolução na produção de bens de consumo duráveis, as facilidades para a aquisição da casa própria através do Banco Nacional de Habitação (BNH) etc, asseguraram às classes médias o usufruto de um padrão de vida infinitamente superior àquele do período precedente.

A partir do final do ciclo econômico do “Milagre Econômico Brasileiro”, amplos segmentos das classes médias (alguns dos quais, assustados pelo crescimento dos movimentos operários e populares no período precedente ao golpe militar, o haviam apoiado) assumiram oposição ao regime militar. Movimentos em prol de uma anistia ampla, geral e irrestrita, pela convocação de uma assembléia nacional constituinte democrática, e da restauração das liberdades democráticas, mobilizaram as classes médias, em especial seus segmentos economicamente inferiores e assalariados. Esta mobilização ocorreu através dos manifestos de artistas e de intelectuais, de pronunciamentos da Ordem dos Advogados do Brasil, da pressão da mídia escrita, de vários movimentos sociais (direitos humanos, mulher, carestia, defesa da Amazônia etc).

O movimento estudantil, majoritariamente formado por membros oriundos das classes médias, resistiu intensamente ao golpe militar até 1968. A morte do estudante Edson Luís desencadeou o ponto mais elevado da mobilização estudantil nos anos 60, qual seja a passeata dos 100 mil ocorrida no mês de junho de 1968. A repressão ao 30º Congresso da União Nacional dos Estudantes e a prisão e exílio de algumas das suas principais lideranças romperam a trajetória

de ascensão do movimento estudantil (único movimento permanente de resistência à ditadura militar durante um longo período).

A classe operária foi, juntamente com os trabalhadores rurais, o grupo social que mais perdeu com o regime militar. O arrocho salarial foi se intensificando durante praticamente todo o período. Para tanto, concorreram as políticas econômicas dos governos militares, o grande exército industrial de reserva conformado com a modernização da agricultura e a concentração da propriedade da terra e a desorganização e desmobilização da organização sindical operária.

As greves, o principal canal de participação e intervenção política da classe operária brasileira, foram amordaçadas a partir das greves de Osasco (São Paulo) e Contagem (Minas Gerais) em 1968. As intervenções e destituição de diretorias sindicais combativas e, principalmente, a atuação do Instituto Cultural do Trabalho (ICT), responsável pelo treinamento de dezenas de ativistas sindicais com a função de infiltrar nos sindicatos e inviabilizar qualquer forma de mobilização, asseguraram uma profunda e prolongada apatia política da classe operária. O resultado foi um grau extremado de exploração da classe operária, conforme podemos apreender através da comparação das populações subnutridas entre 1961/63, que totalizavam 38% da população e 1974/75, quando atingiu 67% da população (Domingues, Leite, 1983, p. 403).

Os trabalhadores rurais compuseram o grupo social que foi submetido ao maior grau de exploração social durante o regime militar. Esta realidade derivou da destruição da organização que os trabalhadores rurais haviam conquistados no final dos anos 50 e início dos anos 60 (a formação das Ligas Camponesas, a criação de sindicatos e a sindicalização dos trabalhadores rurais nos mesmos), o movimento nacional pela reforma agrária, os congressos de trabalhadores rurais, etc), da manutenção de formas primitivas de acumulação no campo e da transferência de rendas para o setor urbano.

A modernização da agricultura e a concentração das terras desencadeou a proletarização de amplas camadas dos trabalhadores rurais, convertendo-os em trabalhadores operários de pequena qualificação nas indústrias e empresas de serviços urbanos, bem como nos assalariados rurais temporários e permanentes. Aqueles que mantiveram-se na pequena propriedade, quase sempre sob uma agricultura tradicional, produziram produtos que compunham a cesta básica dos trabalhadores assalariados e submetidos a intenso tabelamento.

Os governos militares deram prosseguimento ao processo de internacionalização econômica que teve início com o Programa de Metas. O novo momento da homogeneização oligopolista do mercado internacional determinou um movimento ainda mais intenso de oligopólios industriais e de capitais, quando comparado com aqueles vividos nos anos 50 e início dos 60. Este novo momento da internacionalização econômica foi decisivo, juntamente com o programa de reestruturação econômica do ministro da fazenda Roberto Campos, para deflagrar o novo ciclo expansivo do padrão de acumulação representado pelo chamado “Milagre Econômico Brasileiro”.

Este ciclo econômico desenvolveu-se sobre as bases das relações interindustriais taylorista-fordistas. Tecnologias, como também modelos empresariais foram importados pelo país com o objetivo de completar o processo de internalização de todos os ramos produtivos industriais materializados nos Departamentos I, II e III da economia, teoricamente capazes de proporcionar um desenvolvimento nacional auto-sustentável. O “Milagre Econômico Brasileiro”, ciclo econômico projetado para a internalização dos diversos ramos industriais sobre um padrão de relações interindustriais taylorista-fordistas, ocorreu, concomitantemente, à superação deste padrão de relações interindustriais nos países cênicos.

A crise do petróleo, responsável pela aceleração da superação do sistema de relações interindustriais taylorista-fordistas nos países cênicos, concorreu para confirmar este sistema

nos países periféricos e dependentes e para quebrar o dinamismo das suas economia. Na sociedade brasileira, em particular, antecipou e expôs a longa crise da econômica.

O II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) buscou assegurar a continuidade do dinamismo econômico do período do “Milagre Econômico Brasileiro”. Sob condições econômicas internacionais adversas, tentou-se internalizar os últimos ramos de atividade industrial que compunha o Departamento I e converter o referido departamento em dominante no interior das relações interdepartamentais. Após dois anos de implementação o II PND esgotou-se melancolicamente.

O esgotamento do II PND se desenvolveu, concomitantemente, com a política de distensão do governo Gaisel. Como desdobramento dessa política ocorreu a flexibilização do regime ditatorial, a negociação com a oposição conservadora e o início da transição política sob tutela militar.

4.1-Governos Militares e Planos Econômicos

Entre 1964 e 1976, os governos militares buscaram implementar vários planos governamentais. Beneficiando de condições políticas extraordinárias, proporcionadas pela hegemonia do executivo e pela ampla base político-institucional de apoio, e das experiências e diagnósticos acumulados pelo Estado na condução de planos governamentais, realizados ao longo de quase meio século, os governos militares implementaram o Programa de Ação Econômica do Governo (1964-1966), o Plano Decenal de desenvolvimento Econômico e Social (1967-1976), o Programa Estratégico de Desenvolvimento (1968-1970), Metas e Bases para a Ação Governamental (1970-1972) e os I, II e III Planos Nacionais de Desenvolvimento (1972-1985) .

Os planos orientaram-se para dar respostas em várias direções. Os constantes desequilíbrios do balanço de pagamentos dos governos impuseram políticas de incentivo a

exportação de produtos agrícolas, minerais e manufaturados, racionalizar o sistema tributário e fiscal, criar a indústria petroquímica etc. A continuidade do processo de atração de capitais externos obrigava estabelecer um controle da inflação, estimular o mercado de capitais, criar condições e estímulos novos à entrada de capitais e tecnologias estrangeiras, elaborar mecanismos de refinanciamento das dívidas públicas etc (Ianni, 1986, p. 229-242).

Para a conservação das elevadas taxas de acumulação nos setores públicos e privados o governo acentuou a contenção dos níveis salariais em todos os setores da atividade econômica, o projeto de Reforma Agrária não superou a condição de estudos realizados e buscou-se ampliar a oferta de postos de trabalho. Os novos desafios no plano da ciência, tecnologia e formação profissional determinou a modernização das estruturas universitárias do país.

Os objetivos, os órgãos criados e a reformulação administrativa conduzida se orientavam no sentido de imprimir uma nova qualidade econômica, social e institucional ao sistema econômico monopolista, dependente e internacionalizado brasileiro. A articulação desenhada para o mercado de capital, o mercado de força de trabalho e a estrutura industrial, deveria reestruturar a base produtiva, assegurar a entrada e saída de capitais e preparar as condições para uma otimização da acumulação do grande capital.

Através do Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica, o governo Castello Branco deu início à implementação do Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG) para os anos 1964-1966. Seus objetivos principais eram acelerar o ritmo de desenvolvimento econômico dando fim ao longo ciclo recessivo; conter o processo inflacionário e obter um equilíbrio dos preços; atenuar os desniveis econômicos setoriais e regionais e as tensões criadas pelos desequilíbrios sociais; assegurar investimentos e oportunidade de empregos para o novo contingente de mão-de-obra que afluía para o mercado; e conter os déficits do balanço

de pagamentos para assegurar a capacidade de importar e o prosseguimento do desenvolvimento².

Para assegurar o desenvolvimento do programa, foram criados o Banco Nacional de Habitação (BNH), a Coordenação Nacional de Crédito Rural (CNCR), o Fundo de Democratização do capital das empresas (FUNDECE), o Fundo de Financiamento para Aquisição de Máquinas e Equipamentos Industriais (FINAME) e o fundo de financiamento de Estudos de Projetos e Programas (FINEP). A reformulação da estrutura administrativa federal também compôs o processo de instrumentalização do governo para a implementação do PAEG.

A eficácia obtida através do PAEG no controle da inflação, no equilíbrio do balanço de pagamento, na recomposição da capacidade de investimento do setor público e na reestruturação do mercado de capitais, ou seja, de reequacionar os elementos econômicos estruturais (excluindo obviamente aqueles de caráter político-social) que concorreram para a longa crise recessiva de 1962 a 1967 e preparar a retomada de um novo ciclo econômico expansivo, estimulou o governo a buscar um plano mais ambicioso em termos dos seus objetivos. Nesta perspectiva, através do Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica, na pessoa do ministro Roberto Campos, o governo Castello Branco começou a formular, através dos Grupos de Coordenação instalados em 21 de março de 1966, o Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico e Social.

Sob uma concepção tecnocrática de planejamento econômico, foram elaborados estudos e diagnósticos da economia brasileira, concentrando-se, especialmente, no período compreendido entre 1945 e 1966. Dessa forma, acreditava-se, seria possível um planejamento projetado para um período de 10 anos, ou seja, de 1967 a 1976.

² - Sobre o PAEG e os demais planos econômicos dos governos militares podem ser consultados Octavio Ianni, Estado E Planejamento Econômico No Brasil, 1986, p. 229-242; Lídia Goldenstein, Repensando A Dependência, 1994, p. 67-75; Paul Singer, A Crise Do "Milagre", 1989, p. 15-76; Guido Mantega e Maria Moraes, Acumulação Monopolista E Crises No Brasil, 1980, p. 51-105; Francisco de Oliveira, A Economia da Dependência Imperfeita, 1974, p. 76-113.

Conforme demonstrou Ianni (1986, p. 237-242), o plano possuía como diretrizes básicas a programação (da produção, do consumo e dos investimentos) da União, das suas autarquias, empresas e sociedades de economia mista, com as respectivas fontes de financiamento, e a definição de critérios de ação do governo através dos instrumentos institucionais de regulação econômica. No sentido destas diretrizes, o plano se desdobraria no diagnóstico do comportamento global da economia brasileira, na elaboração de um modelo interpretativo global do seu desenvolvimento, na fixação dos objetivos básicos de crescimento, na apresentação dos diagnósticos e dos planos setoriais de desenvolvimento e na consolidação dos elementos normativos sob o controle do governo.

A amplitude assumida pelos objetivos e diretrizes do Plano Decenal não se concretizou. Na verdade, foi melancolicamente abandonado. Ianni interpretou tal desfecho como uma consequência da luta pelo poder, dentro e fora do governo, modificando a constelação política que dava sustentação ao governo Castello Branco, e a vitória da candidatura do então general Arthur da Costa e Silva, cuja intenção de começar a restauração da “democracia representativa” era contraditória com a concepção tecnocrática que norteou o referido Plano. Segundo o autor,

“Mais uma vez, a estrutura do poder político afetava a maneira pela qual deveriam organizar-se as relações entre o Estado e a economia” (1986, p. 242).

O Programa Estratégico de Desenvolvimento, para ser executado nos anos de 1968 a 1970, do governo Costa e Silva, não incorporou os diagnósticos contidos no Plano Decenal. A sua aplicação correspondeu, contudo, às diretrizes presentes no PAEG e aprofundadas no Plano Decenal. Aliás, mais do que previsível e comum a todos os governos militares até a presidência Geisel, visto que na base do governo situavam as mesmas forças políticas e econômicas hegemônicas com o golpe de 1964.

O Programa Estratégico de Desenvolvimento se assemelhava muito ao PAEG, à medida que ambos foram programas ou planos econômicos, ou seja, uma estrutura de gestão macroeconômica que, como tal, incorporava diagnósticos, diretrizes e políticas econômicas de curto-médio prazo. Diferenciava-se, portanto, do Plano Decenal, visto que este caracterizava-se como planejamento que incorporava diagnósticos e diretrizes globalizadoras e orientadas para longo prazo. Enquanto planejamento que se desenvolveria em longo prazo, ele seria operacionalizado através de planos e programas e de políticas econômicas de curto-médio prazo.

O Programa Estratégico de Desenvolvimento, coerente com o seu caráter, realizou um diagnóstico conjuntural da economia brasileira. Reconheceu como problemas cruciais, ao nível conjuntural, a redução da liquidez - desencadeado pela expansão de custos (juros, tarifas, serviços públicos etc), pelo controle quantitativo do crédito, pela elevação do custo médio de produção decorrente da redução de demanda e pela injeção maciça de papéis do governo no mercado de capitais - e da demanda - desencadeado pela redução dos níveis salariais, pelo aumento da carga tributária, pelo aumento dos preços de certos serviços, pela queda da produção agrícola em 1966 e pela redução dos níveis de investimentos privados. O governo Castello Branco era interpretado, através da justificativa do programa, como o responsável principal pela redução da liquidez e demanda.

O governo Castello Branco, através da gestão do ministro do planejamento e coordenação geral Roberto Campos, teria excedido no seu empenho de conter o déficit público, equilibrar o balanço de pagamentos e recompor a poupança interna. Através do reajuste drástico de tarifas e preços das empresas públicas e da criação de contribuições compulsórias (como o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço), o governo teria provocado uma desaceleração excessiva da economia e gerado uma enorme capacidade ociosa no setor industrial. Teria, ainda, provocado uma inflação de novo tipo através da sua política antiinflacionária, qual seja transformado uma inflação gerada através da expansão de demanda, com níveis elevados de

utilização da capacidade produtiva, para uma inflação de expansão dos custos de produção, com níveis elevados de capacidade industrial ociosa.

Stepan (1975, p. 166-183) identificou contradições de fundo entre o grupo militar organizado em torno de Castello Branco e o grupo militar organizado em torno de Costa e Silva. Estas contradições se expressariam na sucessão presidencial e nas orientações governamentais.

O grupo articulado em torno de Castello Branco tinha como origem a Força Expedicionária Brasileira (FEB) e a Escola Superior de Guerra (ESG). Partilhavam do entendimento de que era necessário criar instituições militares que colaborassem para a criação de um modelo de governo racional e planejado. Após 1964 aprofundaria a crença na capacidade dos militares em conduzí-lo. Eram também adeptos de maior abertura ao capital estrangeiro, especialmente norte americano e defendiam maior espaço de ação para o capital privado nacional, condenando a excessiva estatização da economia. Finalmente, reafirmavam o alinhamento com o Ocidente, integrando a política nacional à política externa norte americana.

O grupo articulado em torno de Costa e Silva originava-se na Escola Superior de Aprimoramento Oficiais (ESAO). Partilhavam orientações menos anti-nacionalistas em termos econômicos, reafirmavam a necessidade da ampliação do setor estatal da economia e eram partidários de um desenvolvimento nacional financiado através do fomento das exportações (especialmente a exportação de recursos naturais). Por fim, reivindicavam maior autonomia do país no contexto internacional.

Estas contradições redundariam nos abandonos do Plano Decenal e do projeto de reforma Agrária por parte do governo Costa e Silva. Levaria também à crítica e reorientação de aspectos da política econômica de Roberto Campos (Stepan, 1975, 166-183). Em termos macroeconômicos, entretanto, não foram capazes de desencadear rupturas ou transformações de grande significado, como revelou o ciclo econômico do “Milagre Econômico Brasileiro”.

Em que pese o diagnóstico e as concepções do governo Costa e Silva, as orientações econômicas e políticas não se modificaram significativamente. O discurso pró-restauração da “democracia representativa” do governo Costa e Silva foi afogado através das Constituições Brasileira de 1967 e 1969 e pelo Ato Institucional nº 5 (por ele mesmo promulgado), assegurando a continuidade da hipertrofia do executivo; o elevado confisco salarial e as contribuições compulsórias permaneceram; a pressão de custos e de demanda, particularmente sensível nas indústrias de bens correntes, assegurou a continuidade das falências e concordatas e da concentração de capitais.

Com a morte do presidente Costa e Silva teve início as lutas internas às forças econômicas e políticas hegemônicas no processo da eleição no novo governo. Com o governo Médici empossado será aplicado o programa de Metas e Bases para a Ação do Governo.

No governo Médici, em função do próprio endurecimento do regime e do consenso assegurado pelo dinamismo econômico obtido, a hipertrofia do executivo atingiu o seu ápice. Incomparavelmente superior aos níveis atingidos pelos governos militares que o precederam e que o sucederam. Tal foi o nível de hipertrofia que o próprio programa Metas e Bases para a Ação do Governo encontrava-se vazio de conteúdo. O núcleo da tecnocracia, sob um pragmatismo extremamente conservador, definiu as políticas econômicas de governo através dos ministérios, coerente com os objetivos, técnicas de planejamento e políticas econômicas inauguradas com o PAEG. Tais políticas não foram se quer debatidas pela imprensa burguesa (e muito menos pela sociedade), mas sim pelos “lobbies” e interferências das entidades classistas burguesas ao nível dos bastidores.

Antônio Delfim Neto, ministro do planejamento, da agricultura e da fazenda nos governos Costa e Silva, Médici e Figueiredo, arquétipo do pragmatismo conservador da tecnocracia, definiu como metas do governo assegurar a centralização das políticas econômicas com a descentralização ao nível da ação econômica (na forma de incentivo à competição do

empresariado e da concessão de autonomia administrativa e financeira às empresas estatais); qualificar a tecnocracia para o exercício da planificação macroeconômica; instalar uma economia de mercado e estável do ponto de vista das orientações governamentais; e fortalecer o poder de compra dos salários e dirimir desequilíbrios regionais (Ianni, 1986, p. 252-254). A recorrência aos recursos financeiros internacionais, a entrada de novas multinacionais e associação entre empresas nacionais (públicas e privadas) e multinacionais ocuparia um papel central na política econômica do governo.

Em 1974, teve início o II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), cuja aplicação deveria se estender a 1978. Premido pelo decréscimo do dinamismo econômico e pela crise do balanço de pagamentos o plano localizou, através de um diagnóstico da economia nacional, os grandes gargalos econômicos. Completar a instalação do setor de bens de produção assumiu um papel estratégico. A implantação deste setor foi interpretado como capaz de transferir estímulos econômicos aos demais setores, assegurando a retomada da dinamicidade econômica do país em níveis elevados e prosseguir na substituição de exportações, aliviando a pressão sobre o balanço de pagamentos.

A aplicação do II PND, sob condições severas como a elevação das taxas de juros internacionais e dos insumos e tecnologia importados, não assegurou o dinamismo econômico da fase precedente e nem tampouco possuiu o fôlego necessário para se estender ao final do período previsto. Os incentivos aos capitais privados nacionais e internacionais foram vigorosamente reduzidos. A partir de 1976, quando de fato o Plano entrou em colapso e se extinguiu, os sinais de uma crise agônica transparecem através da queda do PIB, do crescimento da dívida externa e da inflação em permanente crescimento, conforme podemos confirmar através das Tabelas IV e XI.

O velho modelo de gestão tecnocrática, pragmático e conservador não conseguiu mais aplacar as contradições internas do bloco das forças econômicas e políticas hegemônicas a

partir de 1964. A frase histórica do ainda ministro da fazenda Antônio Delfim Netto, “Dêem-me o ano e não se preocupem com décadas”, foi desautorizada pela dinâmica das contradições sobre as quais se apoiava a economia brasileira, com rupturas importantes da base de sustentação política do regime militar.

Os planos econômicos dos governos militares se caracterizaram, enfim, pela formulação de políticas econômicas que articulassem mercado de capital, mercado de força de trabalho e estrutura industrial monopolística, sob aceleração da internacionalização de capitais financeiros e de empresas. Tais planos foram assegurados através de uma tecnocracia centralizadora, pragmática e conservadora, assegurada por um executivo hipertrofiado.

4.2-O Ciclo Econômico do “Milagre Econômico Brasileiro”

O ciclo econômico do “Milagre Econômico Brasileiro” marcou o final da recessão que se estendeu de 1962 a 1967. Marcou, também, uma nova fase da internacionalização da economia brasileira através do agigantamento da sua estrutura produtiva, de um lado, e da presença maciça de empresas e capitais norte-americanos, de outro.

O ciclo econômico do “Milagre Econômico Brasileiro”, beneficiando-se de uma conjuntura internacional caracterizada por uma elevada liquidez e por uma intensa transnacionalização de grandes corporações norte-americanas, otimizou a articulação econômica em torno do mercado de capital, do mercado de força de trabalho e da estrutura industrial monopolística, acelerando a acumulação de capitais privados nacionais e internacionais aplicados no país. Converteu, dessa forma, a economia brasileira, na conjuntura que se estendeu de 1968 a 1973, num grande centro expansivo, de caráter monopolista, dependente e internacionalizado do sistema capitalista.

4.2.1-As Condições da Expansão do Ciclo Econômico do "Milagre Econômico Brasileiro"

A grande expansão econômica ocorrida entre 1968 e 1974 decorreu de um conjunto de elementos internos e externos ao país. O golpe militar de 1964 assegurou a centralização política e as redefinições institucionais necessárias para o impulsionamento de uma fase de expansão do padrão de acumulação internacionalizado numa nova qualidade. A repressão aos movimentos sociais, especialmente a desarticulação político-sindical dos trabalhadores, proporcionou um intenso processo de depreciação dos salários. Conforme podemos confirmar através da Tabela II, o salário mínimo caiu a níveis alarmantes, ampliando a massa de excedentes acumulados.

O Estado promoveu uma reestruturação do capital financeiro nacional. Primeiramente, incentivou a fusão de várias instituições financeiras privadas, conformando um conglomerado financeiro com uma consistente base monetária. As instituições financeiras estatais completaram o conglomerado. Em segundo lugar, incentivou o sistema de crédito ao consumidor, com o objetivo de assegurar a realização das mercadorias, em especial dos bens duráveis produzidos pelos monopólios multinacionais. Finalmente, criou, em setembro de 1966, a poupança compulsória na forma do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), que através do recolhimento do equivalente a 8% do salário do trabalhador, viabilizou a concentração de grandes massas de recursos no Estado com possibilidade de investimentos por parte do mesmo.

O FGTS cumpriu um papel especialmente importante na preparação da expansão econômica do período. Seus recursos foram verticalizados, em grande parte, para o Banco Nacional de Habitação (BNH). Como esta instituição voltava-se para o financiamento de moradia de classe média alta - estima-se que apenas 25% das 1.050.000 unidades residenciais construídas entre 1964 e 1974 eram de fato casas populares - transformou-se num dos instrumentos responsáveis pelo ritmo acelerado de expansão e acumulação da indústria da construção civil. O barateamento dos custos de moradia da classe média alta ampliaram as

condições de consumo deste grupo social (de bens duráveis, principalmente), o que também propagou os “benefícios” do FGTS, indiretamente, para os demais setores industriais.

O FGTS foi utilizado, ainda, para financiar obras públicas como as pontes Colombo Salles (ligando a ilha de Florianópolis ao continente) e Presidente Costa e Silva (ligando a cidade do Rio de Janeiro à cidade de Niterói).

O prosseguimento do processo de incorporação de novas áreas à economia industrial do Centro-Sul entrou em nova etapa. O projeto de construção da rodovia Transamazônica e a sua justificativa, que a caracterizou como um instrumento final da integração nacional, confirmou este processo. Instituições como a SUDAM, SUDECO e SUDENE delineiam a integração das regiões sob o prolongamento da anterior divisão inter-regional do trabalho, permitindo a expansão do capital monopolista da região Centro-Sul sobre novas e antigas atividades nas regiões Norte, Centro-Oeste e Nordeste.

O Estado assegurou grandes inversões em infra-estrutura - transporte, telecomunicações, usinas etc. Prosseguindo orientações apontadas na primeira metade dos anos 50 através da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, as grandes inversões em infra-estrutura permitiram baratear custos de produção e comercialização e consolidar mercado para matérias primas e produtos industrializados. Destacaram-se a criação da Petrobrás Química (Petroquisa), Petroquímica União, Siderúrgica Brasileira (SIDERBRÁS) e as inaugurações das hidroelétricas de Passo Real e Passo Fundo no Rio Grande do Sul e Usina de Ilha Solteira em São Paulo, ao nível da geração de insumos e serviços.

O Plano de Integração Nacional (PIN), com o propósito de ocupar os espaços vazios da Amazônia, planejou a construção de estradas como as rodovias Transamazônica (que previa 5.000 km de extensão interligando a cidade de Estreito no então Estado de Goiás à Humaitá no Estado do Amazonas) e Cuiabá-Santarém (que previa 1.784 km de extensão). A conclusão de obras como a Belém-Brasília também compôs as metas do Estado neste período.

As inversões do Estado ocorreram, ainda, diretamente, em benefício do setor privado através de instituições de financiamento de capital fixo. Especialmente importante nesta direção foi a Agência Especial de Financiamento Industrial (FINAME), voltada para financiar o reaparelhamento e/ou a conformação de novas estruturas de produção do setor industrial.

O setor de mercado externo - não mais formado basicamente por produtos oriundos do subsetor agroexportador do setor agropecuário, mas também por produtos oriundos das indústrias produtoras de bens de consumo duráveis e não-duráveis e por produtos oriundos dos grandes projetos de extração e pré-industrialização de minerais - permitiu um enorme fomento das exportações a ponto de crescer quase 30% ao ano entre 1968 e 1973. As exportações, que acumularam 1.654 milhões de dólares em 1967 e que atingiram a casa dos 3.991 milhões de dólares em 1972 (Singer, 1984, p. 230-231), permitiram cobrir em parte os custos dos bens de produção voltados para completar uma nova fase da internacionalização do Departamento I, como também os gastos relativos ao endividamento interno e externo.

O Estado, através destes processos e mecanismos, planejou, coordenou e dirigiu a nova fase de expansão; teve ampliado a sua condição de agente produtivo e financeiro da expansão; converteu-se como nunca num instrumento controlador e repressor da classe trabalhadora; edificou uma estrutura pública e privada de comunicação com modernos aparelhos ideológicos para a manipulação das classes populares.

As condições para a expansão do “Milagre Econômico Brasileiro” não decorreram apenas das inversões públicas e/ou das políticas econômicas responsáveis pela alocação e realocação de recursos, estímulo à exportação etc. As indústrias monopolistas conviveram com uma capacidade ociosa que precedeu ao referido período. Conforme podemos observar através da Tabela XI, a capacidade ociosa da indústria nacional atingiu 18,9% da sua capacidade produtiva total em 1967. Esta capacidade ociosa pôde ser preenchida com a expansão do mercado para estas indústrias devido a falências e concordatas de indústrias não monopolizadas

decorrente da longa recessão, a nova fase da expansão/integração do mercado nacional e as exportações aumentadas.

À acumulação de capital proporcionada pela otimização da capacidade produtiva agregou as condições criadas para a ampliação do capital constante das empresas. As empresas monopolistas possuíam poupança acumulada por mais de uma década de acumulação sob condições de extremo favorecimento, tais como incentivos fiscais, linhas de financiamentos de longo perfil, incentivos para a exportação etc. Na conjuntura de arrancada do “Milagre Econômico Brasileiro” foram criadas enormes facilidades para a obtenção de novos financiamentos junto às instituições financeiras públicas e a conservação de grandes incentivos para a diversificação dos investimentos, estendendo-se para as atividades agropecuárias.

Finalmente, o mercado mundial proporcionou uma enorme disponibilidade de capitais. Essa disponibilidade chegou a ser dez vezes superior entre 1969/73 se comparados aos valores disponíveis entre 1949/69 (Mantega, Moraes, 1980, p. 54). O endividamento externo completava as condições da nova expansão monopolista no Brasil.

Ironicamente, o intervencionismo e dirigismo estatal agigantou-se num período em que liberais anti-estatistas como Roberto Campos, Delfim Netto, Mário Henrique Simonsen, e outros, encontravam-se à frente da área econômica dos governos militares. As diversas frações burguesas, por sua vez, “toleraram” o crescimento do setor público à medida que este não se desenvolveu em setores econômicos sobre os quais a burguesia encontrava-se solidamente instalada e, nem tampouco, este processo limitou a “privatização” do setor público na forma de financiamento, incentivos, subsídios etc, assegurados por parte do Estado para o setor privado.

4.2.2-As Características do Ciclo Econômico

O ciclo econômico do chamado “Milagre Econômico Brasileiro” consolidou as transformações estruturais inauguradas no governo JK, caracterizadas pela crescente integração

do mercado nacional, pela internacionalização econômica e pela hegemonia do capital monopolista e oligopolista. As condições políticas, institucionais e econômicas para o desenvolvimento do referido ciclo foram criadas através do golpe militar de 1964, responsável pela derrocada política e organizativa do movimento operário e das frações burguesas não monopolistas; pela reforma constitucional de 1967, chamada a redefinir relações entre o capital nacional e internacional e entre Estado e sociedade civil; e pelas políticas econômicas dos governos militares, invocada para conduzir a concentração e centralização de capitais principalmente através do arrocho salarial.

Criaram-se as condições para um “boom” econômico, privilegiando os setores monopolistas do setor público e do setor privado concentrados, respectivamente, nos Departamento I e III. A impulsão foi dada por três elementos. Ocorreu um deslocamento de um número expressivo de multinacionais para o Brasil à procura de vantagens relativas como matérias-primas e mão-de-obra - a maioria norte-americanas, enquanto que no primeiro ciclo da internacionalização predominaram os oligopólios europeus.

As multinacionais recém-chegadas, juntamente com as demais instaladas anteriormente, passaram a produzir voltadas também para o mercado externo. Incentivos fiscais e creditícios criados pelo governo, além, é claro, da capacidade ociosa dos monopólios, do mercado sub-continental representado pelos demais países da América Latina e das pressões do governo para equilibrar o balanço de pagamento determinaram uma crescente participação das multinacionais no mercado externo.

O endividamento externo proporcionou o outro elemento responsável pelo impulso do “Milagre Econômico Brasileiro”. Os empréstimos voltavam-se para saldar as dívidas de importações - especialmente de bens de capital - e renegociar a dívida externa - em torno de 3.900 milhões de dólares em 1968 (Tabela IV). O fato do processo de monopolização da fase precedente ter se voltado basicamente para o mercado interno não proporcionou as divisas

externas necessárias para cobrir a remessa de lucros, dividendos, royaltes, bens de capital - cuja reversão em termos expressivos ocorreu a partir do período do “Milagre”, não antes.

Tal realidade decorreu, ainda, do fato de que a expansão precedente ter se conservado, basicamente, no Departamento III, sendo que o Departamento I, também ampliado, não diversificou a sua produção para além de insumos e tecnologia básica, não se estendendo para a geração de bens de produção de elevada composição tecnológica, o que somente teria início no período do “Milagre Econômico Brasileiro”. Portanto, somente o endividamento externo poderia possibilitar os meios de financiamento complementares às fontes internas de financiamento para a expansão do “capitalismo monopolista associado e dependente”.

O setor público da economia, concentrado basicamente no Departamento I, passou a assumir uma função lucrativa. A venda subsidiada de insumos e serviços para o setor privado foi moderada sob pena de descapitalizar e inviabilizar a expansão do referido departamento, sem o qual o “Milagre Econômico Brasileiro” não seria possível.

O processo de descapitalização do setor público em curso até o “Milagre Econômico Brasileiro” encerrou, em si mesmo, duas outras formas de descapitalização, não apenas dele mas da economia nacional como um todo. Primeiramente, a transferência dos “estímulos” da expansão das forças produtivas do país para os grandes centros capitalistas, à medida que a comercialização dos produtos do setor público com um subsídio implícito na forma da comercialização dos insumos e tecnologia a preços que empatavam com os custos de produção (ou mesmo abaixo deles), ampliava as margens de lucros da multinacionais, os quais eram transferidos para seus países de origem. Ocorria, portanto, uma descapitalização da estrutura produtiva nacional.

Em segundo lugar, proporcionou, ainda, uma facilidade indireta para as exportações realizadas por parte das multinacionais, que dessa forma compensavam o atraso tecnológico das

plantas industriais aqui instaladas com os insumos industriais subvalorizados produzidos pelo setor público.

Além de pressionado pelo balanço de pagamento em constante desequilíbrio - especialmente devido à carência de divisas para assegurar a importação de tecnologia e a remessa dos lucros das multinacionais e encargos financeiros da dívida externa - o Estado preservava condições que possibilitavam dinamizar exportações e acentuar as pressões sobre as exíguas divisas, à medida que o lucro ampliado pelo processo descrito tendia sair do país. Formava-se um agudo processo de desnacionalização dos excedentes socialmente produzidos, cuja moderação dependia da própria estabilidade relativa da expansão que então teve início. Para tanto, a relativa correção dos valores dos insumos e tarifas públicas tornava-se necessária.

Aspecto importante foi a nova relação estabelecida entre os capitais. No período compreendido entre 1930 e 1954, as relações estabelecidas entre os capitais no âmbito da estrutura de produção restringiam-se, basicamente, ao capital privado nacional e ao capital estatal. O capital multinacional encontrava-se alheio, em termos fundamentais, da produção.

A oposição que o capital privado nacional exerceu com relação ao capital estatal - com exceção da fração da burguesia comercial que monopolizava o circuito da exportação e importação, que defendeu um retorno da economia brasileira para a divisão internacional do trabalho precedente e que teceu uma crítica contundente ao papel industrializante do capital estatal - possuiu um caráter fluido. Manifestava-se em conjunturas precisas: quando seus interesses encontram-se imediatamente comprometidos pela presença/expansão das empresas estatais em ramos de atividade que o capital privado nacional encontrava-se consolidado.

A oposição do capital privado nacional à ação do capital estatal não assumiu um cunho sistemático porque não possuía condições de substituí-lo na implantação dos novos ramos industriais; porque o setor estatal proporcionava serviços e produtos não raramente abaixo dos próprios custos de produção ampliando as condições de lucratividade no setor privado nacional;

porque a expansão do setor estatal ampliava as possibilidades de diversificação da produção do setor privado; e porque a `classe dirigente` dispunha de instrumentos como política cambial, linhas de financiamentos, etc, para sobrepor aos interesses corporativos e imediatistas dos grupos dominantes.

O capital monopolista internacional - em especial o norte-americano - pouco participou da estrutura produtiva industrial nacional no período precedente à internacionalização da economia. A liberação de empréstimos norte-americanos para a implantação de projetos, como a instalação da Companhia Siderúrgica Nacional de Volta Redonda, decorreu mais da disputa de hegemonia internacional, prontamente explorada pelo governo Vargas, conforme demonstrou a literatura referente à industrialização brasileira, do que de interesses econômicos imediatos. A oposição do capital internacional tornava-se veemente quando da incidência de elevadas taxas alfandegárias sobre mercadorias importadas ou do controle da saída de lucros dos investimentos aqui realizados.

A partir do Programa de Metas, com a ampla instalação de um setor industrial multinacional e a ampliação do capital estatal, as relações entre capitais privados e estatal tornaram-se mais complexas. O capital privado nacional conservou a sua oposição de cunho não sistemático em relação ao capital estatal, estabelecendo determinados limites na ação do capital estatal e usufruindo de múltiplos benefícios do referido capital ou das instituições e mecanismos controlados pela `classe dirigente`.

Enquanto o capital comercial monopolista importador e exportador manteve a sua tradicional oposição à ação do Estado em prol da industrialização acelerada, o capital industrial privado nacional, como exemplificam os setores vinculados a indústrias de equipamentos e autopeças, respaldaram a ação do Estado. Outros setores industriais, como aqueles organizados na Associação Brasileira para o Desenvolvimento da Indústria de Base (ABDIB), que congregava empresas fortemente atreladas ao setor estatal, assumiram o apoio explícito à

presença expansiva do Estado na economia visto que, por extensão, ampliavam a sua própria presença econômica.

O capital multinacional, tal qual o capital industrial privado nacional, assumiu uma oposição formal e de superfície em relação a ação do capital estatal. A oposição do capital internacional foi intensa apenas quando se desenvolviam debates no sentido de criar/ampliar reservas de mercado para a indústria nacional, quando do impedimento da presença do capital internacional nos setores denominados “estratégicos” aos interesses nacionais, ou, ainda, quando da adoção de políticas restritivas à remessa de lucros.

O padrão de acumulação e financiamento capitalista que teve início com o Programa de Metas e que conviveu com um importante ciclo expansivo no período do “Milagre Econômico Brasileiro”, monopolista, dependente e internacionalizado, não apenas preservou, mas também ampliou enormemente a participação do capital estatal na economia. Vários fatores concorreram para tanto. A lógica da expansão do novo padrão econômico consistia em tomar recursos externos baratos à altura daquela conjuntura e potencializá-los internamente. O setor público, o maior de todos os tomadores de empréstimos externos, investia na produção, ampliava as possibilidades de investimento do capital privado nacional e multinacional e otimizava a realização destes capitais graças a infra-estrutura proporcionada pelo setor público.

O setor público convertia-se também num grande comprador de mercadorias do setor privado. Ao mesmo tempo oferecia ao setor privado serviços e produtos de custos inferiores àqueles existentes no mercado internacional, o que aprofundava as condições de plena acumulação no referido setor.

A relação era especialmente interessante para o capital multinacional à medida que o setor público contraia empréstimos externos junto a instituições financeiras como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, mas cuja origem estava nos grupos oligopolísticos internacionais. Em outras palavras, o setor público, ao diversificar as suas atividades produtivas

gerando novos serviços e produtos e instalando uma consistente infra-estrutura nacional, ampliava as condições de realização dos capitais privados, sendo que ao capital privado internacional ocorria uma rentabilidade extra na forma dos rendimentos dos empréstimos contraídos.

Uma boa parte das transações financeiras envolvendo multinacionais, instituições financeiras internacionais e o Estado sequer envolviam capitais líquidos, mas sim equipamentos, insumos industriais, assistência técnica, etc, proporcionados pelas matrizes de grupos oligopolísticos. Os próprios empréstimos consistiam em processos de realização de mercadorias das matrizes dos grupos oligopolísticos - tecnologia defasada, não raramente - ao mesmo tempo que dava um sentido lucrativo ao excesso de liquidez internacional - ou seja, dos excedentes financeiros que ultrapassavam a possibilidade de acumulação nos países cênicos.

Os empréstimos internacionais realizados por parte do Estado, que entre outros objetivos deveria implementar o capital estatal, apresentava a maior garantia entre todos os tomadores de empréstimos, qual seja o fundo público e as próprias instalações de produção e de serviços do setor público. Portanto, concomitantemente à abertura de possibilidades criadas pelo padrão de endividamento externo para a realização econômica dos capitais oligopolísticos internacionais e monopolísticos nacionais, agregava-se a garantia econômica dos empréstimos representada pelo patrimônio público e a transformação destes empréstimos em capitais de risco no horizonte estratégico.

O imbricamento que os capitais passaram a assumir a partir da segunda metade dos anos 50 não apenas no Brasil e América Latina, mas em todo o mundo; a consolidação das economias regionais como subsistemas do capitalismo mundial; a constituição dos Estados nacionais em reservas político-militares do imperialismo nos quadros da Guerra Fria e da luta contra o socialismo; e a alta cúpula da burocracia civil e militar - ou 'classe dirigente' - com seus conceitos de modernização e de progresso, o seu alinhamento ao bloco ocidental e a reposição do

caráter coercitivo do Estado completavam as condições para a convergência dos capitais monopolistas nacionais e oligopolistas internacionais para o padrão de acumulação e financiamento monopolista, dependente e internacionalizado.

4.2.3-Contradições e Crise

Mendonça (1988, p. 75-94) compreendeu a crise subsequente ao “Milagre Econômico Brasileiro” como uma decorrência das características e do grau de desenvolvimento do novo momento do padrão de acumulação internacionalizado. A elevada produtividade e acumulação das empresas monopolistas imporia uma transferência de grande parte da renda e de mais-valia acumulada nos demais setores econômicos para as mesmas, o que geraria um desenvolvimento ainda mais desequilibrado devido às diversas velocidades, formas e intensidade da acumulação. O quadro se agravaría, ameaçando a própria acumulação em amplos setores econômicos não integrados ao capital internacional e estatal, à medida que o caráter multinacional das empresas de maior capitalização implicaria no envio para fora das frações majoritárias dos seus lucros nos quadros de uma produção voltada para dentro.

As consequências que decorriam desse processo, além da própria transferência dos estímulos da produção para “fora”, seria o déficit na balança comercial mediante o imperativo das restritas divisas externas flagradas pela necessidade da remessa de lucros das multinacionais e da importação de insumos, tecnologias e bens de consumo correntes. O endividamento externo, proporcionando divisas externas, seria a saída para cobrir o déficit na balança comercial, assegurar a remessa de lucros das multinacionais e dos dividendos e serviços da dívida externa.

A crise do petróleo acentuaria as dificuldades da economia brasileira à medida que eliminaria a grande liquidez internacional, dificultando o refinanciamento da dívida externa e as coberturas do déficit na balança comercial; provocaria a elevação das taxas de juros internacionais e imporia a substituição de programas de financiamento internacionais de longo

prazo por programas de curto e médio prazo; e a elevação dos preços do petróleo em 400% pressionaria ainda mais a balança comercial do país, dependente da importação de petróleo e insumos industriais derivados. Neste quadro, subiriam os custos de produção e da renovação do capital constante, ameaçando respectivamente a realização da produção e a acumulação.

Para Sergio Goldenstein (1986, p. 93-99), o balanço de pagamentos - saldo das transações correntes mais os pagamentos do principal da dívida externa - não apresentaria um enorme desequilíbrio. Conforme demonstra a Tabela IV, a dívida externa, importante fator responsável pelo desequilíbrio, totalizava 3.372 milhões de dólares em 1967.

A corrida do país aos grandes empréstimos internacionais extrapolaria em muito as necessidades de refinanciamento da dívida, segundo Goldenstein. 50% dos empréstimos teriam sido desnecessários para este objetivo. Mas a superabundância das reservas cambiais ou internacionais então proporcionada pelo padrão de economia de endividamento internacional seria necessária como forma suplementar à poupança interna para financiar a aceleração do crescimento econômico. Todos os setores econômicos teriam abocanhado uma parte destes recursos.

O autor chamou a atenção para o fato de que o superendividamento provocou o “inchamento” das reservas de câmbio resultando numa ampliação excessiva da base monetária nacional, visto que a “quantidade de moeda gerada pela conversão de dívidas em moeda nacional era bem superior à quantidade de moeda destruída pela conversão de cruzeiros em divisas”. Para conter a expansão da base monetária e sustentar taxas de juros internas superiores às próprias taxas internacionais, o governo aumentava a dívida pública, que salta dos Cr\$ 10.111 milhões em 1970 para Cr\$ 38.344 milhões em 1973. Acentuou, dessa forma, um fator da crise do balanço de pagamento que até o início do período não ocupava grande importância para formação da referida crise.

O “choque do petróleo” ocorrido em outubro de 1973 não seria o elemento responsável pelo esgotamento do ciclo do “Milagre Econômico Brasileiro”, mas encarregar-se-ia de antecipá-lo na visão de Sérgio Goldenstein. Elevar-se-iam os custos da importações de matérias primas e de petróleo e, em consequência, ocorreria uma elevação formidável do déficit comercial.

A historiografia sobre o tema, referenciando nas taxas de crescimento do produto interno bruto, apontou a crise do petróleo como um marco que delimitou o início da crise do “Milagre Econômico Brasileiro”. Esta crise foi responsável pela elevação das taxas de juros e pela diminuição da liquidez financeira internacional. Economias como a brasileira conheceram um processo que ameaçava seus ritmos de crescimento econômico, à medida que se elevavam os encargos financeiros internacionais, recriando de forma ampliada a velha crise no balanço de pagamentos. A elevação das taxas de juros e diminuição de liquidez no mercado internacional de capitais comprometeu, por sua vez, a continuidade do processo de internalização do Departamento I.

O Estado, que no início do período criara as Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (ORTN) e as Letras do Tesouro Nacional (LTN) como forma de refinanciar o déficit público e formar poupança nas mãos do Estado para conduzir inversões na infra-estrutura, entre outros objetivos, conviveu, agora, com uma elevação das taxas de juros no sistema financeiro nacional, em decorrência da elevação dos custos de capitais disponíveis no mercado mundial. Teve início o gigantesco endividamento interno como estratégia para o refinanciamento do déficit público.

O Estado encontrava-se premido pela transferência de renda para o exterior através das multinacionais e da dívida externa e pelas pressões sobre o balanço de pagamento delas decorrente, de um lado, e pela criação de uma gigantesca esfera especulativa interna que teve que ser constantemente refinanciada, de outro. O resultado foi a “descapitalização” do país, a

fundação de um paraíso financeiro especulativo e o crescente estreitamento da poupança do setor público.

A estratégia de expansão implementada deu sinais de esgotamento. Assentada na importação de bens de capital e insumos industriais, na ampliação da infra-estrutura interna e na instalação de políticas creditícias para importação e exportação, conduzida basicamente pelo Estado, não poderia ser mantida devido a elevação dos custos do capital internacional, da tecnologia e dos insumos industriais após a crise do petróleo.

No biênio 1973/74 a política de confisco salarial conheceu os seus limites sociais - em termos de epidemias e explosões sociais - e os limites econômicos - em termos de ameaça a amplos setores industriais vinculados à produção de bens de consumo não-duráveis para os trabalhadores. Conforme já demonstrado na Tabela II, o salário mínimo caiu para 54,48 dólares em 1974. O confisco salarial encontrava, portanto, grandes obstáculos para ser ampliado além daqueles limites.

O setor agropecuário teve fomentado o seu subsetor agroexportador graças às subvenções públicas. O cultivo e industrialização da soja e da laranja, por exemplo, conviveram com uma expansão inaudita graças a esse mecanismo. Mas parte da rentabilidade do subsetor era, portanto, artificializada. Possibilitada através de capital "mortal" liberado pelo Estado na forma das subvenções públicas, o que representava a "destruição" de excedentes sociais para a geração de superávites comerciais.

O subsetor agropecuário voltado para o mercado interno conheceu ganhos restritos de produtividade. O tabelamento de preços conduzidos por entidades como a SUNAB, volta-se para baratear custos de reprodução da força de trabalho e ampliar acumulação de capital no setor urbano-industrial, o que terminou por comprimir a lucratividade do subsetor. Os poucos ganhos de produtividade que se realizou no subsetor, por sua vez, tenderam a concentrar-se nas mãos dos atravessadores e dos monopólios alimentícios. Estes processos, responsáveis pela baixa

capitalização do setor agropecuário, concorreram também para o esgotamento do ciclo econômico do “Milagre Econômico Brasileiro”.

O centro das contradições do padrão de acumulação internacionalizado expressava-se duplamente. Primeiramente, no fato de que o processo de realização do valor se dar internamente - voltado fundamentalmente para o mercado interno - enquanto os setores mais dinâmicos e rentáveis da economia eram de propriedade externa - multinacionais que buscavam transferir para fora sua acumulação. A esta contradição agregava-se outra, qual seja a instalação precária do Departamento I. Tal realidade exigia a importação de insumos e tecnologia, o que comprometia a expansão equilibrada dos departamentos econômicos através da transferência interdepartamental de estímulos internamente à economia brasileira e concorria para acentuar crescentemente a crise do balanço de pagamento.

A esta dupla característica do padrão de acumulação agregava-se o recurso do endividamento externo para assegurar a instalação da infra-estrutura de transporte e comunicação e a ampliação dos setores do Departamento I (já instalados ou da instalação de novos setores).

Criava-se um padrão de endividamento externo. Para além de constituir-se numa das fontes de financiamento da expansão do novo padrão de acumulação na forma da infra-estrutura e cobertura de importações de tecnologia e insumos, o endividamento foi necessário para criar os meios de pagamento internacionais para a realização da remessa de lucros das multinacionais, dividendos da própria dívida externa, royalties etc.

4.3-O II Plano Nacional De Desenvolvimento

O II Plano Nacional De Desenvolvimento (II PND) foi elaborado num contexto de crise, mas com o propósito de retomar as elevadas de taxas de crescimento econômico do período precedente. Sua grande importância residiu, ao mesmo tempo, no fato de ter

“completado” a matriz das relações interindustriais taylorista-fordista (através da instalação dos últimos ramos industriais constitutivos do setor produtor de bens de produção sem, contudo, suprir os bens de tecnologia superior, o que conserva o país dependente dos bens oriundos de ramos industriais do referido setor localizado nos países cênicos) e de ter sido a última fase de dinamismo da economia brasileira até os dias atuais.

4.3.1-O II PND: o Prolongamento da Acumulação Precedente e a Postergação da Agonia

O II Plano Nacional de Desenvolvimento foi iniciado oficialmente em 1974 e prolongou-se de fato até 1976. Ele expressou a tentativa de continuidade do processo de montagem da matriz de relações industriais que teve início em 1956 com o Programa de Metas e que conheceu um salto importante com o chamado “Milagre Econômico Brasileiro”.

O II PND apoiou-se num diagnóstico acerca da economia brasileira. Localizou como importante gargalo econômico a insuficiência de produtos oriundos do setor de bens de produção criados ou ampliados pela expansão industrial da fase precedente; reconheceu no atraso do setor da indústria alimentícia implicações inflacionárias; identificou a sensibilidade da economia brasileira à importação de determinados produtos, em especial em termos de elevação de custos de produção; e apontou a tendência de um elevado desequilíbrio externo desencadeado pela pressão das importações de insumos industriais, tecnologia e petróleo e derivados na balança comercial e, principalmente, no balanço de pagamento.

Os problemas da economia brasileira esclarecidos pelo diagnóstico realizado não poderiam, conforme previa o plano, serem enfrentados parcial e isoladamente. Os problemas deveriam ser enfrentados simultaneamente através de um plano global de desenvolvimento, de tal forma que provocasse a criação e transferência de estímulos sobre o conjunto da economia.

As metas estratégicas do II PND seriam basicamente três: conservar uma taxa elevada de crescimento para a economia brasileira, pelo menos aproximada às taxas obtidas no

período do “Milagre Econômico Brasileiro”; corrigir os desniveis e os gargalos gerados pela expansão industrial anterior, buscando uma expansão mais estável e corretiva; e realizar uma transformação das prioridades da indústria brasileira, convertendo o Departamento I, produtor de bens de produção, no setor mais dinâmico e indutor do processo de expansão industrial, ocupando o lugar que até então era desempenhado pelo Departamento III, produtor de bens de consumo duráveis. Dessa forma, segundo os ideólogos e tecnocratas do regime, a sociedade brasileira teria criado condições mais adequadas para ingressar no rol dos países desenvolvidos mais ao final do século XX.

Em que pese o discurso justificador do II PND, havia outros fatores de extrema importância para compreendermos a sua formação. A crise do “Milagre Econômico Brasileiro”, já manifesta no primeiro semestre de 1973, aguardou o “Choque do Petróleo” de outubro de 1973 e a mudança de governo em março de 1974 para revelar a amplitude das suas consequências sobre a economia brasileira. As modificações de alguns indicadores econômicos entre 1973 e 1974 nos revelavam a gravidade da crise naquele momento: as importações de matérias primas (incluindo o petróleo) passaram de 3.271 milhões de dólares para 8.429 milhões de dólares; o custo de importação por tonelada saltou de 124,4 dólares para 230,2 dólares; o preço da tonelada de petróleo importado viu-se multiplicado por 4; o déficit comercial atingiu 4.690 milhões de dólares em 1974; e as despesas da balança de pagamento passaram de 10.530 milhões de dólares para 18.522 milhões de dólares, conforme podemos constatar na Tabela XII.

O balanço de pagamentos foi o elemento central a ser considerado. Conforme já alertado por Prado Jr (1966, p. 134-135), Oliveira (1984, p. 92-107) e Mantega, Moraes (1980, p. 59-71) o balanço de pagamentos constituiu-se no elemento de maior fragilidade do padrão capitalista de acumulação e financiamento implementado no Brasil, porque teria que mobilizar enormes divisas para que o capital estrangeiro - diretamente aplicado na forma das multinacionais; indiretamente aplicado e de curto prazo, como os capitais aplicados na esfera

financeira nacional; e empréstimos provenientes de governos e instituições financeiras internacionais voltados para a montagem de infra-estrutura, para o refinanciamento da própria dívida externa e para o repasse de riqueza na forma de financiamentos ou subsídios às empresas privadas e públicas - pudesse ser enviado para o exterior.

Manter as condições para um aporte constante de capitais externos era fundamental para o governo “cobrir” o déficit do balanço de pagamentos e reiterar a dinâmica econômica acima referida. Com a crise do petróleo, esta dinâmica revelou-se pressionada em vários aspectos. A elevada liquidez internacional desapareceu. Os países centrais começaram a operar modificações importantes na sua estrutura de produção internamente. Como se revelaria mais tarde, ao final dos anos 70 e início dos anos 80, estas modificações não se circunscreviam a remanejamentos das bases das relações interindustriais. Elas voltaram-se para a modificação da matriz de relações interindustriais e, consequentemente, do paradigma tecnológico adotado até então.

O taylorismo-fordismo, que conheceu os primeiros sinais de esgotamento ao final dos anos 60, mediante as novas exigências de um mercado internacional multipolar e altamente competitivo, viveu o seu “réquiem” com a crise do petróleo. Os custos financeiros elevaram-se porque deveriam financiar a corrida bélico-militar do ocidente liderada pelos Estados Unidos contra a ex-União Soviética, cobrir déficits públicos dos Estados capitalistas centrais em decorrência da imobilização de capitais na forma de tecnologia, de insumos industriais e de matérias primas estocáveis, assumir os custos dos novos preços do petróleo e derivados que elevariam-se violentamente e, principalmente, viabilizar o financiamento do processo de reestruturação oligopolista dos países centrais.

Os capitais dos países centrais tenderiam, nesta conjuntura, a conservar-se neles mesmos em função da crise depressiva e da restrição da taxa média de lucro e, principalmente, para subsidiar pesquisas tecnológicas e científicas para a conquista de novo padrão tecnológico,

para requalificar gerencial e organizacionalmente as empresas, para recompor em novas bases o quadro de pessoal e para desencadear novas formas de reestruturação do trabalho.

A implementação do II PND, portanto, deveu-se menos à pressão dos empresários privados ligados ao Departamento I e mais à busca por parte do Estado de completar a instalação da matriz interindustrial iniciada a partir do Programa de Metas. E isto, menos em decorrência de pressões de cunho nacionalista e mais em função do imperativo da substituição de importações de insumos industriais básicos - especialmente petróleo e derivados - e tecnologia básica que tão profundamente abalavam o balanço de pagamento posteriormente à crise do petróleo, pelas razões acima indicadas.

O balanço de pagamentos buscou ser equilibrado. Além da própria substituição das importações de insumos industriais, petróleo e tecnologia, ocorreu a conversão do país em exportador de uma larga parcela destes mesmos produtos reforçando a balança comercial. De tal forma, que às pautas de exportações - que conviveriam com um crescimento inaudito de determinados produtos agropecuários como a soja e o suco de laranja, de bens de consumo duráveis como o automóvel e eletrodomésticos e de bens de consumo não duráveis como calçados e tecidos - incorporaram os minérios brutos, ferro, aço etc.

O II PND permitiu concluir a montagem da matriz das relações interindustriais que teve início com o Programa de Metas. Esta “conclusão” desenvolveu-se sob o paradigma tecnológico e empresarial da produção taylorista-fordista.

Enquanto o esgotamento e transição deste paradigma viu-se acentuado a partir da crise do petróleo nos países capitalistas centrais, o governo militar desenvolveu o II PND com o propósito de “completar” - no sentido de instalar todos os setores econômicos ainda que de forma insuficiente, tecnologicamente defasado e “impossibilitado” de produzir todo e qualquer produto de elevada composição tecnológica - a matriz das relações interindustriais. Eis o quadro:

elevado endividamento externo, instalação de novos setores industriais sob estrutura produtiva defasada em relação aos países centrais e dependência tecnológica.

Este quadro estrutural-dependente culminou com a transferência líquida de recursos numa escala inaudita a partir do choque econômico internacional de 1979. Conforme podemos conferir na Tabela XIII, o impacto do choque econômico internacional de 1979 determinou a elevação dos juros da dívida externa de 2.696 US\$ milhões em 1978 para 4.186 US\$ milhões em 1979. Nos anos que se seguiu a elevação foi ainda maior ocorrendo, concomitantemente, a retração da liquidez internacional - o que comprometia a estratégia de recorrer a novos empréstimos para refinanciar juros e serviços da dívida externa - e a pressão para a remessa dos juros e dividendos.

Os anos 80 reiteraram os impasses estruturais que tão profundamente caracterizaram a sociedade brasileira no período do “Milagre Econômico Brasileiro”: sangria permanente de recursos nacionais; dívida que crescia vertiginosamente apesar desta sangria; paradigma tecnológico nacional obsoleto se confrontado com os países capitalistas centrais e em franco sucateamento devido à crise de financiamento interno e externo da economia; infra-estrutura que acumula crescente carência de recursos e gargalos estruturais; ausência de uma consistente articulação institucional e fundos satisfatórios para o desenvolvimento de ciência e tecnologia que concorresse para a conquista de padrões técnico-científico genuinamente nacionais; aceleração da destruição dos recursos naturais não-renováveis decorrente de bolsões de população extremamente empobrecidas e de uma estrutura produtiva extensiva, tecnologicamente defasada e que buscou superávites comerciais a qualquer custo para aliviar o déficit da balança de pagamentos; e distribuição altamente regressiva da renda, da informação, da participação política e da escolaridade no âmbito da sociedade brasileira.

O Brasil - juntamente com os demais países denominados “países em desenvolvimento” ou “economias emergentes” - concorreu para o financiamento da

reestruturação da matriz das relações interindustriais e do paradigma tecnológico dos países capitalistas centrais. A transferência de recursos assumiu extrema importância para a conformação do montante de capital social necessário à reestruturação tecnológica dos países centrais.

4.3.2-O II PND e as Contradições Burguesas

O II PND conservou-se nos limites do processo de industrialização em curso no Brasil. Formou-se tendo em vista completar a internalização de setores de atividade do Departamento I, corrigir desequilíbrios motivados por atrasos de determinados setores e equacionar pressões externas no sentido de conservar o caráter do padrão capitalista de acumulação e financiamento inaugurado com o Programa de Metas. O II PND não se constituiu, portanto, num plano voltado para redefinir um padrão econômico, o que implicaria em transformar a matriz das relações interindustriais, o modelo tecnológico adotado e o caráter da relação entre o setor público e o setor privado.

O II PND propunha-se a completar a matriz das relações interindustriais em curso, conservar o modelo tecnológico e manter a relação entre o setor público e o privado, porém, modificando por dentro da matriz a dinâmica das relações interdepartamentais. Buscou-se atribuir ao Departamento I a liderança das articulações interdepartamentais.

O fato do II PND comprometer conjunturalmente interesses dos capitais vinculados ao Departamento II e III, visto que estes não teriam - salvo alguns ramos industriais isoladamente - prioridade nas grandes inversões públicas, tal processo poderia até mesmo ampliar espaços de crescimento para estes departamentos econômicos a médio prazo. Esta realidade não deteve as contradições e disputas políticas e econômicas que se formaram nos bastidores do regime militar.

As disputas intersetoriais se davam em torno do fundo público e em função da redefinição das relações interdepartamentais sob a matriz das relações interindustriais vigentes.

O setor da construção civil, em especial as empreiteiras, assumiram oposição ao II PND, temerosos de que a canalização dos recursos públicos para o Departamento I ameaçasse o ritmo da sua acumulação, visto que o Estado disporia de recursos mais exíguos para manter a quantidade e o ritmo das obras públicas como usinas, conjuntos residenciais etc. O capital estrangeiro, por sua vez, mobilizou-se, prioritariamente, para conservar o Departamento III por ele controlado como o mais dinâmico da economia. Pressionou as autoridades da área econômica do governo para conservar livres as importações de máquinas e equipamentos - e não raramente, insumos industriais - para obtê-los junto à matriz do próprio grupo multinacional aqui instalado. Os industriais do Departamento I disputaram, ao mesmo tempo, a restrição às importações de bens de produção que já estavam sendo produzidos internamente pela iniciativa privada e maior participação nos fundos públicos. Os obstáculos e disputas em torno do II PND residiam, basicamente, no tocante à participação nos fundos públicos, na restrição das importações e no grau da participação do Estado na economia.

O Estado brasileiro sob o regime militar demonstrou dificuldade em arbitrar as perdas, disciplinar o processo de acumulação em curso e operar ruptura com interesses estabelecidos. Conforme Lídia Goldenstein afirmou,

“As resistências ao Plano foram abortadas por meio dos velhos mecanismos de sempre: o Estado mantém as transferências de recursos e os mecanismos de proteção aos velhos setores até então privilegiados, assumindo os custos para evitar rupturas de acordo com a característica básica do padrão de acumulação brasileiro” (Lídia Goldenstein, 1994, p. 85).

Esta dificuldade, conforme afirmou Lídia Goldenstein, foi consequência do caráter do Estado. Este encontrava-se composto por uma articulação de interesses que, a nosso ver, expressava-se no bloco no poder, contraditoriamente imobilizando-o no sentido de romper com interesses “atrasados” e “tradicionalis”, mas agilizando-o na defesa dos interesses dos grupos monopolísticos.

O empresariado vinculado ao Departamento I e organizado na Associação Brasileira para o Desenvolvimento da Indústria de Base (ABDIB) desenvolveu, durante o regime militar, críticas às teses privatistas e de afastamento do Estado das articulações econômicas e defendeu a proteção à indústria nativa. A crítica ao regime ditatorial e a defesa ao retorno do país ao “estado de direito” também possuiu grande presença nas entrevistas e posicionamentos dos representantes mais ilustres desse setor.

A posição de Mantega, Moraes (1980, p. 95-101) segundo os quais este setor aguardaria oportunidade e condições para um rearranjo político-econômico nacional, tendo em vista liderar e ser o centro articulador de um novo projeto de hegemonia nos parece inconsistente. Primeiramente, por que este setor não assumiu uma postura contundente de oposição ao regime militar, mobilizando a sociedade civil e demais frações burguesas sensíveis a um rearranjo político. A sua oposição foi moderada e não abraçaram uma bandeira nacionalista, o que caracterizaria muito mais uma acomodação de forças e interesses dentro do bloco do poder do que uma transformação dele mesmo. A reacomodação de interesses fez-se “necessária” mediante a queda do impulso expansivo da economia em geral e do papel de grande destaque que o Departamento I assumiu durante os períodos do “Milagre Econômico Brasileiro” e do II PND, em especial o seu setor privado.

Em segundo lugar, um novo projeto de hegemonia haveria de ser o resultado do esgotamento da estrutura de reprodução material sobre o qual se apoiava a sociedade. A Revolução de 30 e o período pós-revolucionário, precedido pelo esgotamento do padrão de acumulação então vigente, encarregaram-se de romper com os escombros do referido padrão e edificar um novo padrão econômico. Isto não ocorreu no Brasil do II PND, visto que a economia conservava-se sob uma dinamicidade relativamente elevada e, nem tampouco, havia sinais concretos da crise orgânica do padrão de acumulação vigente (que no futuro não muito distante haveria de se manifestar).

Indubitavelmente os representantes da ABDIB ou de qualquer outra fração burguesa que compôs o bloco do poder - os setores monopolísticos da indústria alimentícia, o capital bancário/financeiro, o capital multinacional etc - não caracterizaram como esgotada a matriz das relações interindustriais vigentes ou propuseram uma matriz alternativa. Nem tampouco uma “guerra política” interburguesa de bastidores foi presenciada no período do regime militar pós-II PND.

4.3.3-Contradições e Crise do II PND

O II PND recorreu de forma intensa ao padrão de endividamento externo, repondo uma estratégia de financiamento numa conjuntura que se apresentava desfavorável a esta iniciativa. Porém, ela foi um imperativo daquele plano, visto que inexistiam condições internas de financiamento.

A reorganização do sistema bancário desenvolvido no Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG) conservou os bancos nas operações convencionais de serviços e de crédito ao consumidor. O objetivo central era criar uma estrutura de financiamento ao consumidor para viabilizar a realização comercial dos bens de consumo duráveis, atingindo, praticamente, todo o corpo social. A conformação de uma estrutura de financiamento da produção não foi objetivo central do PAEG. Os bancos privados nacionais não possuíam capitais e, nem tampouco, interesse de financiar a longo prazo a instalação/ampliação dos novos setores produtivos.

A outra saída poderia ser operar uma reforma fiscal e tributária extremamente forte apurando nas mãos do Estado os recursos necessários para alavancar uma nova arrancada industrializante a partir do setor público. Tal iniciativa certamente comprometeria a manutenção das taxas de crescimento (ainda elevadas no “Pós-Milagre”) e desencadearia um ciclo inflacionário intenso, além é claro de romper com o pacto político interburguês que assegurava a estabilidade pelo alto do regime militar.

A entrada de recursos externos para “equilibrar” os déficits da balança de pagamentos converteu-se num processo vital para a reiteração do padrão econômico fundado na dependência e subalternidade na conjuntura do II PND, seja para cobrir custos de tecnologia, seja para cobrir o desequilíbrio da balança comercial devido à elevação dos preços do petróleo e insumos derivados e da deterioração dos termos de troca motivada pela queda do valor das exportações de produtos primários, seja ainda para cobrir custos de encargos financeiros anteriores e para “criar” liquidez para a remessa de lucros das multinacionais.

A entrada de recursos externos não contou com uma grande participação das empresas multinacionais e dos monopólios industriais e bancos nacionais, que no período anterior completaram os empréstimos recorridos pelo governo. A elevação dos custos internacionais do capital, a subida dos custos de tecnologia e de insumos industriais importados e a queda de ritmo de crescimento interno da economia desestimularam a corrida dos setores privados atrás de empréstimos internacionais.

A retração dos investimentos e da aceleração da inflação completaram o quadro. A insegurança econômica, a relativamente elevada capacidade ociosa das empresas e as convidativas aplicações de prazos cada vez mais curtos e indexados à correção monetária (ORTN), absorvem recursos para a esfera financeira. Os títulos públicos converteram-se, sem risco e com a proteção da correção monetária contra a inflação, na âncora que regulamentava a rentabilidade das aplicações financeiras em geral.

Este processo obedeceu a uma estratégia do governo que nasceu durante o PAEG e conservou-se posteriormente: para encontrar as divisas externas para viabilizar a remessa de lucros das multinacionais e os dividendos e serviços do endividamento externo - e que durante o II PND agregou-se à necessidade de encontrar recursos para importar tecnologia, petróleo etc, de custo mais elevado - o governo adotou a política de elevar o patamar dos juros internos, obrigando o grande capital privado a realizar empréstimos externos. Na fase da expansão do

“Milagre Econômico Brasileiro”, quando as empresas avaliam mais interessante aplicar diretamente na produção do que imobilizar seus ativos nas aplicações financeiras, o esquema adotado não revelava todo o seu “risco”. Mas converteu-se numa “armadilha” quando o dinamismo econômico caiu e a inflação cresceu.

Assegurar as aplicações de curto prazo e indexadas à correção monetária (ORTN) converteu-se num problema de graves proporções para a economia brasileira, a saber: transformou-se num mecanismo de propagação inflacionária, seja pelos novos e abundantes meios de pagamento que ela mesma representou, seja pela correlação entre inflação e remuneração financeira; liquidou-se a frágil estrutura de financiamento da estrutura produtiva através de bancos nacionais na forma de linhas de crédito voltadas para a estrutura produtiva privada, visto que não se corria riscos no âmbito da especulação financeira em torno dos títulos do governo; converteu-se o fundo público em algo crescentemente comprometido com a reiteração e acumulação do capital na esfera financeira, exaurindo a sua capacidade de financiador da economia e fiador da seguridade social de acordo com a dimensão keynesiana que historicamente o Estado assumiu no Brasil; edificou o Brasil como mais uma das repúblicas dos capitais de aplicação de curíssimo prazo, sem qualquer sentido produtivo.

Formou-se um círculo vicioso e especulativo para os capitais privados nacionais e estrangeiros que se encontravam na forma de poupança interna. O processo, contudo, estende-se também por sobre os capitais captados externamente através de monopólios empresariais e bancários. Conforme esclareceu Lídia Goldenstein,

“De um lado, as autoridades econômicas elevam as taxas de juros tentando “empurrar” empresas e bancos para o mercado financeiro internacional. De outro, preocupadas com a inflação e, ao mesmo tempo, para garantir as taxas de juros internas elevadas, absorvem a liquidez decorrente da entrada de recursos externos vendendo títulos públicos às taxas por elas elevadas, aumentando o volume de títulos em circulação e, consequentemente, seu custo financeiro.” (Lídia Goldenstein, 1994, p. 90).

Finalmente, parte dos empréstimos externos realizados pelo governo foi repassado para a iniciativa privada sob taxas de retorno inferiores àquelas do próprio empréstimo e com longo período de carência. A isto somavam-se incentivos fiscais, subsídios e serviços públicos a custos defasados, ou seja, o Estado não apenas abria mão da sua participação nos excedentes gerados por parte de determinados setores da iniciativa privada, como também transferiu capital líquido para o setor privado a título de “fundo perdido” para várias empresas, ramos de atividades ou mesmo setores econômicos.

PARTE III

A CAPTURA DA TERRRA PELO CAPITAL: O PAPEL DA AGROPECUÁRIA

1-O PAPEL DO SETOR AGROPECUÁRIO ENTRE 1956 E 1976

Willard W. Cochrane (Apud Veiga, 1993, p. 8-10) criou a parábola do “tapete rolante” (treadmill) para caracterizar o desenvolvimento do setor agropecuário nos Estados Unidos sob o domínio das relações capitalistas de produção. Segundo a imagem proporcionada pela parábola, os agricultores mais dinâmicos, que possuíam mais capital e/ou espírito de iniciativa e inventividade, adotavam, primeiramente, as novas tecnologias e conseguiam maiores lucros graças à redução dos custos de produção. À medida que os demais produtores iam adotando as novas tecnologias elevava-se a quantidade de produção, determinando a super oferta de produtos e a consequente queda de preços.

O processo empurraria para fora do setor agropecuário alguns e manteria no limite da reiteração econômica da sua atividade outros tantos, visto que os novos preços obtidos tenderiam a não cobrir seus custos. Por não poder acompanhar a aceleração do “tapete rolante” acabariam vendendo ou perdendo suas terras e meios de produção para aqueles que vanguardeariam o processo de aplicação das novas tecnologias ou para os bancos. A “armadilha” produtivista permaneceria para aqueles que se mantivessem no setor.

Para o autor, o “tapete rolante” teria início nos Estados Unidos, após a crise que o setor agropecuário atravessou com o término da Primeira Guerra Mundial, quando a superprodução anual gerada durante o conflito não mais encontrou grandes mercados externos - os países da Europa recompuseram os seus setores agropecuários - e internos - teve início a desmobilização do gigantesco exército nacional norte-americano. O resultado seria uma brutal queda de preços e uma descapitalização relativa do setor, induzindo a adoção de novas tecnologias para baratear custos, elevar produtividade e ampliar as margens de lucros.

O Estado norte-americano, sob a hegemonia dos grandes conglomerados monopolistas, estimularia esta tendência. Edificaria programas de difusão de tecnologia rural,

abrindo novas fronteiras comerciais para as mercadorias oriundas do departamento produtor de bens de produção e bens de consumo em geral.

A parábola do “tapete rolante” pode contribuir para a interpretação do desenvolvimento do setor agropecuário brasileiro - guardando as devidas proporções com relação à dinâmica do setor agropecuário dos Estados Unidos, para o qual foi concebida. Isto porque o elemento de interseção dessas duas dinâmicas de desenvolvimento foi a criação/expansão das relações capitalistas de produção no campo.

O setor agropecuário brasileiro conviveu, entre 1930 e 1967, com a transição da economia primário-exportadora para uma economia de realização interna do valor, o que redefiniu o papel do setor agropecuário. Coube ao setor atender à crescente demanda de víveres por parte das cidades, proporcionar uma enorme quantidade de matérias-primas e de força de trabalho para a indústria e gerar divisas externas para financiar a importação de tecnologia e insumos industriais, sob a constante transferência de rendas para as atividades urbano-industriais. Embora subordinada à dinâmica urbano-industrial, predominava no setor agropecuário uma agricultura tradicional, sem profundas interseções com o setor industrial e submetida a uma expansão basicamente extensiva.

Somente ao longo do processo de industrialização da agricultura, a partir 1967, foi que o setor agropecuário ingressou numa economia dinâmica, sujeita a competição e com profundas interseções com vários ramos industriais. As relações capitalistas de produção, através do grande capital e da tecnologia moderna, passaram a dominar o setor agropecuário brasileiro, impondo profundas transformações em termos de distribuição da população entre campo e cidade, operando uma divisão social da produção entre vários extratos de propriedade etc. A partir de então a agricultura ingressou na dinâmica do “tapete rolante”.

1.1-A Relação Estabelecida entre Indústria e Agricultura no Brasil

A relação estabelecida entre indústria e agricultura nos Estados Unidos, já no final do século XIX, conviveu com grandes empreendimentos agrários e pequenas propriedades voltados, ao mesmo tempo, tanto para o mercado interno, quanto para o mercado externo (Luxemburgo, 1985, p. 71-286). A partir da década de 20, uma dinâmica produtivista - o chamado “tapete rolante” - se impôs definitivamente.

A relação estabelecida entre indústria e agricultura no Brasil assumiu historicamente uma dinâmica diferenciada daquela vivenciada pelos Estados Unidos. Os médios e grandes empreendimentos agrários concentraram-se na agricultura voltada para o mercado interno e que implicava em elevadas despesas e grande retorno e de produtos exportáveis e na pecuária de grandes animais. A pequena produção (pequeno proprietário, parceiro, arrendatário e posseiros) concentrava-se na agricultura direcionada para o mercado interno e que implicava em poucas despesas e na pecuária de pequenos animais. Somente a partir do ciclo do chamado “Milagre Econômico Brasileiro” esta realidade deu sinais de importantes modificações. Esta mudança coincidiu com a imposição da dinâmica produtivista.

1.1.1-A Relação Estabelecida entre Indústria e Agricultura no Brasil de 1930 a 1967

A divisão internacional do trabalho predominante entre 1870 e 1930 se caracterizou, basicamente, pela separação clássica entre países industrializados, supridores de produtos industrializados e tecnologia para si mesmos e para os países agroexportadores, e estes últimos, chamados a produzir produtos primários de natureza agropecuária, mineral e extrativistas, tendo em vista o mercado externo. O Brasil, integrado à referida divisão como país agroexportador, não definiu uma divisão inter-regional (e complementar) do trabalho. As relações se davam entre as regiões e o mercado externo. Inexistia um mercado nacional unificado.

As relações estabelecidas entre indústria e agricultura eram frágeis. O surgimento de indústrias encontrava-se induzida em grande medida pelo setor de economia externa, dominado pelo complexo agroexportador. Agricultura, banco e indústria processadora da produção agropecuária, compunham o complexo agro-exportador.

A expansão do padrão econômico dominante estimulou a produção de mercadorias locais com o intuito de moderar custos de produção dos bens de exportação. Bens leves de capital como cordas, pregos, ferramentas simples etc, passaram, freqüentemente, a ser produzidos localmente.

Apesar de intensificar as relações entre indústria e agricultura ao longo dos anos 20, em decorrência da expansão da vida urbana e da própria indústria, as relações não eram de profunda interdependência e complementaridade. A condição de economia voltada para a realização externa do valor transformou o setor dominante da agricultura - e da economia nacional - mais dependente e integrada a bancos e indústrias externas. O saldo histórico dessa fase da relação entre indústria e agricultura foi a dependência da agricultura com relação ao comércio e comunicações (Müller, 1989, p. 28-29).

A divisão internacional do trabalho em curso a partir dos anos 30 e 40 rompeu com a clássica distinção entre países industrializados e agroexportadores. O Brasil passou a conviver com uma grande expansão econômica interna, sob os quadros de uma industrialização substitutiva. A agricultura, que até então se desenvolveu, fundamentalmente, para atender o mercado externo, foi redirecionada de forma a atender também o mercado interno gerando víveres e matérias primas industriais, respectivamente voltadas para suprir necessidades alimentares e baratear custo de reprodução de uma população operária em rápida urbanização e para proporcionar produtos para serem transformados pela indústria primária em consolidação.

A nova divisão internacional do trabalho determinou uma nova divisão inter-regional do trabalho. Esta, por sua vez, encaminhou uma expansão inaudita das comunicações e dos

transportes, conforme podemos confirmar através do crescimento da rede ferroviária e rodoviária no Brasil do final dos anos 20 à meados dos anos 50. A rede ferroviária brasileira que era de 31.851 km em 1929, basicamente voltada para atender as necessidades do setor de mercado externo da economia brasileira, elevou-se para 34.106 km em 1938 e para 37.092 em 1955. As rodovias cresceram, por sua vez, de 113.570 km em 1928, para 158.390 km em 1939 e para 459.714 em 1955. O número de caminhões em circulação subiu de 54.842 em 1937 para 109.210 em 1947 e para 210.244 em 1951 (Singer, 1984, p. 219-221).

O caráter `autárquico` do latifúndio tradicional, cujas atividades econômicas eram viabilizadas através de relações não-capitalistas de produção, começou a se desagregar à medida que a economia industrial do Centro-Sul integrava as regiões até então isoladas ou subordinadas às dinâmicas econômicas locais ou regionais. O mesmo processo se estendeu ao minifúndio, também sob relações não-capitalistas de produção e orientado para uma economia de subsistência.

O intercâmbio entre as regiões e a tendência de conformação do mercado interno integrado e unificado provocou a drenagem de recursos e mão-de-obra para a região que apresentava a composição orgânica de capital mais elevada no setor industrial. Por sua vez, eliminou ou restringiu os focos de industrialização nas demais regiões e lhes impôs a expansão e especialização no setor agropecuário.

Szmrecsányi (1984, p. 130) comprovou esta tendência histórica demonstrando que a concentração industrial brasileira ocorreu nos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro porque à época eram os estados que apresentavam uma composição orgânica de capital superior se comparado aos demais estados. Os estados que não dispuseram de uma consistente estrutura industrial se concentraram economicamente em torno das atividades do setor agropecuário.

Tal processo decorreu, primeiramente, da tendência de “desindustrialização” destes estados em consequência das condições desfavoráveis dos termos de trocas e da sua crescente

deterioração em relação aos estados industrializados. Os estados de maior concentração orgânica de capital possuíam custos inferiores de produção industrial em função da sua escala de produção ser superior quando comparados aos demais, o que irremediavelmente conduziu à derrocada dos “setores industriais” dos demais estados.

A ruptura das barreiras institucionais que asseguravam tributos protetores à indústria local e que impediam a livre entrada e comercialização dos produtos industrializados vindos de outros estados, concomitantemente com a montagem da infra-estrutura de transporte e comunicação, completou o quadro. Estados como Pernambuco, Bahia e Rio Grande do Sul conviveram com tais processos.

A ampliação de mercados para os produtos agropecuários, por sua vez, desencadeou a especialização dos estados agraristas e/ou não suficientemente industrializados nas atividades agropecuárias. Conformaram-se como economias complementares, como fornecedores de força de trabalho, víveres e matérias-primas para os estados industrializados.

No período compreendido entre 1930 e 1967 as relações entre indústria e agricultura se intensificaram e se modificaram. A condição de uma economia de realização interna do valor e dominada pela indústria determinou o novo caráter da relação. Coube ao setor agropecuário, a partir de então, criar condições favoráveis para o impulsionamento do desenvolvimento econômico e para atender as novas necessidades urbanas.

A atividade artesanal - que nas economias locais constituiu-se num prolongamento do subsetor de economia de subsistência do setor agropecuário, tanto na forma de atividade de produção de valor de uso nas estruturas de produção camponesas, como na forma de atividade de produção de valor de troca localizada em pequenas cidades e vilas - tendeu à marginalização econômica. A diversidade e maior escala de produção do setor industrial despertou novas necessidades, diminuiu custos e elevou a qualidade da sua mercadoria, tornando-a mais

vantajosa em termos de custo/benefício para o consumidor quando comparado aos produtos oriundos das atividades artesanais. O resultado foi a desarticulação destas atividades.

A crescente mercantilização das atividades agropecuárias e as novas demandas econômicas internas desencadearam um importante processo de redistribuição produtiva e espacial da população residente no campo. A nova orientação produtiva da agricultura, ao dar início à desagregação do setor de economia de subsistência, impôs um intenso movimento de populações. A liberação de parte das populações rurais das atividades agropecuárias foi responsável pelo atendimento das necessidades de força de trabalho no espaço urbano-industrial.

As populações libertadas das atividades agropecuárias foram atraídas pela oferta de empregos proporcionados pelos setores da indústria e do comércio e pela administração pública. Foram atraídos, também, pelos serviços sociais organizados pelo Estado, como saúde, educação etc, praticamente inexistentes no campo. O deslocamento de parte das populações rurais para novos espaços rurais, por sua vez, cumpriu o papel de ampliar as áreas integradas aos novos centros urbano-industriais e, em consequência, ampliar a geração de excedentes.

A imigração de populações oriundas do campo proporcionou uma intensa urbanização. Processo de urbanização este que assumiu uma dimensão diferenciada entre os diversos estados: tendeu a ser mais intenso nos estados de maior concentração no setor industrial e mais moderada nos estados com predomínio do setor agropecuário.

No sistema econômico dominado pelo capital industrial, uma infinidade de novas indústrias começaram produzir máquinas para a agricultura. Maquinaria e peças para usinas de açúcar e moinhos de processamento de produtos agrícolas, fertilizantes químicos e de matéria orgânica de origem animal e vegetal, arados reversíveis e ferramentas tradicionais, foram produzidos para a agricultura, embora pouco expressivos neste período.

Não se tratava, ainda, de uma indústria para a agricultura consolidada. A participação dos insumos adquiridos pela agricultura junto ao setor industrial, tendo como

referência a produção industrial total, foi de apenas 2,8% em 1959. Nos setores da indústria para a agricultura foi de apenas 3,1% (Müller, 1989, p. 36).

Um esboço de ciência moderna aplicado na agricultura teve início. Restringiu-se, basicamente, à seleção e aperfeiçoamento de sementes, estudos sobre composição e equilíbrio dos solos e desenvolvimento de equipamentos agrícolas mais evoluídos. Este esboço de ciência moderna voltada para a atividade agrícola limitou, em termos fundamentais, à agricultura de exportação.

A agricultura foi reorientada para gerar mais excedentes e dinamizar o setor urbano-industrial através da transferência dos mesmos. Nas atividades agrícolas voltadas para o mercado interno, tais processos ocorreram através do tabelamento de preços, da intermediação comercial urbana, da carência de crédito, da transferência para a indústria de atividades de transformação originárias do setor agropecuário, entre outros processos. Nas atividades agrícolas voltadas para o mercado externo a transferência dos excedentes (rendas) ocorreu através do confisco cambial.

A agricultura desempenhava, enfim, uma função aceleradora da transformação da estrutura econômica nacional. No contexto da economia crescentemente industrial e voltada para o mercado interno e da hegemonia dos grupos industriais, a agricultura gerou excedentes que supriu as necessidades de víveres e matérias-primas para o espaço urbano-industrial e divisas para a importar insumos e tecnologia. Através do confisco cambial, tabelamentos de preços, deterioração dos termos de troca em relação aos produtos industriais, transferência de atividades do setor agropecuário para o setor industrial e do deslocamento intencional de valores, entre outras formas, foi assegurado a transferência de rendas da agricultura para a indústria, sem o qual a dinamização da estrutura econômica nacional e urbano-industrial, em particular, dificilmente seria possível.

A partir da segunda metade dos anos 50, uma nova divisão internacional do trabalho teve início. A conclusão da reconstrução européia e japonesa recolocou, em escala mundial, uma

intensa disputa interimperialista pelo mercado mundial. Esta disputa assumiu a forma do deslocamento de indústrias oligopolísticas e capitais internacionais para os países periféricos sob industrialização substituidora de importações. Embora dependentes de diversos insumos industriais e tecnologia dos países cênicos, os países periféricos em industrialização consolidaram diversos ramos industriais. O Brasil se integrou nesta nova divisão internacional do trabalho através do Programa de Metas.

A nova divisão internacional do trabalho não desencadeou, imediatamente, uma modificação das estrutura da divisão inter-regional do trabalho. Entre meados dos anos 50 e meados dos anos 60 ocorreu, basicamente, a ampliação quantitativa das relações estabelecidas entre a indústria e a agricultura através do crescimento moderado dos bens industriais para a agricultura, da expansão da fronteira agrícola e da aceleração do processo de integração de regiões à estrutura econômica do Centro-Sul.

1.1.2-A Relação Estabelecida entre Indústria e Agricultura de 1967 a 1976

Após a conclusão do Programa de Metas e da crise recessiva que se estendeu de 1962 a 1967 uma nova redefinição da divisão inter-regional do trabalho teve início. Diversos estados, que no padrão econômico precedente conviveram com um processo de `desindustrialização', foram alvos da montagem de grandes plantas industriais e modernos empreendimentos agropecuários. Eram grandes grupos econômicos da região Centro-Sul estendendo-se por sobre várias regiões do território nacional, buscando criar condições mais favoráveis para a reprodução dos seus capitais. Tratou-se do que Oliveira (1993, p. 124-133) denominou de “homogeneização monopolista do mercado nacional”.

As grandes empresas oligopolistas e monopolistas, favorecidos por lucros exorbitantes durante o Programa de Metas e pela elevada liquidez internacional, necessitavam de novas fronteiras para a aplicação e realização dos seus capitais. Esta nova realidade impôs uma

multiplicação de diversidade de atuação econômica e de quantidade de bens produzidos. As empresas oligopolistas e monopolistas não mais se limitaram à produção de bens de consumo corrente e duráveis e de bens de produção voltados para as indústrias.

O grande capital monopolista e oligopolista controlou a agricultura ao longo do seu processo de modernização e integração com as atividades industriais enquanto produtor direto, enquanto fornecedor de produtos tecnológicos e enquanto capital financeiro.

Os subsetores industriais que atendiam demandas agrícolas ampliaram a produção de adubos, defensivos agrícolas, tratores etc. As agroindústrias modernizaram-se técnica e organizacionalmente, transformando-se em grandes consumidoras de produtos agropecuários e várias delas integrando-se ao comércio internacional. A média e grande propriedade rural reestruturaram-se capitalisticamente reorientando as suas atividades econômicas.

Este contexto determinava a passagem da forma tradicional para a forma moderna de si produzir na agricultura. Tratava-se, enfim, de uma reestruturação da economia agrária determinada pelo novo ciclo da economia monopolista brasileira, marcadamente internacionalizada e dependente.

Inúmeras agroindústrias e supermercados ampliaram o controle comercial da agricultura. O modo de produzir na agricultura também foi exposto a influência destes novos grandes agentes econômicos, capazes integrar e reorientar economicamente a pequena produção e a média e grande propriedade rural. A definição do que e do como produzir passou a ser em grande medida definido pelos referidos agentes. Tais processos determinaram uma participação maior dos excedentes gerados pela agricultura por parte destes novos grandes agentes econômicos.

Esta reestruturação ocorreu tendo, basicamente, a participação dos capitais privados nacional e internacional. A participação do Estado restringiu-se ao papel de agente institucional e financeiro voltado para assegurar a expansão modernizadora na forma da reestruturação da

economia agrária - diferentemente do espaço urbano-industrial, no qual o Estado se converteu em agente produtivo de bens de produção, de serviços e de minérios brutos.

O fundo público constituiu-se no capital financeiro que desencadeou o processo de industrialização do campo. Através da sua intervenção foi se impondo condições de produção comuns, servindo de caução ao novo desenvolvimento desigual e combinado. Um ambiente liberal de crédito, com pouco critério e controle no seu desenvolvimento, e uma estrutura fundiária tradicional, concentradora de terra e de poder, determinaram a concentração dos recursos públicos nas mãos de alguns poucos grupos sociais.

O Estado pressionou e foi pressionado pelos monopólios e oligopólios industriais, pelas agroindústrias e pelos grandes e médios capitalistas do campo para intensificar a modernização. A Lei de Uso Capião, o sistema de subsídios e financiamentos, os programas de incentivo a exportação de produtos agropecuários, a indústria química instalada etc, determinaram profundas transformações.

A politização do processo econômico, ou seja, a mobilização na forma de “lobbies” e disputas econômicas nos bastidores do Estado, na medida em que se deu sob a hegemonia das forças econômicas e políticas que realizaram o golpe militar de 1964 e sob a destruição das organizações de resistência dos trabalhadores urbanos e rurais, determinaram o sentido da intervenção do Estado. O fundo público se converteu no pressuposto da realização do capital e do novo padrão agrícola e estrutura econômica agropecuária, tal qual já assumira no espaço urbano-industrial.

A dinâmica da produção assumiu um novo caráter. A produção extensiva e apoiada em muita mão-de-obra declinou em favor de uma produção extensiva substituidora de mão-de-obra (Neto, 1982, p. 132) e uma produção relativamente intensiva em alguns produtos (cultivo do trigo ou da criação de pequenos animais em estabelecimentos agropecuários modernos). A equação ‘muita terra e mão-de-obra com algum capital igual a mais produção’ deu lugar a

equação `alguma terra e mão-de-obra com muito capital igual a mais (às vezes muito mais) produção'.

O processo de liberação de mão-de-obra para as atividades urbano-industriais acentuou neste período. Instrumentos institucionais, como a Lei de Uso Capião, ou econômicos, como o intenso processo de tratorização e quimificação da agricultura, foram responsáveis pela eliminação de um grande número de agregados e de pequenos proprietários. Como consequência, gerou-se um gigantesco mercado de força de trabalho para as atividades urbano-industriais e agropecuárias.

O setor agropecuário se converteu num grande consumidor dos produtos oriundos do setor industrial. A participação dos insumos adquiridos pela agricultura junto a indústria, tendo como referência a produção industrial total, foi de 9,2% em 1970. Nos setores da indústria para agricultura chegou a 22,2% no mesmo período (Müller, 1989, p. 36). Estes dados, quando confrontados comparativamente com aqueles de 1959, revelam o elevado grau de interseção que se estabeleceu entre a indústria e a agricultura já no início da nova fase da agricultura brasileira.

Com o II PND (1974-1978) ocorreu um aprofundamento da presença do capital monopolista e oligopolista no campo. Isto se deveu, além da própria competição entre monopólios e oligopólios, que os obrigava a diversificar suas atividades produtivas, à entrada maciça de capitais externos estimulada pelos próprios governos militares. O objetivo era completar a instalação dos ramos industriais que, para os referidos governos, assegurariam a auto-reprodução da matriz de relações interindustriais vigente e ampliar a infra-estrutura nacional.

O II PND, que buscou estender a estratégia de desenvolvimento do ciclo econômico do “Milagre Econômico Brasileiro”, desenvolveu a indústria química, proporcionando fertilizantes e defensivos agrícolas. Buscou extender a forma industrial de se produzir na agricultura e a integrá-la na cadeia intersetorial da economia.

Ao mesmo tempo em que criou condições materiais mais favoráveis para a modernização da agricultura, aliviou a balança comercial (e de pagamento) na medida em que diminuiu importações. Conglomerados industriais se desenvolveram no campo extendendo a forma industrial de produção no setor agropecuário. Suprimia-se, definitivamente, o divórcio estabelecido entre as estruturas de produção da indústria e do setor agropecuário no Brasil.

1.2-Concentração da Terra e Acumulação Primitiva

A análise da distribuição da posse da terra no Brasil confirma a tendência da sociedade capitalista de realizar a crescente separação dos produtores dos meios de produção (e dos recursos naturais).

A Tabela XVI, que compreende cinquenta anos de profundas transformações na sociedade brasileira, revelou a decrescente participação dos 50% menores estabelecimentos no total das terras ocupadas. De 3,8% de participação em 1920, chegou a atingir 2,5% em 1975. Ao longo deste período as quedas da participação, embora irregulares (como atesta a pequena queda entre 1950 e 1960, de apenas 1%, ou a queda significativa entre 1970 e 1975, de 4%) foram permanentes.

Os estabelecimentos que compõem 40% das unidades que se seguem apresentaram uma participação mais estável em termos da área ocupada. Em 1920 participavam com 19,7% da área ocupada, decaindo em 1975 para 18,5% configurando, portanto, uma queda de apenas 1,2%.

Os estabelecimentos que compõem 10% das unidades que seguem ao grupo de estabelecimentos anterior, ampliaram moderadamente a sua participação. Em 1920 participavam com 76,5% e elevam a sua participação em 1975 para 79,0%. Crescimento este, embora moderado no conjunto das terras ocupadas, foi equivalente ao total das terras ocupadas pelos 50% menores estabelecimentos em 1975.

No universo desses estabelecimentos maiores (que para efeito demonstrativo elevamos a 100%) possuiu um universo de 10% de gigantescas propriedades (que no conjunto dos estabelecimento representam apenas 1% dos mesmos). Em 1920 participavam com 41,9% das terras ocupadas e em 1975 ampliaram para 44,9% essa participação. Este grupo de estabelecimentos atestam o elevadíssimo grau de concentração das terras no país.

O grau da concentração das terras no país podem ser confirmadas ainda através dos Censos Agropecuários de 1975 realizados pela FIBGE (Tabela XVII). As propriedades com menos de 10 ha (2.616.575 estabelecimentos, participando com 52,3% do total) ocupavam uma área de 2,8%. As propriedades compreendidas entre 10 e 100 ha (1.897.511 estabelecimentos, participando com 37,9% do total) ocupavam uma área de 18,6%. As propriedades compreendidas entre 100 e 1000 ha (445.970 estabelecimentos, participando com 8,9% do total) ocupavam uma área de 35,9%. As propriedades compreendidas entre 1.000 e 10.000 ha (40.075 estabelecimentos, participando com 0,8% do total) ocupavam uma área de 28,3%. As propriedades acima de 10.000 ha (1.824 estabelecimentos, participando com 0,4% do total) ocupavam uma área de 14,4%.

A análise da distribuição da posse da terra no Brasil entre 1920 e 1975 revelam uma tendência de permanente concentração das mesmas nos estratos superiores, de relativa estabilidade nos estratos médios e de diminuição de participação nos estratos inferiores.

Esta tendência se apresentou pouco sujeita às pressões políticas dos trabalhadores rurais e urbanos. No período compreendido entre meados dos anos 50 e meados dos anos 60, ao longo do qual as estruturas agrárias e políticas agrícolas são conservadas no essencial, a atuação das Ligas Camponesas e a luta pela reforma agrária interferem na distribuição das terras ocupadas. Conforme podemos comprovar pelos dados da Tabela XVI, estas formas de organização e de lutas foram capazes de determinar uma pequena queda de participação das

terras ocupadas pelos estratos superiores, ampliar a participação dos estratos médios e apenas moderar a intensidade da queda de participação dos estratos de pequena propriedade³.

Esta tendência, por outro lado, apresentou-se sensível às transformações econômicas e política agrícola implementados a partir de meados dos anos 60. O período compreendido entre 1970 e 1975 apresentou um decréscimo significativo de participação dos 50% menores estabelecimentos (de 2,9% para 2,5%), uma diminuição de participação dos estabelecimentos que compõem 40% das unidades que se seguem (19,4% para 18,5%), uma ampliação de participação dos 10% maiores estabelecimentos (77,9% para 79,0%) e uma ampliação de participação dos 1% maiores estabelecimentos (43,1% para 44,9%).

O processo de concentração de terras se revelou mais intenso quando considerado em relação à ampliação da oferta de terras no período. A expansão da fronteira agrícola na Amazônia proporcionou milhões de hectares de terras integrados na economia do Centro-Sul e disponibilizados para a atividade econômica graças a infra-estrutura de transportes e comunicação criada. Conclui-se que as novas terras ocupadas recriaram o grande latifúndio nos novos espaços de ocupação, ao mesmo tempo em que se conservaram no fundamental a distribuição de terras nas demais regiões. Portanto, concomitantemente ocorreu uma incorporação de novas terras mediante uma distribuição regressiva das mesmas.

O processo de concentração de terras na Amazônia neste período reproduziu métodos tradicionais - fraude de títulos de propriedade, tomada de posse de grandes extensões de terras, concessões de terras pelo poder público para fazendeiros e grupos econômicos, grilagens, aquisição de terras a preços irrisórios etc - e modernos - incentivos fiscais e creditícios concedidos pelo governo a grandes grupos econômicos para o incentivo à produção agropecuária e exploração mineral e florestal, mas canalizados para a aquisição de novas terras, permissão

³ - Certamente poderíamos quantificar e qualificar melhor estes processos se dispusessemos de dados através de ciclos de 5 anos para o período, de forma a excluir os primeiros 5 anos da década de 50, quando as pressões sociais pela democratização do acesso e das relações de trabalho na terra eram menores, e dos cinco anos posterior ao golpe militar de 1964, quando a intensa repressão aos movimentos agrários (e urbanos) e os incentivos a modernização/concentração do latifúndio são intensos.

para exploração econômica de territórios indígenas etc. A expulsão e assassinato de posseiros, expulsão e extermínio de índios, perseguição a lideranças sindicais e religiosas, entre tantas outras formas de violência, acompanhou o processo de concentração de terras no país, em especial na região Norte e nas áreas amazônicas das regiões Centro-Oeste e Nordeste.

A concentração de terras ocorreu também em regiões de ocupação antiga. Na região Centro-Sul o desenvolvimento do cultivo da cana-de-açúcar, cujas características implicavam na utilização de grandes territórios e grandes custos de capital constante (intensa tecnologia) e variável (principalmente na forma dos assalariados temporários), em substituição a culturas tradicionais e/ou em decadência determinaram a concentração de terras e a expropriação/proletarização de grandes massas rurais. O cultivo de soja, já bastante expressiva no início dos anos 70, assumiu características muito próximas àquelas do cultivo da cana-de-açúcar em termos de concentração de terras e proletarização de antigas populações.

No extremo sul do país a concentração de terras esteve relacionada, principalmente, à elevada valoração das terras da região em relação à valoração das terras nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. O diferencial de valorização das terras favorável ao extremo-sul estimulou a venda de terras e imigração de suas populações para as demais regiões. Converteram-se em médios e grandes proprietários nestas últimas regiões, recorrendo à atividade da agricultura intensiva e a pecuária.

A exposição da pequena propriedade policultora do extremo-sul do país às indústrias de transformação de matéria prima agropecuária, tendeu a impor uma especialização produtiva, processos de endividamento e maior dependência externa (principalmente a bancos e indústrias). Esta realidade foi decisiva para que muitas famílias de pequenos proprietários perdessem ou vendessem suas terras.

O desenvolvimento da agricultura extensiva nas médias e grandes propriedades também concorreu para a concentração de terras no extremo-sul do país. Isto porque os preços

dos produtos agrícolas tenderam a cair graças a elevada produção obtida através do padrão tecnológico da chamada “revolução verde”⁴, sobre o qual se apoiava a agricultura moderna, de tal forma que a pequena propriedade passou encontrar maiores dificuldades econômicas para a sua reprodução. Os novos padrões de consumo impostos pela internacionalização econômica, principalmente em torno dos bens de consumo duráveis, pressionou ainda mais a pequena propriedade, determinando a venda de muitas delas, com seus antigos proprietários buscando melhor sorte nas cidades.

A concentração de terras não impediu o crescimento do número de pequenas propriedades em várias regiões. O seu crescimento esteve relacionado a conformação dos cinturões verdes das grandes cidades, ao estímulo à conservação/ampliação da pequena propriedade em regiões de implantação de determinadas agroindústrias e indústrias de bens agropecuários e a subdivisão de pequenas propriedades junto aos herdeiros. Portanto, ao mesmo tempo em que decresceu a participação da pequena propriedade no conjunto das terras ocupadas, ocorreu um aumento de seu número.

1.2.1-Expansão Capitalista na Amazônia

A confirmação do modelo capitalista monopolista, dependente e internacionalizado e a consolidação do novo bloco de forças sociais e políticas hegemônicas através do golpe militar de 1964 e dos governos militares, concorreu decisivamente para a ocupação das terras da Amazônia. O Estado, mais uma vez, intervém de forma decisiva para assegurar as articulações institucionais, a infra-estrutura e os recursos financeiros para a referida ocupação.

⁴ - A chamada “revolução verde” teve início nos Estados Unidos após a II Guerra Mundial. Ela esteve calcada na mecanização intensiva, no controle químico de pragas, na seleção e aperfeiçoamento genético, na adubagem química e na grande lavoura especializada. O fornecimento de bens tecnológicos, bem como a comercialização e/ou transformação industrial dos mesmos eram realizados por oligopólios industriais e comerciais. O Estado assumiu, no contexto do novo padrão agrário, um papel de agente controlador da produção - buscando dirimir os riscos de superprodução e preservar a rentabilidade do setor - e financiador da produção - assegurando condições para a realização da demanda de bens tecnológicos e para a demanda interna e exportação dos bens agropecuários produzidos.

O Estado buscou intervir na Amazônia já no Estado Novo. As campanhas para a migração de nordestinos para a Amazônia, o estímulo ao ciclo econômico da borracha e a criação do Banco de Crédito da Borracha em 1942, confirmam as primeiras políticas de Estado na Amazônia.

A intervenção do Estado nesta região assumiu uma nova qualidade a partir da criação do Banco de Crédito da Amazônia S.A. (originado do Banco de Crédito da Borracha S.A.) em 1950 e da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVGA) em 1953. Os objetivos destas instituições, especialmente do SPVGA, era promover o desenvolvimento da produção agrícola, fomentar a produção animal, estabelecer uma política demográfica, realizar um plano de aviação, incrementar a industrialização das matérias-primas de produção regional, desenvolver o sistema de crédito bancário regional. Estes objetivos deveriam ser atingidos através da atuação de capitais públicos e privados, na forma de empresas mistas ou não.

Ao longo dos anos 60 e 70 um emaranhado de novos órgãos federais e uma estrutura rodoviária foram formados tendo em vista assegurar aqueles objetivos. Foram criadas a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) em 1966, a Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA) em 1967, o Plano de Integração Nacional (PIN) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) em 1970, o Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste (PROTERRA) em 1971. Foram constituídas as rodovias Transamazônica (inconclusa), a Perimetral Norte, Cuiabá-Santarém e Manaus-Caracaraí (BRH-174).

Particularmente importante para a política do Estado na Amazônia foi a criação do Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (Polamazônia) em 1974. Este programa previu diversos programas verticais para a região como o Programa de Pólos Pecuários (norte do então Estado de Goiás, norte do Estado do Mato Grosso e sul do Estado do Pará),

Programa de Lavouras Selecionadas (com destaque para os cultivos da Borracha, açúcar, cacau, dendê, pimenta, arroz e frutas) e o Programa de Trópico úmido (buscando conjugar programas de assentamento de colonos e pequenos proprietários com empresas agrícolas de pequeno, médio e grande porte).

A política do Estado para a Amazônia consistiu na reprodução do padrão econômico monopolista, internacionalizado e dependente em um contexto geo-econômico caracterizado pelo predomínio de relações não-capitalistas de produção (economia natural desenvolvida por índios, seringueiros, posseiros etc).

A política do Estado se orientou, primeiramente, para a criação de uma população para o capital na região. A colonização dirigida - nucleado nas cidades que formavam ou que se transformariam em núcleo de expansão e, principalmente, nos programas de colonização - estimularam o deslocamento de populações de todas as regiões do país para a região amazônica.

Ianni (1979, p. 81-89) chamou a atenção para o fato de que a colonização dirigida consistia num mecanismo para impedir o livre acesso às terras por parte das populações deslocadas ou que poderiam vir a se deslocar. Assim, concentrava estas populações nas regiões de expansão dos projetos agropecuários e minerais, delimitava a quantidade de terras para cada família de colonos e criava um ambiente polarizador de populações sem terra.

Em nossa perspectiva, a colonização dirigida se constituía num instrumento estratégico, tendo em vista compatibilizar a ocupação de uma região na qual o índice de ocupação era extremamente baixo e a “oferta potencial” de terras muito alto, com a relativa aglomeração desta população e em condições de comercializar permanente ou temporariamente a sua força de trabalho nas empresas agropecuárias, madeireiras e mineradoras formadas na região.

Ocorria nestes núcleos de colonização dirigida uma redefinição das atividades localmente desenvolvidas pelas populações nativas e das atividades até então desenvolvidas

pelas populações emigradas. A coleta primitiva e a agricultura de subsistência dava lugar a uma atividade mercantil controlada pelo capital comercial. Concomitantemente, criava-se um mercado de mão-de-obra contratável, seja de proletários ou mesmo de populações camponisadas em determinados períodos do ano.

A eficácia do modelo implementado teria que conviver com o “esgotamento” do meio natural, ou seja, das terras livres da região. Neste sentido foram concedidos enormes áreas para projetos agropecuários e mineradores aos capitais privados nacional e internacional e ao capital estatal. O Estado se posicionou de forma indiferente frente as posses irregulares de terras realizadas pelos grandes capitais e a prática de grilhagem de terras junto a posseiros, seringueiros e índios. Através da FUNAI o Estado delimitou restringindo as terras indígenas, concedeu parte das mesmas para grandes grupos econômicos e fazendeiros e permitiu a exploração de recursos florestais e minerais das terras ainda sob controle indígena.

A conjugação destes processos assegurou a conformação de uma população para o capital através das populações imigradas, dos seringueiros e dos índios. Assegurou também a proletarização (e mesmo lumpenização) de grande parte destes mesmos grupos sociais. Assim, gerando um excedente e um mercado de mão-de-obra (temporária e permanente) e uma pequena produção mercantil, assegurava-se as condições básicas para o avanço do capital e, principalmente, das relações capitalistas de produção na Amazônia.

A eficácia do modelo adotado dependia do deslocamento de grandes grupos econômicos e fazendeiros para a Amazônia. Neste sentido, além das concessões de terras, o governo recorreu às facilidades fiscais creditícias para a criação e expansão da empresa privada na região tendo em vista a exploração da mineração, extrativismo, pecuária, agricultura, agroindústria e indústria. As facilidades se dirigiam tanto para capitais nacionais quanto para capitais estrangeiros.

A concentração das terras na região amazônica e sua integração com a região Centro-Sul ocorreu, concomitamente, com a sua internacionalização. Grupos econômicos multinacionais como a Volkwagem, Mercedez Bens, Cargil, Liquifarm, Swift-Armour, Nacional Bulk Carries e Mitsui Co., adquiriram terras e colocaram em desenvolvimento grandes projetos na amazônia (Holanda, Apud Ianni, 1979, p. 125).

Os incentivos fiscais liberados pela SUDAM girou em torno de 50%. No período compreendido entre 1965 e 1977 a distribuição setorial dos referidos incentivos apresentou 49,70% de participação para o setor agropecuário, 40,70% para o industrial, 4,5% para o de serviços básicos e 1,15% para o agroindustrial. O setor agropecuário, o grande beneficiado pelos incentivos juntamente com o setor industrial, chegou a atingir 70% em alguns estados da federação, portanto, bem acima da média geral, conforme podemos comprovar através da Tabela XXXIII.

1.2.2-Agricultura e Acumulação Primitiva no Brasil

Enormes contingentes de mão-de-obra, oferta elástica de terra e a infra-estrutura de transporte e comunicação em formação, proporcionaram novas formas de acumulação primitiva de capital na sociedade brasileira após o término do sistema escravista. A agricultura tradicional brasileira se constituiu no espaço fundamental deste padrão de acumulação de capital.

A acumulação primitiva de capital no Brasil não assumiu a forma clássica analisada por Marx, qual seja, a Inglaterra do século XVI, cujo processo de expropriação/proletarização camponesa foi condição prévia para a acumulação primitiva de capital. No mundo rural brasileiro, no período compreendido entre o esgotamento do regime escravista e meados dos anos 60, a acumulação primitiva se desenvolveu, fundamentalmente, através da expropriação do excedente - não da expropriação plena da propriedade da terra e dos meios de produção (Oliveira, 1987^b, p. 19-25). As formas não-capitalistas de produção, no referido período, foram

conservadas/reestruturadas de maneira que o trabalhador rural mantivesse um grau elevado de posse transitória da terra, como exemplificaram a meagem em Goiás, o colonato em São Paulo e o “cambão” no Nordeste.

A expansão da fronteira agrícola, viabilizada através dos novos troncos de transporte e comunicação representados pelas ferrovias e rodovias, majoritariamente formados a partir dos centros urbano-industriais do Centro-Sul, incorporou inauditos espaços para o desenvolvimento da acumulação primitiva de capital em curso. A expansão da fronteira agrícola assumiu a forma da *frente de expansão*, caracterizada pelo movimento de populações expulsas de outras regiões em consequência da introdução de formas capitalistas de produção e que buscaram recriar um novo espaço para o desenvolvimento de uma economia de subsistência local, e da *frente pioneira*, caracterizada pela implantação de formas capitalistas de propriedade e de acumulação. Mesmo na *frente pioneira* não ocorreu o predomínio das relações capitalistas de produção, criando e recriando regimes de trabalho e estruturas sociais tradicionais (Martins, 1980, p. 67-94; Szmrecsányi, 1984, 128-129).

O intenso movimento de populações sediadas em espaços rurais para novos espaços rurais, na forma da expansão da fronteira agrícola, permitiu que regiões vazias ou escassamente povoadas, sob a apropriação privada da terra e dos seus recursos naturais, integrassem-se direta ou indiretamente nas dinâmicas do mercado nacional. Especializadas na produção de víveres e animais para a sua realização nos centros urbano-industriais, as regiões de expansão da fronteira agrícola passaram a acumular valor, o que lhes permitiu consumir produtos correntes oriundos das indústrias, prática responsável pela desarticulação final da atividade artesanal e da economia de subsistência em geral. Algumas regiões do Estado de São Paulo, o Triângulo Mineiro, o sul de Goiás e do Mato Grosso e o norte do Paraná foram as regiões mais afetadas pela expansão urbana e industrial da região Centro-Sul dos anos 30 a meados dos anos 60. A partir de então, a referida expansão ocorreu na região amazônica.

A relação estabelecida entre a indústria e a agricultura encontrava-se articulada de forma a impedir a elevação dos custos da produção agrícola em relação aos custos da produção industrial. O papel definido através desta relação foi, primeiramente, conter a elevação dos custos de reprodução da força de trabalho, urbana de forma a permitir uma ampla acumulação de capital no espaço urbano-industrial. O fato deste papel definido para o setor agropecuário bloquear a sua constituição enquanto importante mercado para os produtos industriais não foi obstáculo para a acumulação do setor industrial, visto que a referida acumulação ocorria através da realização comercial de bens, fundamentalmente, no espaço urbano-industrial.

A concentração da propriedade da terra, por sua vez, permitiu a conformação de um proletariado rural permanente ou sazonal para as culturas comerciais, além é claro de um crescente proletariado urbano para as atividades urbano-industriais. A não extensão dos direitos trabalhistas aos trabalhadores do campo, ao lado da restrita incorporação de tecnologia e insumos agrícolas, também concorreu para impedir a elevação de custos dos produtos necessários para a reprodução da força de trabalho urbano-industrial. Formou-se, segundo Oliveira (1987^b, p. 40-44), uma interação entre o tratamento discriminatório e confiscatório, ao qual estava submetida a agricultura e a manutenção de um padrão “primitivo” de produção agrícola, apoiado numa brutal exploração da força de trabalho.

As relações autoritárias reproduzidas no campo brasileiro, em que pese o seu conteúdo histórico, foram, portanto, inscritas no controle crescente da propriedade, pressuposto geral para a extração dos excedentes através de múltiplas formas não-capitalistas de produção reorientadas para o mercado. Diferentemente do lorde inglês, que arrendava a sua terra e obtinha uma grande parcela da renda da terra, o latifundiário brasileiro estendeu com braço de ferro o controle sobre o trabalhador do campo e “disputou” com este as magras rendas líquidas geradas.

A forma da incorporação da agricultura no dinamismo industrial brasileiro entre 1930 e meados dos anos 60 preservou, sob novas bases, o conteúdo atrasado e conservador da

estrutura latifundiária. Diferentemente do que pensavam cepalinos e marxistas dogmáticos até o final dos anos 60, a agricultura encontrou-se integrada ao desenvolvimento industrial e o seu atraso e conservadorismo foi um dos pressupostos para a plena acumulação interna de capital que se deu no espaço urbano-industrial. Portanto, não apenas não representou obstáculo ao pleno desenvolvimento industrial, como também se converteu, através do gigantesco exército industrial de reserva criado por ela mesma, em um dos seus dínamos.

Teve início, a partir do ciclo econômico do chamado “Milagre Econômico Brasileiro”, o processo de modernização do setor agropecuário. Conformado a partir de uma estrutura agrária atrasada e conservadora, sob relações não-capitalistas de produção, técnicas produtivas tradicionais e baixa capitalização, com arquipélagos de modernização relativa restrita a cultivos exportáveis, o setor agropecuário conviveu com profundas transformações.

O padrão agrário moderno, fruto da incorporação de tecnologia pelas médias e grandes propriedades capitalizadas, gerou a ampliação da produtividade com oferta restrita de empregos. Como consequência acentuou o gigantesco mercado de força de trabalho, o reforço institucional das propriedades nos espaços de expansão da fronteira agrícola e a tendência ao esgotamento da referida fronteira.

O padrão tradicional de relações de produção não-capitalista perdeu espaços para o padrão capitalista de produção na forma da agroindústria e das médias e grandes propriedades capitalizadas ao longo do período. Contudo, se manteve forte o bastante para com este se articular e perpetuar. A não extensão da regulamentação das leis trabalhistas no campo permaneceu; formas de contrato provisório, por produção ou tarefa, se estendeu em todas as áreas de concentração de capital no campo. O capital, agora sob a forma monopolística e oligopolística de produção de valor, dominava definitivamente o trabalho rural.

O setor terciário e vários ramos industriais no espaço urbano-industrial, que historicamente se beneficiaram do gigantesco mercado de força de trabalho, também repôs

formas de acumulação primitiva, ou seja, padrões de relações de produção não-capitalistas de geração e apropriação do excedente. O trabalho sem carteira assinada, as jornadas de trabalho que excediam as 48 horas determinadas por lei, o comerciante ambulante estavam entre algumas das formas assumidas pelo processo de acumulação primitiva no espaço urbano. As formas de acumulação viabilizadas pelo gigantesco mercado de força de trabalho determinou, ainda, a depreciação dos salários, a ampliação da jornada ou de contratos de trabalho para que o trabalhador pudesse assegurar a sua reprodução física e o desinteresse pela modernização tecnológica das empresas (em especial daquelas que atuavam na prestação de serviços).

A acumulação primitiva não se restringiu à gênese do capitalismo brasileiro e, nem tampouco, esteve restrito ao setor agropecuário. Na verdade, encontrou-se historicamente determinado pela dinâmica da reprodução do capital, inscrevendo na própria ossatura da referida reprodução.

1.3-A Dinâmica da Agricultura Brasileira

No período compreendido entre 1930 e 1954 o país redefiniu a sua economia. Em função da crise do seu setor de economia externa, ocorreu um largo processo de industrialização. Este processo prolongou-se para o setor agropecuário impondo uma reorientação da agricultura em função do mercado interno.

Szmrecsányi (1984, p. 117) enumerou algumas transformações acarretadas pelas novas atribuições do setor agropecuário: ampliação dos mercados de víveres e matérias-primas de origem vegetal e animal; a expansão da fronteira agrícola e a multiplicação das propriedades agropecuárias; substituição de culturas e atividades estagnadas por outras mais dinâmicas e rentáveis; e a transformação das relações de trabalho e de produção.

A baixa rentabilidade e a carência de tecnologia e insumos agrícolas concorreu para imprimir um caráter predominantemente extensivo nos ganhos de produção. A superoferta de

mão-de-obra rural - 65,9% da população total economicamente ativa em 1940, conforme podemos averiguar através da Tabela VI - e de terra - imensas regiões interioranas não (ou escassamente) ocupadas - terminou por consolidar o caráter extensivo dos ganhos de produção.

Szmrecsányi (1984, p. 118-119) enfatizou que, paralelamente ao ganho extensivo de produção, ocorreu ganhos de produção por trabalhador. Ganhos estes que se originaram, principalmente, do aprofundamento da rotina de trabalho, do desenvolvimento de cultivos mais rendosos e da melhoria, ainda que tímida, de espécies vegetais e animais.

A performance do setor agropecuário, em função do setor urbano-industrial, encontrou-se bastante evidente no plano do decréscimo da população economicamente ativa (PEA) agrícola em termos relativos à população economicamente ativa (PEA) total do país. A participação da PEA agrícola no conjunto da PEA total do país caiu de 65,9% em 1940 para 29,9% em 1980 (Tabela VI).

A taxa de crescimento da PEA agrícola esteve sempre muito abaixo das taxas médias de crescimento da PEA total do país chegando mesmo a atingir 0,02% frente aos 4,01% em 1980. Em que pese estes números, a PEA agrícola apresentou um crescimento constante em termos absolutos, elevando-se dos quase 10 milhões de habitantes em 1940 para pouco mais de 15 milhões em 1985 (Tabela VI). Tal proeza, mediante a fluxos migratórios tão intensos, como aqueles que passaram a ocorrer no país a partir dos anos 40, somente foi possível graças ao elevado crescimento vegetativo apresentado pela população rural.

Concomitantemente à queda da PEA agrícola frente à PEA total do país, ocorreu um crescimento mais ou menos constante da produção, da área cultivada e dos rendimentos na agricultura brasileira. O crescimento da produção (Tabela VII) foi constante no período de 1940-1950 quando atingiu a taxa de 3,11%. No período de 1950-1960 atingiu a taxa de 5,74%.

O único decréscimo da produção entre 1930 e 1980 ocorreu no período de 1960-1970. As causas básicas deste processo foram a longa crise econômica que se estendeu de 1962 à

1967 e a modificação das relações de trabalho e de classe desencadeado pelo projeto de reforma agrária do regime militar, responsável por criar as maiores taxas de êxodo rural da história do Brasil.

A taxa de crescimento da produção do setor agropecuário (Tabela VII) foi superior à taxa de crescimento da população economicamente ativa total do país (Tabela VI). Entre 1948 e 1970 a taxa de crescimento de alimentos (vegetal e animal) e de matéria prima foi de 4,2% ao ano. No mesmo período - que compreendeu a fase em que as taxas de crescimento da população brasileira foram mais elevadas - o crescimento médio da população se manteve entre 2,5% e 3% ao ano (Marcondes, 1995, p. 59).

A área cultivada (Tabela VII) se manteve relativamente estável em relação ao crescimento da população total do país (Tabela VIII) ao longo do período compreendido entre 1930 e 1975. Variação importante ocorreu ao longo da década de 50, quando a área cultivada atingiu o maior percentual da história da agricultura brasileira daquele período com 4,16% do território nacional. Isto se deveu a dois fatores básicos: de um lado, a radicalização e ampliação dos movimentos camponeses organizados, principalmente a partir de meados dos anos 50, com grande destaque para as ligas camponesas e, de outro lado, o vertiginoso crescimento e redistribuição da população - que no mesmo período salta da casa de quase 52 milhões para 70 milhões de habitantes, sob intenso movimento migratório em direção às cidades.

Tais processos pressionaram no sentido da elevação dos excedentes de produção do setor agropecuário. Como estes ocorriam sob uma dinâmica agrícola tradicional, a sua obtenção impunha a expansão da área cultivada. A área cultivada recuou na década de 60 em decorrência da longa crise (1962-67) e da adoção de intensa tecnologia em determinados extratos de propriedade e cultivos a partir de 1967.

O crescimento dos rendimentos foi constante e ainda mais surpreendente quando comparado ao crescimento da produção (Tabela VII). O seu crescimento foi elevado no período de 1950-1960, quando saiu da taxa de 0,53% na década anterior e atingiu a taxa de 1,56%.

Seguramente o crescimento relativamente constante da produção e moderado da área cultivada - com exceção do 'solo expansivo' da década de 50 (provocado pelas lutas sociais e início de um embrionário e, posteriormente, interrompido processo de democratização das terras) e, possivelmente, pela aceleração econômica do Programa de Metas - demonstrou a profunda integração e sensibilidade do setor agropecuário às dinâmicas urbano-industriais e demográficas em curso no país entre 1930 e meados dos anos 60. Sob uma determinada estrutura agropecuária supriu-se a necessidade de mão-de-obra e matérias-primas para o setor urbano-industrial e atendeu-se às necessidades de uma população crescentemente urbanizada.

O grande crescimento da produção do período de 1970-1980, quando a taxa de crescimento atingiu a casa dos 8,31% ao ano, certamente estava relacionado com a intensa urbanização e crescimento absoluto da população brasileira, com o desenvolvimento de tecnologia e insumos agrícolas ofertados pelo Departamento I e com os incentivos governamentais para a produção agropecuária de exportação voltada para a criação de superávites comerciais (Tabela VII). Tratava-se, portanto, de uma nova dinâmica delineada para o setor agropecuário por parte da estrutura urbano-industrial.

As políticas agrícolas dos governos militares, orientadas para o barateamento ainda maior dos custos de produção da força de trabalho, para converter a agricultura numa frente de demanda em expansão para as indústrias, para a obtenção de divisas cambiais, a fim de realizar a remessa de lucros das multinacionais e encargos financeiros do endividamento externo e para assegurar a importação de tecnologia e insumos industriais, recorrendo a subsídio e financiamentos, foram imprescindíveis para que a agricultura atingisse a referida taxa de crescimento.

A taxa de crescimento do rendimento agrícola atingiu 4,93% no período de 1970-1980. O índice de 1,89% do período de 1960-1970 - embora revele um aumento expressivo quando comparado ao índice de 1,56% do período de 1950-1960 e fosse previsível, visto que a elevação da taxa do rendimento agrícola apresentava um perfil ascendente - apresentou-se tímido em relação aquele obtido no período subsequente (Tabela VII). A referida elevação de rendimento, juntamente com o grande crescimento da produção, foi decorrência do padrão agrícola dinâmico então formado.

Estes dados quantitativos contribuem para revelar a profundidade e a importância que ocupou a modificação do padrão de relação entre o setor urbano-industrial e o setor agropecuário a partir do ciclo econômico do chamado “Milagre Econômico Brasileiro”.

1.3.1- A Crise da Produção de Alimentos

A crise de alimentos remonta ao passado colonial. A plantagem, apoiada numa estrutura agrária concentracionista e voltada para o mercado externo determinava a crise de alimentos, amenizada por posseiros e pequenos proprietários e pelo trabalho dos escravos em domingos e dias santos nas lavouras se subsistência.

O processo de concentração da terra se constituiu num importante fator para a queda na produção de alimentos no país. Tal processo desencadeou a diminuição da área ocupada pela pequena propriedade, responsável por praticamente metade da produção de alimentos e matéria prima industrial do país.

A política agrícola também cumpriu um papel fundamental nesta direção. As novas exigências criadas pelo desequilíbrio das balanças comercial e de pagamento, determinou uma política de incentivo a benefício da agricultura de exportação. Dessa forma a agricultura teve ampliada o seu tradicional papel de geradora de divisas externa em detrimento (em alguma medida) da produção voltada para o mercado interno.

A referida política, voltada ainda para assegurar a realização comercial e, conseqüentemente, acumulação dos grandes grupos econômicos nacionais e estrangeiros, atuou a benefício dos grandes proprietários e empreendimentos rurais. Políticas de melhoramento infra-estrutural, crédito rural, crédito de custeio, pesquisas agronômicas, etc, voltaram-se, prioritariamente, para a adaptação e desenvolvimento do padrão tecnológico da “revolução verde” (desenvolvido para regiões de clima temperado) para as condições geoclimáticas do país assegurando, através da agricultura extensiva, a demanda de bens tecnológicos das indústrias voltadas para a agricultura.

A pequena produção se beneficiou marginalmente de pesquisas tecnológicas, melhoramentos e crédito. Isto representava um importante mercado para as indústrias que produziam bens tecnológicos para a agricultura.

À estas dificuldades da pequena produção agregou-se o controle de preços dos bens que compunham a cesta básica, como o feijão, arroz e mandioca. Restringiu-se, dessa forma, a renda da pequena propriedade. Como este controle ocorreu tendo em vista conduzir, a um limite extremo, o arrocho salarial dos trabalhadores urbanos, este mercado de consumo não expandiu significativamente e, nem tampouco, eventuais subofertas provocaram necessariamente elevação de preços e acumulação de rendas. Estas elevações, quando ocorriam, tendiam a se concentrar nos oligopsônios comerciais.

A crise de alimentos fruto, em grande medida, da estrutura agrária concentracionista voltada para o mercado externo foi reiterada através do casamento triangular entre a estrutura agrária concentracionista, a acumulação dos grandes grupos econômicos nacionais e estrangeiros e a administração dos desequilíbrios dos balanços comercial e de pagamento por parte do governo.

As taxas anuais de crescimento da produção do setor agropecuário não apresentaram grandes variações entre os cultivos voltados para o mercado interno e os cultivos voltados para o

mercado externo no período compreendido entre 1947 e 1967. Conforme podemos averiguar através da Tabela XLI os cinco produtos analisados e tipicamente voltados para o mercado interno acumularam uma taxa de crescimento médio de 4,79% no período (arroz 5,96%; batata 4,39%; feijão 4,05%; mandioca 4,80%; milho 4,74%). Os cinco produtos exportáveis analisados (embora sendo importantes também no mercado interno, a exemplo do algodão, matéria prima para a indústria textil) acumularam uma taxa de crescimento médio de 5,73% no período (algodão 3,79%; cacau 1,79%; café 4,12%; cana-de-açúcar 5,82%; laranja 4,60%; soja 14,33%). A taxa de crescimento médio dos produtos exportáveis, que foi significativamente mais elevada quando comparada com a taxa de crescimento médio dos produtos tipicamente voltados para o mercado interno não assumiu proporções maiores devido ao confisco cambial a que o setor esteve submetido do período.

No período compreendido entre 1967 e 1979 as distâncias entre as taxas de crescimento médio entre os produtos voltados para o mercado interno e os produtos exportáveis aumentaram enormemente. Observando a Tabela acima referida confirmamos que os produtos voltados para o mercado interno acumularam uma taxa de crescimento médio de 0,93% (arroz 1,94%; batata 2,96%; feijão -1,26%; mandioca -1,51%; milho 2,50%). Os produtos exportáveis acumularam uma taxa de crescimento médio de 8,01% (algodão -2,18%; cacau 3,99%; café - 1,56%; cana-de-açúcar 5,57%; laranja 14,88%; soja 27,38%).

Estes dados demonstram a importância secundária dispensada às atividades do setor agropecuário voltadas para o mercado interno, em especial a partir da chamada modernização agrícola. Esta condição se relacionou ao tratamento dispensado à pequena produção, responsável pela produção da maior parte dos produtos voltados para a cesta básica.

1.4-Modernização E Estrutura Agropecuária

A modernização do setor agropecuário deve ser compreeendida enquanto uma transformação de conjunto. O núcleo básico desta transformação foi a adoção de relações capitalistas de produção no setor agropecuário, qual seja a autovalorização do capital através da separação do produtor dos meios de produção enquanto uma lógica interna de reprodução do capital no referido setor. A mecanização, químificação etc, da produção, não raramente identificada como a essência da modernização, constituiu-se em instrumentos da modernização na medida em que potencializou a extração de mais-valia do proletariado rural.

A autovalorização do capital recorreu também a relações não-capitalistas de produção reorientadas. A pequena produção na forma do parceiro, arrendatário e posseiro, cujos trabalhos controlados pelos médios e grandes proprietários e potencializados através de recursos mecânicos, químicos e biológicos destes mesmos proprietários, geraram rendas igualmente importantes para a autovalorização do capital.

A modernização do setor agropecuário estava determinada, primeiramente, pela própria dinâmica de reprodução do capital. Este buscou se verticalizar sobre espaços econômico-sociais em que seu controle ocorria externamente à produção (esfera da circulação). A busca do controle interno da produção determinou a sua reestruturação através da implantação das relações capitalistas de produção e/ou da modernização de relações não-capitalistas de produção.

De uma ou de outra forma o objetivo foi, para o capitalismo, o aumento da produtividade do trabalho e, por consequência, do excedente social (em grande parte acumulado enquanto lucro oriundo de mais-valia). Para o capitalista individualmente, o objetivo foi reduzir os custos de produção tendo em vista conservar/ampliar a massa de lucros e assegurar mercados.

Quando a modernização do setor agropecuário se apoiou, basicamente, sobre a incorporação de tecnologia mecânica e a substituição de mão-de-obra e elevação da produtividade do trabalho por ela proporcionada - que podia não coincidir com a elevação da

produtividade da atividade - cobria as despesas e permitir um ganho final superior em relação ao anterior, então ela se justificou. Portanto, a elevação do custo capital constante, mesmo quando não levou a um aumento significativo da produtividade da atividade foi compensado pela diminuição dos custos de mão-de-obra. A elevação da composição orgânica do capital tendia a diminuir a taxa média de lucros, mas permitia a elevação da massa de lucratividade⁵.

Quando a modernização do setor agropecuário se apoiou, basicamente, sobre a incorporação de tecnologia químico-biológica e a manutenção/aumento da mão-de-obra e elevação da produtividade do trabalho - que quase sempre coincidia com a elevação da produtividade da atividade - cobria as despesas e permitia um ganho final superior em relação ao anterior, então ela se justificou. Neste caso, a elevação dos custos de capital constante não foi compensado pela diminuição dos custos do capital variável, mas pelo aumento da produtividade do trabalho e da atividade em si. A elevação da composição orgânica do capital tendeu a aumentar a taxa média de lucros e a massa de lucratividade.

A modernização do setor agropecuário (sujeito a condicionantes diversos como as circunstâncias naturais, o padrão e custo tecnológico disponível, o caráter da política agrícola, os preços dos produtos agropecuários e condições de mercado, entre outros) recorreu a estes processos, de forma combinada ou não em termos fundamentais.

A modernização do setor agropecuário não pode ser explicada tão-somente pela lógica da acumulação do capital no setor agropecuário. Deve-se considerar também o caráter e natureza que a referida lógica assumia na formação social e econômica concreta, ou seja, “externamente” a ela (mas integrada na dinâmica de reprodução da economia capitalista como um todo). Em outras palavras, a modernização encontrava-se determinada pelo padrão de acumulação implementado e pela estrutura agrária vigente no país.

⁵ - Para Neto (1982, p. 132) a chamada tecnologia moderna introduzida na agricultura brasileira (importada de países de clima temperado) foi inadequada tecnicamente e pouco eficiente. Em consequência, a elevação dos níveis de produtividade física da produção foram moderados. Para o autor, a referida tecnologia serviu mais à substituição da força de trabalho pela máquina do que para o aumento da produtividade.

No Brasil, a modernização se encontrou determinada pelo padrão de acumulação monopolista, dependente e internacionalizado. As transformações que a economia brasileira atravessou a partir do Programa de Metas, conforme já conferimos, acarretou a sua internacionalização através da entrada das multinacionais e padrão de endividamento externo. A repercussão deste processo sobre o setor agropecuário foi imenso.

A condição assumida pelos oligopólios internacionais no conjunto da economia brasileira determinou em grande medida as bases e características da sua expansão. A instalação das montadoras e das indústrias químicas, no contexto de outras realidades de repercussão estrutural, concorreu decisivamente para o processo de mecanização e quimificação da agricultura brasileira. Entre 1950 e 1975, conforme demonstra a Tabela XIV, a produção de tratores saltou de 8.372 (2.281 ha labouras/trator; 247 estabelecimentos/trator) para 323.113 (87 ha laboura/trator; 15 estabelecimento/trator). O mesmo fenômeno ocorreu com a utilização de fertilizantes (tomando como referência o índice 100) que saltou, no mesmo período, de 89 t para 1.978 t, conforme demonstra a Tabela XV.

A modernização e quimificação do setor agropecuário no Brasil não ocorreu espontaneamente. Neto (1981, p. 40-43) chamou a atenção para a importância assumida pela política do Estado nesta direção. Reformas curriculares, criação de institutos de pesquisas agronômicas, etc, concorreram para assegurar condições de expansão do novo padrão agrícola, gerando técnicos, novas variedades agrícolas, estudos de solo e assim por diante.

No âmbito da política de Estado destacou-se o crédito rural. O crédito rural se converteu num criador de demanda por insumos modernos e máquinas agrícolas e num instrumento de favorecimento dos setores de produção industrial.

O crédito rural, através de juros subsidiados e distribuídos privilegiadamente para empreendimentos agropecuários modernos, especialmente os grandes, foi uma alavanca da modernização agropecuária a benefício de alguns setores (indústria para a agricultura, empresas

agropecuárias e latifundiários) e da exclusão de outros (pequena produção na forma de pequena propriedade, arrendatários, parceiros e posseiros) submetidos a uma agricultura tradicional. Silva conclui que

“(...) esse subsídio à aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas é condição *sine qua non* da sua demanda efetiva (...) embora pareça apenas um “privilegio” do setor agrícola, não deixa de ser também um “crédito ao consumidor”, como tantos financiamentos existentes no país: o governo paga para que a agricultura ajude a indústria. Mas não a indústria em geral e sim a grande indústria, o grande capital” Silva (Apud Neto, 1981, p. 12).

As propagandas patrocinadas pelos grandes grupos industriais que produziam para a agricultura e pelo governo construíram o mito da modernização. Os tratores e os defensivos e adubos químicos foram edificados nos instrumentos da revolução moderna da agricultura. Gigantescos empreendimentos agrícolas e números que atestavam produtividade foram convocados para legitimar os referidos instrumentos e a revolução em si mesma. Por consequência, aqueles que se encontravam fora desses processos são apresentados como mergulhados no atraso.

A aquisição de tratores, aspersores etc, foram realizados sem dimensionar as suas necessidades e/ou possibilidades de pagá-los e mantê-los. A subutilização dos recursos tecnológicos ou mesmo danos nos solos e outros recursos naturais em decorrência da sua má aplicação se converteu numa regra geral (Neto, 1981, p. 46-49; Silva, 1980, p. 190-192).

A imposição do padrão tecnológico que em parte compôs a chamada modernização do setor agropecuário contou, ainda, com os engenheiros agrônomos e veterinários formados a partir dos novos currículos. Estes currículos, valorizadores da ciência e da técnica agropecuária universalizada a partir da chamada “revolução verde”, concorreram para esteriotipar a agricultura “atrasada” e atribuir possibilidades fantásticas à agricultura “moderna”.

No rastro dos engenheiros agrônomos e veterinários vieram os vendedores das casas de comercialização de equipamentos e produtos agropecuários. Transfigurados de assistentes

técnicos, percorriam os estabelecimentos agropecuários apresentando e comercializando produtos, quase sempre fora das orientações adequadas para a utilização. Estas orientações, apresentadas de forma complexa e em pequenos rótulos, juntamente com a tradução dos mesmos realizados pelo vendedor, se dirigiu para o consumo em larga escala dos produtos expondo a riscos o produtor e o consumidor final dos produtos gerados.

A lógica externa da modernização da agricultura esteve determinada, ainda, pela presença das indústrias de beneficiamento da produção agropecuária e pelos compradores da produção (supermercados, cerealistas etc). Nos espaços econômicos e sociais em que estas empresas se instalaram ocorreu transformações profundas na estruturas de produção. A policultura deu lugar a agricultura especializada; as variedades de cultivo ou das raças criadas, bem como as condições de trato (ambiente, alimentação, higiene, etc) foram definidas pelas indústrias; endividamento e/ou dependência da assistência técnica, respectivamente de bancos ou da própria empresa, converteu-se em realidade; sucumbiu o relativo grau de independência e autonomia da pequena produção e passou a se encontrar mais exposta a consequências como novas pragas e custos econômicos para o seu controle (respectivamente decorrente do aperfeiçoamento genético e dos novos produtos produzidos para o seu controle), preços mínimos (que na verdade se transformaram nos preços máximos para estes setores), entre outras transformações ocorridas.

1.4.1-Obstáculos Da Modernização

A modernização do setor agropecuário esbarrou no obstáculo representado pela monopolização da terra por parte dos grandes proprietários. Isto porque ao monopolizar o bem natural (e imprescindível para a geração de alimentos e boa parte da matéria prima industrial) representado pela terra e gerar uma população rural sem-terra e dela dependente, o grande proprietário criou as condições básicas para extrair a renda da terra.

A renda da terra assumiu múltiplas formas: a valorização das terras proporcionadas pelas políticas governamentais voltadas para os melhoramentos infra-estruturais como estradas, energia elétrica, estruturas de armazenagens da produção etc; o sobre-trabalho retirado dos trabalhadores permanentes não-assalariados (parceiros e arrendatários) e dos trabalhadores temporários não assalariados (arrendatários); a localização em relação aos grandes centros urbano-industriais; a qualidade das terras e assim por diante.

A transformação do espaço da terra sob relações não-capitalistas de produção para espaços sob relações capitalistas de produção, ou seja, assalariando a mão-de-obra e otimizando a extração da mais-valia através da mecanização e quimificação da produção, implicou no pagamento da renda da terra para o grande proprietário por parte do capitalista.

Restou ao capitalista duas opções. A primeira seria pagar uma renda da terra menor para ter acesso à posse temporária da terra e faze-la produtiva e lucrativa. Dessa forma, subtraindo os custos do capital constante e variável e do arrendamento da terra (a forma monetarizada do pagamento da posse temporária para o usufruto dos seus recursos naturais) o capitalista podia acumular a mais-valia retirada dos trabalhadores de forma a autovalorizar os seus capitalis. Na pior das hipóteses, esta autovalorização do capital devia ser equivalente às demais alternativas existentes para a referida autovalorização.

A outra opção aberta ao capitalista seria a aquisição da propriedade da terra. O desembolso de capital para a sua transformação (e imobilização) em renda da terra seria muito maior, comprometendo os investimentos em capital constante e variável. Como consequência teria a restrição da massa de mais-valia extraída dos trabalhadores.

Evidentemente, em que pese o fato do capitalista também poder ter acesso a (algumas e ter a possibilidade de recorrer a outras formas da) renda da terra, os ganhos gerais de excedentes tendiam a ser menores. A “racionalidade” desta operação se explicava pela busca de ganhos marginais e complementares por parte do capital.

Neto (1982, p. 35-37) chamou a atenção para o fato de que a modernização do setor agropecuário no Brasil teve como eixo transformar o grande proprietário de terras em capitalista (proprietário-capitalista). Este processo se deu através da modernização do latifúndio, para o qual concorreu as políticas de financiamento, como o crédito rural, as redefinições institucionais, como a extensão de leis regulamentadoras das relações de trabalho no campo e os novos recursos tecnológicos, como a mecanização da agricultura.

A transformação do capitalista em proprietário de terras (capitalista-proprietário) foi mais intenso na forma da diversificação das atividades econômicas desenvolvidas pelos grandes grupos econômicos (nacionais e estrangeiros). Incentivos creditícios e fiscais proporcionados pela SUDENE e SUDAM, decisivos para a aquisição de grandes porções de terras nas regiões Norte e Nordeste e a formação de grandes grupos agroindustriais, foram algumas das formas assumidas pelo processo.

O arrendamento capitalista da terra foi outra forma importante assumida pela modernização do setor agropecuário. Diversos empreendimentos agrários, basicamente voltados para a agricultura de exportação e para a produção de víveres e matérias-primas industriais voltada para o mercado interno, evitaram imobilizar grande parte dos seus capitais na forma da aquisição da propriedade de terras.

A modernização do setor agropecuário (na forma da transformação do proprietário em proprietário-capitalista, do capitalista em capitalista-proprietário, ou ainda do arrendatário capitalista) apoiou-se, fundamentalmente, na criação do médio e grande empreendimento agropecuário.

1.4.2-Modernização no Campo e Dinâmica produtivista

O novo padrão agrário⁶ impôs uma relação relativamente rígida entre despesas e receitas. A elevação das despesas transformou-se em pré-condição para elevadas receitas. Os produtores que não podiam cobrir as despesas em ampliação foram obrigados a recorrer aos agentes financeiros (públicos e privados). Os encargos financeiros desta operação, especialmente devido a elevação das taxas de juros do país - fruto do “lobby” dos banqueiros internacionais junto aos governos e da estratégia dos governos militares de manter as taxas de juros elevadas no país obrigando grandes tomadores de empréstimos a recorrer aos empréstimos externos, ou seja, otimizar o padrão de endividamento externo, cuidou de criar um estado de instabilidade crônica para os produtores que deles dependiam.

A tendência para a homogeneização das taxas de retorno - obtidas através da subtração das despesas em relação ao saldo operacional - expunha ainda mais os produtores com pouca (ou sem) capitalização. A taxa de retorno tendia a ser comprimida, para o que a competição na agricultura também concorria.

O resultado final do novo processo econômico vivenciado pela agricultura foi que a lucratividade encontrou-se profundamente dependente da quantidade a ser produzida. Daí a origem da dinâmica da especialização produtiva para os grandes empreendimentos, cujas despesas eram demasiadamente elevadas.

A expulsão dos produtores mais fracos econômica e organizacionalmente converteu-se numa tendência histórica. Embora relativamente protegidos no caso dos cultivos para subsistência das camadas mais pobres, cuja rentabilidade era extremamente comprimida e/ou recorrendo à diversificação produtiva, apenas adiaram, em diversas regiões e atividades, o processo. Mesmo no âmbito da pequena produção que recorreu à diversificação produtiva, contornando em certa medida e em termos imediatos a pressão do grande capital, não podiam

⁶ - Por padrão agrário compeende-se a inter-relação ou articulação entre as várias esferas produtivas (estrutura de produção agroindustrial e agrícola), comerciais (estruturas de distribuição e comercialização da produção) e financeiras (estruturas e formas públicas e privadas de financiamento). Compreende-se, ainda, a política agrária e o padrão tecnológico, sobre os quais se apoia a agricultura.

fugir dos seus pares com maior capitalização, capazes de impor termos de competitividade mais favoráveis. A taxa de retorno se impôs, enfim, ao nível de todas as atividades e/ou extratos de propriedade.

O Complexo Agroindustrial-CAI foi a forma da industrialização da agricultura na economia contemporânea. Refletiu o processo de expansão do capital no espaço rural cuja maturação determinou a industrialização do referido espaço. Industrialização somente possível enquanto complexo agroindustrial, ou seja, um sistema de relações intersetoriais verticalizado na industrialização de produtos agropecuários e florestais.

A modernização agropecuária concorreu para consolidar e modernizar os complexos agroindustriais,⁷ compostos pela agricultura, pela indústria de máquinas e insumos para a agricultura e pela indústria processadora/beneficiadora das matérias-primas agrícolas. Era, portanto, um conjunto formado pelas atividades que se verticalizaram no sentido da produção e transformação de produtos agropecuários e florestais.

No Brasil, o CAI teve início a partir 1967, no contexto do novo ciclo de expansão econômica e da nova fase da homogeneização monopolista do território nacional. Estava relacionado com a adoção de produtos químicos e mecânicos. A nova indústria instalada assumiu uma grande capacidade de produção de defensivos agrícolas, tratores, etc, exigindo portanto novos mercados.

A ideologia da modernização, conforme nos alertou Martins (1975, p. 15-42), impôs um paradigma de ciência e tecnologia agropecuária reconhecida como sendo superior. As universidades, fundações, institutos e, principalmente, os técnicos agropecuários (agrônomos, veterinários etc) foram os agentes empreendedores do referido paradigma.

⁷ - Conforme Müller (1989, p. 44-66), o Complexo Agroindustrial não é somente um complexo industrial composto por uma sucessão de atividades vinculadas à produção e transformação de produtos agropecuários e florestais, mas, também, é uma unidade de análise que articula abordagem interdepartamental, ciclo econômico e modernização. Concordando com Müller, compreendemos o CAI enquanto unidade analítica que se justifica através de uma abordagem integradora das transformações econômicas e sociais estruturais, ou seja, do movimento da reprodução ampliada do capital. O CAI, reduzido a uma unidade puramente descriptiva da realidade, portanto, não integradora, comprometeria a localização das interseções econômicas, históricas e políticas com o todo representado pelas estruturas econômicas e sociais.

A infra-estrutura assumiu um papel estratégico para a modernização da agricultura. Uma nova rede de transporte e comunicações foi estendida pelo país a partir da nova capital. O objetivo era a integração de novas áreas da região Centro-Oeste e Norte à economia do Centro-Sul.

A `modernização` da `modernização`, ou seja, um novo paradigma de modernização da agricultura, calcado em métodos mais intensivos de produção, não se desenvolveu nos anos 70. A dinâmica essencialmente qualitativa da modernização, apoiada numa formidável infra-estrutura e, principalmente, base científica, teria que aguardar a década de 80.

1.4.3-A Modernização no Campo e suas Conseqüências

Conforme constatou Müller (1989, p. 127), no período de 1960 a 1980, a agricultura moderna passou a representar 20% dos produtores e a agricultura tradicional 80%. Em termos de participação da produção total do país o quadro se inverteu, com os primeiros gerando 80% da produção enquanto os outros apenas 20%.

Os produtores vinculados à agricultura tradicional (amplamente formados por pequenos produtores), passaram a gerar alimentos básicos como feijão e mandioca. A subvalorização destes produtos, decorrente do controle de preços do governo e do arrocho salarial da massa dos trabalhadores que formavam a sua demanda, além da carência de suporte tecnológico para a produção dinâmica de alguns deles, provocou uma barreira à entrada da agricultura moderna nestes cultivos.

A carência de orientação técnica e de acesso a crédito, a exaustão e/ou baixa fertilidade das terras, a exposição aos intermediários comerciais, entre outros fatores, impôs uma barreira inversa. Impedia que os pequenos produtores submetidos a um padrão agrícola tradicional ingressassem no padrão agrícola moderno.

Podemos concluir a existência de uma dupla barreira, sendo que a primeira, a que impedia o ingresso da modernização naqueles cultivos proporcionava uma dupla condição: determinava um padrão de acumulação primitiva de capital no setor agropecuário capaz de acentuar a extração da mais-valia urbana e rebaixava a rentabilidade da pequena produção tradicional submetendo-a a extrema pobreza.

À medida que o crescimento das receitas dependeu do maior crescimento das despesas, a tendência delineada foi a crescente homogeneização das taxas de retorno dos capitais (saldo operacional/despesa) aplicados no setor agropecuário. Os produtores incapazes de mobilizar recursos para financiamentos, ou que não dispunham de infra-estrutura e boa localização, encontraram maiores dificuldades para conservar suas atividades. Segundo Müller,

“O impacto nos produtores será a expulsão dos mais fracos, no médio prazo, e o aumento das receitas, via produtividade dos que permanecerem. Assim, pode-se esperar uma diminuição de produtores e um aumento de produção” (Müller, 1989, p. 86-87).

A dinâmica de acumulação criada pela modernização agrícola impôs tendências que modificaram a fisionomia da estrutura agrária. A variação das despesas e, por consequência, das receitas, se expressou através dos estratos de propriedades. As médias e grandes propriedades capitalizadas assumiram o domínio das atividades agrícolas cujo valor das mercadorias permitiam produzir sob técnicas modernas e gerar rendas elevadas.

A pequena produção, na qual a pressão das despesas com tecnologia e mão-de-obra foram infinitamente maiores, passaram a conviver com uma redução das suas rendas. Esta pressão desencadeou vários processos, a saber: a cooperativização da pequena propriedade, ou seja, a sua “oligopolização” para ter acesso a maiores financiamentos e encontrar melhores termos para comercializar a sua produção; as pequenas propriedades não cooperativizadas foram levadas a diversificar a sua produção, buscando assegurar, além de meios que contribuíssem com a própria subsistência das famílias (delas dependentes, residentes ou não), rendas através da

comercialização de múltiplos produtos; a integração como fornecedora de monopólios alimentício, cuja especialização produtiva foi compensada, relativamente, com financiamentos, ajuda técnica, programas de gerenciamento e qualidade, etc, do próprio monopólio; ou, ainda, amargurar a condição de uma economia de subsistência marginal.

A modernização desencadeou a redução dos postos de emprego nas atividades agropecuárias. Os empregos criados pela agroindústria, pela estrutura de armazenagem e pelos grandes projetos agropecuários assumiram pouco significado frente a expulsão do trabalhador rural integrado nas atividades agrícolas tradicionais ou expulsos da pequena propriedade rural. Expulsão da população do campo e proletarização ou semi-proletarização desta mesma população se intensificou profundamente.

O excesso desta mão-de-obra - além, é claro, da sua histórica debilidade sindical - concorreu decisivamente para o seu barateamento. A sua participação no contexto das despesas agrícolas dos médios e grandes produtores tendeu a diminuir cada vez mais mediante a elevação dos gastos tecnológicos, armazenamento e comercialização. A sua participação nas despesas da pequena produção manteve-se elevada, seja porque as despesas tecnológicas foram modestas em termos comparativos aos empreendimentos altamente capitalizados, seja porque as rendas decresceram para uma ampla parcela deste segmento.

A modernização da agricultura atuou, também, ao nível da divisão regional do trabalho. A modernização foi mais intensa nas regiões Sul e Sudeste. A agricultura destas regiões, por realizar despesas muito maiores em relação às demais, asseguraram saldos operacionais igualmente maiores. Ocorreu uma diminuição do número das pequenas propriedades (e da pequena produção em geral) nos estados que compunham estas regiões, seja das propriedades sob um padrão agrícola tradicional, seja das propriedades sob padrão agrícola moderno, mas incapazes de manter a competitividade com as médias e grandes propriedades

capitalizadas⁸. Este processo determinou a diminuição das áreas ocupadas pela pequena propriedade.

Em que pese a diminuição da participação na área ocupada por parte da pequena propriedade, ocorreu um aumento expressivo das pequenas propriedades sob um padrão agrícola moderno. Segundo dados apresentados por Müller (1989, p. 74) a pequena propriedade capitalizada elevou-se de 570 mil, em 1970, para 1.100 mil em 1980, ou seja de 12% para 26% em termos do número das propriedades nacionais. Em São Paulo, estado em que a industrialização da agricultura foi mais intensa a participação destas propriedades no contexto das propriedades globais do Estado cresceu, no mesmo período, de 26% para 40%. As pequenas propriedades capitalizadas foram compelidas a concentrarem-se nas atividades agrícolas nas quais a rentabilidade não justificava os grandes investimentos e/ou a base tecnológica ainda não se encontrava muito desenvolvida. Foram levadas, ainda, à cooperativização.

Na região Centro-Oeste, de transição em termos do grau de capitalização agrícola, não ocorreu nem um decréscimo e nem um fomento do número de pequena propriedade. A sua participação conservou-se relativamente estável.

Nas regiões de baixa capitalização da agricultura, representado pelo Norte e pelo Nordeste, onde a agricultura moderna, ainda hoje, representa arquipélagos num universo caracterizado por uma agricultura tradicional, o número da pequena propriedade aumentou significativamente em termos de número.

O complexo rural sob uma economia industrial impôs tendências. O complexo rural na etapa de conformação dos complexos agroindustriais acelerou as tendências histórico-econômicas anteriormente delineadas: o valor da produção agrícola no contexto do complexo agroindustrial decresceu em favor dos insumos, máquinas e equipamentos e

⁸ - O aumento do número de proprietários na região Norte e Nordeste ocorreu por se tratar de regiões onde predominavam a agricultura tradicional. A ampliação do número de pequenos proprietários não ocorreu sobre a ampliação da participação das pequenas propriedades no território nacional, mas sim da sua redução.

beficiamento/industrialização das matérias primas; o processamento e distribuição da produção agrícola elevou sobremaneira; a mão-de-obra incorporada na produção diminuiu rapidamente; o consumo dos insumos industriais se elevou.

1.5-Composição da Mão-de-obra e Distribuição da produção nos Estabelecimentos Rurais

As Estatísticas Cadastrais de 1972 referentes à composição da mão-de-obra total ocupada nos imóveis rurais, expresso através da Tabela XXIII, nos permitem qualificar e quantificar as relações de produção durante os primeiros anos do processo de modernização do setor agropecuário. Para uma melhor exposição e comparação das informações contidas nos dados, dividimos a referida Estatística em quatro grupos de estabelecimentos, qual seja 0,5 a 10 ha (1,3% da área cadastrada), 10 a 100 ha (16,2% da área cadastrada), 100 a 1000 ha (32,4% da área cadastrada) e acima de 1000 ha (51,4% da área cadastrada).

Os estabelecimentos compreendidos entre 0,5 e 10 ha reproduziam-se, basicamente, através da mão-de-obra familiar. Esta concordava no máximo com 92,7% e no mínimo com 64% da mão-de-obra utilizada nos imóveis. Os assalariados temporários chegavam a representar 30,3% da mão-de-obra em determinados períodos sem, contudo, ultrapassar a 43,8% em relação à mão-de-obra permanente.

A importância do assalariado permanente, no máximo 1,5% e no mínimo 1,0%, dos parceiros, no máximo 4,0% e no mínimo 2,7%, e dos arrendatários, máximo 1,6% e no mínimo 1,2%, demonstra a enorme dependência destes imóveis com relação à força de trabalho familiar.

Os estabelecimentos compreendidos entre 10 e 100 ha também se reproduziam dependente da mão-de-obra familiar. Esta correspondia no máximo 73,5% e no mínimo 42,7% da mão-de-obra utilizada nos imóveis. Os assalariados temporários chegavam a representar 42,7% mas não ultrapassavam a 76,6% em relação à mão-de-obra permanente.

A importância dos assalariados permanentes elevava-se para 5,2% no máximo e decaia para 2,8% no mínimo. Os parceiros apresentavam um máximo de 17,6% e um mínimo de 9,8%, enquanto que os arrendatários caiam em relação a eles, apresentando um máximo de 3,6% e um mínimo de 2,0%.

A produção nestes imóveis se apresentou como sendo de caráter familiar. A contratação de assalariados temporários apenas atendia às necessidades periódicas de uma quantidade maior de força de trabalho, em especial nos períodos de plantio e colheita. A maior contratação de assalariados temporários nos imóveis entre 10 e 100 ha sinalizam uma vinculação mais intensa com o mercado quando comparado com os imóveis inferiores a 10 ha, como de fato foi corroborado pelas Estatísticas Cadastrais referentes à quantidade de produção vendida no mercado, expresso através da Tabela XXI.

A maior presença de parceiros em relação a arrendatários nesses imóveis pode estar relacionado com a necessidade de mobilizar uma força de trabalho complementar à força de trabalho familiar, bem como as eventuais contratações de assalariados permanentes. Agrega-se a isto o possível interesse de transformar pequenas áreas inexploradas em áreas produtivas.

Os estabelecimentos compreendidos entre 100 e 1000 ha apresentou profundas mudanças em relação aos grupos de estabelecimentos de áreas menores. A mão-de-obra familiar decresce em termos de importância concorrendo no máximo em 34,6% e no mínimo em 15,3% para o atendimento das necessidades de mão-de-obra. Os assalariados permanentes teve acrescida a sua importância, subindo para o máximo de 24,2% e um mínimo de 10,7% no contexto da mão-de-obra utilizada. A elevação da utilização dos assalariados temporários foi ainda muito maior, subindo para 55,8% e atingindo até 126,4% da mão-de-obra permanente dos imóveis.

Mas nos chama mais atenção a importância ocupada pelos parceiros e arrendatários nesse grupo de estabelecimentos. Os parceiros chegaram a participar no máximo com 33,8% e

no mínimo 14,9% da mão-de-obra utilizada. Os arrendatários chegaram a participar no máximo com 7,2% e no mínimo com 3,2%. Como estas formas de relações de trabalho ocorriam sob contratos que podiam estender-se a vários anos, concluimos que os parceiros e arrendatários juntos representaram no mínimo 18,1% e no máximo 41,0% da força de trabalho permanente deste grupo de imóveis.

Através de parceiros e arrendatários foi possível reduzir os gastos com assalariados permanentes sem, contudo, prescindir os imóveis de mão-de-obra permanente, mobilizada segundo as circunstâncias e necessidades. A parceria e o arrendamento se constituíam em relações de trabalho voltadas para monopolizar mão-de-obra para estes estabelecimentos e não exatamente resquícios de relações de produção atrasadas.

Silva (1980, p. 104-123) chamou a atenção para o fato dos contratos de parceria e arrendamento, não raramente, privarem parceiros e arrendatários de vários direitos, inclusive desobedecendo legislações regulamentadoras destas formas de contrato. Impedia o usufruto de recursos naturais da terra (madeira etc), proibia a criação de determinados animais, determinava o que se poderia produzir, etc. O objetivo era mantê-los vulneráveis à pressão e mobilização realizada pelos proprietários de terras para atender as necessidades de mão-de-obra dos imóveis.

O mesmo autor chamou a atenção para dois outros aspectos. O fato da parceria e arrendamento terem se desenvolvido mais nas propriedades que se encontravam em regiões carentes de uma ampla disponibilidade de mão-de-obra assalariável também concorreu para corroborar a condição de mão-de-obra de reserva destas formas de trabalho nesse grupo de estabelecimento.

A determinação do que produzir e do eventual monopólio de comercialização que o proprietário exercia sobre a produção de parceiros e arrendatários, por sua vez, lhe facultava ampliar seus ganhos enquanto proprietário-comerciante. Formas, enfim, que caracterizam processos típicos de acumulação primitiva de capital.

Os estabelecimentos acima de 1.000 hectares apresentaram poucas mudanças em relação aos estabelecimentos localizados entre 100 e 1.000 hectares. A mão-de-obra familiar possuiu muito pouco significado, variando de um máximo de 12,0% e um mínimo de 5,6%. Os assalariados temporários com 53,6% como o máximo de mão-de-obra utilizada e numa proporção de 116,5% em relação à mão-de-obra permanente evidenciam um decréscimo em relação aos estabelecimentos compreendidos entre 100 e 1.000 hectares. Este decréscimo era compensado com a utilização de maior quantidade de assalariados permanentes, que subia para um máximo de 40,3% e caia para um mínimo de 18,5%.

A utilização de parceiros e arrendatários como mão-de-obra permanente também se intensificam nestes estabelecimentos. Os parceiros atingiam o máximo de 38,7% e o mínimo de 18,0%, enquanto que os arrendatários atingiam o máximo de 8,9% e o mínimo de 4,1%. Também para esse grupo de estabelecimento a parceria e o arrendamento se constituem numa estratégia de monopolização e controle de mão-de-obra.

Nas propriedades compreendidas entre 100 e 1.000 hectares e nas propriedades acima de 1.000 hectares, o assalariamento permanente, com índices superiores a 20% e nunca inferiores a 10%, não refletia necessariamente crescente modernização agropecuária. Isto porque a pecuária extensiva exigia o assalariamento sob caráter permanente dos trabalhadores envolvidos na lida com os rebanhos. Por outro lado, a presença expressiva da parceria e do arrendamento representavam formas não-capitalistas de produção, quase sempre dispondo de precários recursos tecnológicos para a produção. Atestavam, enfim, o quanto era parcial e relativa a modernização imprimida no setor agropecuário.

1.5.1-Distribuição e Participação na Produção Agropecuária

As Estatísticas Cadastrais do INCRA, realizadas sobre a produção agrícola e pecuária de 1972 por grupo de estabelecimento, nos permitem visualizar algumas características

da produção do setor agropecuário no Brasil, em especial do período a partir do qual tem início a chamada modernização da agricultura.

As Estatísticas Cadastrais do INCRA referentes à produção agrícola de sete produtos (café, milho, cana-de-açúcar, arroz, algodão, trigo e feijão) no Brasil, expressas através da Tabela XIX, identificando os estratos de área total e a participação na produção nos permite identificar a distribuição da produção agrícola brasileira por grupos de estabelecimentos. Para uma melhor exposição e comparação das informações contidas nos dados conservamos a divisão das Estatísticas Cadastrais em quatro grupo de estabelecimentos anteriormente indicado.

Os estabelecimentos compreendidos entre 0,5 e 10 ha apresentaram os seguintes dados:

5,9 % da quantidade colhida café;
de
9,2% " " " " milho;
2,4% " " " " cana-de-açúcar;
3,7% " " " " arroz;
5,9% " " " " algodão;
3,2% " " " " trigo;
16,5% " " " " feijão;
6,6% de participação na produção total;

Os estabelecimentos compreendidos entre 10 e 100 ha apresentaram os seguintes dados:

53,0% da quantidade colhida café;
de
57,0% " " " " milho;

15,5% " " " " cana-de-açúcar;
 31,0% " " " " arroz;
 40,0% " " " " algodão;
 45,6% " " " " trigo;
 55,1% " " " " feijão;
 42,4% de participação na produção total;

Os estabelecimentos compreendidos entre 100 e 1.000 ha apresentaram os seguintes dados:

33,2% da quantidade colhida café;
 de
 26,3% " " " " milho;
 40,3% " " " " cana-de-açúcar;
 40,1% " " " " arroz;
 40,4% " " " " algodão;
 39,1% " " " " trigo;
 22,8% " " " " feijão;
 34,6% de participação na produção total;

Os estabelecimentos compreendidos acima de 1.000 ha apresentaram os seguintes dados:

7,9% da quantidade colhida café;
 de
 7,5% " " " " milho;
 41,8% " " " " cana-de-açúcar;

25,2% " " " " " arroz;
 13,7% " " " " " algodão;
 12,1% " " " " " trigo;
 5,6% " " " " " feijão;
 16,3% de participação na produção total;

As Estatísticas Cadastrais do INCRA referentes à produção pecuária de 1972, expressas através da Tabela XXII, identificando os estratos da área total e a participação na produção, nos permite identificar a distribuição da produção pecuária brasileira por grupo de estabelecimentos. Adotamos o mesmo método e divisão aplicados na análise dos dados Estatísticos Cadastrais da produção agrícola.

Os estabelecimentos compreendidos entre 0,5 e 10 ha, participando com 1,3% da área total,⁹ 0,7% da área de pastagens e 2,9% do valor do rebanho, apresentaram os seguintes dados:

2,6% do número de bovinos e búfalos;
 9,8% " " " eqüinos, asininos e muares;
 10,8% " " " pequenos animais;

⁹ - A análise da participação e distribuição da produção agropecuária, tomando como referência o Recadastramento dos Imóveis Rurais realizado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) realizado em 1972, tem como objetivos identificar a distribuição da produção agropecuária, caracterizar a conformação da demanda dos bens tecnológicos e interpretar o caráter da integração dos estabelecimentos rurais no mercado no contexto da modernização do setor agropecuário.

A unidade pesquisada adotada pelo recadastramento dos Imóveis Rurais de 1972 foi a propriedade (ou imóvel) rural. Contudo, dele foi excluído os imóveis inferiores a 0,5 ha e os imóveis inferiores a 2 há sem produção comercializada localizada na zona rural e os imóveis igual ou superior a 2 há sem produção comercializada localizado na zona urbana. Os Censos Agropecuários do IBGE, por sua vez adota a unidade estabelecimento, ou seja, uma unidade com algum tipo de atividade econômica. Os referidos censos somente excluem os imóveis rurais sem qualquer atividade econômica. Esta é a razão da variação dos dados contidos na Estatísticas Cadastrais (INCRA) de 1972 e no Censo Agropecuário (IBGE) de 1975 referentes a participação dos imóveis na área total do país.

Os estabelecimentos compreendidos entre 10 e 100 ha, participando com 16,2% da área total, 14,2% da área de pastagens e 24,9% do valor do rebanho, apresentaram os seguintes dados:

24,1%	do	número	de	bovinos e búfalos;
43,9%	"	"	"	eqüinos, asininos e muares;
44,8%	"	"	"	pequenos animais;

Os estabelecimentos compreendidos entre 100 e 1.000 ha, participando com 32,4% da área total, 39,9% da área de pastagens e 44,9% do valor do rebanho, apresentaram os seguintes dados:

44,5%	do	número	de	bovinos e búfalos;
33,3%	"	"	"	eqüinos, asininos e muares;
30,2%	"	"	"	pequenos animais;

Os estabelecimentos compreendidos acima de 1000 ha, participando com 51,4% da área total, 55,9% da área de pastagens e 30,79% do valor do rebanho, apresentaram os seguintes dados:

31,4%	do	número	de	bovinos e búfalos;
13,0%	"	"	"	eqüinos, asininos e muares;
14,2%	"	"	"	pequenos animais;

As Estatísticas Cadastrais do INCRA referentes à renda bruta e valor dos investimentos produtivos, expressas através da Tabela XX, identificando os estratos da área e a categoria dos investimentos, nos permitem identificar o grau e o sentido da modernização da

agricultura. Conservaremos a divisão dos dados estatísticos na forma dos quatro grupos de estabelecimentos.

Os estabelecimentos compreendidos entre 0,5 e 10 ha, com renda bruta por hectare de CR\$ 736,80¹⁰ e investimentos produtivos por hectare de CR\$ 1.257,30 apresentaram os seguintes dados:

- 41,6% benfeitorias;
- 13,7% equipamentos;
- 18,1% culturas permanentes;
- 1,5% árvores de florestas plantadas;
- 4,2% pastagens cultivadas ou melhoradas;
- 20,8% animais;
- 30,4% moradia e instalações / casa de recreação / bens incorporados;

Os estabelecimentos compreendidos entre 10 e 100 ha, com renda bruta por hectare de CR\$ 273,30 e investimentos produtivos por hectare de CR\$ 586,40 apresentaram os seguintes dados:

- 25,2% benfeitorias;
- 13,9% equipamentos;
- 19,8% culturas permanentes;
- 1,9% árvores de florestas plantadas;
- 9,9% pastagens cultivadas ou melhoradas;
- 29,0% animais;
- 14,6% moradia e instalações / casa de recreação / bens incorporados;

¹⁰ - A cotação do Dólar em Cruzeiros Novos ao longo de 1972 apresentou uma média de 5,89 para a venda e variação de 0,82. Fonte: Centro de Pesquisas Econômicos da Universidade Católica de Goiás. Cotação do Dólar (média ponderada do mês - de 1960 à 1989). Goiânia : CPE/UCG, 1997.

Os estabelecimentos compreendidos entre 100 e 1.000 ha, com renda bruta por hectare de CR\$ 133,50 e investimentos produtivos por hectare de CR\$ 412,60 apresentaram os seguintes dados:

22,2% benfeitorias;
9,4% equipamentos;
12,0% culturas permanentes;
3,3% árvores de florestas plantadas;
16,7% pastagens cultivadas ou melhoradas;
36,0% animais;
7,2% moradia e instalações / casa de recreação / bens incorporados;

Os estabelecimentos compreendidos acima de 1.000 ha, com renda bruta por hectare de CR\$ 70,30 e investimentos produtivos por hectare de CR\$ 254,10 apresentaram os seguintes dados:

20,4% benfeitorias;
10,7% equipamentos;
3,9% culturas permanentes;
7,5% árvores de florestas plantadas;
20,6% pastagens cultivadas ou melhoradas;
36,7% animais;
3,4% moradia e instalações / casa de recreação / bens incorporados;

As Estatísticas Cadastrais do INCRA referente a distribuição das áreas dos imóveis rurais quanto ao uso, expresso através da Tabela XVIII, nos permite apreender a quantidade de

terra explorada dos imóveis e a natureza da própria exploração. Conservaremos a distribuição dos imóveis em quatro estratos de área total.

Os estabelecimentos compreendidos entre 0,5 e 10 ha apresentam os seguintes dados:

77,6% da área explorada;

22,3% " " inexplorada;

63,1% total com cultura:

- 1,5% da área explorada com hortigranjeiros;
- 14,6% " " " cultura permanente;
- 47,0% " " " cultura temporária;

33,0% total com pecuária;

3,7% " " extração vegetal e/ou florestal;

Os estabelecimentos compreendidos entre 10 e 100 ha apresentaram os seguintes dados:

70,9% da área explorada;

29,1% " " inexplorada;

40,8% total com cultura:

- 0,4% da área explorada com hortigranjeiros;
- 9,4% " " " cultura permanente;
- 31,0% " " " cultura temporária;

54,1% total com pecuária;

4,9% " " extração vegetal e/ou florestal;

Os estabelecimentos compreendidos entre 100 e 1000 ha apresentaram os seguintes dados:

67,5% da área explorada;

32,4% " " inexplorada;

16,6% total com cultura:

- 0,1% da área explorada com hortigranjeiros;
- 4,6% " " " cultura permanente;
- 11,8% " " " cultura temporária;

76,6% total com pecuária;

6,7% " " extração vegetal e/ou florestal;

Os estabelecimentos compreendidos acima de 1000 ha apresentaram os seguintes dados:

52,2% da área explorada;

49,7% " " inexplorada;

4,3% total com cultura:

- 0,1% da área explorada com hortigranjeiros;
- 1,6% " " " cultura permanente;
- 4,5% " " " cultura temporária;

76,6% total com pecuária;

14,2% " " extração vegetal e/ou florestal;

As estatísticas cadastrais do INCRA referentes à participação dos imóveis rurais no mercado e o valor das benfeitorias e equipamentos, expressão através da Tabela XXI, e do valor dos meios de produção de origem agrícola nos permitem aquilar o grau de relação com o

mercado e da capitalização dos estabelecimentos agrupados por estratos. Novamente manteremos a mesma divisão por grupo de estabelecimentos por estrato até aqui adotada.

Os estabelecimentos compreendidos entre 0,5 e 10 ha apresentaram os seguintes dados:

- 31,1% do número de imóveis;
- 6,7% da produção vendida;
- 6,7% do valor das benfeitorias e equipamentos;
- 3,2% do valor dos meios de produção de origem agrícola.

Os estabelecimentos compreendidos entre 10 e 100 ha apresentaram os seguintes dados:

- 54,7% do número de imóveis;
- 38,3% da produção vendida;
- 32,4% do valor das benfeitorias e equipamentos;
- 26,9% do valor dos meios de produção de origem agrícola.

Os estabelecimentos compreendidos entre 100 e 1.000 ha apresentaram os seguintes dados:

- 12,7% do número de imóveis;
- 35,9% da produção vendida;
- 35,0% do valor das benfeitorias e equipamentos;
- 40,4% do valor dos meios de produção de origem agrícola.

Os estabelecimentos compreendidos acima de 1000 ha, apresentaram os seguintes dados:

- 1,5% do número de imóveis;
- 19,1% da produção vendida;
- 25,9% do valor das benfeitorias e equipamentos;
- 29,5% do valor dos meios de produção de origem agrícola.

As Estatísticas Cadastrais do INCRA para o ano de 1972 referentes à produção agrícola (Tabela XIX) e pecuária (Tabela XXII), a renda bruta e valor de investimento (Tabela XX), o uso do solo (Tabela XVIII) e a participação no mercado (Tabela XXI), nos permitem uma visão de conjunto da distribuição e participação da produção agropecuária nos primeiros anos da modernização da agricultura.

A participação das pequenas propriedades compreendidas entre 0,5 e 10 hectares na produção agrícola total do país foi aparentemente pequena, com apenas 6,6% da produção total. Uma relativa expressão numérica ficou reduzida apenas para o milho (9,2%) e para o feijão (16,5%). O mesmo quadro se mantém em relação a produção pecuária total do país, com uma participação total de 2,9% do valor total do rebanho. Mantém uma relativa expressão numérica para eqüinos, asininos e muares (9,8%) e pequenos animais (10,8%).

Estes números assumem uma relevância maior quando consideramos o fato de que esta produção se concentrava, basicamente, em alimentos voltados para o mercado interno, a exemplo do milho, do feijão e da pecuária de pequenos animais. A produção de bens passivos de exportação como o café (5,9%), passivos de industrialização como o algodão (5,9%) e a cana-de-açúcar (2,4%), ou ainda a pecuária de bovinos e búfalos (2,6%), não possuiam o mesmo significado. Esta produção assumia significado ainda maior quando consideramos o fato de que a mesma se desenvolveu em uma área de apenas 1,3% da área total do país.

A participação das pequenas propriedades compreendidas entre 10 e 100 hectares na produção agrícola total do país foi elevada, com 42,4% da participação total. Destacou em todos

os cultivos à exceção da cana-de-açúcar, cuja participação se restringiu a apenas 15,5%. O mesmo quadro se mantém para pecuária de eqüinos, asininos e muares, e de pequenos animais, com exceção para bovinos e búfalos, restrito a 24,1%, no contexto de participação em 24,9% do valor do rebanho.

A produção agrícola dos imóveis compreendidos entre 100 e 1.000 hectares também se manteve relativamente elevada, com 34,6% da participação na produção agrícola total do país. Contudo, esta participação ocorreu no contexto de uma área total de 32,4%. No tocante a pecuária a sua participação foi bastante superior em relação a agricultura, com 44,9% do valor do rebanho. No âmbito da pecuária a participação na criação de bovinos e búfalos foi muito elevada, compreendendo 44,5% do rebanho nacional, enquanto a criação de pequenos animais se restringiu a 30,2%.

A participação dos imóveis acima de 1.000 hectares na produção agrícola total foi pequena, com apenas 16,3%. Esta participação fica extremamente modesta quando consideramos o fato de que este grupo de estabelecimentos compreenderam 51,4% da área total. Apenas no que toca a produção de arroz (25,2%) e de cana-de-açúcar (41,8%) esta produção se apresentou elevada. Isto porque estes cultivos dispunham de elevados recursos tecnológicos e podiam ser cultivados extensivamente em longas áreas.

A produção pecuária nesses imóveis foi também modesta, com 30,7% do valor do rebanho. Com os enormes recursos da área e de pastagens (55,9%) apresentou um destaque apenas na pecuária de bovinos e búfalos (31,4%).

Os dados acima apresentados confirmaram a importância decisiva das pequenas propriedades, compreendidas entre 0,5 e 100 hectares, na produção agrária do país. Em pouco mais de 17% da área cadastrada se produziu praticamente a metade dos bens agrícolas do país, com grande destaque para víveres e produtos industrializáveis. Produziu-se, ainda, praticamente 1/3 do valor do rebanho nacional concentrados, principalmente, na criação de pequenos animais.

Por sua vez, à medida que aumenta o tamanho das áreas dos estabelecimentos a agricultura de bens não exportáveis e industrializáveis, bem como de pecuária de equinos, asininos e muares e de pequenos animais tendeu a diminuir enquanto a pecuária de bovinos e búfalos tendeu a aumentar e/ou conservar em elevados patamares.

A análise das Estatísticas Cadastrais através dos quatro grupos de estratos de estabelecimentos, nos permite uma série de outras conclusões. As culturas de trigo, arroz e café foram mais expressivas nas pequenas propriedades acima de 10 hectares e de elevado valor da produção, visto que implicou na utilização de área um pouco ampla, sem que perdesse o caráter intensivo da produção. Além disso, a renda destes cultivos encontrava-se relacionada a um relativo grau de especialização do estabelecimento na sua produção. No caso do café, isto se deveu ao fato de ser uma cultura de árvores e permanente. No caso do trigo e do milho, isto se deve a despezas com recursos tecnológicos disponíveis.

Os estabelecimentos de grande porte e elevadas rendas se concentraram nos cultivos de caráter extensivos e sob elevadas despesas em grandes áreas. O caso típico foi a cana-de-açúcar, cuja produção extensiva exigia uma elevada mecanização. O arroz também foi produzido dentro destas características em grandes propriedades graças ao desenvolvimento de variedades adaptadas à mecanização e a relação custo/benefício justificá-la.

O milho, em que pese a existência de elevado suporte tecnológico para a sua produção em larga escala, se conservou neste período como um produto basicamente da pequena propriedade. 66% da sua produção se concentrou em estabelecimentos compreendidos entre 0,5 e 100 hectares. Esta realidade ocorreu, em grande medida, pela condição de “insumo” para o desenvolvimento da pecuária de pequenos animais, praticada no âmbito das pequenas propriedades, bem como da demanda em larga escala realizada pelas comunidades locais.

As Estatísticas Cadastrais referentes à participação das grandes regiões na produção agrícola também confirmam a distribuição heterogênea da referida produção, conforme podemos comprovar através da Tabela XL.

A região Sudeste possuiu uma participação expressiva em todos os cultivos à exceção do trigo (produto totalmente concentrado na região Sul com 98,3%). O feijão (21,0%), cultivado pela pequena produção e o arroz (23,6%), cultivado pela pequena produção e média e grande propriedade, não apresentaram uma participação muito expressiva a exemplo dos demais cultivos. Isto porque o feijão era um cultivo de pequena produção tradicional e o arroz usufruia de condições mais favoráveis em termos de quantidade nas regiões Sul e Centro-Oeste. Nos cultivos que demandavam maior capitalização assumiu grande expressividade a exemplo do milho (33,8%), cana-de-açúcar (60,8%), café (47,6%) e algodão (38,3%).

A região Sul apresentou participação expressiva nos cultivos do arroz (37,7%), feijão (34,7%), café (50,7%) e trigo (98,3%). Estes dados evidenciam a grande participação desta região na produção agrícola, em grande medida articulada em torno da pequena produção e da média propriedade sob padrão agrícola moderno. A participação da região Sul foi pequena no cultivo do algodão (16,8%) e na cana-de-açúcar (sem participação que se expressasse em números).

A região Nordeste apresentou grande expressividade nos cultivos de feijão (36,5%) e algodão (34,2%), a cargo da pequena produção tradicional e da cana-de-açúcar (34,1%), a cargo da grande propriedade. Os cultivos do arroz (10,2%) e do milho (7,7%) assumiam grande importância para a subsistência das populações vinculadas à pequena produção. A inexistência de expressão quantitativa nos cultivos do trigo e do café era determinado pelas características que estes assumiam enquanto cultivos de pequena produção e média propriedade de produção especializada, boa qualidade de solo e disponibilidade de recursos tecnológicos. Contraditório, portanto, com as condições geoclimáticas e padrão agrícola dominante no Nordeste.

A região Centro-Oeste assumiu expressividade apenas no cultivo do arroz (27,0%), para o qual concorriam as boas condições de solo para o seu cultivo e os grandes mercados do Centro-Sul. A pequena produção do feijão (7,1%), milho (5,4%), café (0,7%) e algodão (10,7%) e a inexistência de expressão numérica nos cultivos de cana-de-açúcar e trigo refletia a vigência de um padrão agrícola tradicional no contexto de uma estrutura agrária altamente concentrada. A pequena produção, grande responsável pela produção de feijão, arroz, café, algodão e trigo encontrava-se coibida por se expressar majoritariamente através da parceria e do arrendamento nas grandes propriedades voltadas para a pecuária de bovinos.

A região Norte apresentou “números” apenas nos cultivos do arroz (1,5%), feijão (0,7%) e milho (0,4%). A distância do Centro-Sul, a precariedade quantitativa e qualitativa da infra-estrutura de transporte e comunicação e as condições geoclimáticas foram decisivas para este tipo de participação na produção agrícola.

Os dados referentes a renda bruta e valor dos investimentos produtivos por hectare demonstram que eles diminuiam, em termos de valor, à medida que os estabelecimentos cresciam em termos de área. Outro aspecto importante é que a natureza dos investimentos também se alteravam profundamente.

Os estabelecimentos compreendidos entre 0,5 e 10 hectares concentraram em mais de 70% seus investimentos em benfeitorias e moradia. Os investimentos em equipamentos limitaram-se em apenas 13,7%. Estes dados confirmam a presença maciça dos seus proprietários e suas famílias na propriedade exigindo, portanto, a maior parte dos gastos com a moradia e benfeitorias.

O reduzido gasto com equipamentos (relativamente elevado, mas reduzido em termos absolutos em relação aos demais grupo de estabelecimentos), evidencia o caráter predominantemente familiar do trabalho nestes estabelecimentos. A massa de produção era baixa

em decorrência da carência de tecnologia moderna ou mesmo tradicional. Tratou-se, enfim, de uma agricultura intensiva de caráter familiar, carente de recursos tecnológicos.

Os estabelecimentos compreendidos entre 10 e 100 hectares, com renda bruta por hectare de CR\$ 273,30 e investimentos produtivos por hectare de CR\$ 586,40, concentraram 40% dos investimentos em benfeitorias e moradia. Os gastos com equipamentos em torno de 13,9%, pouco superior em relação ao grupo de estabelecimentos localizados entre 0,5 e 10 hectares, ocorreu sob uma massa de investimentos produtivos maior. Outro aspecto a ser observado é que aumentam os investimentos com cultura permanente, animais e pastagens em relação ao grupo de estabelecimentos acima referido.

Os dados demonstram que, no âmbito desse grupo de estabelecimentos, se consolidava os pequenos imóveis sob um padrão agrícola altamente produtivo quando considerada em relação aos demais grupos de estabelecimentos. Os restritos investimentos produtivos para a aquisição de equipamentos também confirmam uma importância significativa da força de trabalho familiar nos imóveis que compõe este grupo de estabelecimentos.

Os estabelecimentos compreendidos entre 100 e 1.000 hectares, com renda bruta por hectare de CR\$ 135,50 e investimentos produtivos por hectares de CR\$ 412,60, restringiu seus gastos em benfeitorias e moradia em 29%. Ampliou significativamente seus gastos com pastagens, animais e árvores de florestas plantadas (56%). Os investimentos em equipamentos caiu para 9,4%, embora tenha uma considerável expressividade no contexto do total da renda investida e produzida.

Os imóveis localizados nesse grupo de estabelecimentos agruparam duas tendências contraditórias, porém complementares. Os investimentos em equipamentos e cultura permanentes asseguraram a reprodução de características típicas da agricultura moderna como a mecanização e quimificação da produção. Ao mesmo tempo, a ampliação altamente expressiva dos gastos com pastagens, animais e árvores de florestas plantadas expressavam a exploração

econômica extensiva e, não menos importante, a condição de reserva de valor atribuído a terra e a especulação imobiliária construída em torno dela.

Os estabelecimentos que se localizam acima de 1.000 hectares, com renda bruta por hectare de CR\$ 70,30 e investimentos produtivos por hectare de CR\$ 254,10 manteve elevados gastos com benfeitorias e equipamentos. Totalizaram 31% dos gastos, o que não deixa de ser extremamente expressivo quando considerado em relação à massa de renda bruta do imóvel. Estes gastos se referiam a atividades produtivas como a cana-de-açúcar e a soja e a instalação de agroindústrias por parte de alguns grandes proprietários.

A condição de reserva de valor e a especulação fundiária se evidencia ainda mais nesse grupo de estabelecimentos. Os gastos com árvores de florestas plantadas, pastagens e animais atingiu 64,8% ao mesmo tempo em que os investimentos em cultura permanente se conservaram em 3,9%, o que confirma esta característica.

A condição de reserva de valor e, consequentemente, especulação fundiária pode ser confirmada ainda através das Estatísticas Cadastrais referentes à distribuição dos imóveis rurais quanto ao uso. As propriedades compreendidas entre 100 e 1000 ha possuíam 32,4% de área inexplorada, sendo que 76,6% do total da área explorada se encontrava com atividade pecuária. As propriedades acima de 1.000 ha possuíam 49,7% de área inexplorada, sendo que 76,6% da área encontrava-se com atividade pecuária, coincidindo com os índices do grupo de estabelecimentos que se localizam entre 100 e 1000 ha.

Estes índices caem radicalmente quando considerados os grupos de estabelecimentos de áreas inferiores. Os estabelecimentos compreendidos entre 0,5 e 10 ha possuíam 22,3% de área inexplorada, sendo que apenas 33% da área explorada se encontrava com atividade pecuária. Os estabelecimentos compreendidos entre 10 e 100 ha possuíam 29,1% de área inexplorada, sendo que 54,1% da área explorada se encontrava com atividade pecuária.

Estes dados confirmam ainda o caráter predominantemente extensivo da pecuária neste período. Confirmam também a pecuária como uma atividade (juntamente com a exploração extractiva e/ou florestal) suplementar a condição da terra como reserva de valor, em especial nos grandes imóveis rurais.

As Estatísticas Cadastrais referentes à participação dos imóveis no mercado e do valor das benfeitorias/equipamentos e do valor dos meios de produção de origem agrícola (Tabela XXI) demonstram que os grupos de estabelecimentos de claro conteúdo comercial e relativa capitalização se localizam entre os imóveis compreendidos entre 10 e 1000 ha. Os imóveis abaixo de 10 ha, apresentando uma produção vendida de 6,7% da produção vendida total e 6,7% das benfeitorias e equipamentos, com 3,2% do valor dos meios de produção de origem agrícola, produziu prioritariamente voltado para a autoreprodução da unidade familiar e com recursos tecnológicos extremamente escassos.

Os imóveis compreendidos entre 10 e 100 ha comercializou 38,3% da produção total vendida e acumulou 32,4% do valor das benfeitorias e equipamentos, com 26,9% do valor dos meios de produção de origem agrícola. Os imóveis localizados entre 100 e 1000 ha comercializou 35,9% da produção total vendida e acumulou 35% do valor das benfeitorias e equipamentos, com 40,4% do valor dos meios de produção de origem agrícola. Estes grupos de estabelecimentos apresentaram as relações mais estreitas com a agricultura comercial, bem como relativa capitalização. Os imóveis compreendidos entre 10 e 1000 ha apresentaram 74,2% da produção vendida e 67,3% dos ativos agrícola.

Os dados demonstram, ainda, que as empresas rurais se desenvolviam no contexto dos estabelecimentos compreendidos entre 100 e 1000 ha. Confirmamos isto através da elevada participação destes estabelecimentos na produção vendida e no total dos ativos de origem agrícola. Agrega-se a isto o fato de que o número dos imóveis que compunham este extrato de

estabelecimentos caia para 12,7% do total dos estabelecimentos agrícolas. Conforme podemos conferir através da Tabela , o que significava uma produção mais concentrada.

1.6-A Dinâmica Produtivista e a Propriedade da Terra

A “nova” agricultura brasileira - fruto da reorientação do setor agropecuário a partir do ciclo econômico do chamado “Milagre Econômico Brasileiro”, responsável pela redefinição de atribuições entre indústria e agricultura - conformou um modelo produtivista. Este modelo, contudo, não se assemelhou ao norte-americano.

Na agricultura norte-americana praticamente todos os segmentos da propriedade agrária - dos pequenos proprietários às grandes corporações agrícolas - produziam basicamente os mesmos produtos. Não havia, portanto, uma divisão social da produção segundo os extratos de propriedade. Os custos de financiamento e os incentivos públicos para conter a superprodução, assegurar preços e rentabilidade no campo etc, criaram um patamar econômico formal comum.

Proporcionou, dessa forma, as condições para o desenvolvimento do “tapete rolante” de maneira a favorecer não os homens de maior poder de iniciativa e empreendimento, conforme apregoava o discurso liberal norte-americano, mas os homens que dispunham de maior densidade de capital e grandes áreas de cultivo. As grandes corporações de produção e/ou os monopólios de comercialização - que não raramente estendiam-se sobre a industrialização dos produtos oriundos do setor agropecuário - absorviam a “parte do leão” dos financiamentos e dos incentivos e podiam assegurar lucros elevados mesmo sob preços agrícolas altamente regulados. Os pequenos proprietários se deparavam com condições mais adversas culminando, em muitos casos, com a hipoteca das terras e demais ativos.

No Brasil o “tapete rolante” não assumiu uma forma ‘clássica’ como nos Estados Unidos, mesmo sob a modernização da agricultura. Permaneceu, no Brasil, uma forma de divisão social da produção agropecuária.

A pequena propriedade agropecuária (e a pequena produção em geral), compreendendo estabelecimentos localizados em até 100 hectares produzia, prioritariamente, para o mercado interno. Fundamentalmente através da mão-de-obra familiar e com escassos recursos tecnológicos, estes estabelecimentos se destacavam na produção pecuária de pequenos animais e na produção agrícola de víveres e matéria prima industrial.

A média propriedade, compreendendo estabelecimentos localizados entre 100 e 1000 hectares, possuia uma importante participação na produção pecuária e na produção agrícola de víveres e matérias-primas industriais voltadas para o mercado interno, bem como de exportáveis. A concentração de tecnologia e insumos agrícolas era muito elevada nesta propriedade.

A grande propriedade, compreendendo estabelecimentos acima de 1.000 hectares, desenvolvia basicamente a produção extensiva de gado e a exploração/extracção florestal. No plano da produção agrícola assumia expressividade apenas nos cultivos que demandavam grandes porções de terras e elevadas despesas a exemplo da cana-de-açúcar e da soja.

A pequena, média e grande propriedade rural não se concentravam na produção dos mesmos produtos e, nem tampouco, verticalizavam a sua produção para os mesmos mercados.

A produção agropecuária brasileira se assemelhou com a norte-americana no tocante à distribuição altamente diferenciada de recursos para o setor agropecuário. A lógica produtivista brasileira do referido setor, sob o imperativo de ampliar mercados para a nova indústria para a agricultura e para gerar divisas para aliviar o desequilíbrio do balanço de pagamentos, encaminhou uma política agrícola viabilizadora de financiamentos, subsídios e incentivos fiscais voltados para beneficiar agroindústrias e médias e grandes estabelecimentos agropecuários.

Instituições como o BNDES e o Banco do Brasil assumiram o papel de agentes financeiros asseguradores desta lógica.

Complementarmente a esta política regressiva de incentivos, subsídios e financiamentos elásticos para as grandes e médias propriedades, o Estado acionou mecanismos de controle sobre os preços dos víveres contendo a rentabilidade - quando não anulando - da pequena produção. Comprimiu-se a rentabilidade das pequenas e ampliou os mercados das médias e grandes propriedades capitalizadas através da ampliação da produtividade. A SUNAB, por exemplo, cumpriu este papel.

Nos Estados Unidos o “tapete rolante” conduziu à concentração da terra e à diminuição das pequenas propriedades em termos absolutos e relativos. No Brasil, também ocorreu a concentração da terra. Este processo se apresentou através da ampliação da participação das médias e grandes propriedades no universo total da área ocupada do país (pelo menos até 1975, conforme podemos comprovar através da Tabela XVI). O número de pequenas propriedades, no entanto, aumentou a sua participação no universo dos estabelecimentos rurais do país. O que evidencia a subdivisão da pequena propriedade entre membros da própria família.

O crescimento anual do setor agropecuário abaixo da média anual da economia do país e do setor industrial em particular, não pode ofuscar o fato de que a agricultura brasileira encontrou-se integrada numa dinâmica produtivista coerente com as exigências do setor urbano-industrial, tanto no período de 1930 a 1967, quanto no período de 1967 a 1976. Conforme destacou Szmrecsányi (1984, p. 117-126), o setor agropecuário conviveu com uma estreita dinâmica de capitalização decorrente da deterioração dos termos de troca, do confisco cambial (especialmente importante nos anos 40 até meados dos anos 50), do controle dos preços agrícolas, da perda de uma enorme população economicamente ativa, entre outros. Combinadamente a estes processos diversas atividades desempenhadas pelo setor agropecuário,

como, por exemplo, a transformação rústica de produtos lácteos e de cereais que circulavam nos mercados locais e regionais, foram transferidos para o setor industrial.

A conjugação desses processos concorreu para a preservação de formas não-capitalistas de produção. A contradição estabelecida entre a forma capitalista de realização comercial da produção e a preservação de formas não-capitalistas de produção, no contexto de uma industrialização substitutiva de importações sob hegemonia da burguesia industrial, conduziu à drenagem dos excedentes, inibiu as transformações estruturais e imprimiu uma dinamização moderada do setor agropecuário. Tais consequências não atingiram a estrutura agrária de forma homogênea. A pequena produção (pequeno proprietário, parceiro, arrendatário e posseiro) foram os grandes penalizados do processo.

A condição de integrantes do bloco do poder, usufruidos pelos segmentos sociais vinculados a média e grande propriedade agropecuária, viabilizou a acumulação de rendas e mais-valia mesmo quando esta não pôde ocorrer através das estruturas produtivas. Mecanismos institucionais que asseguravam financiamentos a juros reais negativos, subsídios, abatimentos de dívidas, obras infra-estruturais assumidas pelo poder público, entre tantos outros privilégios, direta ou indiretamente proporcionavam acumulação. Constituam-se em formas de transferência de recursos do fundo público para os segmentos (nem sempre altamente capitalizados) da média e grande propriedade rural.

A trajetória do setor agropecuário no Brasil entre 1930 e 1976 converteu o debate quanto ao papel que a agricultura assumiu (ou poderia assumir) no processo de desenvolvimento nacional - que dispôs os adeptos do entendimento de que a agricultura era tradicional (e mesmo semi-feudal para muitos), representando obstáculo para o desenvolvimento nacional, aos adeptos do entendimento que a agricultura não representava um obstáculo ao desenvolvimento nacional,

carecendo apenas de demanda para estimulá-la - numa discussão bizantina¹¹. O setor agropecuário brasileiro supriu os requisitos do desenvolvimento econômico nos termos colocados pelo setor urbano-industrial hegemônico.

As “deformações” originárias do setor agropecuário - deformações do ponto de vista do desenvolvimento econômico sob cunho democrático e popular - na forma da concentração fundiária, da preservação de formas não-capitalistas de produção e das relações autoritárias no campo não representaram (e não tem representado) obstáculos para o desenvolvimento urbano-industrial. Na verdade, sob vários aspectos, o acelerou. Tal realidade permitiu a conformação do bloco de poder industrial-agrarista vigente sob a forma do regime populista, do regime militar e dos regimes civis conservadores do período pós-regime militar.

A recomposição do bloco do poder com o golpe militar de 1964, sob liderança do capital monopolista nacional e multinacional, não prescindiu da incorporação subalternizada dos grandes proprietários rurais e dos médios e grandes capitais não monopolistas. A extensão do capital monopolista sobre todas as esferas econômicas - incluindo as atividades agropecuárias - e as estruturas burocrático-institucionais do Estado aprofundaram, cada vez mais, o caráter subalterno e dependente da grande propriedade latifundiária tradicional e dos demais capitais

¹¹ - Castro (1969, p. 83-93) apresentou um quadro historiográfico sobre as várias abordagens realizadas por estudiosos da relação estabelecida entre a agricultura e o desenvolvimento, nas décadas de 50 e 60, na sociedade brasileira. O referido quadro se distribuiu através de três campos de posições.

Em primeiro lugar, encontravam-se os partidários do entendimento de que a agricultura representava um importante obstáculo para o desenvolvimento urbano-industrial no Brasil. A grosso modo, Alberto Passos Guimarães, Paul Singer, Américo Barbosa, Celso Furtado e Werner Baer compreendiam que a agricultura não gerava víveres e matérias-primas necessárias ao setor urbano-industrial não representavam uma demanda importante para a indústria e comprometia a dinamização da estrutura econômica nacional. A modificação da estrutura agrária deveria ser realizada para dinamizar a economia do país.

Em segundo lugar, encontravam-se os partidários do entendimento de que a agricultura não representava um obstáculo para o desenvolvimento urbano-industrial no Brasil. A grosso modo, Jacques Lambert (dual-estruturalismo no qual o moderno se beneficiava do atraso), J. F. Norman, Caio Prado Jr, Ignácio Rangel e André Gunder Frank, compreendiam que a agricultura teria concorrido para acelerar o dinamismo do setor urbano-industrial suprindo víveres e matérias primas e proporcionando a transferência de excedentes. Advogavam, contudo, uma reforma da estrutura agrária, tendo em vista dinamizar a sua potencialidade e viabilizar um equilíbrio entre desenvolvimento econômico e padrões sociais de existência mais justos.

Em terceiro lugar, encontravam-se os partidários do entendimento de que a agricultura não representava um obstáculo para o desenvolvimento urbano-industrial no Brasil e, nem tampouco, que a estrutura agrária tivesse que sofrer reformas estruturais. A grosso modo, Maurício Reis, Delfim Netto e Ruy Miller Paiva (bem como o próprio Antônio Barros de Castro) compreendiam que a agricultura carecia de política agrícola para assegurar a sua modernização e, por consequência, grandes massas de excedentes. Não alimentavam qualquer proposição ou sentido de reforma ou ruptura do padrão de propriedade ou de relações de produção então dominantes.

urbano-industriais. Formas que o capitalismo engendrou e que redefiniu constantemente, segundo suas necessidades de acumulação e de reposição da dominação.

2-A ARTICULAÇÃO DO MODELO ECONÔMICO

O padrão de acumulação monopolista, dependente e internacionalizado se articulou através da entrada das multinacionais, do padrão de endividamento externo e da própria monopolização da indústria nativa. O dinamismo do padrão de acumulação passou a depender de forma crucial destes capitais.

A presença das multinacionais se intensificou conforme podemos comprovar através da Tabela III. No universo das 10 maiores empresas por setor as multinacionais se destacavam nos setores de bens de capital (especialmente indústrias de materiais elétricos, mecânicos e químicos), bens de consumos duráveis (com grande destaque para as indústrias de materiais de transporte e eletrodomésticos) e bens de consumo não-duráveis.

Quando consideramos o fato de que o setor produtor de bens de consumo duráveis controlado pelas multinacionais era a locomotiva do padrão e absorvia ganhos de produtividade de todos os demais setores em decorrência da sua localização estratégica, concluímos que os números não alcançam o grau dessa influência. Isto fica mais evidente quando agregamos à interpretação desta influência a superioridade tecnológica e empresarial destas empresas. Em 1974, elas detinham em torno de 30% do patrimônio líquido total das 5.113 maiores empresas da indústria de transformação do país, conforme podemos confirmar através da Tabela XLII.

As empresas monopolistas nacionais também se consolidaram no período. Embora praticamente excluídas do setor de bens de consumo duráveis elas passaram a monopolizar o setor de construção civil, o comércio, as comunicações e assumiam grande importância no setor de bens de capital e bens de consumo não-duráveis conforme podemos averiguar através da mesma Tabela.

As empresas estatais monopolizavam os setores de bens intermediários e de serviços. Em que pese as orientações econômicas voltadas para a autovalorização dos seus capitais, estas

empresas assumiam o papel de proporcionar condições econômicas e infra-estruturais para impulsionar o dinamismo do modelo. Isto determinava que uma parte significativa dos seus ganhos de produtividade fossem transferidos para as grandes empresas privadas.

O padrão de endividamento externo também passou a assumir crescente importância no contexto da articulação econômica do modelo, conforme podemos comprovar através da Tabela XXXVIII. O crescimento da dívida conviveu com uma aceleração a partir de 1967 quando se encontrava na casa dos U\$ 3.372 milhões. Mas foi a partir de 1971 que a dívida externa deu sinais de uma dinâmica irresistível de expansão saindo da casa dos U\$ 5.295 milhões em 1970 e atingindo a casa dos U\$ 6.622 milhões. Em 1976 atingia a casa dos U\$ 25.985 milhões.

A dinâmica de expansão da dívida externa estava relacionada com os investimentos infra-estruturais (estradas, frota naval, telecomunicações etc) e indústria de base de caráter estatal realizados pelos governos militares, tendo em vista assegurar a expansão econômica; com a pressão do capital financeiro internacional interessado em encontrar importadores de capitais em condições de potencializar a sua reprodução; com os estreitos superávits da balança comercial (quando não deficitária a exemplo dos anos de 1971 e 1972); com a exigência de divisas externas para o envio de lucros das multinacionais e com o próprio refinanciamento da dívida externa em função da sua própria dinâmica e dos desequilíbrios econômicos em curso. Portanto, tratava-se de uma dinâmica estrutural da economia monopolista, dependente e internacionalizada. A referida dinâmica seria significativamente agravada com a chamada “crise do petróleo” em 1973.

A estrutura econômica brasileira, que convivia com a instalação dos últimos ramos industriais necessários para completar a estrutura industrial, se articulava a partir de um padrão de relações interindustriais taylorista-fordista. Padrão este em processo de superação nos países de capitalismo cêntrico.

Este processo assumiu grande relevância para a compreensão do período à medida que a estrutura econômica brasileira não se transformou num grande exportador de produtos industrializados de elevada composição tecnológica, em especial bens de consumo duráveis e bens de produção. Além da defasagem tecnológica estabelecida entre o padrão de relações interindustriais vigente no Brasil e o padrão de relações interindustriais pós-taylorismo-fordismo dos países de capitalismo cêntrico, agregava-se o fato de que as subsidiárias das multinacionais não vieram produzir no país para competir com suas próprias matrizes internacionais. Vieram para explorar a condição de um mercado cativo representado pelo mercado nacional.

Conforme podemos verificar através da Tabela XXXV, entre 1968 e 1976 a exportação de produtos agrícola *in natura* caiu de 69,1% em 1968 para 47,8% em 1976. Esta queda de participação dos produtos agrícola *in natura* nas exportações ampliou espaços para a exportação de outros produtos, em especial de bens industrializados.

A exportação de minérios não-industrializados subiu de 7,4% para 11,1%. Outros produtos não-industrializados (que se encontravam fora do grupo de bens minerais e agropecuários *in natura*) caiu de 2,9% para 1,8%.

Os bens industrializados elevavam a participação nas pautas de exportação no mesmo período. Os bens industrializados de base agrícola subiam de 16,2% para 19,7%, enquanto que os bens industrializados de base não-agrícola subiam de 0,7% para 15,3% e outros industrializados subiam de 3,7% para 4,8%.

A participação dos bens agrícolas *in natura*, minerais, outros “não-industrializados” e industrializados de base agrícola em 80% das exportações e os bens industrializados de base não-agrícola e “outros industrializados” em 20% das exportações demonstra a dependência da economia brasileira da exportação de produtos e indústria primária. Esta realidade determinava a submissão da estrutura econômica brasileira aos termos de troca favoráveis aos países cêntricos. Determinava ainda a sua vulnerabilidade às instabilidades da economia internacional a exemplo

da “crise do petróleo”, quando ocorreu uma queda do valor dos bens primários e uma elevação brutal do valor do petróleo e de bens tecnológicos no mercado internacional.

Esta realidade demonstrava, ainda, que a montagem dos últimos setores industriais necessários para completar o padrão interindustrial taylorista-fordista não modificava (pelo menos até quele momento) a condição da economia brasileira. Conservava-se, em termos fundamentais, a condição de uma economia exportadora de produtos primários de origem agrícola e mineral *in natura*, pré-transformado ou transformado.

A dependência da economia nacional em relação à dinâmica de expansão das multinacionais e monopólios nacionais (não raramente diretamente dependente das multinacionais) e a elaboração de políticas governamentais pragmaticamente voltadas para assegurar investimentos em infra-estrutura e financiamentos direcionados para os setores privados de ponta da economia concorreram decisivamente para a consolidação do papel estratégico das empresas multinacionais e monopólios nacionais no conjunto da sociedade brasileira. Exemplo dessa realidade nos deu a indústria automobilística, que determinou em grande medida o ritmo da importação de petróleo, da pesquisa de extração de petróleo, da construção de refinarias, da construção de estradas de rodagem, do planejamento urbano, da conformação de uma indústria fornecedora de peças e componentes para automóveis, da indústria de base estatal fornecedora de ferro e outros insumos industriais, da canalização da poupança privada para a realização comercial da sua mercadoria, entre outros condicionamentos.

A condição de uma economia transferidora de estímulos produtivos na forma do envio de lucros das multinacionais, do pagamento de custos financeiros internacionais e dos termos de troca desfavoráveis, criou uma extrema dependência das atividades econômicas estratégicas (o grande capital nacional e, principalmente, multinacional) e dos capitais financeiros internacionais para assegurar taxas de investimentos reais.

Podemos comprovar esta afirmação através da análise do comportamento do produto interno bruto (PIB) e dos déficits em conta corrente contidos na Tabela XI. No período compreendido entre 1950 e 1955 o PIB cresceu a uma taxa média de 6,7% e acumulou um déficit em conta corrente de U\$ 1.025 milhões. A taxa média de crescimento do PIB apresentava significativamente elevada se considerarmos que a economia brasileira, embora dependente e submetida a uma industrialização restringida a bens primários, não se encontrava internacionalizada.

No período compreendido entre 1956 e 1961, ou seja, o período de implantação do padrão de acumulação monopolista, dependente e internacionalizado, a taxa média de crescimento do PIB foi de 7,4% e o déficit de conta corrente foi de U\$ 1.466 milhões. Observa-se já neste período uma elevação moderada do PIB (0,7%) frente a um crescimento expressivo do déficit de conta corrente (U\$ 441 milhões) em relação ao período anterior.

No período de 1962 a 1967 a economia monopolista, dependente e internacionalizada deu sinais importantes do quanto ela estava determinada pelas multinacionais, capital financeiro internacional e monopólios nacionais. A radicalização das lutas dos operários, classes médias assalariadas, estudantes e trabalhadores e pequenos produtores rurais, expresso na forma da denúncia do pacto populista no período imediatamente precedente ao golpe militar de 1964, determinou o recuo dos investimentos diretos dos grandes capitais nacionais e internacionais e o cancelamento de novos empréstimos (a exemplo dos 726 milhões de dólares negociados entre o governo Goulart e o governo norte americano e o FMI) para assegurar o financiamento do déficit em conta corrente e continuidade de investimentos em infra-estrutura industrial e transporte. Nos anos de 1963 e 1964 o crescimento do PIB foi, respectivamente, de 1,5% e 2,9%. As dúvidas que se seguiram ao golpe fizeram os grandes capitais conservarem recuados em relação a novos investimentos. Em consequência o crescimento do PIB foi de apenas 2,7% em 1965.

No período o PIB caiu para 3,5% e o déficit em conta corrente acumulou em U\$ 178 milhões. O déficit em conta corrente somente não foi muito maior em decorrência da contenção dos gastos do governo com serviços sociais, restrição das importações etc.

No período compreendido entre 1968 e 1973, qual seja o período ciclo econômico do chamado “Milagre Econômico Brasileiro”, o PIB cresceu a uma taxa média de 11,1%. Isto foi possível porque ocorreu a entrada de novas multinacionais, intensificou a corrida aos empréstimos internacionais e acentuou a concentração dos grupos econômicos nacionais assegurados, é claro, por uma “estabilidade” política e social proporcionada por um Estado altamente repressivo.

O déficit em conta corrente atingiu U\$ 5.835 milhões. Como podemos conferir através da Tabela XXXVIII as exportações (U\$ 20.024 milhões) empataram com as importações (U\$ 20.027 milhões) no referido período, do que se conclui que o déficit em conta corrente ocorreu em função dos novos empréstimos internacionais para assegurar investimentos nos programas de infra-estrutura industrial de cunho estatal (mas também privado através do BNDES), para o refinanciamento do endividamento e para encontrar divisas externas para a remessa de lucros das multinacionais.

No período compreendido entre 1974 e 1976 o PIB foi de 8,2% e o déficit em conta corrente acumulado foi de U\$ 19.846 milhões. A elevação dos preços do petróleo e tecnologia (equipamentos, máquinas, petróleo e insumos industriais) e a queda dos preços dos produtos primários no mercado mundial foram responsáveis por uma balança comercial desfavorável de U\$ 10.272 milhões. A elevação dos juros internacionais e os novos empréstimos internacionais para o refinanciamento da dívida externa, para a manter em continuidade das obras de infra-estrutura industrial e transportes em formação e para assegurar divisas para que pudessem ser enviados os lucros das multinacionais foram responsáveis pelos restantes U\$ 9.574 milhões que compuseram o déficit em conta corrente no período.

A taxa média de crescimento do PIB no período ainda foi expressiva em decorrência do II PND, fruto de um esforço para assegurar a continuidade de taxas elevadas de crescimento (ou postergar a agonia) da economia de forma extremamente favorável ao grande capital. Dessa forma, grande parte dos novos empréstimos foram direcionados para completar o setor industrial estatal (especialmente os pólos petroquímicos) e para estimular o grande capital através de empréstimos realizados pelo BNDES tendo em vista ampliar instalações industriais e implementar os grandes empreendimentos agropecuários etc.

O dinamismo do padrão de acumulação monopolista, dependente e internacionalizado não foi assegurado tão-somente através da lógica de expansão do grande capital conforme podemos observar. O Estado cumpriu um papel fundamental. Além de criar condições políticas e sociais (repressão política dos movimentos reivindicativos e de contestação da ordem social, aprovação de leis que acentuou a expulsão de populações de não-proprietários do campo etc) e econômicas (liberação de empréstimos através de instituições financeiras estatais com juros reais negativos, incentivo à realização de empréstimos internacionais, “queima” de recursos públicos na forma de incentivos para exportação etc) extremamente favoráveis ao grande capital, o Estado concorreu decisivamente para criar mercado para a realização comercial dos bens e serviços gerados pelo grande capital.

O Estado estimulou a conformação de setores sociais em condições de consumir bens de elevada composição de valor através de mecanismos como a elevação dos salários da tecnocracia do Estado (que tendia a elevar os salários dos executivos e dos serviços de profissionais liberais) da incidência regressiva dos impostos etc. Isto cumpria um papel imprescindível para a realização comercial dos bens das empresas multinacionais e as modernas empresas de capital nacional visto que estas empresas geravam elevada produtividade sem, contudo, gerar muitos empregos e com elevada renda. O Estado concordava, ao mesmo tempo, para conformar um mercado “europeu” de consumo no Brasil e para submeter as grandes massas

operárias e populares a pequenos aumentos no nível de emprego, subemprego, baixos níveis salariais e precarização social.

A partir do ciclo econômico do chamado “Milagre Econômico Brasileiro” a vinda de novas multinacionais, os novos ganhos de escala e diversificação de atividade das multinacionais e monopólios nacionais instalados, a consolidação das indústrias de base etc, impunham a formação de nova demanda.

A demanda por bens tecnológicos e de consumo teria de aumentar a partir de então. Ampliar a geração de divisas externas para conter o déficit em conta corrente tornava-se ainda mais necessário. A reestruturação do setor agropecuário permitia atender esta dupla exigência do padrão de acumulação monopolista, dependente e internacionalizado. Modernizar o setor agropecuário criava demanda para bens tecnológicos e bens de consumo corrente. Por outro lado, o setor agropecuário (ao lado da exportação de minérios), por ser o principal setor de inserção no mercado mundial, deveria ser estruturado de forma a acelerar a exportação (*in natura* ou transformado).

A demanda de bens agropecuários passou então a depender do médio e grande estabelecimento rural capitalizado. Recorrendo a um padrão de tecnologia agrícola mundialmente conhecido como “revolução verde” (apoiada na tratorização e quimificação da produção, aperfeiçoamento genético, especialização produtiva, agricultura extensiva etc) o setor agropecuário passa a demandar uma infinidade de bens de capital. Os setores sociais beneficiados pela modernização do setor passava a demandar uma grande quantidade de bens de consumo corrente e durável.

A demanda de tratores elevou-se de 61.338 em 1960 para 323.113 em 1975 (Tabela XIV). No mesmo período a demanda de fertilizantes subiu de 305 ^(1000 t) para 1.978 ^(1000 t). A demanda de agrotóxicos elevou-se de 22,4 ^(1000 t) em 1965 para 78,5 ^(1000 t) (Tabela XV). Estes

bens tecnológicos eram produzidos pelas indústrias de material de transporte e de bens químicos, ambas dominadas pelo capital multinacional.

A pequena produção esteve à margem da modernização do setor agropecuário no período compreendido entre 1967 e 1976. Isto porque a referida modernização pressupunha a expropriação/proletarização de amplas parcelas da população rural, para que fosse possível o desenvolvimento das relações capitalistas de produção, a movimentação de grandes massas de capitais para o consumo em larga escala de tratores, fertilizantes e agrotóxicos, a viabilização de uma produção concentrada em poucas e grandes unidades para assegurar baixos custos de comercialização e a absorção de grandes montantes de financiamentos etc.

Grandes grupos monopolistas e oligopolistas, usufruindo de incentivos fiscais e creditícios e/ou em busca de acumulação marginal em decorrência do acirramento da competição dos grandes capitais, destacaram-se na conformação das demandas dos oligopólios e monopólios que produziam bens tecnológicos para o setor agropecuário. Na forma de indústrias e agroindústrias e de grandes propriedades demandavam diretamente a produção dos novos bens tecnológicos. Especialmente na forma de indústria e agroindústria estes capitais provocavam a demanda destes bens indiretamente, na medida em que subordinavam e imprimiam um tipo de atividade agropecuária “moderna” numa parte da pequena produção e da média e grande propriedade a elas dependentes.

O impedimento à ampla modernização da pequena produção e à democratização das terras no período torna-se “compreensível” neste contexto macro-econômico. Era inadmissível para padrão de acumulação instalado - coatado em sua reprodução expansiva, dependente da acumulação dos grandes conglomerados e voltada para a realização dos bens por eles produzidos - voltar-se para a modernização da pequena produção. Isto porque a modernização não ultrapassaria o limite da restrita geração de rendas (em relação à necessidade de meios de pagamento para o consumo dos bens tecnológicos então disponíveis), visto que o Estado

encarregava-se de comprimir o custo da cesta básica (fundamentalmente produzidos pela pequena produção) para que se viabilizasse a extrema acumulação de mais-valia no espaço urbano-industrial e rural (sob relações capitalistas de produção).

Esta extrema acumulação de mais-valia deveria ser o bastante para assegurar a reprodução do capital nacional (dependente ou não de empréstimos externos) e capital internacional e proporcionar rendas nas mãos do Estado para cobrir encargos financeiros externos e exigências infra-estruturais internas. Em outras palavras, a pequena produção cumpria uma lógica: gerar bens de consumo barato sob trabalho familiar, assegurando ampliação das condições de extração da mais-valia no espaço urbano-industrial e rural (sob relações capitalistas de produção).

O padrão tecnológico de cunho agrícola extensivo, por outro lado, era importado dos países centrais, especialmente dos Estados Unidos. Este padrão era contraditório com relação a agricultura intensiva desenvolvida na pequena propriedade através da mão-de-obra familiar. A adoção do novo padrão pressupunha grandes extensões de terras, elevadas despesas (investimento nos recursos tecnológicos) e assalariamento da força de trabalho, o que representava um obstáculo para a realização da demanda daqueles bens.

A democratização das terras assumia contradições com relação ao novo padrão tecnológico agropecuário, bem como da dinâmica econômica urbano-industrial. Este padrão agropecuário deveria se apoiar sobre relações capitalistas de produção. Portanto, uma massa de proletários do campo teria que ser formada e ampliada para a manutenção de contratos de assalariamento (temporário e permanente) e extração da mais-valia.

A massa de proletários deveria também assegurar a queda dos custos do capital variável tendo em vista, ao mesmo tempo, concorrer para viabilizar os investimentos em capital constante (o próprio capital constante, em especial na forma de recursos tecnológicos mecânicos,

proporcionava a diminuição dos custos com capital variável através da substituição de mão-de-obra).

As atividades econômicas desenvolvidas no espaço urbano-industrial também se beneficiavam da intensa proletarização. Além da depreciação dos salários em decorrência do agigantamento do exército industrial de reserva do interesse do capital em geral, gerou-se uma massa de trabalhadores para as atividades industriais que em função da baixa capitalização e/ou modernização tecnológica não apresentavam ganhos de escala, a exemplo da construção civil e setores de serviços (público e privado). O baixo custo da contratação desta mão-de-obra, mesmo sob baixos níveis de mecanização e qualificação profissional, permitiu grande extração da mais-valia.

A modernização da agricultura, portanto, articulava-se com o setor urbano-industrial de várias formas. Através deste processo criava-se condições extremamente favoráveis para a realização dos ganhos dos monopólios e oligopólios industriais, bancos e empresários do campo.

As terras converteram-se em geradoras de renda para o grande capital à medida que a contradição capitalista *versus* proprietário era “solucionada” pela conformação do empresariamento e/ou gradual reorientação dos latifúndios. O grande capital recorreu, a exemplo da média e grande propriedade tradicional, à exploração de relações não-capitalistas de produção no campo, desenvolvidas paralelamente (ou não) com as relações capitalistas de produção. Usufruiu da condição da terra como reserva de valor, apropriando-se de uma renda socialmente gerada, mas para ele transferida através da sua permanente valoração. A terra, portanto, proporcionava ganhos ao grande capital mesmo quando improdutiva.

A aquisição de terra pelo grande capital nem sempre demandava desembolso de capital (imobilizado como renda da terra). Através de concessões relizadas por governos, a compra através de recursos públicos concedidos (incentivos fiscais e creditícios), aquisições a preços ínfimos proporcionados pela fraude e violência, entre outras formas, o grande capital

pôde ter acesso à renda da terra sem que fosse necessário a imobilização de grandes montantes de capitais ou mesmo, em alguns casos, de capital algum.

Instituições como a FUNAI, SUDAM, SUDENE, BNDES concorreram para tanto. Orientadas pela lógica do padrão de acumulação monopolista, dependente e internacionalizado concorreram para assegurar ganhos para o grande capital. Coerente, portanto, com a dinâmica de expansão econômica dependente dos grandes capitais.

A terra convertia-se em um importante espaço de investimento. O bem natural convertia-se (em certo sentido) em “meio de produção” para o grande capital. E, como tal, deveria ser privado daqueles que criavam renda e que podiam gerar mais-valia: o trabalhador rural.

CONCLUSÃO

A reorganização capitalista da cafeicultura e a proclamação da República no final do século XIX deu início ao processo de construção da revolução burguesa no Brasil. Revolução secular - como de fato todas as revoluções sempre foram - que haveria de culminar na consolidação do capitalismo brasileiro em bases industriais e na conformação do projeto de hegemonia burguesa.

A consolidação do capitalismo brasileiro, em que pese as peculiaridades e características do processo, fruto da dinâmica particular que a luta de classes assumiu no Brasil e da condição dependente e subalterna do país, foi conquistada. A conformação do projeto de hegemonia, o momento em que a dominação social dá lugar à hegemonia (ou seja, os mecanismos fundamentalmente coercitivos para conter as instabilidades político-sociais dão lugar a mecanismos fundamentalmente consensuais para repor e expandir relações sociais estáveis) ainda hoje projeta-se enquanto devir histórico (portanto, que pode ou não vir a ser).

A revolução burguesa, no contexto da consolidação do modo capitalista de produção, implicou na solução das questões nacionais e estratégicas aos interesses da classe burguesa. A questão agrária, a questão do pacto inter-burguês e a questão operária compuseram o núcleo estratégico da revolução burguesa. Historicamente, conforme nos alertou Mello (*Aupd. Draibe, 1985, p. 15-17*), elas apresentaram, nos países de capitalismo cêntrico, uma ordem de desenvolvimento de forma que a questão agrária foi a primeira questão enfrentada e “resolvida”, sendo seguida pela questão do pacto inter-burguês e, somente após, pela questão operária.

No Brasil, a revolução burguesa não apresentou o encadeamento histórico típico dos países de capitalismo cêntrico. A condição de uma sociedade de capitalismo tardio, sob uma base material medíocre, típica de uma economia agroexportadora em transição para uma economia industrial concorrencial (quando a economia internacional encontrava-se dominada por países de

economia monopolista “madura”); e subordinada à polarização capitalismo *versus* socialismo em escala mundial (restringindo as margens de independência e autonomia no contexto das relações internacionais dominadas pelo imperialismo), ocorreu uma superposição das referidas “questões” e dos encaminhamentos para as suas “soluções”.

A Revolução de 30 para todas as vertentes interpretativas da realidade brasileira, constituiu-se num marco histórico (ainda que o seu significado qualitativo tenha variado muito no âmbito das referidas vertentes). A queda da oligarquia agroexportadora liderada pelas frações burguesas vinculadas à exportação e importação viabilizou a ascensão de novos grupos sociais ao poder, em especial a fração burguesa representada pelos industriais, setores das classes médias superiores, oficiais militares etc. De fato, proporcionou condições únicas para as transformações subseqüentes.

Um novo pacto inter-burguês formou-se. O relativo equilíbrio entre as frações da classe dominante concorreu para a conformação de uma classe dirigente, composta pela alta cúpula da burocracia civil e militar e por empresários. Sob uma representação ampla dos interesses dominantes (especialmente do empresariado industrial) e orientada por uma racionalidade capitalista industrialista, impôs-se relativamente por sobre os próprios interesses corporativos dos grupos dominantes que ela representava. Enquadramento e mobilizando controladamente a classe operária e demais camadas populares esta burocracia ampliou as suas margens de manobra, inclusive para confrontar com os interesses imediatos, estreitos e corporativos das diversas frações da classe dominante.

O padrão econômico implementado entre 1930 (mais precisamente a partir de 1933) e 1954, caracterizou-se pela reorientação da economia brasileira para a realização interna do valor e em bases industriais. O desenvolvimento de uma indústria de bens de consumo corrente, em formação desde o final do século XIX e sob iniciativa privada, e de uma indústria de base, apenas inicialmente instalada e sob iniciativa do Estado, foi um marco deste período. O padrão

tecnológico taylorista-fordista, a dependência tecnológica e o controle econômico do Estado também compôs este estágio da revolução burguesa no plano da industrialização brasileira.

O Estado, embora não sendo o demiurgo do processo (o Estado é sempre produto e está sujeito às lutas inter-burguesas e destas para com os membros do mundo do trabalho), possuiu um papel imprescindível no período. Impôs-se sobre particularismos e imediatismos das diversas frações burguesas, estendeu-se sobre todos os níveis da economia, planejou e organizou a reprodução do capital e da força de trabalho e estatizou as organizações operárias.

A classe dirigente, instrumentalizando o Estado e atuando nos limites de consciência possível burguesa, buscou conduzir, às fronteiras das condições objetivas e subjetivas da sociedade brasileira, a revolução burguesa. O novo Estado, fruto da Revolução de 30, imprimiu uma nova qualidade no processo de consolidação das relações capitalistas de produção através da industrialização por ele dirigida.

A questão internacional não foi plenamente equacionada entre 1930 e 1954. A crise das relações capitalistas internacionais, iniciada através da queda da bolsa de valores de Nova York em 1929, moderou relativamente os seus efeitos econômicos somente a partir de 1934. Politicamente, contudo, radicalizou os seus efeitos através da ascensão do nazi-fascismo na Europa, da consolidação do “socialismo” na velha Rússia através dos planos quinquenais e da radicalização da disputa interimperialista pelo mercado mundial. Compôs-se um quadro histórico desfavorável à redefinição da divisão internacional do trabalho e da ordem mundial.

O término da Segunda Guerra Mundial convergiu para uma sociedade mundial polarizada. Capitalismo, sob hegemonia norte-americana e “socialismo”, sob hegemonia soviética. O alinhamento das classes dominantes e do Estado brasileiro sob a órbita norte-americana ocorreu determinado pela ameaça que a propriedade sofria mediante o avanço das lutas sociais no Brasil e no mundo. Contudo, não resolveu a questão da relação com o imperialismo. A condição de uma sociedade em processo de industrialização confrontava-se com

um imperialismo tendente a conservar a divisão internacional do trabalho fundada na distinção entre nações industrializadas e nações agro-exportadoras.

A questão agrária (primeira obra de qualquer revolução burguesa quando não superposta em relação às demais) assumiu formas particulares no Brasil. Não foi alvo de uma proletarização imediata e radical da força de trabalho no campo. A propriedade da terra foi acessível a trabalhadores rurais nas frentes de expansão. A conservação do monopólio da terra nas mãos dos grandes proprietários nas áreas econômicas diretamente integradas aos centros urbano-industriais do Centro-Sul não impediu um determinado nível de posse da terra em várias regiões sob várias formas não-capitalistas de produção). A expropriação dos excedentes produzidos assumiram múltiplas formas como a meagem, a parceria, o colonato, o “cambão”, entre outras.

Oferecer força de trabalho, víveres e matérias-primas para o espaço urbano-industrial, sob formas de produção que barateassem a reprodução da força de trabalho e facultassem a acumulação, foi um aspecto central da revolução burguesa nesta fase. Outra, foi a manutenção da grande propriedade vinculada ao mercado interno, quase sempre criando gado e participando dos excedentes gerados através de formas não-capitalistas de produção desenvolvidas no seu interior.

A grande propriedade vinculada ao mercado externo também recorreu às formas não-capitalistas de produção. Viabilizou, dessa forma, que enormes rendas se acumulassem nas mãos da burguesia exportadora (que comprava a produção sob monopsônio e comercializava sob monopólio) e da burguesia industrial (que através do confisco cambial executado pelo Estado teve os excedentes retransferidos a seu favor na forma de divisas baratas disponíveis e voltadas para a importação de equipamentos e insumos industriais).

Na base deste pacto burguês quanto ao novo papel e função da terra, favorável aos exportadores e importadores, industriais e grandes proprietários, encontrava-se o trabalhador

rural, cujos excedentes gerados eram avidamente abocanhados pelas diversas frações burguesas acima referidas.

A questão operária, até então dimensionada como caso de polícia, foi objeto de uma política específica. Primeiramente, os grupos dominantes concebiam ser necessário quebrar o assenso da organização e das lutas operárias e populares que teve início com o Bloco Operário e Camponês (BOC), devido à ameaça que representava em termos estratégicos aos interesses dominantes. Reconheciam, ainda, nestas formas de organização e de lutas, obstáculos para a transição para um padrão econômico que pressupunha, segundo os interesses dominantes, a conquista de crescente produção e produtividade não repassados para os salários e, nem tampouco, para as condições de vida da classe trabalhadora.

Em segundo lugar, a transição do então padrão de acumulação dominante para outro padrão repôs a forma de dominação burguesa em termos das relações de produção, ou seja, no plano material e superestrutural da sociedade (aspecto este que acompanhará todas as transições de padrão econômico no Brasil). A política operária definida pela revolução burguesa nessa fase se compôs, fundamentalmente, de repressão às entidades e movimentos que buscavam assegurar a independência de classe e autonomia das entidades representativas, da estatização dos sindicatos transformando-os em células do Estado e da formação da burocracia do sindicalismo de Estado tendente a aceitar a ordem institucional e a integrar-se no jogo institucional-parlamentar.

A mobilização controlada da classe operária e a edificação de um sistema de previdência e seguridade social, além, é claro, da estrutura de “comunicação” mantida pelo Estado e cujo objetivo era criar um tipo de comportamento e prática social fundada na aceitação e no acomodamento, também compôs o padrão de política operária vigente até 1964.

Entre 1930 e 1945, quando as relações comerciais internacionais abalaram o setor de mercado externo e o pacto burguês encontrava-se frágil, sujeito a golpes e contragolpes como

demonstraram os anos de 1932, 1937 e 1945, o Estado revestiu-se de um conteúdo mais coercitivo e impôs-se não somente sobre o mundo do trabalho, mas também sobre os grupos economicamente superiores, que embora dominantes, apresentavam-se corporativos e/ou estrategicamente contraditórios com o projeto industrializante. Entre 1946 e 1953 o reaquecimento dos preços internacionais permitiu rendas formidáveis geradas pela agro-exportação. Neste período, o pacto burguês foi mais estável, seja porque as rendas obtidas com a agro-exportação foram abundantes, permitindo ampla acumulação dos diversos setores do capital, seja porque enquanto conjuntura do auge da Guerra Fria impôs-se uma moderação dos conflitos entre frações dominantes. O Estado Novo deu lugar à “democracia” populista.

Com o término da Guerra da Coreia, em 1953, e a política de distensão entre EUA e URSS, determinando o relativo afastamento dos riscos de um novo conflito mundial, os preços internacionais caíram, em especial dos produtos agro-exportados (no Brasil amplamente liderado pelo café). O projeto industrializador dos governos Vargas (exceção ao interregno Dutra) evidenciou sua fragilidade, visto que historicamente encontrou-se dependente das divisas geradas pelo setor agro-exportador.

A continuidade do projeto industrializador radicalizou os conflitos entre os setores inter-burgueses e intensificou as mobilizações da classe operária à medida que, respectivamente, acentuou a disputa dos excedentes da agro-exportação e aprofundou a extração de mais-valia.

O golpe civil-militar que culminou no suicídio de Vargas, quando todas as frações burguesas se mobilizaram contra o seu governo, iniciaria como uma articulação das frações burguesas vinculadas à importação e exportação contra as orientações econômicas favoráveis à industrialização, ampliadas com a própria fração burguesa vinculada à indústria, mas temerosa das mobilizações e lutas operárias. A crise política, então instalada, converteu-se num momento de remoção de aspectos superestruturais que obstruíam a articulação de um padrão de

acumulação que assegurasse a monopolização da economia através da sua internacionalização. Teve início a redefinição da divisão internacional de trabalho com o imperialismo.

A revolução burguesa no Brasil ingressou numa nova fase a partir de 1956. Ocorreu a implementação de um novo padrão econômico, ou seja, uma nova fase do processo de industrialização da economia. A monopolização econômica, apenas iniciada na fase precedente através da conformação de algumas empresas monopolistas estatais, alargou-se enormemente.

As empresas estatais então criadas foram ampliadas e novas empresas se formaram, concentradas basicamente no Departamento I. As indústrias de bens correntes, sob predomínio do capital privado nacional, compondo o Departamento II são “estimuladas” à concentração de capitais. Empresas multinacionais européias ingressaram no país, concentradas fundamentalmente no Departamento III. A infra-estrutura de transporte e comunicação foi estendida e aprofundou a globalização do mercado nacional. Os “cinquenta anos em cinco” do governo JK operaram a transição definitiva de um padrão econômico capitalista concorrencial para um padrão econômico capitalista monopolista dependente, ou seja, teve início a produção do valor sob a estrutura do capital monopolista.

Nos “cinquenta anos em cinco” do governo JK, que foi também o primeiro ciclo econômico do novo padrão de acumulação, a questão agrária conviveu com novas contradições e assumiu novos papéis. A rentabilidade do subsetor agroexportador do setor agropecuário não mais usufruiu das rendas obtidas entre 1946 e 1953. A queda dos preços dos produtos da agroexportação acentuou a disputa da renda da terra entre os diversos setores do capital e confirmou (quando não intensificou) a extração dos excedentes gerados pelos trabalhadores rurais (pequenos proprietários, meeiros, agregados, etc) graças à extensão da fronteira agrícola.

O subsetor voltado para o mercado interno do setor agropecuário, além de acelerar o seu tradicional papel de fornecedor de víveres, matérias-primas e populações para o setor urbano-industrial, incorporou a função de produzir também para o próprio subsetor agro-

exportador, barateando os custos de reprodução da sua força de trabalho em processo de plena proletarização e assalariamento. A transferência de atividades do subsetor voltado para o mercado interno do setor agropecuário para o setor urbano-industrial acentuou-se ainda mais.

O subsetor agropecuário de economia externa permaneceu imprescindível para a geração de divisas cambiais. Estas, diferentemente do passado, quando sua função primeira era viabilizar basicamente os meios externos de pagamento para a importação de equipamentos e insumos industriais, passaram integrar o esforço para viabilizar a transferência de lucros das multinacionais e serviços, amortizações e dividendos da dívida externa, visto que o setor industrial ainda não participava de forma expressiva das exportações. Daí a necessidade de intensificar a produção e exportação de produtos agropecuários.

A aliança dos trabalhadores urbanos e rurais em prol de reformas estruturais, expresso na denúncia do pacto populista, desencadeou uma nova fase da revolução burguesa no Brasil. As frações burguesas mobilizaram-se contra o populismo e derrubaram-no através do golpe militar de 1964. O novo pacto inter-burguês refletiu a estrutura econômica monopolista, internacionalizada e dependente. Congregou todas as frações do capital monopolista-financeiro. O capital oligopolista europeu (que ingressou vigorosamente na economia brasileira durante o Programa de Metas) e norte-americano (que ingressou maciçamente a partir da segunda metade dos anos 60) e o capital monopolista industrial e financeiro “nacional” compuseram o núcleo hegemônico do novo bloco no poder. O mesmo foi subalternamente integrado pelos representantes dos médios e grandes capitais urbanos e rurais não-monopolista e pela alta classe média.

O golpe militar de 1964 e os processos políticos e econômicos subsequentes concluíram a redefinição da divisão internacional do trabalho, ou seja, as relações com o imperialismo; excluiu do núcleo hegemônico burguês as frações não-monopolistas do capital; e liquidou com o regime político articulado sob a contradição de vigiar e mobilizar

controladamente a classe operária e outros setores populares. Em outras palavras, repôs/expandiu a forma de dominação que teve início a partir de 1956, mas eliminando os obstáculos institucionais representados e/ou criados pelo populismo. Um novo ciclo econômico expansivo, após a derrota política dos setores operários e populares, teria lugar.

A reorientação das leis de contenção da entrada e saída de capitais internacionais, o aprofundamento da extração de mais-valia e renda da classe trabalhadora, o aprofundamento do padrão de endividamento externo e a entrada das novas multinacionais, lançou as condições para o novo ciclo expansivo. A gestão Roberto Campos do Ministério da Fazenda desencadeou, através da crise recessiva, condições complementares para a retomada de um novo ciclo econômico através das falências, arrocho salarial, etc. Teria início, logo após a sua gestão, o denominado “Milagre Econômico Brasileiro”.

A partir do ciclo econômico denominado “Milagre Econômico Brasileiro” a agricultura teve modificada, em parte, o seu papel. A nova fase de ingresso das multinacionais - predominantemente norte-americanas nesta fase - intensificou, ainda mais, a necessidade de divisas cambiais, o que impôs a crescente incorporação de técnicas modernas de produção para a conquista de maior produtividade. A ampliação e diversificação da pauta de exportação ocorreu rapidamente sob incentivos e financiamentos proporcionados pelo Estado. A agricultura de exportação converteu-se numa grande alternativa para as atividades financeiras, seja na forma de financiamento, seja na forma de aplicações diretas.

A indústria de bens de consumo corrente, monopolizada, operou a apropriação definitiva de infinitas atividades e fases da atividade agropecuária. A indústria de bens de produção impôs a necessidade de bens tecnológicos e insumos para a nova e mecanizada agricultura comercial sob economia monopolista. A indústria de bens duráveis teve o seu mercado ampliado através do novo modo de vida urbano estendido ao campo.

O rural se urbanizou; integrou o espaço de criação de mais-valia (e não somente de rendas); e o valor monopolista teve que ser realizado (diretamente) também nas atividades agropecuárias. Enfim, a revolução burguesa integrava em novo nível o mercado nacional, convertendo o setor agropecuário não apenas em espaço de realização da produção monopolista, mas também em gerador de valor monopolista. A imagem paradigmática desta nova fase da revolução burguesa foi a plena penetração de monopólios e oligopólios no setor agropecuário, ou seja, não apenas como monopsônios, mas também como produtores diretos. O setor agropecuário converteu-se num subsetor do capital industrial-financeiro monopolista e oligopolista.

Em que pese a intensa repressão, a questão operária não voltou a ser tratada, tão-somente, como um caso de polícia. O sindicalismo de Estado e a burocracia sindical (imobilizados pelas repressões, cassações e intervenções nos sindicatos) não são abolidos. No intuito de assegurar a continuidade da extrema extração de mais-valia e rendas e o controle das classes populares, evidenciados, respectivamente, na constante e brutal queda do poder de compra dos salários e na intensa repressão aos movimentos sociais, o Estado ampliou programas de assistência e seguridade social e multiplicou o número de escolas normais e de educação tecnológicas. Dessa forma, contornou, relativamente, a elevação das taxas de mortalidade infantil e os ciclos epidêmicos, de um lado, e assegurou a qualificação da mão-de-obra para o mercado, de outro.

O desenvolvimento capitalista foi objeto de reflexão e estudo das principais vertentes interpretativas da realidade brasileira. Algumas delas incorreram, a nosso ver, em limitações. A questão primeira e decisiva para a reprodução de tais limitações foi a carência de um conceito dialeticamente construído acerca da revolução burguesa no Brasil.

A teoria cepalina, enquanto teoria para o capital, não colocou a questão da revolução burguesa. Abordou o desenvolvimento brasileiro enquanto processo histórico da modernização

capitalista, ou seja, um curso histórico inevitável, necessário e finalista. O centro das preocupações cepalinas era localizar os obstáculos que impediam o pleno desenvolvimento e apontar as iniciativas consideradas necessárias para conquistá-lo (Prebisch, 1987, p. 48-63; Furtado, 1961, p. 38-41; Furtado, 1964, p. 65-66).

As vertentes marxistas tradicionais e `nova esquerda` não possuíam uma leitura em perspectiva histórica da revolução burguesa. Abordaram-na enquanto “fenômeno” historicamente delimitado (quase sempre identificada com a Revolução de 30), não enquanto processo secular. Não foram capazes de compreender a revolução burguesa enquanto curso histórico infra-estrutural (a consolidação das relações capitalistas de produção em bases industriais) e superestrutural (a edificação de um projeto de hegemonia, a transformação da dominação social em consenso social).

A vertente marxista tradicional elegeu a estrutura agrária nacional, no plano interno, e o imperialismo, no plano externo, como obstáculos para o avanço das forças produtivas. Avanço este considerado necessário tendo em vista a criação das condições objetivas e subjetivas para a edificação de um poder proletário (Guimarães, 1977, p. 227). A vertente marxista da `nova esquerda`, por sua vez, interpretou o `estado` das forças produtivas como resultado da lógica de expansão do capitalismo e imutável fora dos quadros da transformação revolucionária do sistema (Frank, 1980, p. 210-241; Santos, 1991, p. 43).

Ambas abordagens não se referenciavam numa leitura dialética do desenvolvimento das estruturas materiais e superestruturais da sociedade brasileira enquanto processo de construção da hegemonia burguesa.

A teoria da dependência acomodou vertentes interpretativas contraditórias quanto a revolução burguesa. Algumas abordagens, a exemplo de Cardoso, Faletto (1984, p. 114-138) embora referenciando as análises das estruturas econômicas, a partir do terreno sócio-político, considerando o `desenvolvimento` ou não como fruto da composição do sistema de relações

sociais e políticas, não qualificava este ‘desenvolvimento’, ou seja, em que sentido e sob qual hegemonia social ele se dava. Uma abordagem na qual o passado, o presente e o futuro não compunham um determinado projeto social de desenvolvimento calcado nas lutas de classes.

A integração da análise das estruturas econômicas e superestruturais a partir dos conflitos e lutas de classes, enquanto desenvolvimento da revolução e hegemonia burguesa no Brasil, coube a uma determinada vertente marxista. Incorporou a teoria da dependência nas suas análises livre do determinismo econômico (externo ou interno), mas preocupada em compreender a expansão do capitalismo brasileiro enquanto fruto da luta de classes no terreno nacional (espaço este permeado pelos conflitos políticos e ideológicos internacionais) e da dinâmica da reprodução ampliada (nacional e global) do capital (Oliveira, 1987^b, p. 3-93; Martins, 1975, p. 15-42; Mendonça, 1988, p. 15-94; Ianni, 1986, p. 15-316).

Algumas das principais vertentes interpretativas que refletiram e interpretaram o desenvolvimento capitalista brasileiro, por não possuir uma concepção da revolução burguesa como um processo amplo, profundo e duradouro na redefinição do espaço nacional e deste com o espaço internacional, não puderam concluir que a referida revolução tendeu sempre a reiterar/aprofundar - repor enfim - os padrões de dominação de classes. Padrões estes que não foram puramente de “dominação” de classes mais ou menos coercitivos (ou consensuais), mas também de remodelamento da sociedade a partir das relações capitalistas de produção: um permanente processo de destruição/construção ao qual esteve submetido os espaços urbano e o rural, as relações de classes, as estruturas de poder, etc, como produto e produção da modernização capitalista.

A carência de uma abordagem do desenvolvimento capitalista brasileiro que o interpretasse como obra da revolução burguesa desdobrou-se numa crítica débil das relações capitalistas de produção. Tal realidade assumiu várias limitações teóricas e analíticas.

A indeterminação e generalidade de categorias analíticas como desenvolvimento, progresso, produtividade, dependência, etc, criaram ilusões. Os cepalinos incorreram na compreensão de que o desenvolvimento capitalista proporcionaria benefícios e aumento de renda e de demanda indiscriminadamente para toda a sociedade. Compreendiam que a demanda dos grupos sociais determinaria o curso e a velocidade da acumulação. O enorme papel atribuído ao Estado no curso das transformações econômicas não era acompanhado de uma crítica do seu caráter e do bloco de forças políticas e sociais que o sustentavam.

A vertente marxista tradicional atribuiu à expansão do progresso econômico-tecnológico por sobre o espaço social permeado pelo “atraso” (ou seja, o avanço das forças produtivas e a homogeneização modernizadora do espaço nacional) como sendo capaz, ao mesmo tempo, de demolir as relações “semi-feudais” de produção e as bases das relações autoritárias de poder nelas situadas. A consolidação de princípios democráticos e o alargamento das condições de luta pelo socialismo eram concebidos como decorrentes desse processo.

Algumas vertentes da teoria da dependência, privados de uma análise apoiada na revolução burguesa e na reprodução ampliada do capital, em perspectiva mundial, sucumbiram à concepção cepalina do ponto de chegada do processo histórico, qual seja o pleno desenvolvimento capitalista. A “novidade” ficava por conta da complexidade ‘política’ que tal processo implicaria, visto que não poderia ser, tão-somente, obra de um Estado planejador. Implicaria na recomposição social e política do poder a partir do sistema de classes.

Estas vertentes declinavam, contudo, do ideal cepalino do pleno desenvolvimento independente e autônomo. Admitiam não ser mais possível desenvolvimento sem interdependência econômica, como o nacionalismo dos anos 50 e início dos anos 60 pleiteava. Desenvolvimento sob uma economia que internacionalizava teria que ser, necessariamente, interdependente.

A análise das dinâmicas econômicas internas carregaram outras grandes limitações. À exceção das vertentes marxistas da ‘nova esquerda’ marxista-dependentista, conceberam o curso da economia nacional a partir dela mesma e/ou da sociedade nacional. O pensamento cepalino, embora não concebesse as economias periféricas como um mero produto das relações econômicas mundiais, cometia um duplo equívoco. Primeiramente, não abordava a formação e desenvolvimento da economia nacional considerando a luta de classes e o caráter do Estado, incorrendo numa abordagem economicista e tecnocrática, ou seja, a questão do desenvolvimento estaria na relação direta da localização dos obstáculos do desenvolvimento e da capacidade do Estado em tomar as iniciativas econômicas necessárias. Em segundo lugar, não apreendia a interação estabelecida entre indústria “moderna” e a agricultura “tradicional”, consolidando uma análise dual-estruturalista da realidade brasileira (e latino americana).

A vertente marxista tradicional, presa no modelo interpretativo da III Internacional, realimentou a abordagem dual-estruturalista. Não reconheceu que a relação estabelecida entre acumulação e acumulação primitiva de capital não era apenas genética, mas também histórica (as relações estabelecidas entre um espaço urbano-industrial “moderno” e um espaço rural “tradicional” no Brasil era necessária, como também a revelação, ao mesmo tempo, do “moderno” e do “tradicional” nos espaços e atividades em que as forças produtivas se apresentassem com baixo ou elevado desenvolvimento).

A vertente marxista da “nova esquerda” orientou-se por uma abordagem integradora do “moderno” e do “tradicional” capaz de superar a abordagem dual-estruturalista. Mas reproduziu, nesse intento, uma abordagem minimizadora das contradições que envolviam os vários capitais nacionais e entre estes e o imperialismo, como também subestimou os desdobramentos político-institucionais que decorriam destas contradições. Não concebeu a possibilidade de qualquer forma de desenvolvimento econômico nos países periféricos: o anti-desenvolvimento capitalista transformava-se no destino nacional.

As vertentes marxistas “tradicional” e “nova esquerda” proporcionaram abordagens não-dialéticas decorrentes de métodos formalmente dialéticos.

A dinâmica interna da economia brasileira interpretada por algumas vertentes da teoria da dependência, embora alertassem para o simplismo e linearidade da abordagem que os cepalinos atribuíam à sociedade nacional na perspectiva da superação do “subdesenvolvimento”, situou-se no mesmo universo de interpretação. Subestimava o imperialismo, reservava ao Estado um papel estratégico como agente econômico e repunha a modernização capitalista enquanto possibilidade histórica fruto da intervenção racional e planejada dos atores sociais e do próprio Estado a partir da recomposição do sistema de classes. O desenvolvimento (ou não) da sociedade não encontrava-se determinado pela estrutura econômica, mas sim pela estrutura de classe, cuja reestruturação na perspectiva do desenvolvimento seria uma operação eminentemente política.

Aspecto comum às vertentes interpretativas da realidade brasileira, à exceção da vertente marxista-dependentista, era a interpretação simplista do imperialismo. Tratava-se de um processo de opressão econômica revelado no sistema de trocas: um fenômeno comercial. A internacionalização da produção do valor oligopolístico e o seu papel dominante nas relações interdepartamentais das economias periféricas, de um lado, e dos movimentos internacionais de capitais e o padrão de endividamento externo agora imposto a estas próprias economias, por outro, responsáveis por enormes transferências líquidas de riquezas dos países periféricos para os países centrais, não representava, especialmente para cepalinos e algumas vertentes da teoria da dependência, um aborto no desenvolvimento dos “capitalismos nacionais”. A autonomia política dos países periféricos, assegurada pela condição de Estados modernos, era tido como a garantia, por partes das referidas vertentes, do curso do desenvolvimento capitalista “nacional”.

A abordagem do imperialismo como fenômeno eminentemente comercial minimizou o seu significado e, por extensão, do ‘estado’ de dependência. Daí a simplificação da

questão da superação da dependência (e do imperialismo) à recomposição social e política nacional, ainda que sob as relações capitalistas de produção.

A revolução burguesa no Brasil não expressou uma ruptura real com o passado oligárquico-latifundiário-exportador e, nem tampouco, com os ditames da dependência. Não impulsionou, portanto, transformações de caráter nacional-popular expresso na democratização da terra, na plena incorporação das grandes massas sociais no mercado, na construção de uma consistente sociedade civil e na conquista de níveis significativos de autonomia e independência frente o imperialismo. Converteu-se numa revolução secular de caráter “passiva”, baseada em metamorfoses e no transformismo.

A superação “passiva” das contradições ocorre quando a tese não é destruída pela antítese, mas conservada na síntese. Impõe-se à antítese um movimento transformista. A contradição, a rigor não é resolvida, mas adiada e renovada em novas bases. Foi assim com a questão agrária quando a expropriação/proletarização conviveu com a conservação/reorientação de relações capitalistas de produção, com a questão operária quando as relações capitalistas de produção não puderam prescindir do controle das lutas e da estatização dos sindicatos operários, com a proteção à industrialização quando conviveu com a irracionalidade, o perdulário e o atraso, com o papel impulsionador das transformações industriais atribuído ao Estado quando o mesmo encontrava-se impedido de reaver uma parte dos excedentes acumulados pela iniciativa privada através de uma reforma fiscal, com a extensão dos direitos civis formais sem a correspondência nas condições sociais que assegurasse cidadania.

O padrão passivo da revolução burguesa no Brasil, calcado no pacto burguês excludente e autoreferente, não pode ser explicado tão-somente pelo referido pacto em si. Do contrário, cairíamos numa explicação tautológica do processo, ou seja, o padrão de revolução decorreria do tipo de pacto dominante estabelecido e vice-versa, não refletindo sobre as condições de determinação do referido pacto.

Em que pesse a pactuação entre os diversos setores dominantes como método político permanente e o viés colonial do desenvolvimento econômico brasileiro, respectivamente, responsáveis pelo caráter excludente e autoreferente do pacto burguês e pela estrutura econômica subalterna e dependente, há outras determinantes a serem consideradas. A mediocridade das condições de acumulação do capital, herdadas do passado colonial e escravagista, impôs condições severas de acumulação. Acumulação esta que não se dava sob um capitalismo concorrential cuja origem residisse nas transformações de uma estrutura manufatureira, mas de um capitalismo monopolista em plano internacional. A revolução burguesa pós-30 teria que consolidar e completar a industrialização incipiente em curso, e dar início à monopolização econômica.

A questão operária colocava-se em toda a sua extensão. A mundialização da classe operária e da sua consciência, através da imigração européia para o Brasil, colocou o trabalhismo e o socialismo no plano do debate social. A ação preventiva da classe dominante para deter este processo então se colocou à base da repressão e cooptação.

O próprio encaminhamento da questão agrária não pode assumir o encaminhamento tradicional dos países que vanguardaram a primeira revolução industrial (Inglaterra e Bélgica), ou seja, a expropriação/proletarização. As gigantescas reservas de terras, a carência de capitais investido no campo e sua imobilização na forma da aquisição de terras, impunha a combinação expropriação/proletarização/reorientação das relações não-capitalistas de produção.

A homogeneização oligopolista e monopolista, respectivamente, do mercado internacional e do mercado nacional e a polarização da guerra fria, acentuaram os obstáculos para a condução da revolução burguesa. A repatriação de excedentes, a polarização política e ideológica de classes, a ocupação das novas fronteiras assegurando a implantação das relações capitalistas de produção, a composição das necessidades sócio-econômicas nacionais em

correspondência com a reprodução em escala mundial do grande capital, entre tantos outros processos, expressam alguns dos novos obstáculos.

O desenvolvimento de um capitalismo dependente e tardio, calcado num pacto interburguês excludente e autoreferente, pressupôs um caráter autocrático da dominação do capital. Conforme Antunes (1992, p. 123), um Estado que em “tempos de paz” assumia a forma de uma autocracia burguesa institucionalizada e em “tempos de guerra” assumia a forma bonapartista. Entre 1930 e 1976 o desenvolvimento da luta de classes determinou a conformação de Estado bonopartista entre 1930 e 1945 (com Vargas assumindo o papel de “bonaparte”) e entre 1964 e 1976 (com as forças armadas assumindo o papel de “bonaparte”) e a conformação da autocracia burguesa institucionalizada através dos diversos governos eleitos entre 1945 e 1962. Exceção coube ao governo Goulart, que em decorrência das pressões populares e do seu abandono por parte das classes dominantes, converteu-se num governo de caráter liberal democrático.

A oscilação e alternância da forma de dominação social nos termos colocados no período encontrava-se determinada pelo baixo potencial de ampliação do Estado, ou seja, de edificar uma ampla e consistente sociedade civil em torno da sociedade política (Estado em sentido restrito). A “via colonial”, neocolonial e industrial-dependente do desenvolvimento capitalista brasileiro, agregado a tendência de absolutização da propriedade da terra, a conservação das formas não-capitalistas de produção, a extrema exploração das massas assalariadas e a exclusão/marginalização social, impunha a necessidade de um Estado revestido de instrumentos excepcionais (institucionais, militares, políticos e ideológicos) voltados para a manutenção de uma atmosfera de ordem e de segurança, sem o que o desenvolvimento econômico social dependente e sobre bases econômicas medíocres não seria possível. Portanto, o Estado em sentido restrito (direito e burocratismo), que em qualquer formação social cumpria o papel de fundador das condições ideológicas e institucionais para a reprodução expansiva das

relações capitalistas de produção, no Brasil assumiu um papel vital. À criação das condições ideológicas e institucionais para a reprodução expansiva das relações capitalistas de produção, mantenedoras de uma atmosfera de segurança e de ordem, o Estado absorveu, ainda, o papel de pressuposto da reprodução do capital.

No período compreendido entre 1930 e 1976 a revolução burguesa não se concluiu. A expropriação/proletarização camponesa não foi levada até o fim, não se edificou um pacto interburguês estável e a classe operária somente se apresentou desmobilizada quando afogada em intensa repressão. Em consequência, não ocorreu a constituição de canais efetivos de interlocução do Estado com as demandas populares nos limites da ordem burguesa, obrigando o “fazer político” dominante conviver com métodos de ação política contraditórios com o direito e burocratismo burgueses.

No entanto, esta debilidade estrutural não impediu que esta revolução burguesa inacabada adquirisse uma dinâmica própria, capaz de movê-la por si mesma e de fazê-la capaz de superar os obstáculos que se impuseram a ela. Enquanto padrão de formatação da sociedade pelo capital, ela conseguiu elaborar formas de “amortecimento” e “superação passiva” das contradições que reproduzem e reforçam a sua própria lógica. Métodos de superação das contradições que também são “orgânicos”, visto que requeriram iniciativas nos planos econômico, político e ideológico que capturassem o próprio “modo de ser” do agente antagônico, relendo a sua identidade social pela lógica do capital e esvaziando sua radicalidade no seu próprio fazer-se.

A captura da terra pelo capital expressa esta lógica. Enquanto tarefa específica dentro do processo histórico da revolução burguesa reproduziu seus métodos passivos; superando passivamente a contradição entre a terra e o capital e permeando todas as dimensões do mundo rural pelo horizonte histórico burguês. Enquanto tarefa estratégica desta mesma revolução, a captura da terra pelo capital foi determinante na configuração padrão de acumulação

e da dinâmica do pacto inter-burguês e da questão operária; articulando-se dialeticamente com as mesmas. Pois a solução da questão agrária foi, e é, condição para a realização das tarefas relativas ao pacto inter-burguês e à questão operária na perspectiva passivadora, excludente e concentradora de riqueza e poder que marca a revolução burguesa no Brasil.

ANEXOS

TABELAS

TABELA I
DISTRIBUIÇÃO SETORIAL DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL: 1919, 1939, 1950, 1960

	1919	1939	1950	1960
minerais não-metálicos	5,7	5,2	7,2	6,7
metalurgia	4,4	7,6	9,4	11,5
mecânica	0,1	3,8	2,1	3,5
material elétrico e de comunicações	-	1,2	1,6	3,9
material de transportes	2,1	0,6	2,2	7,5
madeira	4,8	3,2	4,2	3,2
móveis	2,1	2,1	2,2	2,2
papel	1,3	1,5	2,2	3,0
borracha	0,1	0,7	1,9	2,3
couros e Peles	1,9	1,7	1,3	1,1
química	1,7		5,3	8,7
prod. Farmacêuticos	1,2	9,8	2,8	2,5
perfumes, sabão, velas	0,7		1,6	1,4
plástico	-	-	0,3	0,8
têxteis	29,6	22,2	19,6	12,0
confecções e sapatos	8,7	4,9	4,2	3,6
produtos alimentares	20,6	24,2	20,5	16,9
bebidas	5,6	4,4	4,4	2,9
fumo	-	-	1,4	1,3
editorial e gráfica	0,4	3,6	4,0	3,0
diversos	3,5	1,0	1,6	1,6
indústria de transformação	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: DOWBOR, Ladislau. Formação do Capitalismo Dependente no Brasil (Tabela organizada a partir dos Censos industriais - 1919 e 1939, in: Villela e Suzigan, p. 435; 1950 e 1960, in: Werner Baer e I. Kerstenetzky - "Import substitution and industrialization in Brazil", American Economic Review, May, 1964, p. 418). São Paulo: Brasiliense, 1982.

TABELA II
ÍNDICE DO SALÁRIO-MÍNIMO REAL

ANO	SALÁRIO-MÍNIMO
1954	98,98
1955	111,04
1956	117,46
1957	122,65
1958	106,70
1959	119,45
1960	100,30
1961	111,52
1962	101,82
1963	89,62
1964	92,49
1965	88,82
1966	76,03
1967	72,05
1968	70,39
1969	67,74
1970	68,93
1971	65,70
1972	64,79
1973	59,37
1974	54,48
1975	56,93
1976	56,54

Fonte: DIEESE, Boletim Informativo, 1988.

TABELA III
BRASIL: CLASSIFICAÇÃO DAS 10 MAIORES EMPRESAS POR SETORES, CAPITAL MAIS
RESERVAS: 1967-1972

	1967				1972			
	Estatal	Nacional	Estrangeira	N/clas s.	Estatal	Nacional	Estrangeira	N/cla ss.
Bens de capital	-	3	7	-	-	4	6	-
Bens de cons. duráveis.	-	4	6	-	-	2	8	-
Bens de cons. não-duráveis	-	5	5	-	1	5	4	-
Bens intermediários	6	1	3	-	7	1	2	-
Serviços públicos	9	-	1	-	9	-	1	-
Construção civil	-	7	1	2	2	8	-	-
Comércio	-	8	2	-	-	8	1	1
Comunicações	-	10	-	-	-	10	-	-

Fonte AFONSO, Carlos, SOUZA, Herbert. O Estado e o Desenvolvimento Capitalista no Brasil (Tabela organizada a partir dos dados contidos em "Quem é Quem na Economia Brasileira", editora Visão S.A., Volume 33, nº 5 e 8 de março de 1968 e nº6 de agosto de 1973). Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1977.

TABELA IV
DÍVIDA EXTERNA A MÉDIO E LONGO PRAZO
1964/1982 - US\$ MILHÕES

Ano	Div. bruta em 31/12	Div./PIB	Aux. Desenv. e emprest Compens.		Financiamento, importações.		Dívida em moeda	
			(%)	valor	(%)	valor	(%)	valor
1964	2.942	-	-	-	-	-	-	-
1965	2.930	-	-	-	-	-	-	-
1966	2.956	-	-	-	-	-	-	-
1967	3.372	11,8	1.219	36	1.386	41	670	20
1968	3.916	11,4	1.116	28	1.653	42	1.104	28
1969	4.403	11,4	879	20	1.920	44	1.605	36
1970	5.295	11,9	935	18	1.709	32	2.285	43
1971	6.622	12,7	923	14	2.201	33	3.193	48
1972	9.521	15,7	758	8	2.784	29	5.528	58
1973	12.571	17,3	959	8	3.487	28	7.848	62
1974	17.165	17,9	951	6	4.741	28	11.211	65
1975	21.171	17,0	898	4	5.464	26	14.561	69
1976	25.985	18,2	980	4	6.577	25	18.194	70
1977	32.037	19,3	1.867	6	8.422	26	21.528	67
1978	43.511	22,8	2.895	7	10.830	25	29.500	68
1979	49.904	22,6	3.516	7	11.572	23	34.625	69
1980	53.847	22,6	3.747	7	12.108	22	37.819	70
1981	61.411	24,7	3.386	6	12.880	21	44.984	73
1982	70.197	28,0	3.624	5	13.520	19	52.832	75

Fonte: Tabela formada com base em dados recolhidos, in: AFONSO, Carlos, SOUZA, Herbert. O Estado e o Desenvolvimento capitalista no Brasil, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977; e GOLDEINSTEIN, Sérgio. A Dívida Externa Brasileira - 1964-1982: evolução e crise. Rio de Janeiro : Guanabara, 1986.

TABELA V
EVOLUÇÃO DO SERVIÇO DA DÍVIDA 1967/1982 - US\$ MILHÕES

Ano	Juros	Amort.	Serv. div.	Serv./PIB %	Serv./EX P %	Serv./Nec fin. BP %
1967	196	496	692	2	42	85
1968	144	484	628	2	33	86
1969	182	493	695	2	30	95
1970	234	673	907	2	33	73
1971	302	850	1.152	2	40	53
1972	359	1.202	1.561	3	39	58
1973	514	1.672	2.186	3	35	70
1974	652	1.920	2.722	3	34	30
1975	1.498	2.172	3.670	3	42	41
1976	1.809	2.987	4.796	3	47	53
1977	2.103	4.060	6.163	4	51	76
1978	2.696	5.223	7.919	4	63	65
1979	4.186	6.385	10.571	5	69	79
1980	6.311	5.010	11.321	5	56	72
1981	9.161	6.241	15.402	6	66	86
1982	11.353	6.952	18.305	7	91	80

Fonte: GOLDENSTEIN, Sérgio. A Dívida Externa Brasileira - 1964-1982: evolução e crise (Tabela formada com base em dados obtidos junto ao BACEN). Rio de Janeiro : Guanabara, 1986.

TABELA VI
POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA
(1940 - 1985)

Ano	PEA total	PEA agrícola	% da PEA agrícola sobre PEA total	% de crescimento PEA agrícola	% de crescimento PEA total
1940	14.759	9.723	65,9%	-	-
1950	17.117	10.253	60%	0,53%	1,50%
1960	22.750	12.277	54%	1,82%	2,89%
1970	29.557	13.088	44,2%	0,64%	2,65%
1980	43.797	13.109	29,9%	0,02%	4,01%
1985	53.234	15.190	28,5%	2,99%	3,98%

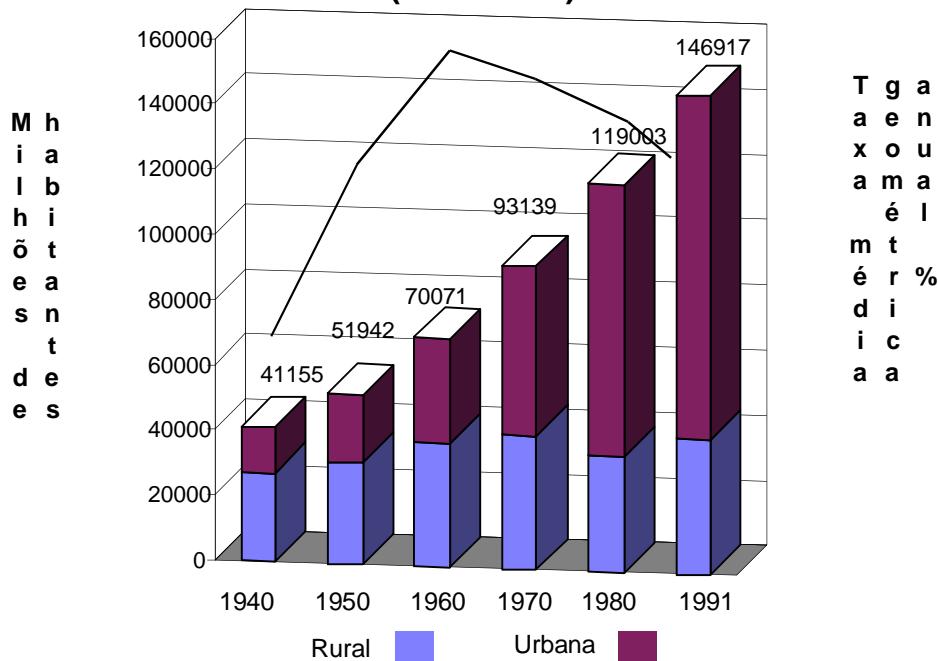
Fonte: MARCONDES, Renato Leite. "Agricultura e Desenvolvimento no Brasil: Trinta Anos Depois" (Tabela organizada com base em dados imitidos pelo IBGE em 1990). Revista Economia e Empresa, Volume 2, nº 2. São Paulo, abril/maio de 1995.

TABELA VII
TAXA DE CRESCIMENTO DA PRODUÇÃO E DE COMPOSIÇÃO PELAS FONTES DE RENDIMENTO
E
ÁREA CULTIVADA (1940 - 1980)

Período	Produção	Área	Rendimento
1940-1950	3,11%	2,58%	0,53%
1950-1960	5,74%	4,16%	1,56%
1960-1970	5,35%	3,46%	1,89%
1970-1980	8,31%	3,71%	4,93%

Fonte: MARCONDES, Renato Leite. "Agricultura e Desenvolvimento no Brasil: Trinta Anos Depois" (Tabela organizada com base em dados sistematizados por ALVES, E., CONTINI, E. "A Modernização da Agricultura Brasileira", in: BRANDÃO, A.S. (editor). Principais Problemas da Agricultura Brasileira. Rio de Janeiro : IPEA/INPES. 49-98). Revista Economia e Empresa, volume 2, nº 2. São Paulo, abril/junho de 1965. P. 61.

TABELA VIII
POPULAÇÃO URBANA E RURAL
(1940-1991)



Fonte: IBGE. Classificação da Vegetação Brasileira, adaptada a uma sistema universal. Rio de Janeiro, 1991.

TABELA IX
TAXAS MÉDIAS ANUAIS DE CRESCIMENTO DOS PREÇOS DE ATACADO DAS CLASSES DE BENS
(1948 - 1980)

Período	Geral	Matérias-primas	Alimentos
1948-1950	3,4	16,9	0,96
1950-1954	18,6	19,1	19,8
1954-1958	17,6	12,1	16,3
1958-1962	41,2	41,0	44,2
1962-1966	63,0	63,1	62,8
1966-1970	21,9	20,5	22,0
1970-1975	22,2	24,0	22,1
1975-1980	54,9	60,1	48,9
1980-1985	159,6	168,3	145,8

Fonte: MARCONDES, Renato Leite. "Agricultura e Desenvolvimento no Brasil: Trinta Anos Depois" (Tabela organizada com base em dados emitidos pela Fundação Getúlio Vargas). Revista Economia e Empresa, volume 2, nº 2. São Paulo, abril/junho, de 1995.

TABELA X
TAXAS MÉDIAS ANUAIS DE CRESCIMENTO REAL DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E PIB
(1930 - 1985)

Período	Agricultura	Indústria	PIB
1930-1939	2,2	5,6	3,5
1940-1946	4,8	6,9	5,6
1947-1950	4,3	11,0	6,8
1951-1954	4,5	7,2	6,8
1955-1958	4,2	9,9	6,5
1959-1962	5,8	10,0	7,7
1963-1966	3,2	3,1	3,1
1967-1970	4,7	10,1	8,2
1971-1975	6,4	12,7	9,7
1975-1980	4,8	6,9	6,4
1981-1985	1,7	2,8	2,5

Fonte: MARCONDES, Renato Leite. "Agricultura e Desenvolvimento no Brasil : Trinta Anos Depois" (Tabela organizada com base em dados emitidos pelo IBGE). Revista Economia e Empresa, volume 2, nº 2. São Paulo, abril/junho de 1995.

TABELA XI
PRINCIPAIS INDICADORES DA ECONOMIA POLÍTICA (1950 - 1985)

Ano	Inflação (IPA) Média	PIB Crescimen- to	Capacidade Ociosa	Conta Corrente Déficit (-) ou Superávit (+) (US\$MM)	Base Monetária %
1950	2,5	6,5	0,0	140	24,5
1951	21,1	6,0	2,4	-403	14,1
1952	12,6	8,7	5,9	-624	17,6
1953	15,7	2,5	6,2	55	16,7
1954	24,5	10,1	6,4	-195	24,5
1955	19,7	6,9	4,9	2	15,8
1956	21,6	3,2	6,8	57	19,3
1957	14,9	8,1	9,5	-264	35,1
1958	14,2	7,7	3,6	-248	18,0
1959	42,8	5,6	1,0	-311	38,7
1960	31,3	9,7	4,2	-478	40,2
1961	40,5	10,3	0,0	-222	60,4
1962	50,2	5,3	0,0	-389	64,4
1963	76,0	1,5	8,1	-114	70,1
1964	81,3	2,9	11,3	140	78,5
1965	53,6	2,7	14,9	368	72,7
1966	41,1	3,8	14,2	54	23,1
1967	26,7	4,8	18,9	-237	30,8
1968	22,7	11,2	15,7	-508	42,0
1969	19,1	10,0	13,2	-281	28,7
1970	19,3	8,8	12,2	-562	16,9
1971	21,5	12,0	9,8	-1.307	36,3
1972	17,7	11,1	6,5	-1.489	18,5
1973	15,4	13,6	0,3	-1.688	47,1
1974	29,1	9,7	0,1	-7.122	32,9
1975	27,8	5,4	3,0	-6.711	36,4
1976	40,4	9,7	0,0	-6.013	49,8
1977	40,6	5,7	3,2	-4.037	50,7
1978	38,9	5,0	3,3	-6.990	44,9
1979	55,4	6,4	4,1	-10.742	84,4
1980	109,2	7,2	3,5	-12.886	56,9
1981	113,0	-1,6	12,3	11.734	69,9
1982	94,0	0,9	15,2	-16.310	86,8
1983	164,9	-3,2	24,0	-6.837	96,8
1984	232,9	4,5	22,6	45	243,8
1985	223,4	8,3	19,8	-630	256,0

FONTE: IBGE e FGV.

TABELA XII
EVOLUÇÃO DAS IMPORTAÇÕES, 1973 - 1978

Ano	Import. US\$ milhões	Mil ton.	Preço ton. import. US\$	Preço ton. petróleo US\$	Import. mat. prima US\$ milhões	Import. petróleo US\$ milhões
1973	6.192	49.769	124,4	20,1	3.271	711
1974	12.641	54.898	230,2	81,2	8.429	2.840
1975	12.210	53.056	230,1	80,0	7.225	2.875
1976	12.347	61.652	200,8	85,2	7.669	3.612
1977	12.023	62.062	193,7	91,1	7.723	3.814
1978	13.639	69.790	196,1	91,9	8.728	4.196

Inclusive petróleo.

Fonte: GOLDENSTEIN, Sérgio. A Dívida Externa Brasileira - 1964-1982: evolução e crise (Tabela organizada com base em dados emitidos pelo BACEN). Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

TABELA XIII
CUSTO MÉDIO DO ENDIVIDAMENTO EXTERNO, 1978 - 1982
US\$ MILHÕES

Ano	Dív. Externa média no ano (1)	Juros (2)	Custo médio ao ano (2/1)
1978	37.774	2.696	7,2
1979	46.707	4.186	9,4
1980	51.875	6.311	12,2
1981	57.629	9.161	15,9
1982	65.804	11.353	17,3

FONTE: GOLDENSTEIN, Sérgio. A Dívida Externa Brasileira - 1964-1982: evolução e crise (Tabela organizada com base em dados emitidos pelo BACEN). Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

TABELA XIV
EVOLUÇÃO DA UTILIZAÇÃO DE TRATORES NO BRASIL.
1950/80

Anos	Tratores (nº)	ha lavouras / trator	Estabelecimentos/trator
1950	8.372	2.281	247
1960	61.338	468	54
1970	165.870	205	30
1975	323.113	124	15
1980	527.906	87*	10

Fonte: Agroanalysis / FGV, Ano 3, nº 66, 1979 e Censos Agropecuários / IBGE.

TABELA XV
EVOLUÇÃO DA UTILIZAÇÃO DE FERTILIZANTES QUÍMICOS
E DE AGROTÓXICOS NO BRASIL - 1950/78.

Anos	Fertilizante		Agrotóxico	
	1.000t	Índice	1.000t	Índice
1950	89	100	-	-
1960	305	343	-	-
1970	286	321	22,4	100
1975	1.978	2.222	78,5	350
1978	3.100	3.483	75,2	336

Fonte: Agroanalysis / FGV, Ano 4, nº 1 e ano 4, nº 10, 1980.

TABELA XVI
DISTRIBUIÇÃO DE POSSE DA TERRA NO BRASIL DE ACORDO COM OS CENSO
AGROPECUÁRIOS
1920/75

Estratos (%) dos estabelecimentos	% da área correspondente					
	1920	1940	1950	1960	1970	1975
50-	3,8	3,6	3,2	3,1	2,9	2,5
40	19,7	19,7	18,5	18,9	19,4	18,5
10+	76,5	76,5	78,3	78,0	77,7	79,0
1+	41,9	43,0	44,6	44,5	43,1	44,9
GINI	-	0,832	0,843	0,842	0,844	0,855

Fonte: MARTINS, J.S. Os Camponeses e a Política no Brasil. Petrópolis : Vozes, 1981, p. 97.

TABELA XVII
DISTRIBUIÇÃO DE POSSE DA TERRA NO BRASIL SEGUNDO GRUPOS DE ÁREA
1975

Grupos de Área (ha)	Estabelecimentos		Área Ocupada	
	nº.	%	nº.	%
menos de 10	2.616.575	52,3	9.000.617	2,8
10 - 100	1.897.511	37,9	60.105.695	18,6
100 - 1.000	445.970	8,9	115.907.267	35,9
1.000 - 10.000	40.078	0,8	91.261.089	28,3
mais de 10.000	1.824	0,04	46.346.330	14,4
Total	5.007.169	100,0	322.621.000	100,0

Fonte: FIBGE (Censo Agropecuário de 1975).

TABELA XVIII
DISTRIBUIÇÃO DAS ÁREAS DOS IMÓVEIS RURAIS QUANTO AO USO: BRASIL, 1972

Extrato de área total (ha) e categorias	% em relação à área total		% em relação à área explorada					
	explora- da ^{a/}	inexplora- da ^{b/}	hortigra- n-geiros	cultura perma- nente	cultura tempo- rária	total com cultura	total com pecuá- ria	total com extração vegetal e/ou florestal
0,5 a - de 2	78,1	21,9	2,3	17,2	49,3	68,9	27,5	3,6
2 a - de 5	78,2	21,8	1,4	14,3	47,4	63,0	33,2	3,7
5 a - de 10	76,7	23,3	0,9	12,4	44,3	57,6	38,4	4,0
10 a - de 25	73,3	26,7	0,6	11,2	41,4	53,2	42,2	4,6
25 a - de 50	70,3	29,7	0,4	9,3	31,0	40,7	54,2	5,1
50 a - de 100	69,1	30,9	0,3	7,7	20,8	28,7	66,0	5,2
100 a - de 200	68,4	31,6	0,2	6,2	15,1	21,5	73,0	5,6
200 a - de 500	67,7	32,4	0,1	4,6	11,4	16,1	77,5	6,3
500 a - de 1.000	66,6	33,4	0,1	3,2	9,0	12,3	79,5	8,2
1.000 a - de 2.000	62,4	37,6	0,1	2,4	7,2	9,7	80,9	9,4
2.000 a - de 5.000	52,4	47,6	0,1	1,7	4,9	6,6	78,4	15,0
5.000 a - de 10.000	45,2	54,8	0,1	1,2	3,9	5,1	78,9	16,0
acima de 10.000	41,0	59,0	-	1,1	2,0	3,1	68,5	28,4
Grupo de Estabelecimento 0,5 a - de 10 (média)	77,6	22,3	1,5	14,6	47,0	63,1	33,0	3,7
Grupo de Estabelecimento 10 a - de 100 (média)	70,9	29,1	0,4	9,4	31,0	40,8	54,1	4,9
Grupo de Estabelecimento 100 a - de 1.000 (média)	67,5	32,4	0,1	4,6	11,8	16,6	76,6	6,7
Grupo de Estabelecimento acima de 10.000 (média)	52,2	49,7	0,1	1,6	4,5	6,1	76,6	17,2
Minifúndio	64,6	35,4	0,2	7,5	29,6	37,3	56,8	6,0
Empresa Rural	85,1	14,9	0,2	5,4	16,7	22,4	71,5	6,1
Lat. Exploração	55,1	44,9	0,2	3,5	8,8	12,5	75,6	12,0
Lat. Dimensão	40,9	59,1	0,1	3,3	4,0	7,4	55,0	37,6
Media Total	58,5	41,5	0,2	4,3	12,6	17,1	71,7	11,2

a/ - Inclui áreas com culturas (hortigranjeiras, permanentes e temporárias), pastagens e extração vegetal e/ou florestal.

b/ - Inclui áreas aproveitáveis mas não exploradas, áreas inaproveitáveis e áreas florestais de reserva legal.

Fonte: Estatísticas Cadastrais/1, INCRA (1974).

TABELA XIX

(CONTINUAÇÃO DA TABELA XIX)

Estratos de área total (ha) e valor da produção (CR\$)	Algodão		Trigo		Feijão	
	imóveis produtores	quant. colhida	imóveis produtores	quant. colhida	imóveis produtores	quant. colhida
(ha)						
05 a - de 2	1,9	0,4	0,5	0,1	2,7	1,6
2 a - de 5	9,6	2,2	3,9	0,7	11,5	7,3
5 a - de 10	21,8	5,9	14,0	3,2	24,0	16,5
10 a - de 25	47,9	19,5	59,2	19,4	52,2	40,7
25 a - de 50	66,8	32,5	86,0	35,9	71,0	58,2
50 a - de 100	81,3	45,9	94,5	48,8	83,8	71,6
100 a - de 200	90,8	58,9	97,3	60,6	91,8	81,6
200 a - de 500	96,9	76,1	99,0	77,4	97,1	90,4
500 a - de 1.000	98,8	86,3	99,6	87,9	98,8	94,4
1.000 a - de 2.000	99,6	93,4	99,9	95,2	99,5	96,8
2.000 a - de 5.000	99,9	97,8	100,0	98,9	99,9	98,7
5.000 a - de 10.000	100,0	99,3	100,0	99,9	100,0	99,3
acima de 10.000	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Grupo de Estabelecimento 0,5 a - de 10 (média)	-	5,9	-	3,2	-	16,5
Grupo de Estabelecimento 10 a - de 100 (média)	-	40,0	-	45,6	-	55,1
Grupo de Estabelecimento 100 a - de 1.000 (média)	-	40,4	-	39,1	-	22,8
Grupo de Estabelecimento acima de 10.000 (média)	-	13,7	-	12,1	-	5,6
Média Geral do G.E.* 0,5 a - de 10	6,6					
Média Geral do G.E. 10 a - de 100	42,4					
Média Geral do G.E. 100 a - de 1.000	34,6					
Média Geral do G.E. acima de 1.000	16,3					
CR\$ - de 3.000	60,9	14,8	28,1	5,3	58,1	40,7
3.000 a - de 6.000	77,5	23,4	59,4	13,8	78,7	60,8
6.000 a - de 12.000	87,8	33,5	83,3	25,2	90,7	76,3
12.000 a - de 24.000	93,8	45,2	93,0	36,6	96,0	85,9
24.000 a - de 50.000	97,1	57,2	96,7	48,8	98,3	91,5
50.000 a - de 100.000	98,6	67,6	98,3	61,2	99,3	95,0
acima de 100.000	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

* - G.E. - Grupo de Estrato.

Fonte: Estatísticas Cadastrais/2, INCRA (1976).

TABELA XX
RENDA BRUTA E VALOR DOS INVESTIMENTOS PRODUTIVOS^{a/} : BRASIL, 1972

Estratos de área total (ha) e categorias	(CR\$ por ha explorado)		decomposição dos investimentos produtivos (%)							moradia e instalações casa de rec./bens incorpora- dos (%)
	renda bruta	inves- timen- tos	benfei- -torias	equipa- men- tos	cultu- ras perma- nentes	árvo- res de flores- -tas plan- ta- das	pasta- gens cultivadas ou melho- radas	ani- mais		
0,5 a - de 2	1.109,2	1.606,4	42,1	16,0	17,2	1,5	3,1	20,2	43,4	
2 a - de 5	639,2	1.435,2	55,5	10,4	14,1	1,2	3,1	15,7	23,0	
5 a - de 10	462,1	730,5	27,2	14,8	23,0	2,0	6,4	26,5	24,8	
10 a - de 25	376,1	729,5	30,7	14,5	21,9	1,7	7,0	24,3	17,7	
25 a - de 50	259,7	552,7	22,6	15,2	20,2	2,0	10,1	29,8	15,0	
50 a - de 100	185,2	477,0	22,5	12,2	17,5	2,1	12,7	33,0	11,2	
100 a - de 200	150,9	432,8	21,6	10,5	14,9	2,3	15,0	35,6	9,0	
200 a - de 500	133,5	415,2	23,0	9,2	12,3	3,4	16,3	35,8	7,0	
500 a - de 1.000	116,1	390,0	22,2	8,5	8,9	4,3	19,0	37,1	5,7	
1.000 a - de 2.000	103,7	372,0	20,9	12,0	6,6	4,1	19,5	36,9	4,8	
2.000 a - de 5.000	83,4	305,5	22,9	12,0	3,9	6,3	20,0	35,0	3,6	
5.000 a - de 10.000	61,3	202,0	20,7	10,2	3,5	6,3	21,9	37,4	3,0	
acima de 10.000	32,8	137,0	17,1	8,8	1,8	13,4	21,2	37,6	2,2	
Grupo de estabelecimento 0,0 a - de 10 (média)	736,8	1.257,3	41,6	13,7	18,1	1,5	4,2	20,8	30,4	
Grupo de estabelecimento 10 a - de 100 (média)	273,3	586,4	25,2	13,9	19,8	1,9	9,9	29,0	14,6	
Grupo de estabelecimento 100 a - de 1.000 (média)	133,5	412,6	22,2	9,4	12,0	3,3	16,7	36,0	7,2	
Grupo de estabelecimento acima de 1.000 (média)	70,3	254,1	20,4	10,7	3,9	7,5	20,6	36,7	3,4	
Minifúndio	240,4	516,7	27,7	13,1	14,7	1,8	9,4	33,8	18,6	
Empresa Rural	361,4	885,3	22,0	12,1	15,7	2,3	14,2	33,7	6,2	
Lat. Exploração	73,0	267,6	23,1	9,9	9,4	5,4	18,2	34,0	8,1	
Lat. Dimensão	47,2	108,7	21,3	19,1	2,2	20,1	15,4	22,0	1,3	
Total	143,8	384,2	23,5	11,3	12,4	3,8	15,2	33,8	9,6	

a/: Valor de bens incorporados do imóvel, exceto a casa de moradia e demais instalações recreativas para uso exclusivo do proprietário.

Fonte: Estatísticas Cadastrais/1, INCRA (1974).

TABELA XXI
PARTICIPAÇÃO DOS IMÓVEIS RURAIS NO MERCADO: BRASIL, 1972.

(PORCENTAGENS ACUMULADAS)

Estratos de área total (ha) e categorias	número de imóveis	produção vendida	valor das benfeitorias a/ e equipamentos	valor dos meios de produção de origem agrícola b/.
0,0 a - de 2	5,4	0,5	0,5	0,2
2 a - de 5	17,2	2,7	3,9	1,1
5 a - de 10	31,1	3,7	3,7	3,2
10 a - de 25	28,9	21,7	19,6	11,6
25 a - de 50	75,4	34,1	29,4	20,3
50 a - de 100	85,8	45,0	39,1	30,1
100 a - de 200	92,3	56,0	49,0	41,3
200 a - de 500	96,9	71,1	63,9	58,2
500 a - de 1.000	98,5	80,9	74,1	70,5
1.000 a - de 2.000	99,1	88,7	83,7	81,1
2.000 a - de 5.000	99,5	95,2	93,3	90,7
5.000 a - de 10.000	99,9	97,7	96,5	94,5
acima de 10.000	100,0	100,0	100,0	100,0
Grupo de estabelecimento 0,0 a - de 10 (média)	31,1	6,7	6,7	3,2
Grupo de estabelecimento 10 a - de 100 (média)	54,7	38,3	32,4	26,9
Grupo de estabelecimento 100 a - de 1.000 (média)	12,7	35,9	35,0	40,4
Grupo de estabelecimento acima de 1.000 (média)	1,5	19,1	25,9	29,5
Minifúndio	71,9	22,2	21,8	16,8
Empresa Rural	76,7	65,9	53,7	49,8
Lat. Exploração	99,9	99,4	98,9	99,1
Lat. Dimensão	100,0	100,0	100,0	100,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

a/: Exceto a casa e instalação recreativa para uso exclusivo do proprietário.

b/: Valor das culturas permanentes, árvores de florestas plantadas, pastagens cultivadas ou melhoradas e animais.

Fonte: Estatísticas Cadastrais/INCRA (1974).

TABELA XXII
IMÓVEIS RURAIS COM EXPLORAÇÃO PECUÁRIA: BRASIL, 1972 (PORCENTAGENS ACUMULADAS).

Estratos de área (ha) e valor da produção (CR\$)	área total	área de pastagens	valor do rebanho	nº. de bovinos e búfalos	nº. de equinos, asininos e muares	nº. de pequenos animais /a
0,0 a - de 2	0,1	-	0,2	0,1	0,7	1,0
2 a - de 5	0,4	0,2	1,0	0,9	3,6	5,1
5 a - de 10	1,3	0,7	2,9	2,6	9,8	10,8
10 a - de 25	5,5	3,4	10,1	9,2	26,9	29,9
25 a - de 50	10,8	7,9	18,2	17,0	40,4	44,7
50 a - de 100	17,5	14,9	27,8	26,7	53,7	55,6
100 a - de 200	25,6	24,6	39,3	38,5	67,6	65,4
200 a - de 500	38,6	41,0	56,7	56,1	79,7	77,8
500 a - de 1.000	48,6	54,1	69,3	68,6	87,0	85,8
1.000 a - de 2.000	58,5	66,4	80,7	79,1	92,2	92,1
2.000 a - de 5.000	72,0	80,0	90,8	89,2	96,5	98,0
5.000 a - de 10.000	80,9	87,7	94,8	93,5	98,2	99,5
acima de 10.000	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Grupo de estabelecimento 0,0 a - de 10 (média)	1,3	0,7	2,9	2,6	9,8	10,8
Grupo de estabelecimento 10 a - de 100 (média)	16,2	14,2	24,9	24,1	43,9	44,8
Grupo de estabelecimento 100 a - de 1.000 (média)	32,4	39,9	44,9	44,5	33,3	30,2
Grupo de estabelecimento acima de 1.000 (média)	51,4	55,9	30,7	31,4	13,0	14,2
(CR\$)						
- de 3.000	41,2	16,4	12,3	13,8	33,2	20,9
3.000 a - de 6.000	52,5	29,5	23,4	25,6	50,2	37,9
6.000 a - de 12.000	63,0	43,0	36,2	38,6	66,0	54,2
12.000 a - de 24.000	72,2	56,6	48,7	51,3	76,1	65,1
24.000 a - de 50.000	80,4	68,8	60,6	63,4	84,5	73,7
50.000 a - de 100.000	86,4	78,7	71,2	73,5	89,4	80,7
acima de 100.000	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

a/: Suínos, ovinos e caprinos.

Fonte: Estatísticas Cadastrais/2, INCRA (1976).

TABELA XXIII
COMPOSIÇÃO DA MÃO-DE-OBRA TOTAL OCUPADA: BRASIL, 1972. (PORCENTAGENS).

Estratos de área total (ha) e de valor da produção (CR\$)	família a/		assalariados temporários		assalariados permanentes		parceiros		arrendatários	
	máx.	mín.	máx.	P-m-o *	máx.	mín.	máx.	mín.	máx.	mín.
(ha)										
0,0 a - de 2	95,8	70,9	26,0	35,1	1,1	0,8	1,8	1,3	1,3	1,0
2 a - de 5	92,9	63,7	31,4	45,9	1,6	1,1	3,8	2,6	1,7	1,2
5 a - de 10	89,6	59,6	33,5	50,4	1,9	1,3	6,5	4,3	2,0	1,4
10 a - de 25	83,2	54,1	35,0	53,8	2,6	1,7	11,9	7,8	2,3	1,5
25 a - de 50	75,0	43,3	42,3	73,2	4,5	2,6	17,1	9,9	3,4	2,0
50 a - de 100	62,4	30,8	50,7	102,9	8,6	4,3	23,8	11,7	5,1	2,5
100 a - de 200	48,8	21,6	55,7	125,8	14,9	6,6	30,1	13,3	6,2	2,8
200 a - de 500	33,8	14,9	55,8	126,2	24,7	10,9	34,3	15,1	7,2	3,2
500 a - de 1.000	21,4	9,4	56,0	127,2	33,1	14,6	37,2	16,4	8,3	3,7
1.000 a -de 2.000	15,8	7,7	51,5	106,3	34,4	16,7	41,5	20,1	8,3	4,0
2.000 a -de 5.000	13,5	6,4	52,2	109,3	36,4	17,4	39,4	18,8	10,7	5,1
5.000 a -de 10000	9,5	4,6	52,0	108,5	36,4	17,5	43,2	20,7	10,9	5,2
acima de 10000	9,2	3,8	58,7	142,1	54,3	22,4	30,7	12,7	5,9	2,4
G.E. 0,0 a - de 10 (média)	92,7	64,0	30,3	43,8	1,5	1,0	4,0	2,7	1,6	1,2
G.E. 10 a - de 100 (média)	73,5	42,7	42,7	76,6	5,2	2,8	17,6	9,8	3,6	2,0
G.E. 100 a - de 1.000 (média)	34,6	15,3	55,8	126,4	24,2	10,7	33,8	14,9	7,2	3,2
G.E. acima de 1.000 (média)	12,0	5,6	53,6	116,5	40,3	16,5	38,7	18,0	8,9	4,1
(CR\$)										
- de 3.000	87,8	51,7	41,1	69,9	2,1	1,3	7,4	4,4	2,6	1,5
3.000 a - de 6.000	79,8	48,0	39,9	66,3	3,3	2,0	14,3	8,6	2,7	1,6
6.000 a -de 12000	68,7	39,7	41,7	71,6	5,6	3,2	22,7	13,2	3,7	2,1
12000 a-de 24000	47,8	24,8	48,1	92,6	10,9	5,6	35,8	18,6	5,5	2,8
24000 a-de 50000	28,4	13,8	51,5	106,2	19,1	9,3	45,5	22,1	7,0	3,4
50000a-de100000	17,4	8,3	52,4	110,3	30,5	14,5	44,8	21,3	7,3	3,4
acima de 100.000	7,6	3,5	53,8	116,5	53,8	24,9	30,0	13,9	8,6	4,0

* P-m-o - Proporção em relação à mão-de-obra permanente.

a/: Inclui os dependentes que trabalham

Fonte: Estatísticas Cadastrais/2, INCRA (1976).

TABELA XXIV
DISTRIBUIÇÃO DOS IMÓVEIS RURAIS A/ POR ESTRATOS DE ÁREA TOTAL E POR
CATEGORIA: BRASIL, 1972.

Estratos de área total (ha) e categorias b/	número de imóveis %			área total (%)			área média (ha)		
	1967	1972	variação	1967	1972	variação	1967	1972	variação (%)
0,5 a 10	36,4	31,1	-20,5	1,7	1,4	-17,2	4,6	4,8	+4,4
10 a 25	26,7	27,8	-3,0	4,6	4,2	-7,4	17,3	16,5	-4,6
25 a 50	15,0	16,5	+2,2	5,5	5,3	-2,3	36,5	34,9	-4,3
50 a 100	9,4	10,4	+3,7	6,9	6,6	-0,9	72,8	69,6	-4,4
100 a 1.000	11,3	12,7	+5,2	32,4	31,2	-1,0	284,3	267,7	-5,8
1.000 a 10.000	1,3	1,4	+4,3	31,1	32,4	+0,5	2.585,6	2.493,0	-3,5
10.000 a 100.000	0,1	0,1	+23,7	12,3	14,6	+2,2	22.894,6	22.577,9	-1,3
acima de 100.000	-	-	+33,9	3,5	4,5	+31,5	202.102,7	198.468,2	-1,8
Minifúndio	75,8	72,0	-11,6	12,7	12,5	+1,7	16,5	19,0	+15,2
Empresa Rural	2,4	4,8	+88,8	4,6	9,8	+118,6	190,9	221,0	+15,8
Lat. Exploração	21,8	23,3	-0,7	76,5	73,0	-1,8	347,0	343,1	-1,1
Lat. Dimensão	-	-	-37,2	6,4	4,9	-21,4	79.885,2	102.739,3	+28,6
Total	100,0	100,0	-6,9	100,0	100,0	+2,9	99,0	109,4	+10,5

a/: Excluídos os imóveis com inconsistência na declaração da área total. O traço indica valor inferior a 0,1%.

b/: Os estratos de 1967 são fechados à esquerda e os de 1972, abertos. As categorias são definidas na Lei 4.504, de 30/11/64 (Estatuto da Terra).

Fonte: IBGE (1969) e Estatísticas Cadastrais/1, INCRA (1974).

TABELA XXV
TAXAS DE OCUPAÇÃO POR UNIDADE DE FEDERAÇÃO: BRASIL, 1967/76.

Unidade	superfíci e territorial a/ (KM ²) (A)	área total (KM ²)				taxa de ocupação (%)			
		imóveis (B)			estab. (C)	Aparente (B/A)			Efetiva (C/A)
		1967	1972	1976 b/		1970	1967	1972	
Rondônia	243.044	55.236	21.370	32.347	16.316	23	9	13	7
Acre	152.589	36.331	55.379	113.861	41.221	24	36	75	27
Amazonas	1.558.987	91.600	78.634	224.550	44.759	6	5	14	3
Roraima	230.104	21.084	17.373	27.804	15.944	9	8	12	7
Pará	1.227.530	165.922	209.097	265.787	107.548	14	17	22	9
Amapá	139.068	17.146	12.423	17.377	6.033	12	9	12	4
324.616	324.616	154.139	184.004	231.011	107.949	48	57	71	33
Piauí	250.934	132.463	123.401	139.607	96.067	53	49	56	38
Ceará	53.015	44.712	45.712	48.825	45.717	84	86	92	86
R.G. do Norte	56.372	45.823	47.300	50.684	45.828	81	84	90	81
Paraíba	148.817	134.256	120.486	131.073	121.048	90	81	88	81
Pernambuco	98.281	64.129	60.558	69.375	63.936	65	62	71	65
Alagoas	27.652	24.526	21.025	23.519	22.385	88	76	85	81
Sergipe	21.994	16.108	17.046	19.772	17.432	73	78	90	79
Bahia	559.951	258.796	240.771	317.196	222.608	46	43	57	40
Minas Gerais	582.586	449.011	428.979	491.457	420.095	77	73	84	72
Espírito Santo	45.597	35.046	37.918	41.231	37.594	77	83	90	82
Rio de Janeiro	42.134	33.883	29.000	37.787	32.878	81	69	90	78
Guanabara	1.171	412	157	-	283	35	13	-	24
São Paulo	247.320	223.232	219.442	244.981	204.160	90	89	99	83
Paraná	199.060	182.945	180.517	199.944	146.255	92	91	100	73
Sta. Catarina	95.483	82.577	79.836	87.719	70.253	84	84	92	74
R.G. do Sul	267.528	243.753	226.885	249.587	238.072	91	85	93	89
Mato Grosso	1.231.549	645.158	803.935	1.155.699	457.526	52	65	94	37
Goiás	624.036	441.413	441.076	572.401	357.830	71	69	92	56
Distrito Federal	5.771	1.342	1.328	1.913	1.702	23	23	33	29
Brasil	8.456.508	3.601.043	3.702.752	4.795.507	2.941.439	43	44	57	35

a/: Excluídas as águas internas.

b/: Declarações entregues até agosto de 1976 somadas às de 1972. Dados preliminares informados pelo INCRA. O traço indica que o dado não era disponível.

FONTE: IBGE (1969), IBGE (1970), IBGE (1975) e INCRA (1974).

TABELA XXVI
COMPOSIÇÃO DA MÃO-DE-OBRA NOS ÍMOVEIS SEM ASSALARIADOS PERMANENTES:
BRASIL, 1972. (PORCENTAGENS).

Estratos de área (ha) e categorias	número de imóveis em relação ao total	família a/		assalariados temporários		parceiros a/		arrendatá -rios a/	
		máximo	mínimo	máximo	* P-m-o	max.	min.	max.	min.
0,5 a - de 2	98,3	97,6	76,7	21,5	27,3	1,4	1,1	1,0	0,8
2 a - de 5	97,7	95,6	70,1	26,6	36,3	3,0	2,2	1,4	1,0
5 a - de 10	97,0	92,9	65,5	29,4	41,7	5,4	3,8	1,7	1,2
10 a - de 25	95,6	87,3	59,8	31,5	46,0	10,6	9,6	2,1	1,4
25 a - de 50	93,0	81,1	49,6	38,9	63,6	15,8	9,6	3,1	1,9
50 a - de 100	87,9	71,9	37,8	47,4	90,3	23,1	12,1	5,0	2,6
100 a - de 200	80,5	62,2	29,0	53,4	114,7	31,4	14,6	6,4	3,0
200 a - de 500	69,8	50,8	23,0	54,7	120,6	41,0	18,6	8,2	3,7
500 a - de 1.000	59,7	36,0	16,3	54,8	121,2	53,2	24,1	10,8	4,9
1.000 a - de 2.000	54,5	28,0	14,8	46,9	88,4	62,1	33,0	9,9	5,3
2.000 a - de 5.000	54,1	24,1	12,7	47,2	89,6	63,9	33,7	12,0	6,3
5.000 a - de 10.000	52,3	18,1	10,5	42,1	72,8	60,3	34,9	21,6	12,5
acima de 10.000	42,2	17,1	7,6	55,3	123,8	70,7	31,6	12,2	5,4
Minifúndio	96,6	90,6	60,4	33,3	49,9	7,7	5,1	1,7	1,2
Empresa Rural	61,7	49,7	25,5	48,7	95,1	44,8	23,0	5,5	2,8
Lat. Exploração	82,4	61,7	32,5	47,3	89,6	31,1	16,4	7,3	3,8
Lat. Dimensão	42,3	2,2	1,5	34,1	51,6	97,8	64,5	0,0	0,0
Total	91,6	80,3	49,1	38,8	63,5	16,3	9,9	3,5	2,1

* P-m-o - Proporção em relação à mão-de-obra permanente.

a/: Inclui os dependentes que trabalham.

FONTE: Estatísticas Cadastrais/1, INCRA (1974).

TABELA XXVII
COMPOSIÇÃO DA MÃO-DE-OBRA NOS IMÓVEIS COM ASSALARIADOS PERMANENTES:
BRASIL, 1972. (PORCENTAGENS)

Estratos de área (ha) e categorias	família a/		assalariados temporários		assalariados permanentes		parceiros a/		arrendatá rios a/	
	máximo	mínimo	máximo	*P-m-o	máximo	mínimo	max.	min.	max.	min.
0,5 a - de 2	42,5	31,1	26,7	36,5	53,8	39,4	1,8	1,3	1,9	1,4
2 a - de 5	42,6	28,8	32,4	48,0	52,4	35,4	3,2	2,2	1,8	1,2
5 a - de 10	41,0	26,3	35,8	55,8	51,0	32,7	6,0	3,9	2,0	1,3
10 a - de 25	39,3	22,6	42,6	74,3	49,2	28,2	9,4	5,4	2,0	1,2
25 a - de 50	35,4	18,5	47,7	91,3	50,8	26,6	11,2	5,9	2,5	1,3
50 a - de 100	30,0	14,1	53,1	113,1	52,7	24,8	14,2	6,7	3,0	1,4
100 a - de 200	23,4	10,4	55,5	124,7	53,4	23,8	18,8	8,4	4,4	2,0
200 a - de 500	16,4	7,5	54,4	119,5	56,5	25,7	21,5	9,8	5,6	2,6
500 a - de 1.000	11,4	5,1	55,0	122,0	61,8	27,8	20,6	9,3	6,3	2,8
1.000 a - de 2.000	9,8	4,7	52,3	109,6	60,2	28,7	22,7	10,2	7,3	3,5
2.000 a - de 5.000	7,9	3,8	51,4	106,0	67,4	32,7	17,2	8,3	7,5	3,6
5.000 a - de 10.000	4,2	2,2	48,7	94,9	69,8	35,8	18,9	9,7	7,1	3,6
acima de 10.000	3,8	1,7	56,0	127,2	87,9	38,7	5,6	2,5	2,7	1,2
Minifúndio	41,3	23,9	42,1	72,7	50,1	29,0	7,0	4,1	1,6	0,9
Empresa Rural	13,4	6,1	54,2	118,4	64,7	29,6	18,1	8,3	3,8	1,7
Lat. Exploração	19,6	9,2	53,1	113,4	54,7	25,6	19,3	9,0	6,5	3,0
Lat. Dimensão	2,5	1,4	43,0	75,4	91,3	52,0	3,7	2,1	2,5	1,4
Total	21,3	10,3	51,8	107,4	57,2	27,6	16,7	8,1	4,3	2,3

* P-m-o - Proporção em relação à mão-de-obra permanente.

a/: Inclui os dependentes que trabalham.

FONTE: Estatísticas Cadastrais/1, INCRA (1974).

TABELA XXVIII
IMÓVEIS RURAIS SEGUNDO A NATUREZA DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA: BRASIL, 1972.
(PORCENTAGENS ACUMULADAS)

Estratos de área total (ha) e de valor da produção (CR\$)	área total	área colhida com produtos			área explorada com extração vegetal e/ou florestal
		básicos de alimentação (a)	de transformação industrial (b)	hortifrutícolas (c)	
0,5 a - de 2	0,1	0,4	0,1	0,9	-
2 a - de 5	0,4	2,7	1,3	4,7	0,2
5 a - de 10	1,3	8,1	5,0	40,8	0,6
10 a - de 25	5,5	27,3	22,6	28,2	2,9
25 a - de 50	10,8	43,9	38,4	43,4	5,9
50 a - de 100	17,5	58,0	51,5	56,8	9,6
100 a - de 200	25,6	70,3	63,5	38,4	14,4
200 a - de 500	38,6	83,1	78,5	81,8	23,0
500 a - de 1.000	48,6	89,8	87,4	88,8	31,4
1.000 a - de 2.000	58,5	94,4	93,3	93,8	40,2
2.000 a - de 5.000	72,0	97,8	97,2	97,4	56,3
5.000 a - de 10.000	80,9	99,0	99,1	98,9	66,0
acima de 10.000	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
em CR\$ - de 3.000	41,2	30,4	14,2	27,6	38,5
3.000 a - de 6.000	52,5	50,8	27,8	44,9	48,9
6.000 a - de 12.000	63,0	67,7	42,4	60,8	59,0
12.000 a - de 24.000	72,2	79,0	54,8	71,8	67,2
24.000 a - de 50.000	80,4	86,8	65,7	81,3	76,8
50.000 a - de 100.000	86,4	91,9	74,9	87,6	82,1
acima de 100.000	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

(a) arroz, fava, feijão, mandioca e milho.

(b) agave ou sisal, alfafa, algodão, amendoim, cacau, café, cana, chá, fumo, juta, linho, mamona, soja e trigo.

(c) abacate, abacaxi, alho, banana, batata-doce, batata-inglesa, caju, cebola, coco, laranja, limão, manga, pêssego, pimenta-do-reino, tangerina, tomate e uva.

FONTE: Estatísticas Cadastrais/2, INCRA (1976).

TABELA XXIX
USO DE ALGUNS EQUIPAMENTOS PELOS ESTABELECIMENTOS AGRÍCOLAS: BRASIL, 1970.

Estratos de área total (ha)	porcentagem dos estabelecimentos com					utilização dos equipamentos		
	trator	arado		combina-das e/ou automo-trizes	depósitos de armaze-namento	silos para forra-gem	ha ^{a/} por HP de tratores ^{b/}	ha ^{a/} por arado
		mecâ-nico	animal				mecâni-co	animal
menos de 10	0,4	0,3	13,1	0,3	17,8	0,1	0,1	2,0
10 a - de 100	3,0	2,5	36,0	2,4	45,3	0,7	0,2	7,7
100 a - de 1.000	9,6	8,4	25,1	3,9	40,7	2,4	0,7	30,1
1.000 a - de 10.000	22,8	19,3	20,6	6,5	43,1	5,0	2,5	139,0
acima de 10.000	44,5	26,4	10,3	7,5	36,5	6,6	8,5	517,8
Total	2,4	2,0	23,1	1,5	30,7	0,6	0,2	8,1
								8,8

a/: área média cultivada por estabelecimento multiplicada pelo número de estabelecimentos que utilizam o equipamento;

b/: média ponderada obtida a partir da multiplicação do número de tratores pelos pontos médios dos estratos de HP. Para os estratos inferior e superior foram utilizados os valores 7,5 HP e 100 HP, respectivamente.

FONTE: Censo Agropecuário de 1970.

TABELA XXX
ASPECTOS COMPLEMENTARES DA CONCENTRAÇÃO DA PROPRIEDADE DA TERRA: BRASIL E
UNIDADES DA FEDERAÇÃO, 1972.

Unidades	nº. de famílias		fração de famílias residentes sem terra (%)	índice de Gini incluindo os “sem terra” (G')	% de proprietários	
	residentes nos imóveis	residentes sem terras a/			com mais de um imóvel	residentes no imóvel que dirigem exploração
Rondônia	4.998	2.711	54,3	0,956	4,2	70,3
Acre	12.205	14.714	85,6	0,994	7,5	63,4
Amazonas	36.722	25.470	69,4	0,957	16,9	60,2
Roraima	1.421	858	60,4	0,830	9,3	49,0
Pará	54.063	34.777	64,4	0,958	15,5	59,3
Amapá	2.075	1.799	86,7	0,983	16,2	45,7
Maranhão	201.385	171.268	85,0	0,968	15,5	55,3
Piauí	116.092	83.143	71,7	0,937	38,1	57,3
Ceará	239.903	170.575	71,1	0,925	25,6	61,4
R.G. do Norte	84.967	58.102	68,4	0,934	24,9	57,9
Paraíba	160.114	104.477	65,3	0,925	22,2	64,6
Pernambuco	228.368	154.142	67,5	0,931	21,9	66,7
Alagoas	85.922	65.572	76,4	0,952	23,4	58,7
Sergipe	36.371	16.281	44,8	0,889	21,6	54,3
Bahia	323.354	188.868	58,4	0,907	20,3	60,2
Minas Gerais	589.977	349.207	59,2	0,903	26,5	63,2
Espírito Santo	89.614	54.404	60,7	0,841	20,7	69,7
Rio de Janeiro	85.070	63.399	74,6	0,936	19,4	51,0
Guanabara	2.038	1.432	70,3	0,891	68,2	100,0
São Paulo	449.653	347.873	77,4	0,946	31,5	52,5
Paraná	529.258	311.432	58,9	0,879	26,2	71,3
Sta. Catarina	197.723	64.903	32,9	0,760	23,9	69,8
R.G. do Sul	413.367	136.364	33,0	0,819	23,1	71,1
Mato Grosso	97.189	63.660	65,5	0,954	15,5	54,6
Goiás	180.657	107.105	59,3	0,901	15,4	63,5
Distrito Federal	1.908	884	46,4	0,879	37,9	96,9
Brasil	4.229.414	2.593.420	61,3	0,937	23,8	64,1

a/. Total de famílias residentes nos imóveis menos o número de proprietários residentes e que dirigem sozinhos a exploração. Admitiu-se que nos 30.012 imóveis de pessoas jurídicas existentes no país não há proprietários residentes, nem dependentes dos mesmos trabalhando.

Fonte: Estatísticas Cadastrais/1, INCRA (1974); Estatísticas Cadastrais/2, INCRA (1976) e Informativo Técnico nº. 2, INCRA (1975).

TABELA XXXI
SUDAM (PECUÁRIA): DISTRIBUIÇÃO POR DIMENSÃO DE ÁREA OCUPADA, DOS ESTADOS E
TERRITÓRIOS *a/*

Estado / Território	Até 10.000		De 10.000 a - de 25.000		De 25.000 a - de 50.000		De 50.000 a - de 100.000		Acima de 100.000		Total	
	<i>b/</i>	<i>c/</i>	<i>b/</i>	<i>c/</i>	<i>b/</i>	<i>c/</i>	<i>b/</i>	<i>c/</i>	<i>b/</i>	<i>c/</i>	<i>b/</i>	<i>c/</i>
Rondônia	0	-	0	-	1	30,0	0	-	0	-	1	30,0
Acre	0	-	0	-	2	60,0	1	60,0	0	-	3	120,0
Amazonas	3	4,1	14	169,4	0	-	0	-	0	-	17	173,5
Pará	43	261,3	25	396,7	19	575,6	5	336,4	1	139,4	93	1.709,4
Maranhão	3	21,9	0	-	2	55,0	0	-	0	-	5	76,9
Mato Grosso	26	189,4	97	1.838,2	61	2.012,0	12	872,6	3	489,6	199	5.401,8
Goiás	11	79,8	7	124,1	2	59,2	1	79,7	2	237,8	23	580,6
Amazônia	86	556,5	143	2.528,4	87	2.791,8	19	1.348,7	6	866,8	241	8.092,2

a/: Projetos aprovados até meados de 1976.

b/: Quantidade - 1.000 (ha)

c/: Área total no intervalo.

Fonte: IANNI, Octavio (dados compostos com base em informação do IPEA/SUDAM/NAEA). Ditadura e Agricultura. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1979.

TABELA XXXII
QUADRO ANUAL DOS INCENTIVOS FISCAIS LIBERADOS PELA SUDAM
DISTRIBUIÇÃO SETORIAL (1965 - 1977)

(CR\$ 1,00)

Anos	Setor Agropecuário	Setor Industrial	Setor serviços básicos	Setor agroindustrial	Setoria	Total Liberado
1965	-	1.101.417	-	-	-	1.101.418
1966	1.170.254	8.249.541	-	-	-	9.419.795
1967	10.493.518	19.835.527	53.941	-	-	30.382.986
1968	29.956.036	37.956.036	13.044.382	-	98.444	80.472.557
1969	75.514.743	66.756.804	6.336.321	210.000	984.085	149.801.953
1970	169.032.513	117.783.918	36.983.594	642.611	5.356.191	329.798.827
1971	163.769.554	127.024.756	30.406.970	4.492.467	2.375.657	328.069.404
1972	179.376.968	112.980.908	26.461.926	757.693	3.135.265	322.712.760
1973	173.732.659	146.714.049	10.207.207	1.400.000	8.832.916	340.886.831
1974	233.212.825	193.247.856	3.455.884	6.215.094	15.603.799	451.735.458
1975 (756/69)	272.114.727	193.091.566	1.878.267	5.364.875	32.906.314	505.355.749
1975 (FINAM)	180.789.537	274.912.282	-	17.251.311	5.550.930	478.504.060
1976 (756/69)	44.914.237	3.082.859	-	343.288	2.622.065	50.962.449
1976 (FINAM)	488.794.973	461.265.870	42.088.674	24.204.528	76.834.994	1.093.189.039
1977 (756/69)	1.102.334	18.420.321	8.508.276	-	526.516	28.557.447
1977 (FINAM)	754.639.827	486.505.742	71.000.000	2.984.460	65.564.511	1.380.694.540
Total	2.778.614.705	2.268.347.112	250.425.442	63.866.327	220.391.687	5.581.645.273
%	49,70	40,70	4,50	1,15	3,95	100,0

Fonte: SUDAM, 1978.

TABELA XXXIII
TOTAL CONSOLIDADO DE INCENTIVOS LIBERADOS PELA SUDAM
(1965 - 1977)

(CR\$ 1,00)

Unidade Política	Nº. de Projetos	Setor Agropecuário	Setor Industrial	Setor de serviços básicos	Setor Agroindustrial	Setorial	Total
Acre	5	22.286.511	5.144.926	9.548.324	-	-	36.979.761
Amapá	7	-	43.175.380	48.544.977	-	-	93.720.357
Amazonas	74	66.004.644	664.362.287	45.950.463	7.618.455	127.646.191	991.581.940
Goiás	30	134.191.588	181.400.557	8.500.000	-	-	324.092.145
Maranhão	31	30.453.841	294.028.889	11.999.392	-	7.663.398	344.145.520
Mato Grosso	205	1.777.676.037	225.843.590	44.625.292	21.450.000	-	2.069.594.919
Pará	190	747.681.176	815.297.265	81.256.994	34.797.872	83.284.262	1.762.317.569
Rondônia	7	320.908	37.094.218	-	-	1.797.936	39.213.062
Roraima	-	-	-	-	-	-	-
Total	549	2.778.614.705	2.268.347.112	250.425.442	63.866.327	223.391.687	5.581.645.273

Fonte: SUDAM, 1978.

TABELA XXXIV
ÍNDICES SIMPLES DA UTILIZAÇÃO DE INSUMOS BÁSICOS PELA AGRICULTURA: 1967/75
BASE 1966 - 100

Ano	Tratores (Nº.)	Fertilizantes (tp)	Defensivos (tp)
1967	110	159	126
1968	121	214	178
1969	132	225	201
1970	146	356	195
1971	158	415	217
1972	181	622	314
1973	211	598	417
1974	246	704	500
1975	287	648	374

Fonte: A. Mesquita, *Alguns Indicadores sobre a Evolução da Economia Global e do Setor Agrícola do Brasil*, Brasília, Suplan/MA, In: NETO, Francisco Graziano. Questão Agrária e Ecologia: crítica da moderna agricultura. São Paulo : Brasiliense, 1982.

TABELA XXXV
DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS GRUPOS DA PAUTA DE EXPORTAÇÕES
POR SUA ORIGEM SETORIAL
(1968 / 1976)

Ano	Não-industrializados (<i>in natura</i>)		Industrializados			
	Agrícolas <i>in natura</i>	Minerais	outros não- industrializados	de base agrícola a/	de base não- agrícola	Outros industrializados
1968	69,1	7,4	2,9	16,2	0,7	3,7
1969	66,5	7,7	3,5	17,0	1,0	4,3
1970	62,4	9,7	2,6	15,7	4,6	5,0
1971	55,8	10,3	2,5	21,0	6,8	3,6
1972	56,9	7,3	2,2	22,4	7,4	3,9
1973	56,0	6,7	2,3	22,7	8,1	4,2
1974	47,3	8,4	1,8	24,6	12,5	5,4
1975	430	12,7	2,0	195	17,1	5,8
1976*	47,8	11,1	1,8	19,7	15,3	4,8

a/: Além de produtos alimentícios, inclui ainda têxteis, calçados e produtos de origem extrativa vegetal.

Fonte: IANNI, Octavio. Ditadura e Agricultura. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1979.

TABELA XXXVI
PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS BRASILEIROS EXPORTÁVEIS a/ IN NATURA E
TRANSFORMADOS
(1968 - 1976) / Em US\$ 1.000 FOB

Ano	tradicionais			dinâmicos			Potencialmente significativos	
	Café	Açúcar	Algodão	Soja	Cacau	Laranja e sucos	Milho	Carnes c/
1968	1.437.281	191.597	255.104	45.470	132.214	26.564	102.774	91.644
1969	1.466.170	211.288	374.598	91.304	241.011	25.076	57.105	134.586
1970	1.642.640	224.675	305.640	118.322	184.017	30.413	134.840	177.372
1971	1.331.519	261.634	269.475	175.082	148.771	64.690	129.634	294.651
1972	1.639.268	646.722	388.989	457.390	155.162	71.701	22.248	420.826
1973	1.843.442	808.741	454.941	1.301.905	203.387	92.841	14.841	416.174
1974	1.131.139	1.593.100	262.028	1.028.284	390.134	74.973	166.566	221.878
1975	986.801	1.209.663	264.263	1.377.548	345.261	99.261	166.296	171.564
1976^{b/}	2.398	347.524	131.144	1.756.558	357.236	100.900 ^{d/}	164.678	104.428

a/: Em Valor Real, Deflator Base, set./1976.

b/: Dados Preliminares

c/: Bovinos, equinos e frangos.

d/: Refere-se apenas a sucos.

Deflator: Índice de Preço no Atacado, IFS/FMI, base set./1976.

Fonte: IANNI, Octavio. Ditadura e Agricultura. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1979.

TABELA XXXVII
CRÉDITO RURAL POR FINALIDADE EM NÚMERO E VALOR REAL a/

Ano	Custeio		Investimentos		Comercialização		Total	
	Contratos		Contratos		Contratos		Contratos	
	Nº.	Valor	Nº.	Valor	Nº.	Valor	Nº.	Valor
1969	674.879	9.623	278.554	5.821	191.776	5.273	1.145.209	20.717
1970	649.173	10.992	281.323	6.690	260.096	6.965	1.190.592	24.647
1971	885.994	12.393	330.082	8.401	236.765	7.685	1.252.841	28.480
1972	687.147	14.705	348.793	11.682	230.211	8.932	1.266.151	35.320
1973	770.553	21.288	407.920	16.494	221.211	12.068	1.399.684	49.841
1974	789.472	27.756	409.039	18.661	251.885	15.230	1.450.396	61.648
1975	1.076.545	39.446	498.687	28.123	280.899	22.427	1.856.131	89.997
Cresc. Médio Anual	8,11%	26,5%	10,2%	30%	6,6%	27,3%	8,4%	27,7%

a/: Deflacionado pelo IGP col. 2, base 1975.

Fonte: IANNI, Octavio (dados compostos com base em informações do BACEN). Ditadura e Agricultura. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1979.

TABELA XXXVIII
Alguns Indicadores de Desempenho (1964 / 1976)

Ano	Tx. Cresc. do PIB %	Tx. Cresc. Setor Primário %	Tx. Cresc. Setor Secundário %	Exportações (FOB) em US\$ 10 ⁶	Importações (FOB) em US\$ 10 ⁶	Dívida Externa em US\$ 10 ⁶
1964	2,9	1,3	5,2	1.430	1.086	2.942
1965	2,7	13,8	4,7	1.596	941	2.930
1966	5,1	3,1	11,7	1.741	1.303	2.956
1967	4,8	5,7	3,0	1.654	1.441	3.372
1968	9,3	1,4	15,5	1.881	1.855	3.916
1969	9,0	6,0	10,8	2.311	1.993	4.403
1970	9,5	5,6	11,1	2.739	2.507	5.295
1971	11,3	11,4	11,2	2.904	3.245	6.622
1972	10,4	4,5	13,8	3.991	4.235	9.521
1973	11,4	3,5	15,0	6.199	6.192	12.571
1974	9,6	8,5	8,2	7.951	12.635	17.166
19675	4,0	3,4	4,2	8.655	12.169	21.171
1976	8,8	4,1	11,4	10.126	12.300	25.985

Fonte: IANNI, Octavio (dados compostos com base em informações do FGV e BACEN). Ditadura e Agricultura. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1979.

TABELA XXXIX
COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES DOS PRODUTOS EM ANÁLISE (POR TIPO DE EMPRESA - %)

Produtos	1972				1974			
	<i>Cooperativa</i>	<i>Multinacional</i>	<i>Nacional</i>	<i>Trading Compan y</i>	<i>Cooperativa</i>	<i>Multinacional</i>	<i>Nacional</i>	<i>Trading Compan y</i>
soja em grão	28,61	35,39	36,00	-	55,85	23,97	17,46	2,27
farelo de soja	5,52	47,54	46,94	-	4,10	47,29	48,61	-
amendoim em grão	6,08	42,79	51,13	-	-	-	100,00	-
óleo do soja	-	-	100,00	-	-	71,78	28,22	-
farelo de amendoim	3,06	23,81	73,13	-	-	15,87	84,14	-
óleo de amendoim	2,73	34,02	63,25	-	-	24,26	75,74	-
óleo de mamona	-	45,69	54,31	-	-	47,23	52,77	-
milho em grão	-	67,72	32,28	-	5,29	73,95	10,84	9,92

Fonte: IANNI, Octavio (dados compostos com base em informações do NUCEX, CACEX, IPEA). Ditadura e Agricultura. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1979.

TABELA XL
PARTICIPAÇÃO DAS GRANDES REGIÕES NA PRODUÇÃO AGRÍCOLA: BRASIL, 1972. (PORCENTAGENS).

Região	Regiões - Porcentagem da quantidade colhida							
	arroz	feijão	milho	cana-de-açúcar	café	algodão	trigo	—
Norte	1,5	0,7	0,4	—	—	—	—	—
Nordeste	10,2	36,5	7,7	34,1	—	34,2	—	—
Sudeste	23,6	21,0	33,8	60,8	47,6	38,3	—	—
Sul	37,7	34,7	52,7	—	50,7	16,8	98,3	—
Centro-oeste	27,0	7,1	5,4	—	0,7	10,7	—	—
Brasil	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Estatísticas Cadastrais/1 INCRA (1976).

TABELA XLI
TAXAS ANUAIS DE CRESCIMENTO DA PRODUÇÃO DE ALGUNS PRODUTOS SELECIONADOS,
PERÍODOS 1947/67 E 1967/79. BRASIL (%)

Produtos	Períodos	
	1947/67	1967/79
Domésticos		
arroz	5,96	1,94
batata	4,89	2,96
feijão	4,05	-1,26
mandioca	4,80	-1,51
milho	4,74	2,50
média	4,79	0,93
Exportáveis		
algodão	3,79	-2,18
cacau	1,79	3,99
café	4,12	-1,56
cana-de-açúcar	5,82	5,57
laranja	4,60	14,88
soja	14,33	27,38
média	5,73	8,01

Fonte: Agroanalysis / FGV, ano 5, nº 2, 1981.

TABELA XLII
PATRIMÔNIO LÍQUIDO DAS 5.113 MAIORES EMPRESAS NÃO FINANCEIRAS CONFORME
PROPRIEDADE DO CAPITAL, 1974 - EM MILHÕES DE CR\$

Setores	Patrimônio Líquido	Empresas		
		Estatais (%)	Estrangeiras (%)	Nacionais (%)
MINERAÇÃO	9.636	62,08	12,23	25,69
IND. DE TRANSFORMAÇÃO	161.570	20,11	29,32	50,57
minerais não-metálicos	7.550	1,56	35,08	63,36
metalurgia	27.711	33,70	12,29	54,01
mecânica	8.292	0,94	45,74	53,32
apar. elétr. e mat. de comun.	6.475	-	60,75	39,25
materiais de transporte	15.154	4,07	62,79	33,14
madeiras e artefatos	8.781	-	8,59	91,41
mobilário	576	-	-	100,00
borracha	1.834	6,12	60,54	33,34
couros e peles	684	-	11,09	88,91
química	40.165	54,92	23,26	21,82
têxtil	12.410	-	13,11	86,89
produtos alimentícios	16.910	1,03	30,66	68,31
bebidas	3.571	-	13,88	86,12
fumo	2.095	-	98,79	1,12
editorial gráfico	2.142	-	2,47	97,53
indústrias diversas	8.211	-	46,66	53,34
AGROPECUÁRIA E SILVICULTURA	4.825	1,33	2,93	95,74
CONSTRUÇÃO E ENGENHARIA	18.317	14,91	3,00	82,09
SERVIÇOS DE UTIL. PÚBLICA	97.835	87,95	6,53	5,52
transporte e armazenagem	19.051	77,74	1,22	21,04
outros serviços públicos	78.784	90,42	7,81	1,77
COMÉRCIO	30.735	0,69	4,78	94,53
PREST. DE SERVIÇOS	84.656	26,98	3,77	69,25
TOTAL	407.577	36,90	14,79	48,31

Fonte: Quem é quem na Economia Brasileira, Revista Visão, 31/8/1975, p. 29. Apud MANTEGA, Guido, MORAES, Maria. Acumulação Monopolista e Crises no Brasil. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1979.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- AFONSO, Carlos, SOUZA, Hebert. *O Estado e o Desenvolvimento Capitalista no Brasil*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1977.
- ALENCAR, Francisco, CARPI, Lúcia, RIBEIRO, Marcus Venício. *História Da Sociedade Brasileira*. Rio de Janeiro : Ao Livro Técnico S A, 1981.
- ANTUNES, Ricardo. *A REBELDIA DO TRABALHO - O Confronto Operário no ABC Paulista: as greves de 1978/80*. Campinas : UNICAMP, 1992.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento Econômico Brasileiro: O Ciclo Ideológico Do Desenvolvimentismo*. 2ª edição revista. Rio de Janeiro : Contraponto, 1995.
- BOITO JR, Armando. *O sindicalismo De Estado No Brasil: Uma Análise Crítica Da Estrutura Sindical*. Campinas : UNICAMP, 1991.
- _____. *O Golpe de 1954: a Burguesia contra o Populismo*. São Paulo : Brasiliense, 1982.
- BOTTOMORE, Tom (editor). *Dicionário Do Pensamento Marxista*. Rio de Janeiro : Jorge Zahar, 1988.
- CARDOSO, F.H., FALETTO, E. *Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro : Zahar, 1967.
- CARONE, Edgar. *O Estado Novo*. São Paulo : Difel, 1976.
- _____. *A República Nova*. São Paulo : Difel, 1974.
- CASTRO, Antônio Barros de. *7 Ensaios Sobre A Economia Brasileira: Agricultura E Desenvolvimento No Brasil*. 2ª edição. Rio/São Paulo : Forense, 1969.
- COGGIOLA, Osvaldo (organizador). *Marx e Engels na História*. São Paulo : Xamã, 1996.
- COHN, Gabriel. "Problemas da Industrialização no século XX", in: *Brasil em Perspectiva*, organizada por Carlos Guilherme Mota, 7ª edição. São Paulo : Difel, 1976.
- DINIZ, Eli. *Empresário, estado e capitalismo no Brasil: 1930-1945*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1978.
- DOMINGUES, Joelza Ester, LEITE, Layla Paranhos. *Brasil: uma perspectiva histórica (2ºReinado E República)*. São Paulo : Editora FTD, 1983.
- DOWBOR, Ladislau. *A Formação Do Capitalismo Dependente No Brasil*. São Paulo : Brasiliense, 1982.
- DRAIBE, Sônia Mirian. *Rumos E Metamorfoses - Estado E Industrialização No Brasil: 1930/1960*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1985.
- FAUTO, Boris. *Revolução de 1930: Historiografia e história*. 11ª edição. São Paulo : Brasiliense, 1987.

- FERNANDES, Florestan. *Mudanças Sociais No Brasil*. São Paulo : Difel, 1979.
- FRANK, André G. *Acumulação Dependente e Subdesenvolvimento: repensando a teoria da dependência*. São Paulo : Brasiliense, 1980.
- FURTADO, Celso. *Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina*. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1966.
- _____*Um Projeto Para O Brasil*. 2^a edição. Rio de Janeiro : Saga, 1968.
- _____*Formação Econômica Do Brasil*. 10^a edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1970.
- _____*Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro : Fundo de Cultura, 1961.
- _____*Dialética do Desenvolvimento*. 2^a edição. Rio de Janeiro : Fundo de Cultura, 1964.
- _____*O Brasil Pós- "Milagre"*. 6^a edição. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1981.
- GOLDENSTEIN, Lídia. *Repensando A Dependência*. São Paulo : Paz e Terra, 1994.
- GOLDENSTEIN, Sérgio. *A Dívida Externa Brasileira - 1964-1982: evolução e crise*. Rio de Janeiro : Guanabara, 1986.
- GRAMSCI, Antônio. *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1979.
- _____*El "Risorgimento"*. Buenos Aires : Granica Editor S.A., 1974.
- GUIMARÃES, Alberto Passos. *Quatro Séculos De Latifúndio*. 4^a edição. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1977.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 3^a. edição. Rio de Janeiro : Livraria José Olympio, 1956.
- IANNI, Otávio. *O Estado e Planejamento Econômico do Brasil*. 4^a edição. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1986.
- _____*Ditadura E Capitalismo*. Rio de Janeiro : Editora Civilização Brasileira, 1979.
- _____*O Ciclo Da Revolução Burguesa*. 2^a. edição. Petrópolis : Vozes, 1985.
- JAGUARIBE, Hélio. *Introdução Ao Desenvolvimento Social*. São Paulo : Círculo do Livro, 1978.
- KALECKI, Michal. *Teoria da Dinâmica Econômica - Ensaio sobre as Mudanças Cíclicas e a Longo Prazo da Economia Capitalista*. São Paulo : Abril Cultural, 1983.
- LÊNIN, V.I. “*Obras Escolhidas*” - *Em Três Tomos*. São Paulo : Alfa-Omega, 1980.

- LINHARES, Maria Yedda, SILVA, Francisco Carlos Teixeira. *História Da Agricultura Brasileira - Combates E Controvérsias*. São Paulo : Editora Brasiliense, 1981.
- LUXEMBURGO, Rosa. *A Acumulação do Capital*. São Paulo : Nova Cultura, 1984.
- MANTEGA, Guido, MORAES, Maria. *Acumulação Monopolista E Crises No Brasil*. 1^a edição. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1980.
- MARTINS, José de Souza. *Capitalismo e Tradicionalismo*. São Paulo : Pioneira, 1975.
- _____. *Os Camponeses E A Política No Brasil*. 4^a edição. Petrópolis : Vozes, 1990.
- _____. *Expropriação E Violência: A questão política no campo*. São Paulo : HUCITEC, 1980.
- MARX, Karl. “La reproducción y circulación del capital social en conjunto”, in: *El Capital*. Vol. II, Sección Tercera caps. XX e XXI. Traducción de Wenceslao Roces, 8^a reimpresión. México : Fondo de Cultura económica, 1973.
- _____. *Contribuição à Crítica da Economia Política*. São Paulo : Martins Fontes, 1977.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Obras Escolhidas*. Volumes I, II e III, São Paulo : Alfa-Omega, 1984.
- _____. *Karl Marx e Friedrich Engels - Textos*. Volumes I, II e III, São Paulo : Editora Alfa-Omega, 1977.
- MELLO, João Manuel Cardoso De. *O Capitalismo Tardio*. 8^a edição. São Paulo : Brasiliense, 1991.
- MENDONÇA, Sônia Regina de. “As Bases do Desenvolvimento Capitalista: A Industrialização Restringida à Internacionalização”, in: LINHARES, Maria Yedda (coordenadora). *História Geral do Brasil. (da colonização portuguesa à modernização autoritária)*. 5^a edição. Rio de Janeiro : Campus, 1990.
- _____. *Estado E Economia No Brasil: Opções De Desenvolvimento*. 2^a edição. Rio de Janeiro : GRAAL, 1988.
- MÜLLER, Geraldo. *Complexo Agroindustrial E Modernização Agrária*. São Paulo : HUCITEC/PUC-SP, 1989.
- NETO, Francisco Graziano. *Questão Agrária E Ecologia - crítica da moderna agricultura*. São Paulo : Brasiliense, 1981.
- OLIVEIRA, Francisco. *A Economia da Dependência Imperfeita*. 4^a edição. Rio de Janeiro : Graal, 1984.
- _____. *Elegia para uma Re(ligião): SUDENE, Nordeste; Planejamento e Conflito de Classes*. 6^a edição. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1993^a.
- _____. *O Elo Perdido: classe e identidade de classe*. São Paulo : Brasiliense, 1987^a.

- _____*A Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista*. 5^a edição. Petrópolis : Vozes, 1987^b.
- _____*“A Economia Política Da Social-Democracia”*, in: *Revista USP*, nº 17, Coordenadoria de Comunicação Social (CCS) da Universidade de São Paulo. São Paulo : USP, 1993^b.
- PRADO JR, Caio. *A Revolução Brasileira*. São Paulo : Brasiliense, 1966.
- _____*História Econômica Do Brasil*. 11^a edição. São Paulo : Brasiliense, 1969.
- PREBISCH, Raúl. *A Crise Do Desenvolvimento Argentino: Da frustração ao crescimento vigoroso*. Traduzido por Márcia M. N. De Alburquerque. São Paulo : Edições Vértice, 1987.
- RANGEL, Ignácio. *A Inflação Brasileira*. 3^a edição. São Paulo : Brasiliense, 1978.
- RODRIGUES, Leônicio Martins. “Sindicalismo e Classe Operária”, in: *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo III, 3 volume, organizado por Boris Fausto, 3^a edição. São Paulo : Difel, 1985.
- SAES, Décio. *ESTADO E DEMOCRACIA: Ensaios Teóricos*. Campinas : UNICAMP, 1994.
- SANTOS, Theotonio dos. *Democracia E Socialismo No Capitalismo Dependente*. Petrópolis : Vozes, 1991.
- SILVA, José Graziano da (organizador). *Estrutura agrária e Produção de Subsistência na Agricultura Brasileira*. 2^a edição. São Paulo : HUCITEC, 1980.
- SINGER, Paul. “Interpretação do Brasil: uma experiência histórica de desenvolvimento”, in: *História Geral da Civilização Brasileira*, tomo III, 2 volume, organizado por Boris Fausto, 3^a edição. São Paulo : Difel, 1985.
- _____*A Crise Do “Milagre”*: *Interpretação Crítica Da Economia Brasileira*. 8^a edição. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1989.
- SODRÉ, Nelson Wernek. *Formação Histórica do Brasil*. 3^o edição. São Paulo : Brasiliense, 1964.
- _____*Introdução À Revolução Burguesa*. 3^a edição. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1967.

BIBLIOGRAFIA

- AMPO, Júlio Labastida Martin D. "Da Unidade Nacional ao Desenvolvimento Estabilizador", in: *América Latina - História de Meio Século*. Brasília : UNB, 1990.
- DEAN, Warren. *A Industrialização de São Paulo*. São Paulo : Difel, 1971.
- _____. *Rio Claro: Um Sistema Brasileiro de Grande Lavoura, 1820-1920*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1977.
- FAUTO, Boris. "ESTADO, CLASSE TRABALHADORA E BURGUESIA INDUSTRIAL (1920-1945): UMA REVISÃO", in: *Novos Estudos CEBRAP*, nº 20. São Paulo : Editora Brasileira de Ciências, 1988.
- FERNANDES, Florestan. *O Que É Revolução*. São Paulo : Brasiliense, 1981.
- _____. *A Revolução Burguesa no Brasil*. 3ª edição. Rio de Janeiro : Zahar, 1981.
- _____. *Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro : Zahar, 1968.
- FIGUEIREDO, Vilma. *Desenvolvimento Dependente Brasileiro*. 1ª edição. Rio de Janeiro : Zahar, 1978.
- GORENDER, Jacob. *A Burguesia Brasileira*. 3ª edição. São Paulo : Brasiliense, 1981.
- HORASITAS, Ricardo Poza. "A Consolidação da Nova Ordem Institucional no México", in: *América Latina - História de Meio Século*. Brasília : UNB, 1990.
- IANNI, Otávio. *Estado e Capitalismo*. 2ª edição. São Paulo : Brasiliense, 1989.
- KEYNES, John Maynard. *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*. São Paulo : Nova Cultural, 1985.
- KURZ, Robert. *O Colapso da Modernidade*. 1ª edição. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1992.
- MARANHÃO, Ricardo. "O Estado e a Política "Populista" no Brasil (1954-1964)", in: *História Geral da Civilização Brasileira*. 2ª edição. São Paulo : DIFEL, 1983.
- PEREIRA, Luiz C. Bresser. *Economia Brasileira: Uma Introdução Crítica*. 2ª edição. São Paulo : Brasiliense, 1982.
- PRADO, Maria Lígia. *O Populismo na América Latina*. 2ª edição. São Paulo : Brasiliense, 1981.
- SMITH, Roberto. *Propriedade Da Terra E Transição: Estudo da Formação da Propriedade Privada da Terra e Transição para o Capitalismo no Brasil*. São Paulo : CNPQ/Brasiliense, 1990.
- SPINDEL, R. Cheywa. *Homens e máquinas na transição de uma economia cafeeira*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1980.

STEPAN, Alfred. *Os Militares na Política*. Rio de Janeiro : Arte Nova, 1975.

SWEEZY, Paul M. *Teoria Do Desenvolvimento Capitalista*. 4^a edição. Rio de Janeiro : ZAHAR, 1967.

TAVARES, Maria da Conceição. *Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro*. Rio de Janeiro : Zahar, 1972.

TROTSKI, Leon. *Programa de Transição*. Lisboa : Edições Antídoto, 1978.

FONTES DOCUMENTAIS

A Industrialização Brasileira - Diagnósticos e Perspectivas. Equipe do Setor de Indústria do IPEA, sob a coordenação de A. Candal. In: *FORMAÇÃO ECONÔMICA DO BRASIL - a experiência da industrialização*. Série ANPEC - Leituras de Economia (Organizadores: VERSIANI, Flávio Rabelo, BARROS, José Roberto Mendonça). São Paulo : Saraiva, 1977.

Alguns Indicadores De Desempenho (1964 - 1976), in: IANNI, Octavio (dados compostos com base em informação da FGV e BACEN). *Ditadura e Agricultura*. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1979.

Balanço de Pagamentos e Controle de Câmbio no Brasil - Diretrizes Políticas e História, 1946/1954. HUDDLE, Donald L. In: *FORMAÇÃO ECONÔMICA DO BRASIL - a experiência da industrialização*. Série ANPEC - Leituras de Economia (Organizadores: VERSIANI, Flávio Rabelo, BARROS, José Roberto Mendonça). São Paulo : Saraiva, 1977.

Brasil: Classificação Das 10 Maiores Empresas Por Setores, Capital Mais Reservas: 1967 - 1972, in: AFONSO, Carlos, SOUZA, Herbert. *O Estado e o Desenvolvimento Capitalista no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977; e GOLDENSTEIN, Sérgio. *A Dívida Externa Brasileira - 1964-1982: Evolução e Crise*, Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

Centro de Pesquisas Econômicas da Universidade Católica de Goiás. Cotação do Dólar (média ponderada do mês), de 1960 à 1989. Goiânia: CPE / UCG, 1997.

Composição Das Exportações Dos Produtos Em Análise (Por Tipo De Empresa - %), in: IANNI, Octavio (dados organizados com base em informações da CACEX, NUCEX e IPEA). *Ditadura e Agricultura*. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1979.

Crédito Rural Por Finalidade Em Número e Valor Real, in: IANNI, Octavio (dados compostos com base em informações do BACEN). *Ditadura e Agricultura*. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1979.

Decreto-Lei n. 4.750, de 28 de setembro de 1942 (criação e definição das atribuições da Coordenação da Mobilização Econômica). In: IANNI, Octavio. *ESTADO E PLANEJAMENTO ECONÔMICO NO BRASIL*. 4^a edição. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira.

- DIEESE. Salário-mínimo, Evolução Histórica. *Boletim Informativo*, 1988.
- Distribuição De Posse Da Terra No Brasil De Acordo Com os Censos Agropecuários (1920 - 1975), in: MARTINS, José de Souza. *Os Camponeses e a Política no Brasil*. Petrópolis : Vozes, 1981.
- Distribuição Percentual Dos Grupos Da Pauta De Exportação Por Sua Origem Setorial (1986 - 1976), in: IANNI, Octavio. *Ditadura e Agricultura*. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1979.
- Distribuição Setorial da Produção Industrial: 1919, 1939, 1950, 1960, in: DOWBOR, Ladislau. *A Formação do Capitalismo Dependente no Brasil*. São Paulo : Brasiliense, 1982.
- Esboço de um Programa de Desenvolvimento para o Brasil. Grupo de Trabalho CEPAL-BNDE. In: *FORMAÇÃO ECONÔMICA DO BRASIL - a experiência da industrialização*. Série ANPEC - Leituras de Economia (Organizadores: VERSIANI, Flávio Rabelo, BARROS, José Roberto Mendonça). São Paulo : Saraiva, 1977.
- Evolução Das Importações, 1973 - 1978, in: Goldenstein, Sérgio. *A Dívida Externa Brasileira - 1964 - 1982: Evolução e Crise* (Tabela Organizada com base em dados emitidos pelo BACEN). Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.
- Fundação Getúlio Vargas. Agroanalysis. Ano 3, nº 6, 1979, Ano 4, nº 1 e 10, 1980, e ano 5, nº 2, 1981.
- GETÚLIO VARGAS. Carta-Testamento Deixada no Dia de sua Morte, em 14 de agosto de 1954. In: BOITO JR, Armando. *O Golpe de 1954: A burguesia contra o populismo*. São Paulo : Brasiliense, 1982.
- GETÚLIO VARGAS. Discurso de cunho nacionalista pronunciado em Volta Redonda em 7 de maio de 1943. In: IANNI, Octavio. *ESTADO E PLANEJAMENTO ECONÔMICO NO BRASIL*. 4ª edição. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira.
- GUDIN, Eugenio, SIMONSEN, Roberto. *A Controvérsia do Planejamento na Economia Brasileira*. Rio de Janeiro : IPEA/INPES, 1978.
- IBGE, 1969. Anuário Estatístico do Brasil. Rio de Janeiro, FIBGE.
- IBGE, 1972. Anuário Estatístico do Brasil. Rio de Janeiro, FIBGE.
- IBGE, 1975. Anuário Estatístico do Brasil. Rio de Janeiro, FIBGE.
- IBGE, 1975. Censo Agropecuário, 1970 - Brasil. VIII Recenseamento Geral, Série Nacional (Volume III). Rio de Janeiro, FIBGE.
- IBGE. *Classificação da Vegetação Brasileira, adaptada a um sistema universal*. Rio de Janeiro, 1991.

INCRA, 1974. Estatísticas Cadastrais/1. Sistema Nacional de Cadastro Rural. Recadastramento de 1972. Brasília-DF.

INCRA, 1975. Informativo Técnico nº 2. Rio de Janeiro.

INCRA, 1976. Estatísticas Cadastrais/2. Sistema Nacional de Cadastro Rural. Recadastramento de 1972. Brasília-DF.

INCRA, 1977. Estatísticas Cadastrais/3. Sistema Nacional de Cadastro Rural. Recadastramento de 1972. Brasília-DF.

Índice Simples Da Utilização De Insumos Básicos Pela Agricultura: 1967 - 1975 (Base 1966 - 100), IN: MESQUITA, A. Alguns Indicadores sobre a Evolução da Economia Global e do Setor Agrícola do Brasil. Brasília : Suplan/MA. Apud NETO, Francisco Graziano. Questão Agrária e Ecologia: crítica da moderna agricultura. São Paulo : Brasiliense, 1982.

MAL. HUMBERTO DE ALENCAR CASTELLO BRANCO. Discurso na solenidade de instalação dos Grupos de Coordenação para elaboração do Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico e Social. In: IANNI, Octavio. *ESTADO E PLANEJAMENTO ECONÔMICO NO BRASIL*, 4ª edição. Rio de Janeiro, 1986.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, DOS RECURSOS HÍDRICOS E DA AMAZÔNIA
LEGAL/SECRETARIA DE COORDENAÇÃO DOS ASSUNTOS DO MEIO AMBIENTE. *Os Ecossistemas Brasileiros E Os Principais Macrovetores De Desenvolvimento - Subsídios ao Planejamento da Gestão Ambiental*. Brasília : MMA, 1995.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO ECONÔMICA. Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico e Social (extratos). In: IANNI, Octavio. *ESTADO E PLANEJAMENTO ECONÔMICO NO BRASIL*. 4ª edição. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1986.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL. Diretrizes de Governo: Programa Estratégico de Desenvolvimento (extrato). In: IANNI, Octavio. *ESTADO E PLANEJAMENTO ECONÔMICO NO BRASIL*. 4. edição. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1982.

Patrimônio Líquido Das 5.113 Maiores Empresas Não Financeiras Conforme Propriedade Do Capital, 1974 - Em Milhões De CR\$, in: Quem é quem na Economia Brasileira, Revista Visão, 31/8/1975, p. 29. Apud MANTEGA, Guido, MORAES, Maria. Acumulação Monopolista e Crises No Brasil. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1979.

População Economicamente Ativa (1940 - 1985), in: MARCONDES, Renato Leite. "Agricultura e Desenvolvimento no Brasil: Trinta Anos Depois". *Revista Economia e Empresa*, Volume 2, nº 2. São Paulo, abril / maio de 1995.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social (extratos). In: IANNI, Octavio. *ESTADO E PLANEJAMENTO ECONÔMICO NO BRASIL*, 4ª edição. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1982.

Principais Indicadores Da Economia Política (1950 - 1985). Dados Compostos com base nos dados da Conjuntura Econômica e Contas Nacionais do Brasil da FGV e dos Anuários Estatísticos do Brasil de 1950 à 1985, do IBGE.

Principais Produtos Agrícolas Brasileiros Exportáveis a/, In: Natura e Transformados (1968 - 1976) / Em US\$ 1.000 FOB, in: IANNI, Octavio. *Ditadura e Agricultura*. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1979.

PRONUNCIAMENTO DO MINISTRO DA FAZENDA DO GOVERNO JÂNIO QUADROS
CLEMENTE MARIANI BITTENCOURT. A Situação Financeira do País e a Instrução n. 204. In: IANNI, Octavio. *ESTADO E PLANEJAMENTO ECONÔMICO NO BRASIL*. 4^a edição. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1986.

SUDAM (Pecuária): Distribuição Por Dimensão de Área Ocupada, Dos Estados e Territórios, in: IANNI, Octavio (dados compostos com base em informações do IPEA, SUDAM e NAEA). *Ditadura e Agricultura*. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1979.

Superintendência Para O Desenvolvimento Da Amazônia. Quadro Anual Dos Incentivos Fiscais Liberados Pela SUDAM - Distribuição Setorial e Total Consolidado De Incentivos Liberados (1956 - 1977). 1978.

Taxas Médias Anuais De Crescimento Dos Preços De Atacado Das Classes De Bens (1946 - 1980), in: MARCONDES, Renato Leite. *Agricultura e Desenvolvimento no Brasil: Trinta Anos Depois. Revista Economia e Empresa*, Volume 2, nº 2. São Paulo, abril / maio de 1995.

Taxas Médias Anuais De Crescimento Real Da Agricultura, Indústria e PIB (1930 - 1985), in: MARCONDES, Renato Leite. “Agricultura e Desenvolvimento no Brasil: Trinta Anos Depois”. *Revista Economia e Empresa*, Volume 2, nº 2. São Paulo, abril / maio de 1995.

PERIÓDICOS

A Burguesia Nacional E A Democracia - III Ciclo de Debates do Teatro Casa Grande. *Jornal Movimento*. 8 de maio de 1978.

A Longa Noite Dos Empresários. *Jornal do Brasil*. 28 de fevereiro de 1977.

ASTARITA, Rolando et al. Debate Sobre La Crisis, in: *Revista El Rodabalho*, Argentina: Buenos Aires, 1995.

BORIN, Jair. A Crise E Seus Documentos. *Jornal Movimento*. 8 de maio de 1978.

BUENO, Ricardo. Os Planos Do Ministro. *Jornal Movimento*. 14 de fevereiro de 1977.

KATZ, Cláudio. O pós-marxismo: uma crítica, in: *Revista Marxismo Hoje*, Organizada por Osvaldo Coggiola. São Paulo : FFLCH-USP/XAMÃ, 1994.

- KUCINSKI, Bernardo. Eliminando As Impurezas Do Modelo. *Jornal Movimento*. 14 de fevereiro de 1977.
- MANTEGA, Guido. A “Burguesia Nacional” De Bens De Capital. *Jornal Movimento*. 07 de março de 1977.
- MANTEGA, Guido. Os Empresários Brasileiros E A Democracia - Da campanha anti-estatização ao discurso de Papa Jr. *Jornal Movimento*. 14 de fevereiro de 1977.
- MARCONDES, Renato Leite. Agricultura e Desenvolvimento no Brasil Trinta Anos Depois, in: *Revista Economia e Empresa*. São Paulo, v. 2, nº 2, abril/junho de 1995.
- MORAES, Maria. Quem Ganhou Com A Saída De Severo Gomes? *Jornal Movimento*. 28 de fevereiro de 1977.
- PINTO, Chico. Uma Presença Solitária. *Jornal Movimento*. 14 de fevereiro de 1977.
- SCHWARZ, Roberto. Um Seminário De Marx. *Jornal Folha de São Paulo*. 8 de outubro de 1995.
- SECCO, Lincoln. Ciclos longos e renovação tecnológica na economia capitalista, in: *Revista Práxis*, nº 06, Belo Horizonte/Rio de Janeiro/São Paulo : Projeto Joaquim de Oliveira, 1995.
- SOUZA, Alves de. O Roteiro Da Queda. *Jornal Movimento*. 14 de fevereiro de 1977.
- TEIXEIRA, Francisco José Soares. Marx e as metamorfoses do mundo do trabalho, in: *Revista Universidade e Sociedade*. Publicação semestral do Sindicato Nacional Dos Docentes Das Instituições De Ensino Superior - ANDES, Ano V, nº 08, Brasília : 1995.